

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

FERNANDA DE OLIVEIRA MATOS

**POLÍTICA, RELIGIÃO E INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO ALTO SERTÃO DA
BAHIA: MEMÓRIA, HISTÓRIA E OS USOS DA EDUCAÇÃO
EM CAETITÉ (1900-1930)**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
FEVEREIRO DE 2021

FERNANDA DE OLIVEIRA MATOS

**POLÍTICA, RELIGIÃO E INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO ALTO SERTÃO DA
BAHIA: MEMÓRIA, HISTÓRIA E OS USOS DA EDUCAÇÃO
EM CAETITÉ (1900-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta.

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
FEVEIRO DE 2021**

M381p

Matos, Fernanda de Oliveira.

Política, religião e instituições escolares no alto sertão da Bahia: memória, história e os usos da educação em Caetité (1900-1930). / Fernanda de Oliveira Matos – Vitória da Conquista, 2021.
262f.

Orientador: Felipe Eduardo Ferreira Marta.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista 2021.

Inclui referência F. 225 – 232.

1. História da educação em Caetité Bahia. 2. Memória – Instituições escolares. 3. Educação e política. I. Marta, Felipe Eduardo Ferreira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 370.9

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Politics, religion and school institutions in the upper backlands of Bahia: memory, history and the uses of education in Caetité (1900-1930).

Palavras-chave em inglês: History; Memory; Education; School Institutions.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (presidente), Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães (titular); Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (titular); Prof. Dr. Tony Honorato (titular); Profa. Dra. Estefânia Knotz Canguçu Fraga (titular).

Data da Defesa: 26 de fevereiro de 2021.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

FERNANDA DE OLIVEIRA MATOS

POLÍTICA, RELIGIÃO E INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO ALTO SERTÃO DA BAHIA: Memória, História e os usos da educação em Caetité (1900 – 1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 26 de fevereiro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (Presidente)

Instituição: UESB

Ass.: 

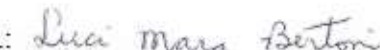
Profª. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães

Instituição: UESB

Ass.: 


Profª. Dra. Luci Mara Bertoni

Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Tony Honorato

Instituição: UEL

Ass.: 

Profª. Dra. Estefania Knotz Cangucu Fraga

Instituição: PUC-SP

Ass.: 

DEDICATÓRIA

Ao meu pequeno João Antônio, a melhor parte de mim.

AGRADECIMENTOS

O caminho até aqui foi longo; em muitos momentos, pedregoso; em outros, desafiador. Eu jamais teria conseguido traçá-lo sozinha, por isso é momento de agradecer:

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, representada pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, onde aprendi muito, adentrei no mundo dos estudos em memória e mergulhei no universo da pesquisa. Certamente, eu não sou aquela mesma aluna que entrou em 2017, este Programa me fez melhor profissional, melhor pesquisadora e, por consequência, uma pessoa melhor. Dele vou levar muitos conhecimentos e gostaria de deixar a minha profunda gratidão a todos os professores, coordenadoras e secretárias que, por quatro anos, me acompanharam neste longo processo de doutoramento.

Estar neste Programa de Doutorado só foi possível graças ao apoio das Instituições onde trabalho, elas acreditam na formação continuada dos seus professores, por esse motivo registro um agradecimento sincero à Prefeitura Municipal de Caetité e à Prefeitura Municipal de Lagoa Real pela liberação concedida para minha qualificação profissional.

Ainda falando em apoio, não posso deixar de agradecer à FAPESB pelo fomento dispensado a esta pesquisa, sem o qual teria sido muito mais difícil chegar até aqui.

Executar este trabalho com êxito não teria sido possível sem as fontes disponíveis no Arquivo da Igreja Presbiteria Unida de Caetité e no Arquivo Público Municipal de Caetité, portanto externo minha gratidão ao Pastor Luiz e à coordenadora Rosália Junqueira, representando todos os funcionários que catalogam, conservam e organizam o rico acervo do Arquivo Municipal.

Um agradecimento especial ao meu orientador Felipe Marta. Ele, sem dúvidas, foi uma dessas gratas surpresas que a vida traz. Ao ser remanejada de orientador, fiquei insegura e desconfiada com este novo, formalmente da área de Educação Física. Ao longo do processo, fomos construindo uma relação de muito respeito e confiança. Muitas foram as orientações presenciais e virtuais, muitos foram os textos e artigos lidos, relidos e corrigidos por ele, centenas foram os e-mails e as mensagens de celular trocadas nestes quatro anos de trabalho e muitas também foram as risadas por eu ser uma “pessoa importante” de um lugar mais “importante” ainda: “Caetité de açúcar”.

Com o incentivo dele, saí da minha zona de conforto para enfrentar os desafios de uma cidade grande e viver uma nova experiência acadêmica na PUC – São Paulo com as professoras Estefânia e Maria do Rosário e uma excelente experiência de pesquisa no Arquivo da

Mackienze e no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Não tenho dúvidas: a Fernanda que foi a São Paulo não foi a mesma que voltou, e isso eu devo ao professor Felipe, que me incentivou a aceitar o desafio, e aos meus tios Lurdes e Joaquim, que me receberam lá e me introduziram na vida corrida daquele lugar que nunca para.

Para o final ficou o agradecimento mais importante, a Deus, pelo dom da vida, usufruída em plenitude. "Até aqui o Senhor nos ajudou" 1 Samuel 7:12. Ele se manifestou em cada um dos momentos mais difíceis dessa trajetória, naqueles em que eu me senti cansada e desanimada, e isso se deu principalmente através da minha família, que sempre esteve ao meu lado com amor incondicional, apoiando-me, amparando-me e me impulsionando. Tudo o que sou eu devo à minha família, a minha força vem dela. O meu pequeno João Antônio me faz cada dia ser mais forte, as minhas pequenas Ana Laura e Maria Isabel enchem os meus dias de alegria. O meu amor e minha gratidão a toda a minha família.

Enfim, depois de uma longa jornada, tudo terminou bem. Como resultado, entrego o texto a seguir. Ele só foi possível graças a todos que, de uma forma ou de outra, estiveram comigo neste processo, por isso preciso dividir a autoria desta tese com todos os que fazem parte da minha vida em sinal do meu respeito e da minha gratidão.

“Analítica, criadora de um novo discurso, incorporadora de antigos discursos, artística e científica, a Historiografia moderna vale-se da Memória Coletiva e das Memórias Individuais como um dos seus recursos disponíveis para a produção do conhecimento historiográfico”.

(BARROS, 2009, p. 38)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta a história da educação em Caetité entre 1900 e 1930, considerando o contexto político e religioso que interferiram na oferta e nos usos da educação local. Este trabalho foi realizado sob a perspectiva teórica da Nova História, abrangendo aspectos da História Cultural e os domínios da História da Educação, utilizando a memória contida em diversos fragmentos documentais como matéria prima. Nesse sentido, foram observados estudos e estudiosos da História, da Educação, da Política, da Religiosidade e da Memória. Trata-se de uma pesquisa histórica e documental, desenvolvida sob esta mesma abordagem metodológica, tendo a memória constituída em torno do tema como fio condutor. O resultado foi uma pesquisa inédita sobre história da educação e das instituições educativas em Caetité e seus diferentes usos que refletiram na construção da memória e da identidade local em torno da educação.

Palavras-chave: História; Memória; Educação; Instituições Escolares.

ABSTRAT

This research brings reflections about the history and memory of education in Caetité between the years of 1900 and 1930, considering the local political and religious context. This work was carried out under the theoretical perspective of the New History, covering aspects of Cultural History and domains of the History of Education and using the social frameworks of memory and collective memory as references. In this sense, studies and scholars of History, Education, Politics, Religiosity and Memory were observed. It is a historical and documentary research, developed from the same methodology, with the memory constituted around the theme as the guiding thread. The result was an unprecedented research on the uses of education and educational institutions in Caetité that reflected in the construction of memory and local identity around education.

Keywords: History; Memory; Education; School Institutions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Atestado de idoneidade moral de Evangelina Spínola Teixeira	48
Figura 02 – Pedido de matrícula de Evangelina Teixeira	50
Figura 03 – A Penna, 26 de outubro de 1900 – página 03	51
Figura 04 – A Penna, 20 de novembro de 1901– página 03	55
Figura 05 – A Penna, 03 de janeiro de 1902 – página 01.....	57
Figura 06 – Livro de matrículas e exames da Escola Pública Primária Estadual de Caetité	70
Figura 07 – Fac-símile 01 do livro de ata de exames para seleção de professores	72
Figura 08 – Fac-símile 02 do livro de ata de exames para seleção de professores	73
Figura 09 – Livro Educação Pública (receitas e despesas)	75
Figura 10 – Livro Educação Pública (receitas e despesas) – continuação da ata anterior	76
Figura 11 – Museu Espaço INB nos dias atuais	80
Figura 12 – Igreja Matriz da freguesia de Senhora Santana de Caetité – séc. XIX	97
Figura 13 – Missionário Henry John Mc Call	100
Figura 14 – Prédio da Igreja Presbiteriana em Caetité	102
Figura 15 – Boletim mensal da Escola Americana de Caetité	105
Figura 16 – Igreja Presbiteriana de Caetité – fachada atual	114
Figura 17 – Catálogo da Missão Brasileira Setentrional – Província Lusitana Dispersa, 1912	123
Figura 18 – Capela do Instituto São Luiz	131
Figura 19 – A Penna, 05 de dezembro de 1915	137
Figura 20 – Relação de alunos matriculados entre 1912 e 1920	138
Figura 21 – Matéria do jornal O Estadão de 20 de fevereiro de 1920	141
Figura 22 – Catálogo da Missão Brasileira Província Lusitana Dispersa, 1916	146
Figura 23 – Catedral de Senhora Santana após a reforma de Dom Manoel Raymundo de Mello	160
Figura 24 – Posse do segundo bispo de Caetité, Dom Juvêncio de Brito	165
Figura 25 – Catedral de Senhora Santana (visão externa)	167
Figura 26 – Catedral de Senhora Santana (nave central)	167

Figura 27 – Catedral de Senhora Santana (altar-mor)	168
Figura 28 – A Penna, 08 de abril de 1926	185
Figura 29 – Espaço e localização da Escola Normal de Caetité	187
Figura 30 – Fachada externa da Escola Normal de Caetité, s/d	188
Figura 31 – Jardins internos da Escola Normal de Caetité, s/d	188
Figura 32 – Salas e Gabinete Dentário da Escola Normal de Caetité, s/d	189
Figura 33 – A Penna, 29 de abril de 1926	190
Figura 34 – Quadro de formandos da Escola Normal – 1929	198
Figura 35 – Instituto de Educação Anísio Teixeira	199
Figura 36 – Parte de trás do prédio da Escola Normal	199
Figura 37 – Parte de trás do Instituto São Luiz em ruínas	200
Figura 38 – Parte de trás do Instituto São Luiz em ruínas	200
Figura 39 – Vista atual do espaço do Colégio São Luiz pela Praça Coronel Cazuzinha	201
Figura 40 – Vestígios (01) do Instituto São Luiz e da Escola Normal ao fundo da Escola Ovídio Teixeira	202
Figura 41 – Vestígios (02) do Instituto São Luiz e da Escola Normal ao fundo da Escola Ovídio Teixeira	202
Figura 42 – Vestígios (03) do Instituto São Luiz e da Escola Normal atualmente no fundo da Escola Ovídio Teixeira	203
Figura 43 – Câmara Municipal de Vereadores de Caetité (01), antigo Salão Nobre da Escola Normal	203
Figura 44 – Câmara Municipal de Vereadores de Caetité (02), antigo Salão Nobre da Escola Normal.....	209
Figura 45 – Câmara Municipal de Vereadores de Caetité – parte interna, antigo Salão Nobre da Escola Normal	210
Figura 46 – Brasão oficial do Município de Caetité	211
Figura 47 – Museu do Alto Sertão da Bahia	213
Figura 48 – Espaço INB	214
Figura 49 – Casa Anísio Teixeira	214

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 EDUCAÇÃO E POLÍTICA CAETITEENSE EM TEMPOS DE REPÚBLICA NO BRASIL	32
2.1 A educação, a República das Oligarquias e os coronéis na Bahia	32
2.2 A primeira Escola Normal do Sertão da Bahia foi em Caetité (1898-1903)	43
2.3 Ensino primário em Caetité nas primeiras décadas do século XX	66
2.4 Política, políticos e o provimento dos cargos públicos escolares em Caetité	84
3 EDUCAÇÃO EM CAETITÉ: ENTRE CATÓLICOS E PROTESTANTES (1911-1925)	94
3.1 A Igreja Católica em terras brasileiras e a sua presença no sertão	94
3.2 Missões protestantes no Brasil e os presbiterianos em Caetité	98
3.3 A Escola Americana de Caetité	103
3.4 A reação católica contra os protestantes em Caetité: Os jesuítas voltam ao Brasil e se instalam no sertão	115
3.5 O Instituto São Luiz Gonzaga	122
3.6 O bispado de Caetité, a educação religiosa e o combate ao protestantismo	150
4 PROCESSOS EDUCATIVOS EM CAETITÉ NOS ANOS 1920	170
4.1 Reformas educacionais na Bahia republicana e Anísio Teixeira na Inspetoria de Ensino do Estado	170
4.2 Reabertura da Escola Normal e escolas anexas em Caetité	179
4.3 Caetité: educação, memória e identidade	210
5 CONCLUSÃO	223
LISTA DE FONTES	230
REFERÊNCIAS	233
ANEXOS	241

1 INTRODUÇÃO

Caetité!
Teu nome é nobre,
Como é nobre tua gente!
Caetité
[...] Terra gloriosa,
Onde as luzes da instrução
Qual sol,
Sempre a espargir,
Pela imensidão
Fulgores em centelhas mil!

Esses versos, de autoria da professora Emiliana Nogueira Pita, foram compostos nos anos 60 e publicados em seu livro "Divagando", em 1987. Eles foram musicados ainda na década de 1970 e depois reconhecidos como parte do hino da cidade de Caetité¹. Tais palavras retratam um pouco da memória da cidade em torno da educação. Para a professora Nogueira Pita, assim como para tantos outros caetiteenses, a instrução poderia ser comparada ao sol reluzente, à luz a iluminar aquele pedaço de Sertão.

Essa posição diferenciada, no que diz respeito à educação, foi por muito tempo sustentada pela cidade de Caetité perante ao Alto Sertão² baiano. Ainda hoje é possível encontrar estudantes que deixam suas localidades de origem, sejam distritos ou cidades

¹ A palavra “Caetité” tem suas origens epistemológicas ligadas à língua tupi e, de acordo memorialistas locais como Helena Lima Santos (1995), seria a forma sincopada de caa (mata) ita (pedra) eté (grande). Este nome seria uma referência a um local popularmente conhecido como “Pedra Redonda”, que teria sido o núcleo primitivo da cidade. Desta forma, Caetité significa “mata da pedra grande”. A cidade está situada na Serra do Espinhaço, a 825m de altitude, na porção sudoeste do Estado da Bahia, a mais de 600km da capital, em uma região tradicionalmente conhecida como Sertão ou Alto Sertão.

² De acordo Estrela (2003), a expressão Alto Sertão foi bastante usada por cronistas e memorialistas regionais, a fim de especificar este território, devido à existência de outros como Sertão de Cima e Sertão da Ressaca. Popularmente, Sertão seria uma “[...] ampla área do interior do país, contraposta, em múltiplos aspectos, ao litoral [...]” (ESTRELA, 2003, p. 35). Essa categorização também foi utilizada por historiadores como Erivaldo Fagundes Neves. Para ele, o conceito de “Sertão” é uma construção histórico-geográfica. “O termo, é empregado em referência à posição do território relativo ao curso do Rio São Francisco e ao relevo baiano que ali se projeta as maiores altitudes” (NEVES, 1998, p. 22).

vizinhas, para estudar em Caetité. Também é fácil encontrar, por toda região, professores, principalmente aqueles com mais idade, com formação em magistério, que estudaram em Caetité e que daí saíram formados em busca de uma oportunidade de trabalho em outras localidades.

Por quase todo o século XX, a cidade foi uma verdadeira “fábrica exportadora de professores” e, por motivos como esses, era chamada por muitos de “terra da educação”. O termo foi atribuído a ela pelo quase monopólio educacional exercido pela cidade em relação às vizinhas por uma boa parte do século XX.

A cidade foi pioneira na criação de escolas elementares e completares, as quais atendiam a sede e alguns dos seus distritos – hoje emancipados –, bem como na oferta do ensino secundário/normal (formação de professores).

É nítido que esse cenário foi mudando com o tempo. A educação formal, antes restrita a alguns poucos, tornou-se mais acessível à população através de várias políticas de Estado e de governo para universalizar o acesso a instituições formais de ensino. Hoje, isso já é uma realidade na maioria dos municípios sertanejos, e os desafios se tornaram outros, a exemplo da garantia da permanência e da qualidade da educação ofertada.

Mesmo com essas mudanças registradas ao longo do tempo, a cidade ainda guarda a memória de épocas em que a educação era um grande diferencial e, apesar de não ser para todos, estava associada aos motivos do progresso e da civilidade da pequena Caetité.

Uma parte da população nativa, principalmente os(as) egressos(as) do curso normal/magistério, mantém viva a memória constituída em torno da educação/escolarização na cidade e, para além disso, valoriza essa tradição e essa memória fincada em raízes que remetem ao final do século XIX e início do século XX, quando instituições públicas formais de ensino elementar e complementar, nos moldes republicanos, foram abertas e começaram a desenhar um cenário educacional muito interessante na cidade.

Apesar de ter algum conhecimento sobre tal contexto educacional, devido a minha formação acadêmica³, o meu interesse pela educação local se aprofunda em 2013, quando, por ocasião do Centenário da Diocese de Caetité, pesquisadores locais foram convidados à escrita de um livro sobre a história da cidade; nele os autores relataram o processo de implantação do bispado, o trabalho de cada bispo individualmente e de cada Ordem Religiosa que já havia

³ Eu sou egressa do curso de Magistério do Instituto de Educação Anísio Teixeira, licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia – Campus VI e mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – Campus I.

passado pelo território. Nesse momento, tive contato com inúmeras fontes documentais que tratavam da religiosidade, uma característica marcante da cidade, da presença de ordens religiosas católicas e do trabalho educativo desenvolvido por elas na região, mais especificamente da Companhia de Jesus.

Até então, era vago o nosso conhecimento sobre a atuação da Companhia de Jesus em Caetité, e mais vagas ainda eram as informações sobre a atividade educativa desenvolvida por ela. Não havia nenhum trabalho escrito mais aprofundado sobre esse assunto. Entretanto, as fontes nos trouxeram dados muito interessantes sobre as atividades dos jesuítas no território em duas frentes de atuação muito fortes: a primeira tinha caráter missionário; a segunda, tão intensa quanto a primeira, caráter educativo formal.

A partir daí, uma dissertação de mestrado foi escrita por mim sobre a presença e as atividades educacionais dos jesuítas em Caetité através do Instituto São Luiz Gonzaga entre os anos de 1912 e 1925. Esse trabalho será citado em muitos momentos desta pesquisa, por ter sido o ponto de partida para tal e um dos seus elementos.

A dissertação foi construída com base em um acervo documental escrito disponibilizado à pesquisa pelos próprios jesuítas no Arquivo da Ordem em Salvador, em casa anexa ao Colégio Antônio Vieira, e também a partir de outras fontes, como jornais e fotografias disponíveis no Arquivo Público Municipal de Caetité⁴. Essa documentação, nunca antes usada para fins de pesquisas acadêmicas na temática, trouxe ineditismo ao trabalho e jogou luz sobre ele, chamando atenção para a existência de outros aspectos a serem estudados em torno da Educação em Caetité e deixando o assunto aberto para uma discussão mais ampla e aprofundada.

Essa foi uma das principais contribuições do trabalho realizado, uma vez que até então não havia nenhuma pesquisa da tipologia em questão sendo feita em Caetité. Apesar da importância da educação para a cidade, o assunto não era prioridade entre os pesquisadores locais.

Dessa forma, a pesquisa sobre o Instituto São Luiz Gonzaga foi o ponto de partida para outras indagações, uma vez que a documentação trazia informações que iam além do

⁴ O Arquivo Público Municipal de Caetité é resultado de uma parceria da Universidade do Estado da Bahia – Campus VI e da Prefeitura Municipal de Caetité, foi criado em 1995 e inaugurado em 21 de fevereiro de 1997 ocupando o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia da cidade. Atualmente, é responsável pela conservação e guarda de uma série de documentos históricos bem como e documentos dos servidores municipais de Caetité. Entre as atividades desenvolvidas pelo Arquivo público está catalogação, conservação e disponibilização de documentos históricos públicos e privados e a promoção de eventos culturais e acadêmicos. Disponível em: <www.arquivocaetite.ba.gov.br/conteudo/historico/>. Acesso em 10 dez. 2020.

Instituto São Luiz Gonzaga ou da “Escola dos Jesuítas”. Elas tratavam do contexto social, político e religioso no qual o Instituto estava inserido e como esses fatores externos interferiam na oferta de educação em Caetité. Além disso, a referida documentação também abrangia a existência de outras instituições de ensino da localidade, sendo possível, a partir dela, refazer um panorama educacional interessante das três primeiras décadas do século XX no Sertão da Bahia. O recorte temporal escolhido para esta pesquisa se dá exatamente pela existência de fatos importantes, ligados à educação local, ocorrido no período.

Os indícios levantados a partir das fontes sobre o movimento de abertura e fechamento de instituições escolares na “Terra da Educação”, instigaram a execução de uma pesquisa mais aprofundada em torno das instituições de ensino caetiteenses, considerando sua inter-relação com os aspectos políticos e religiosos locais.

Essas e outras provocações que foram aparecendo ao longo da pesquisa em torno da educação formal e sua oferta em Caetité nos motivaram a olhar para o passado, questionando-nos sobre como teria sido o acesso à educação no Sertão da Bahia, como ela passou a ser valorizada em meio a uma sociedade sertaneja ainda pouco letrada, como se dava a relação escola/política/religião e, mais ainda, como a memória dessa educação se faz presente na localidade.

Tais questões impulsionaram o estudo sobre a história e a memória constituída em torno da oferta de educação em Caetité nas três primeiras décadas do século XX, considerando o contexto religioso e político local na conjuntura da Primeira República no Brasil, e sobre como esses contextos atuaram na implantação de instituições de ensino e, conseqüentemente, na formação educacional, cultural e social do lugar.

Os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX se constituem um momento interessante para a educação caetiteense, muito disso está entrelaçado às mudanças políticas trazidas com a implantação do Regime Republicano no país, em que políticos teriam que se reinventar e se adaptar ao novo sistema se quisessem sobreviver a ele. Nessa conjuntura, alguns novos partidos foram fundados e muitos políticos da capital e do interior foram aderindo a eles, montando, assim, um sistema de alianças para se manterem atuantes.

Em Caetité, partidos do período – Liberal e Conservador – aderiram às alianças formadas e mantiveram uma atuação expressiva em nível local, regional e estadual. As atividades políticas ocorriam em redes compostas por agentes em muitas localidades que atuavam em parcerias, fortalecendo sua área de influência.

Ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, muitos caetiteenses fizeram o lugar conhecido e reconhecido no estado e no país também por meio das suas atividades políticas⁵. A região contava com seus representantes políticos, tanto no poder executivo do estado, como também no poder legislativo. Isso interferia positivamente ou não no desenvolvimento do lugar em muitos aspectos, inclusive na oferta de educação pública.

Naquele lugar, tão influente quanto a política foi a religião católica, presente no território desde o século XVIII, através da freguesia de Santana. A presença marcante do catolicismo continuou na Vila do Príncipe, Santana de Caetité e depois na cidade.

Pelo Alvará régio de 1754 e Provisão do 8º Arcebispado do Brasil, foi o arraial elevado a freguesia. [...] A Provisão do Conselho Ultramarino de 12 de julho de 1803 ordena a criação da vila; só em 1810, porém, foi cumprida a ordem, com o decreto de 26 de fevereiro, sendo instalada a 15 de abril. [...] O Município foi desmembrado do de Minas do Rio de Contas, apesar de forte oposição. A lei provincial n.º 995, de 12 de outubro de 1867, elevou a sede à categoria de cidade. A Comarca de Caetité data de 19 de abril de 1855 (resolução provincial n.º 518) (SANTOS, 1995, p. 12, 13).

A Igreja Católica mantinha-se atuante em todo o território sertanejo através de devoções populares, como festas de santos padroeiros. Missas, novenas, ladainhas e festa de Reis eram eventos importantes do lugar. Até aí, era a Igreja Católica quem assumia muitas funções que passaram a ser do Estado com a proclamação da República no Brasil⁶.

Para sobreviver à implantação do Estado Republicano, que tinha como princípio a laicidade, a Igreja Católica no Brasil foi se tornando cada vez mais institucionalizada e ligada

⁵ Durante todo o século XIX, a agricultura, a pecuária e o comércio sustentaram a economia local, ao tempo em que manteve o Sertão articulado às economias dos centros maiores. O comércio de abastecimento de gêneros alimentícios, principalmente, mantinha articuladas a região de Caetité e o norte de Minas Gerais pela proximidade e pelas ligações existentes. A documentação disponível no Arquivo Público da cidade apresenta o cotidiano econômico/financeiro movimentado do território ao longo século XIX. São livros de razão das fazendas da região que documentavam negócios e transações de mercadorias e animais, demonstrando um comércio ativo de gêneros alimentícios, a exemplo do gado e do algodão, entre as fazendas do município, outras cidades da região e a capital (MATOS, 2016). Essa movimentação econômica/financeira gerada e/ou articulada pelos fazendeiros e comerciantes locais, em nível estadual e às vezes em nível nacional, abriam portas para a atuação política. Muitos desses homens de negócios eram os representantes políticos da cidade e da região junto ao governo estadual.

⁶ O Padroado consistia na concessão da administração dos assuntos religiosos, nas terras brasileiras, aos reis de Portugal. Este sistema teve início no século XV, no contexto da expansão ultramarina portuguesa. Os poderes e decisões pontifícias eram cedidos aos reis, ficando assim estabelecido um compromisso entre o Estado, na pessoa do rei, e a Santa Sé, objetivando a propagação da fé cristã e a consolidação da Igreja Católica na colônia portuguesa. Disponível em: <<https://dehoniana.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/HISTORIA-DA-IGREJA.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2020.

à Sé Romana, entrando num movimento de reforma mundial, o ultramontanismo,⁷ que buscava a aproximação dos fiéis a suas sedes administrativas, e isso ocorreu através do desmembramento de muitas dioceses pelo vasto território nacional.

Nesse movimento, ocorreu o desmembramento da Diocese de São Salvador, o que fez com que Caetité passasse a ser sede de novo bispado em 1913, entretanto isso não foi capaz de conter a investida protestante sobre o território depois da instalação de uma Missão Presbiteriana em 1911, que encontrou no lugar um grupo de pessoas abertas a novos cultos e experiências religiosas.

A presença e a disputa de católicos e protestantes por almas naquele período também colocaram Caetité em uma posição particular no território, contudo, nesta pesquisa, muito além da presença e da atuação das diferentes entidades religiosas, está o interesse delas pela educação formal na cidade. A conjuntura em questão acena diretamente para a oferta da educação confessional em Caetité por mais de uma década associada à ação, à intervenção de grupos religiosos e à quase ausência do Estado no que diz respeito à educação.

Dessa forma, o nosso objeto de estudo está entrelaçado a um contexto político e religioso que o traz para um universo particular. Em torno desse universo, buscou-se a construção de uma história da educação e das instituições educativas locais. É sobre essa construção e por meio do diálogo entre história e memória das instituições escolares, no contexto citado, que esta pesquisa se debruça.

Diante da multiplicidade de olhares possíveis em relação ao nosso objeto, ficaria difícil entendê-lo a partir de uma única perspectiva. Barros (2005) aponta que uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo, porque “todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas” (BARROS, 2005, p. 02).

Assim, pensando as instituições educativas e o contexto político religioso de Caetité como uma construção ou como resultado de uma construção social e cultural, buscamos, aqui,

⁷ O ultramontanismo defendia a autoridade e a liberdade papal e o centralismo romano. Devido ao contexto de conflitos das primeiras décadas do século XIX, entre a Igreja na Europa e América Latina, aderiram a esse movimento muitos defensores da liberdade da Igreja e de sua independência em relação ao Estado. O movimento também foi visto como uma reação ao mundo moderno e uma orientação política desenvolvida pela Igreja Romana que teve como principais referências as encíclicas de Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939). Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.html>. Acesso em 10 dez. 2020.

constituir uma perspectiva historiográfica, considerando as dimensões da Nova História⁸, contemplando algumas abordagens da história cultural sobre o domínio da história da educação e utilizando de fragmentos de memória constituídos em torno do objeto como matéria prima para isso.

Neste trabalho, entendemos os fenômenos educativos

[...] como campo e objeto. Os fenômenos educativos apresentam materialidade, representação, apropriação, conceitos que constituem uma constelação de categorias operacionais (instrumentais) à historiografia da Educação. [...] a história da educação é uma história social, cultural, pedagógica, antropológica [...] (MAGALHÃES, 2004, p. 96).

Nesse sentido, como resultado de atividades humanas e sua repercussão, na sociedade local ou no conjunto mais amplo, o nosso objeto é interdisciplinar e está inserido no rol dos interesses da Nova História e dos historiadores sociais.

Para a Nova História, “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço. “[...] a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p.11), isso pode ser visto nos usos dados à educação pelos diversos grupos sociais quando colocavam as instituições escolares caetiteenses em um movimento interessante de abertura e fechamento a depender do contexto local/estadual, político e religioso e dos seus interesses.

O processo de interação entre acontecimentos e tendências mais globais, por um lado, e as estruturas e particularidade da vida cotidiana/local, por outro, são um foco de atenção dos historiadores sociais. Assim, o relativismo cultural se aplica, tanto à própria escrita da

⁸ Tradicionalmente, a Nova História está associada a Lucien Febvre e a Marc Bloch, fundadores da revista *Annales* em 1929 e, na geração seguinte, com Fernand Braudel. Com essa publicação, iniciou-se um movimento de renovação da historiografia francesa, com crítica à História Tradicional e proporcionando os primeiros traços do que conhecemos hoje como Nova História. Esses franceses, entretanto, eles não foram os únicos a se posicionarem de forma crítica à História Tradicional. Na Grã-Bretanha, por exemplo, nos anos 30, Lewis Namier e R.H. Fawney rejeitaram a narrativa dos acontecimentos em favor da história estrutural. Na Alemanha, por volta de 1900, Karl Lamprecht desafiou o paradigma tradicional. A expressão “história centrada nos acontecimentos” buscava expressar as ideias centradas no sociólogo francês Emile Dürkheim e de sua revista *Année Sociologique*, da qual viria a inspiração para os *Annales*. “Mesmo a expressão nova história tem uma história própria. O primeiro uso da expressão por mim conhecido data de 1912, quando o estudioso americano James Harvey Robinson publicou um livro com este título (BURKE, 1992, p. 17). O termo “nova história” é muito conhecido na França, onde Jacques Le Goff publicou volumes acerca de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”. Mais exatamente, é a história associada à chamada *École des Annales* e sua revista. (BURKE, 1992).

história, quanto a seus objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Para Burke (1992), só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra.

Dito isso, é importante entender o fazer da educação e das instituições escolares, bem como as suas propostas e projetos, para analisar as relações e tensões entre os diversos agentes envolvidos no processo educacional e os interesses de cada grupo ou segmento social para a compreensão da própria cultura e da sociedade (MATOS, 2016). Neste sentido, muitos nexos podem ser tecidos entre educação, história e cultura:

[...] os educadores, enfim, encontraram, a partir da História, um lugar adequado, para acomodar a educação. A cultura é indiscutivelmente um bom lugar para inscrever os objetos, os sujeitos, as práticas e as instituições educacionais. Aliás, foi preciso ler os novos historiadores da cultura para se ter revalorizados muitos dos temas menosprezados no campo pedagógico (WARDE, 2000, p. 96).

Fonseca (2008) reafirma a posição de Warde (2000), complementando que a História Cultural entende a educação como um tema ou como um objeto de investigação de grande relevância para a compreensão da formação cultural de uma sociedade. Segundo ela,

[...] diversos historiadores europeus, ligados à Nova História e influenciados pelas abordagens propostas, detiveram-se sobre a educação como uma dimensão importante da conformação cultural de uma sociedade e como um dos indicadores das diferentes relações nela estabelecidas. [...] a educação não aparece como uma dimensão à parte. (FONSECA, 2008, p. 54)

Isso é possível a partir do momento em que a História Cultural permite um novo olhar sobre os objetos, mostrando-se como um campo da história cada vez mais aberto a novas conexões, ou seja, cada vez mais interdisciplinar. De acordo com Cardoso (1997), ela se apresenta como uma história plural, oferece caminhos alternativos para a investigação histórica e valoriza as questões socioculturais como objeto de investigação. É nesse viés que entra a educação.

Lombardi (2006) indica três abordagens possíveis da história cultural, como contribuição para o campo da pesquisa em história da educação: cultura e currículo, leitura e escrita e cultura escolar. Ele conceitua cada uma dessas abordagens, chamando atenção para a discussão em torno da cultura escolar que toma “[...] como objeto de estudo os materiais e ritos escolares, os métodos de ensino, os programas das disciplinas escolares, a legislação, os

manuais e livros escolares e, enfim, tudo que se insere no amplo arco de componentes da cultura produzida e disseminada na escola” (LOMBARDI, 2006, p. 192-193).

Ainda sobre a cultura escolar, Justino Pereira de Magalhães (2004) acrescenta aos itens anteriores:

A realidade objeto constituída pelo edifício, movimento de alunos, programas, manuais, sumários, exames, provas, termos de matrícula e de exames por um lado e por atas, relatos gerenciais, orçamentais e contabilísticos, por outro, por uma triangulação entre memórias e atos de direção e decisão ganha sentido histórico numa tecitura problematizante (MAGALHÃES, 2004, p. 71, 72).

Em muitos momentos deste trabalho, o conceito e os itens apresentados pelos autores sobre a cultura escolar nos contempla, principalmente porque, na caracterização e análise das instituições escolares apresentadas, muitos desses aspectos puderam ser levantados nas fontes e no contexto, eles influíram diretamente na constituição da identidade dessas instituições e, por conseguinte, da localidade em que elas estavam inseridas.

O aspecto da construção da identidade enche de sentido e significado uma pesquisa sobre educação em Caetité, uma vez que, no período em estudo, a educação passa de um dos elementos utilizados em um processo de civilidade (reduzido a poucos grupos) a um componente identitário significativo para aquele lugar no século XX.

A constituição da identidade é assunto caro à Nova História e aos muitos historiadores que se identificam com ela. Exatamente nesse ponto, historiadores encontram um elo entre história e memória.

O historiador Marc Bloch foi um dos pioneiros a considerar a aproximação entre memória e história. Ele aponta várias conexões entre elas, podendo ser a primeira objeto da segunda como resultado do desenvolvimento do processo histórico. Para ele, um olhar criterioso da memória como objeto da história representa um caminho que orienta a redefinição da história e sua função prática. A partir do seu engajamento na “Revista dos Annales”, ele replanejou as funções da memória, da história, do saber, do conhecimento histórico e da sua utilidade.

Para Bloch (2001), o diálogo entre história e memória é fundamental ao historiador, e a memória é matéria-prima para a história; em suas palavras: “que objetos suscita mais a investigação e a reflexão dos historiadores, em colaboração com outros especialistas das ciências humanas e sociais, do que a investigação da memória coletiva, base da busca de identidade?” (BLOCH, 2001, p. 28).

Ao usar o termo “memória coletiva”, Bloch (2001) faz referência às investigações de Maurice Halbwachs⁹ (1990); para ele, a memória depende, das relações sociais construídas dentro dos grupos mais próximos e, conseqüentemente, das noções de pertencimento que cada um tem em relação ao grupo. Ao mesmo tempo, a memória está ligada ao reconhecimento que parte do que se ouve, se vê ou se lê. Enfim, a memória vincula-se ao pertencimento e ao reconhecimento.

Bloch (2001) evoca os estudos de Halbwachs (1990) sobre a memória coletiva e concorda com ele no que diz respeito às categorias de origem social situadas no espaço e no tempo.

O espaço é, para Halbwachs (1990), uma condição para a existência dos grupos e, quando se fala do espaço, ele se refere a uma vasta quantidade de bens materiais que vão desde o lugar até os objetos que compõem aquele determinado espaço, podendo ser um conjunto.

Assim, a memória coletiva está frequentemente relacionada a pessoas, grupos e sociedades; dependendo da necessidade dos grupos, espaços simbólicos são substituídos por outros aos quais os grupos podem imprimir sua marca de variadas maneiras. Nesse sentido, podemos dizer que espaço simbólico aqui representado e estudado é a cidade sertaneja de Caetité e o que ela representava no território onde está localizada.

Segundo Halbwachs (1990), a vida social é marcada pelo tempo e sua importância resulta de convenções e costumes. A vida em sociedade obriga todos a se ajustarem ao tempo, às suas durações e às convenções das quais são objetos. Dessa forma, para além dos fatores naturais que orientam e marcam a passagem do tempo cronológico, a sociedade ainda o

⁹ Maurice Halbwachs nasceu em Reims, França, em 1877. Ele estudou na École Normale Supérieure de Paris, onde foi aluno de Henri Bergson, que muito contribuiu para formação de seu pensamento. Iniciou na docência como professor de filosofia em liceus. Em 1909, doutorou-se em Ciência Políticas e Econômicas e, em 1912, em Letras. Foi professor de Filosofia na Universidade de Caen, de Sociologia na Universidade de Strasburgo, professor visitante da Universidade de Chicago e, em 1935, convidado para lecionar na Sorbonne, trabalhou com o sociólogo Marcel Mauss. Ele foi presidente do Instituto Francês de Sociologia, diretor e colaborador da revista acadêmica *L'Année Sociologique*. Em 1944, foi preso pelas tropas alemãs, após a ocupação nazista de Paris devido a seus ideais socialistas. Meses mais tarde, foi levado para o campo de concentração de Buchenwald, onde foi assassinado. Foi sociólogo da interdisciplinaridade, da discussão da sócio-história e da teoria da memória coletiva. Escritos inacabados deram origem a sua obra “Memória Coletiva” e o tornaram muito conhecido. Essa teoria é muito utilizada nesse trabalho, considerando, a posteriori, alguns desdobramentos e análises a partir dos outros autores e obras citados. Halbwachs iniciou estudos importantes sobre a memória na área das ciências sociais, até então muito utilizada pela psicologia e pela filosofia. Disponível em: <www.ebiografia.com/maurice_halbwachs/>. Acesso em 10 dez. 2020.

preenche de significados sociais e culturais. Em Caetité, o tempo era muito mais marcado pelos acontecimentos, festas religiosas e cívicas do que pelo relógio, apesar de ele estar em destaque na torre da Igreja Matriz.

O tempo importa na medida em que permite conservar e localizar os acontecimentos que ali se produziram. As lembranças são capazes de conservar as características do período ao qual se reporta.

Apesar dessas conexões com as ideias de Halbwachs, Bloch (2001) faz algumas considerações acerca do próprio termo “memória coletiva”, que para esse teórico da Escola dos Annales seria, inicialmente, resultado da comunicação entre indivíduos.

A introdução da memória no pensamento historiográfico é fruto de uma revolução interna que transformou os conceitos de fontes e documentos, assim como os modos de fazer e escrever a história. Esse movimento trouxe muitas implicações para o plano da autorreflexão da história constituída a partir de uma perspectiva disciplinar muito atenta aos mecanismos de transformação da memória. Em Bloch (2001), um olhar criterioso da memória como objeto da história representa um caminho que orienta a redefinição da história e sua função prática.

A essa altura, é importante dizer que a morte prematura de Maurice Halbwachs e de Marc Bloch interrompeu uma discussão sobre memória e história que provavelmente teria se aprofundado. Apesar da interrupção, muito foi construído a partir do legado destes por outros autores. Do ponto de vista de outras ciências, a memória chegou, atualmente, a ser considerada campo de estudo e de pesquisas vasto, complexo, interdisciplinar e multimodal, declarando o fim da separação entre memória e história apontada por Halbwachs (1990), como destacam Fentress e Wickham (1991), para os quais à memória é dado um caráter social. Tais autores apresentam outros olhares, outros pontos de vista e outros questionamentos sobre a amplitude da memória e seu uso como fonte por historiadores e sociólogos, por exemplo.

Para Fentress e Wickham (1991), a característica mais marcante da memória é a pluralidade de sentidos e usos; nesse viés, transparece a diversidade de saberes e práticas das experiências humanas em aspectos que se complementam. Os autores enfatizam a necessidade de maior profundidade no estudo da natureza da memória como fonte. Para isso, faz-se necessário, também, ultrapassar a noção de memória como um conjunto de documentos e/ou informações guardados ou arquivados na cabeça das pessoas.

Muitas vezes, à memória é atribuído o caráter de objeto. Um escrito, um texto, é uma expressão dessa concepção de memória, pois um registro físico contém informações sobre o passado e, por isso, ao tratar a memória como um texto, capta-se o sentido de que nela também pode haver informações objetivas. Os historiadores utilizam essa prática quando cruzam fontes de várias naturezas e reconstituem situações em seus contextos. Esse modelo textual é apenas uma analogia: no espírito, a memória é pensamento; nos textos, é objeto físico.

O que nos permite utilizar a memória como fonte é exatamente a possibilidade de articulação que ocorre pela linguagem, pela observação, pelo ensino, pelas ideias coletivamente assumidas e por experiências compartilhadas, isso a torna social. Por isso, apesar da sua subjetividade, os historiadores consideram a memória como uma fonte por ser, muitas vezes, testemunha ocular de muitos fatos.

A memória é social e, à medida que se torna a expressão da memória coletiva, identifica um grupo, dando sentido ao seu passado; é também uma fonte de conhecimento que dá ao grupo conteúdo de reflexão consciente, porque é significada e ressignificada pelo grupo que recorda.

No momento em que se estabelece um elo entre indivíduo e o mundo que o rodeia, verifica-se um processo contínuo de reestruturação, em que elementos podem ser mantidos, reorganizados ou descartados.

A memória está na história de forma imperceptível, fazendo mais do que representar acontecimentos: ela liga, esclarece e interpreta; pode ser uma fonte histórica quando é preservada ou até mesmo quando é modificada de um gênero a outro, pois existe a possibilidade de ser estudada mesmo quando ocorre esse processo de transformação.

A memória social ocupa, muitas vezes, um lugar de conflitos. Memórias de acontecimentos diversos podem ter conotações diversas, podem ser manipuladas e impostas por partes do grupo ao restante, por isso se diz que a sua transmissão é um processo de mudança.

De todo modo, a memória social serve aos historiadores por trazer fatos e representações de experiências, de emoções e imagens de determinado grupo. O grupo só recorda o conhecimento, as imagens, emoções e fatos que lhe pertencem; a memória o identifica, integrando seu presente e seu passado, sendo vital quando vista dentro do contexto.

Dito isso, esclarecemos que falar sobre a memória é pensar em um mundo de possibilidades. Halbwachs (1990), no início do século XX, deu início a uma interessante

discussão no que se refere ao estudo da memória coletiva, de lá para cá, muitos outros estudiosos, dos mais diversos campos do conhecimento, despertaram interesse por esse tema. Aí está a riqueza da memória: não estar fechada nem reduzida a um único ambiente de discussão; ao contrário, ela se constitui num tema de pesquisa em ampla expansão. Aqui, para além da distinção entre memória/história, importa-nos compreender que, considerando suas particularidades, elementos e características específicas, memória e história podem dialogar sem perder suas referências.

Para Reis (2001), um dos maiores feitos da Nova História seria a ampliação do mapa do conhecimento histórico, a legitimação de novas áreas de investigação e o diálogo entre as áreas do conhecimento.

Em se tratando da educação,

[...] a renovação da historiografia [...] assinala a compreensão da escolarização e da estruturação da escola como lugar de educação e possibilita uma análise e uma construção historiográfica dos modelos pedagógicos que a modelam como instituição. É de igual modo uma historiografia que permite uma reificação dos contextos, de significados e dos produtos produzindo por esta via uma História Social e Cultural (Chartier/Proust) como ainda uma história pedagógica e antropológica (MAGALHÃES, 2004, p.123-124).

Nessa perspectiva, a educação, assim como as instituições educativas, ganha um potencial que ultrapassa as fronteiras de uma abordagem histórica limitada, e isso lhe impõe desafios. Ao estenderem-se “as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação de novas temáticas na produção histórica exigem-se novas perguntas e procedimentos distintos de análise e interpretação” (REIS, 2001, p. 14). Com isso, entendemos que as perspectivas de estudo historiográfico partem de um ponto comum: a problematização.

Dessa maneira, não é mais possível pensar uma história unicamente baseada em fatos ou como registro do passado. Se muitos acontecimentos foram lembrados, outros foram esquecidos ou intencionalmente apagados, e essa relação é tão interessante para a História quanto o fato propriamente dito. Além disso,

No âmbito da Nova História, a História da Educação, aberta à interdisciplinaridade [...] tendeu a evoluir de uma história institucional para uma história problema aberta às relações da educação e das instituições educativas na sua diversidade sócio cultural e pedagógica com a sociedade (MAGALHÃES, 2004, p. 91).

A preocupação com a análise das estruturas, do conjunto, leva os pesquisadores à valorização de uma maior quantidade e variedade de evidências por entender que, “se os historiadores estão mais preocupados que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma maior variedade de evidências” (BURKE, 1992, p.14).

Nessa mesma linha de pensamento, Barros (2005) complementa que não existem limites para o que a Nova História pode tomar como fonte. O mais importante é o diálogo, a interpretação e o questionamento a ser feito a essas fontes.

Partindo dessa perspectiva de fonte, no percurso desta pesquisa, fontes documentais, cartográficas e imagéticas, com informações públicas e particulares, foram utilizadas para contextualizar a cidade de Caetité na sua trajetória histórica, na conjuntura da recém-implantada República e do novo ideal de progresso e de modernidade e para traçar o caminho da educação formal oferecida pelas instituições educativas do lugar.

“A História se utiliza de documentos transformados em fontes pelo olhar do pesquisador” (PINSKY, 2011, p. 07). Tal ideia norteia este trabalho e está calcada na possibilidade de utilização de documentos que vão além dos clássicos, os quais podem ser de outras naturezas, abrindo, assim, um leque de possibilidades que ajudam, incrementam e enriquecem a pesquisa quando são analisados, questionados e problematizados.

Dessa forma, desenvolvemos uma pesquisa documental¹⁰, na qual examinamos todas as fontes disponíveis no momento¹¹, partindo do entendimento de que os documentos não são neutros ou imunes à intervenção social, existindo, exatamente por isso, a necessidade de um processo de diálogo e questionamento deles.

O acervo documental, base deste estudo, foi constituído por fontes que nos permitem acessar o passado a partir das inquietações vinculadas à memória. Aqui, as fontes são entendidas como fragmentos de memória selecionados e tratados.

Nessa perspectiva, na execução desta pesquisa, foram utilizados diversos tipos de documentos. Todos os achados que de alguma forma faziam referência ao objeto estudado

¹⁰ Aqui, entendemos a pesquisa documental como a análise de materiais diversificados, que ainda não foram utilizados para fins de pesquisas acadêmicas, ou que já foram e ainda apontam possibilidade de novos exames, proporcionando outras interpretações. (GODOY, 2005).

¹¹ A pesquisa nos Arquivos foi feita ao longo de todo o tempo do doutorado, entretanto, neste último ano de trabalho (2020), a Pandemia da Covid-19 não permitiu a volta ao arquivo para a coleta de alguns dados complementares que enriqueceriam a pesquisa. Com o necessário isolamento social, os Arquivos foram fechados, e isso inviabilizou a visita e a coleta desses dados.

foram utilizados, mesmo que fosse na intenção de cruzar com outras fontes, estabelecendo, assim, um diálogo.

Em linhas gerais, o cuidado com as fontes que traz a perspectiva da nova história nos dá noções de representações, ou seja, dá noções de que os documentos são constituídos por relações sociais, daquilo que foi construído materialmente e culturalmente pelos homens. Neste discurso, são estabelecidas relações de poder e de interesse próprios, que por nós são imperceptíveis nos trabalhos de pesquisa. Desta forma, um documento em si não constitui todas as discussões, mas se permeia as possibilidades de um documento se descobre as gamas múltiplas de relações sociais (SILVA, 2012, p. 08).

Seguindo os ensinamentos de Silva (2012), buscamos constituir, em torno das fontes utilizadas nesta pesquisa, uma análise que levasse em consideração o seu potencial enquanto testemunha de um tempo e de um espaço e fosse carregada de relações sociais.

Foram utilizados jornais¹² de circulação local e regional na época, especificamente o jornal A Penna¹³, atas da intendência municipal de Caetité, fotografias, cartas pessoais¹⁴, documentos eclesiásticos¹⁵ e o próprio patrimônio edificado que também serviu, em muitos momentos, como evidência histórica. Apesar da distância temporal relativamente curta dos fatos tratados, foi uma escolha nossa utilizar apenas as fontes documentais que, em conjunto com elementos patrimoniais, trouxeram subsídios que nos ajudaram na composição deste trabalho.

Além das fontes locais, ainda inexploradas em pesquisas dessa tipologia, fizemos uso de fontes bibliográficas publicadas ao longo dos últimos anos e fontes oficiais, como a

¹² O jornal é um bom exemplo de fonte que, por mais factual que pareça, sempre tem um peso ideológico, político-partidário, socioeconômico e histórico em sua elaboração. A notícia nunca é imparcial, e os produtores da notícia demonstram isso através da produção da versão de um fato, seja ele qual for.

¹³ De acordo Paulo Henrique Duque Santos (2010), o jornal era editado em Caetité e circulou entre os anos de 1897 e 1943. De publicação quinzenal, se dizia o “orgam dos interesses commerciaes, agricolas e civilizadores do alto sertão”. Era impresso na Typographia d’A Penna, de propriedade de João Antonio dos Santos Gumes, jornalista, romancista e dramaturgo que exerceu os cargos de escrivão, coletor estadual e federal, secretário e tesoureiro da Intendência Municipal. Atuou em diversos governos municipais. Disponível em: <<http://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br>>. Acesso em 04 de jan. 2021

¹⁴ Encontradas em sua maioria no Arquivo Público Municipal de Caetité que conta com rico acervo documental sobre a cidade (atividades do executivo, legislativo e judiciário, além de inventários, documentos de terras e de famílias locais), tudo organizado e disponível à pesquisa.

¹⁵ Disponíveis à pesquisa no Arquivo da Paróquia de Senhora Santana de Caetité, localizado no Centro Paroquial (Rua Barão de Caetité) e no Arquivo da Cúria da Diocese de Caetité (Praça da Catedral).

legislação educacional da época e publicações de memorialistas que frequentemente se constituem únicos escritos sobre determinados temas.

Sobre esse acervo, não se pode deixar de lembrar das considerações de Nora (1993) sobre os lugares de memória que podem ser de natureza simbólica, material e funcional. Assim, é possível também considerar essa diversificada documentação como autênticos lugares de memória.

Foram três anos de pesquisas no Arquivo Público Municipal de Caetité, no Arquivo da Paróquia de Senhora Santana, no Arquivo do Estado de São Paulo e Arquivo da Igreja Presbiteriana. Toda a busca foi complementada com pesquisas no Arquivo da Universidade Mackenzie¹⁶, também em São Paulo, além das fontes bibliográficas já citadas.

A variedade de fontes nos levou à necessidade de novas reflexões metodológicas. Pela natureza distinta da documentação, foi preciso cuidado na escolha, no trato e no manuseio das informações trazidas, bem como na sua interpretação. Em tais fontes não encontramos respostas diretas sobre o nosso objeto; ao contrário: deparamo-nos com documentos portadores de um contexto, um discurso e uma construção que não podem ser vistos como reprodução fiel da realidade.

Neste estudo, pela abordagem empreendida, pela natureza do objeto estudado e pelas fontes utilizadas, foi empregada a metodologia da pesquisa histórica por se referir a uma pesquisa documental.

Inicialmente, consideramos a natureza do documento, o tipo do conteúdo trazido, o contexto de produção, os autores e o suporte utilizado para sua comunicação.

Fazer uma crítica externa¹⁷ e depois interna¹⁸, bem como analisar a mensagem intrínseca nos documentos utilizados, possibilitou-nos um olhar diferenciado e muito interessante sobre as fontes e uma interpretação que ultrapassasse o conteúdo manifestado nos documentos, encontrando, assim, o sentido por trás do imediatamente apreendido.

¹⁶ A pesquisa nesse arquivo foi uma opção plausível diante da existência de poucas informações sobre a Escola Americana em Caetité; nele foram encontrados documentos que falavam da Escola Americana de São Paulo e, em alguns momentos, puderam ser utilizados como referência, uma vez que essas escolas apresentavam muitos aspectos em comum por obedecerem aos mesmos princípios presbiterianos.

¹⁷ Aqui, tratamos a crítica externa como a análise da forma do documento em si: contempla a verificação de sua autenticidade e do seu suporte e analisa ainda a proveniência do documento somado os dados como autoria, local e data de produção ou elaboração.

¹⁸ A crítica interna se refere à análise de aspectos correspondentes ao conteúdo do documento, sua interpretação e argumentação. Esse é o momento propício para questionar o documento, para perceber o que quer transmitir e o contexto dessa produção.

Isso amplificou as possibilidades de levantamento e análise dessas fontes, e o cruzamento das informações permitiu a constituição de linhas interpretativas para a compreensão, através da historicidade, dos contornos que o fenômeno educação/escolarização tomou em Caetité ao longo do período compreendido como Primeira República.

Dito isso, é necessário ressaltar que o resgate memorialístico foi o condutor utilizado na análise das fontes elencadas. A noção de história empregada aqui (interdisciplinar, renovada, aberta a novos problemas, objetos, abordagens e fontes) nos permitiu recorrer à memória (o vivido, as referências do grupo e, por isso, valorizadas por ele) no desenvolvimento dessa narrativa. Não esquecendo, ainda, que o fato de a memória estar aberta a uma dialética de esquecimentos e lembranças

[...] deixa aqui de ser limitação para a historiografia, e passa a ser fator de enriquecimento de perspectivas. Essa virada na compreensão da Memória apresenta vários desdobramentos para a História: desde uma possibilidade para que a própria Historiografia possa repensar seus pressupostos fundamentais, até as possibilidades de uso da Memória – coletiva ou individual – como fonte histórica (BARROS, 2009, p. 42).

Isso nos permitiu problematizar as fontes, considerando o que foi lembrado e também o que não foi, questionando o que a sociedade produziu sobre si mesma, o que ela quis mostrar e como ela se representou, como diz Chartier (1990). A sociedade vai além dos sujeitos que produzem a cultura, chega até os meios através dos quais essa cultura se produz e se transmite, ou seja, através das práticas e dos processos, como afirma Barros (2003).

Nessa perspectiva, procuramos entender como as práticas e experiências educativas se traduziram em valores sociais, opiniões e conceitos sobre o mundo e, nesse caso, como isso tudo se perpetuou através da memória local. De acordo com os apontamentos de Prost (2008), a história já não pretende mais fornecer uma explicação global da sociedade; no lugar dos acontecimentos, busca-se o estudo dos objetos dispersos, as estruturas locais, dotadas de uma temporalidade própria.

Partindo do ponto de vista da investigação, em que “sinais particulares” podem ser utilizados para se atingir uma visão mais global, é que a pesquisa foi desenvolvida, utilizando para isso, a memória contida em fontes diversificadas, bem como em diversos lugares da cidade.

O contexto social, político e religioso local é o “pano de fundo” para as questões educacionais levantadas nesta pesquisa. Ele entremeia todo o texto. Achemos importante

explorá-lo, porque ele marca e caracteriza o cenário em análise e direciona em muitos aspectos o uso da escolarização em Caetité.

Nesse sentido, a segunda seção deste texto – “Educação e política caetiteense em tempos de República no Brasil” – busca dar ênfase aos aspectos políticos que diretamente atuavam sobre a educação caetiteense, principalmente nos anos iniciais do século XX. Nela buscamos traçar, ainda que brevemente, o perfil dos grupos e dos políticos que atuavam em Caetité, assim como suas articulações e alianças em nível regional e estadual, observando os feitos e os efeitos da atuação desses grupos no que se refere à oferta de educação primária e secundária na cidade.

Além da política, a religião sempre foi muito importante para a pequena Caetité. A Igreja Católica, formalmente presente no território desde o século XVIII, praticamente teve o “monopólio das almas” até o ano de 1911, quando esse cenário foi bruscamente alterado. A presença secular e marcante da Igreja Católica no território e as mudanças trazidas pela chegada dos protestantes tiveram impacto direto na educação formal do lugar. Sobre esse assunto, dedicamos a terceira seção deste estudo: “Educação em Caetité: entre católicos e protestantes”.

Como já dito, o contexto político marca de forma muito acentuada a oferta de educação formal nos primeiros anos do século XX, o que se perpetua até o final do período em estudo nesta pesquisa. Soma-se a ele o contexto religioso, de 1910 até meados da década de 1920, que também interferiu na educação local. Nesse intervalo de tempo, instituições escolares foram abertas e fechadas, levando a cidade a um cenário peculiar no Sertão da Bahia.

A década de 1920 testemunhou uma mudança importante neste cenário e na oferta de educação na Bahia e em Caetité, muito disso se deve ao novo panorama político do estado, tendo Anísio Teixeira à frente da Inspeção de Instrução Pública, sobre essas mudanças e seus impactos para a educação caetiteense discorreremos na quarta seção “Processos Educativos em Caetité nos anos 1920” e com essa análise finalizamos o estudo do recorte temporal escolhido para essa pesquisa, não sem antes abordar as questões memoriais e identitárias construídas em torno da importância da educação para a cidade de Caetité.

Depois dessas reflexões, encaminhamos o texto para a conclusão, retomando os pontos mais importantes levantados durante a pesquisa, indicando algumas contribuições deste trabalho para os pesquisadores do tema e apontando perspectivas abertas por ele em relação à história e à memória da educação em Caetité.

2 EDUCAÇÃO E POLÍTICA CAETITEENSE EM TEMPOS DE REPÚBLICA NO BRASIL

2.1 A educação, a República das Oligarquias e os coronéis na Bahia

Em um cenário marcado por descontentamento, crise e divergências, o sistema republicano foi instalado no Brasil em 1889.

Com a proclamação da República no Brasil, grupos divergentes passaram a disputar o poder, utilizando-se do progresso e da modernização do país como propaganda. Segundo Nicolau Sevcenko (1998), a partir da década de 1870, nasce no Brasil um grupo republicano “[...] comprometido com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas ‘ossificadas’ do Império, baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos [...]” (SEVCENKO, 1998, p.14). No projeto político desse grupo,

constava a intenção de apagamento da memória dos períodos anteriores em prol da valorização da República como o ponto de partida para um novo tempo no país.

Do ponto de vista da representação política, a implantação da República não implicou em grandes mudanças para o povo brasileiro. Segundo José Murilo de Carvalho (1989), introduziu-se no Brasil a federação de acordo com o modelo dos Estados Unidos: em tese, o governo passaria a estar mais próximo da população dos estados via eleições, entretanto a falta do letramento colocava em risco a representatividade e a democracia no país, pois a Constituição de 1891, na Seção I, art. 70 § 1º, proibia o alistamento de eleitores mendigos e analfabetos¹⁹ para as eleições federais ou estaduais.

Segundo Vanilda Paiva (1990),

A questão do analfabetismo no Brasil emerge com a reforma eleitoral de 1882 (Lei Saraiva), que derruba a barreira da renda, mas estabelecem a proibição do voto do analfabeto, critérios mantidos pela primeira Constituição republicana. Ela se fortalece com uma maior circulação de ideias ligadas ao liberalismo e se nutre também de sentimentos patrióticos. A divulgação dos índices de analfabetismo em diferentes países do mundo na virada do século revelava a importância que a questão vinha adquirindo nos países centrais e, certamente, tocou os brios nacionais. Entre os países considerados, o Brasil ocupava a pior posição, divulgando-se internacionalmente os dados oferecidos pelo censo de 1890, que indicava a existência de 85,21% de iletrados, considerando-se a população total (PAIVA, 1990, p.08-09).

A situação exposta fazia da educação/escolarização um assunto importante para os republicanos. Com o objetivo de mudar essas estatísticas e de melhorar a estrutura da educação no país, alguns esforços foram mobilizados entre os anos de 1889 e 1925, através de planos e reformas para a área educacional que refletiam o projeto republicano, o qual via a educação como o meio para que a população assimilasse o novo sistema, cumprisse as leis e se preparasse para o mundo do trabalho. Em síntese, a educação era vista como instrumento de desenvolvimento, importante recurso para se alcançar o tão desejado progresso nacional. Além disso, refletia as necessidades de uma sociedade urbana, em ascensão, despreparada para o mundo do trabalho industrial, nascente no país, e que ganharia novos contornos com as contingências provocadas pela baixa das importações causada pela Primeira Guerra Mundial.

¹⁹ Nesse contexto, precisamos destacar que o grupo dos “analfabetos” era composto por uma parte grande da população da qual faziam parte muitos sertanejos sem acesso à educação, assim como grande número de negros recém-libertos, aos quais a República não garantiu participação na sociedade.

[...] embora fosse majoritariamente rural, o Brasil já tomava contato com a aceleração urbana e, simultaneamente, com a precariedade do investimento escolar. Demandava-se qualificação para o trabalho industrial e urbano, mas também para os que iriam para a lavoura. Era preciso definir como se realizaria o trabalho no mundo rural, até então associado ao escravo, mas agora tarefa de trabalhadores livres. Estes foram os pontos fortes que justificaram as propostas de reforma e de investimento em educação na Primeira República (BOMENY, s/d, p. 03)²⁰.

Como visto, a educação na República tinha estreita relação com o mundo do trabalho e este, por sua vez, com desenvolvimento do país.

Além disso, entre os ideais republicanos, ainda estavam o da civilidade. Era necessária uma mudança nos padrões de comportamento para a convivência em sociedade, e isso só seria possível através de processos educativos que tivessem por princípio a educação moral desses indivíduos e cuja base fosse o comportamento modelado para o respeito às leis e aos códigos de conduta.

Dessa forma, a preparação para o trabalho e a civilidade passaram a ser os ideais perseguidos pelo sistema republicano no Brasil, e a educação era o meio para atingi-los. Foi atribuído à escola o poder de moralizar, civilizar e consolidar a ordem social.

Carvalho (1989), ao analisar o imaginário republicano brasileiro, considera que a instalação de instituições escolares foi a marca da implantação da República. A institucionalização da escola seria responsável pela unificação cultural do país, ela seria capaz de transformar o habitante em cidadão em todo o território nacional. Para isso, era necessário

[...] regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações (CARVALHO, 1989, p. 10).

Além disso,

Na época contemporânea afirmou-se e cresceu o “mito da educação”. Em razão justamente de sua centralidade política e social, a educação foi vista como o fator-chave do desenvolvimento social, como o fulcro da evolução da sociedade no seu conjunto, como o “lugar” em que se vem estabelecer, práticas coercitivas, mas também o intercâmbio social. A educação colocou-se como substituta da política, como via para operar a construção do homem

²⁰ Disponível em <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

moderno (indivíduo e cidadão ao mesmo tempo, autônomo e socializado) educação como socialização integral que deve ocorrer de maneira conformista e adaptativa, destinada à integração dos indivíduos e à funcionalidade da sociedade, [...] o mito foi constante e poderoso, alimentou reflexões teóricas e soluções práticas, invadiu diversas ideologias e deu ênfase à educação como estrutura e tarefa central da vida social, da ação histórica e política (CAMBI, 1999, p. 390-391).

Daí o interesse e a urgência do sistema republicano pelas reformas necessárias à modernização e expansão do precário e insuficiente sistema educativo do país. Apesar disso, na prática, pouca coisa mudou em relação à educação e às questões sociais e econômicas.

O governo republicano não conseguiu implementar um sistema educativo que promovesse alterações socioeconômicas relevantes. A República não incorporou as classes menos favorecidas em seu projeto político. Ao contrário, a descentralização dos poderes políticos facilitou a formação de suntuosas oligarquias estaduais que se estendiam aos poderes locais, impedindo a possibilidade de formação de oposição política e sua ascensão.

Dessa forma, a Primeira República foi predominantemente a “Era das Oligarquias e do Coronelismo”. A estrutura agrária do país, caracterizada pelo latifúndio, pela desigualdade social e pela distância, contribuiu para que boa parte da população ficasse à mercê dos grandes latifundiários.

O coronel²¹, posto mais alto da hierarquia da Guarda Nacional no Império, ao perder sua natureza militar com a advento da República, transformou-se, muitas vezes, em chefe do poder político local e geralmente agia de forma articulada com outros coronéis e com autoridades estaduais e federais. Nessa conjuntura,

A necessidade de estabelecer controle sobre os contingentes eleitorais, inclusive para garantir a eleição dos republicanos, fez com que mecanismos de coerção econômicos e extra-econômicos (sic), vinculados à estrutura patriarcal existente desde o império, voltassem a ser acionados. Assim foi que os antigos, ao lado de novos, "coronéis" do interior do Estado tiveram seu poder renovado e, até, fortalecido, sob a República, tendo em vista a necessidade desta de enraizar-se em todo o interior do Brasil, afastando o perigo da volta da monarquia (MENEZES, 2013, p. 08).

²¹ De acordo Menezes (2013), o termo coronel está relacionado aos chefes políticos do Sertão e de muitos lugares do interior da Bahia durante a República, tem origem nos antigos componentes da Guarda Nacional do Império que foi formada depois da Independência da Bahia, em 1823, para substituir o Exército permanente. Ela tinha como base o poder individual de latifundiários, nomeados coronéis, e que por sua vez possuía sob seu comando muitos homens que cuidavam de segurança pessoal e que poderiam ser acionados em caso de distúrbio da ordem pública. Estes agregados, juntamente com moradores e meeiros, entre outros, mantinham com os coronéis uma relação de clientelismo. Por meio desse tipo de mecanismo, o Estado, em processo de troca com estes chefes políticos, reconhecia e outorgava seus poderes.

O federalismo adotado pela República contribuiu para ampliação das bases eleitorais estaduais e municipais, nas quais um sólido sistema de alianças políticas foi montado e estruturado de forma a manter articulados os poderes em nível municipal, estadual e federal.

Esse sistema funcionava como uma via de mão dupla, em que a essência do compromisso firmado consistia no apoio dos chefes locais a seus candidatos; em troca disso, ganhava-se autonomia nas decisões e assuntos relacionados ao município e a sua região de atuação, inclusive na nomeação e exoneração de funcionários para cargos públicos estaduais, entre outros, como demonstra muitas fontes primárias utilizadas nesta pesquisa.

Embora um pouco distante do centro de decisões políticas do país, na Bahia, a implantação do Regime Republicano e, posteriormente, a influência das oligarquias e dos coronéis não ocorreram de forma diferente.

De acordo com Luiz Henrique Dias Tavares (2001), na década de 1870 já era possível identificar a propaganda republicana na Bahia, tanto na capital quanto em algumas cidades do interior.

Assim, sendo de pequena expressão o republicanismo, a província portanto, estaria do lado dos derrotados pela Proclamação da República. O então presidente da província e o Comandante de Armas do Exército tentam resistir - declarando-se a favor dos poderes constituídos e a favor da legalidade - até a saída para o exílio da família imperial. A partir daí, aderem ao movimento "revolucionário". No dia 17 de novembro Virgílio Damásio proclama a República na Bahia, assumindo o governo provisoriamente para entregá-lo a Manoel Vitorino, liberal abolicionista mas monarquista até aquele momento, no dia 25 de novembro. Pouco a pouco as diversas localidades do Estado vão aderindo ao novo governo, seja através de lideranças seja através de suas Câmaras Municipais – o que pode ser acompanhado no Arquivo do Estado da Bahia, nos maços da Casa Civil. (MENEZES, 2013, p, 06).

Dessa forma, chega a Bahia à República, não sem os conflitos de interesses entre as oligarquias e coronéis locais que viram no primeiro governador republicano Manoel Vitorino o representante de muitas mudanças que nem liberais nem conservadores estavam dispostos a enfrentar.

Nesse contexto, para Tavares (2001), os partidos tradicionais se unem em oposição ao governador Manoel Vitorino, forçando-o a deixar o cargo nas mãos do comandante das armas Hermes Ernesto da Fonseca. Com isso, percebe-se que

O que as oligarquias baianas queriam naquele início de república era a passagem indolor do velho para o novo regime político. Neste sentido é possível entender que a adesão de tantos políticos à República correspondia à sobrevivência política de homens que há muito tempo dominavam a Bahia (TAVARES, 2001 p. 300).

Assim se fez: apesar da implantação do novo regime político, nomes conhecidos da velha política baiana continuaram no poder executivo e no legislativo ou exerceram influência sobre eles. Entre estes, Cezar Zama²², José Gonçalves, Joaquim Leal Ferreira e Luís Viana. Para esse aspecto, Menezes (2013) chama atenção:

[...] coronelismo e patriarcalismo na Bahia se renovam e se fortalecem no momento pós-abolição e pós-república. Seu fortalecimento advém dos arranjos partidários e da própria forma de organização que toma o Estado: os coronéis são representantes locais do Estado, inclusive e principalmente no uso da força institucionalmente autorizada, e, em troca, recebem favores do Estado, que vão desde a indicação de um afilhado para um cargo público, a escolha da professora, a nomeação do delegado de polícia, do chefe do posto de saúde. A partir de 1895, com toda a geração republicana histórica decapitada e esvaziada, a oligarquia volta a mandar (MENEZES, 2013, p. 08).

As práticas coronelistas se tornaram símbolo da tradição patriarcal e característica marcante da política brasileira republicana fortalecida pelo clientelismo político. Ao analisar a política em Caetité no período republicano, é possível perceber tais práticas: elas se faziam presentes por meio da aristocracia local, atuando através de articulações tradicionais, patriarcais e clientelistas, de grande prestígio e atuação na região.

²² Aristides Augusto César Espínola Zama nasceu em Caetité (BA) no dia 19 de novembro de 1837, filho de César Zama, médico natural de Faenza, na Itália, foragido de seu país sob a acusação de conspiração, e de Rita Sofia de Azevedo Spínola, de tradicional família baiana. Em sua família destacou-se Aristides de Sousa Espínola, que foi deputado geral pela Bahia de 1878 a 1881 e presidente da província de Goiás de março de 1879 a dezembro de 1880. Eleito deputado provincial pela primeira vez em 1860, renovou o mandato até 1865, tendo sido segundo-secretário da mesa diretora da Assembleia em 1862. Em 1865, no início da Guerra do Paraguai, seguiu como médico voluntário do Corpo de Saúde e serviu nos hospitais de sangue durante o conflito. Retornando à província natal, elegeu-se novamente deputado provincial para sucessivas legislaturas a partir de 1868. Em 1878, foi eleito deputado geral pela Bahia. Sucessivamente reeleito, ocupou uma cadeira na Assembleia Geral até se encerrar a última legislatura do Império, em 1889. Convocado o Congresso Constituinte, foi eleito deputado em 15 de setembro de 1890. Após concluir o mandato de deputado em dezembro de 1893, foi reeleito para a legislatura 1894-1896. Depois disso, afastou-se inteiramente da política, entregando-se a trabalhos de advocacia. Liberal e progressista, teve seus pareceres, ousados e inovadores, acatados pelas figuras mais eminentes do meio jurídico. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ZAMA,%20C%C3%A9sar.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2020.

Diante disso, é importante lembrar que as articulações políticas em Caetité eram fruto de uma movimentação econômica²³ gerada e/ou articulada pelos fazendeiros e comerciantes locais – em nível estadual e, às vezes, em nível nacional – que viam em sua condição financeira portas abertas para a atuação política em um lugar historicamente diferenciado também por aspectos culturais²⁴.

De acordo com Gama (2006), em fins do período imperial, em Caetité, o Partido Liberal era representado pelo Barão de Caetité João Antônio Gomes Neto, já o Partido Conservador, pelo Padre Policarpo de Brito Gondim, proprietário de terras e de grande influência política e religiosa na região.

Com o declínio do imperador e, simultaneamente, a chegada da crise econômica causada pelo término da escravidão, o poder da aristocracia se debilitou, levando o Partido Conservador à decadência. Seus adeptos precisaram se reinventar para manter-se na política. Nesse contexto, muitos, por conveniência, aderiram às ideias liberais.

Em Caetité e região, nas últimas décadas do século XIX, José Antônio Gomes Neto²⁵ se firma como um nome forte do Partido Liberal juntamente com seu sobrinho e genro

²³ Durante o século XIX, a agricultura, a pecuária e o comércio sustentaram a economia local, ao tempo em que mantinha o Sertão articulado às economias dos centros maiores. O comércio de abastecimento de gêneros alimentícios, conservava articulados a região de Caetité e o norte de Minas Gerais. Nos anos de 1880, o engenheiro geógrafo Teodoro Sampaio, como membro da Comissão Hidráulica do Império, criada em 1879, para melhorar os portos e a navegação dos grandes rios do interior do país, registrou: “Aqui, como nas regiões vizinhas sobre a chapada, colhem-se quase todas as frutas da Europa [...]. Visitando pela manhã o mercado da cidade [...], notei, além dos requeijões, couros e outros produtos da indústria pecuária, abundância de legumes [...] exportando-se dela em tão larga escala para outros municípios que com razão se considera Caetité o celeiro provido desses sertões. [...] Já foi aqui mais próspera a cultura do algodão. [...] estava então em próspero desenvolvimento a lavoura da cana. Só no município de Caetité haviam cem pequenos engenhos fabricando assucar para consumo local. (SAMPAIO, 1905, p.108-109)”. Suas anotações serviram de base para seus livros *O Rio São Francisco* e *A Chapada Diamantina*, de 1905, utilizado neste trabalho como referência. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/teodorosampaio>>. Acesso em 10 dez. 2020.

Além das informações de Sampaio, a documentação disponível no Arquivo Público da cidade apresenta o cotidiano econômico/financeiro movimentado do território ao longo século XIX, por ocupar um espaço geograficamente privilegiado e por contar com uma clientela certa, tornou-se também centro de distribuição de produtos manufaturados e/ou importados. (MATOS, 2016).

²⁴ Teodoro Sampaio (1905) também classificou o lugar como diferenciado em aspectos como cultura e urbanização: “[...] Caetité apresenta aos viajantes um aspecto de corte do sertão. Há aqui uma boa e culta sociedade muito urbanizada e delicadeza na gente do lugar. [...] as festas de Reis, muito animadas, deram-nos ensejo para bem julgar das maneiras dos hábitos hospitalares deste povo tão amável e tão cheio de delicadas atenções. [...] As suas ruas são calçadas e algumas arborizadas com palmeiras. As casas, no geral, bem construídas e com água canalizada” (SAMPAIO, 1905, p. 113, 114).

²⁵ Nasceu em 1822, na Fazenda Rio Grande, em Ceraíma (Gentio, atualmente território de Guanambi), então pertencente à Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité, filho do tenente-coronel José Antônio Gomes Filho e de D. Antônia Sofia de Azevedo Gomes. Formado em Direito no Recife, em 1846,

Joaquim Manoel Rodrigues Lima²⁶, este último teve uma trajetória política próspera, ocupou vários cargos locais e estaduais: foi conselheiro municipal, deputado provincial, membro da primeira Constituinte da República e primeiro governador eleito da Bahia no período republicano. A esses políticos se agrega, também, o “forasteiro” Deocleciano Pires Teixeira²⁷.

assume em Caetité a função de juiz, casando-se com Elvira Benedita de Albuquerque, filha do comendador João Caetano de Albuquerque. Residia na rua São Benedito (atual rua Barão de Caetité), em casa ainda existente. Exerceu a liderança política no sertão, recebendo a comenda da Imperial Ordem da Rosa e depois o baronato, em 1880. Exerceu a Intendência nos anos de 1880 a 84. Faleceu em 5 de janeiro de 1890 na cidade de Caetité. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ant%C3%B4nio_Gomes_Neto>. Acesso em 10 dez. 2020.

²⁶ De acordo Silvia Noronha Sarmiento e Consuelo Sampaio, Joaquim Manuel Rodrigues Lima nasceu em Caetité (BA) no dia 4 de maio de 1845, filho do capitão Joaquim Rodrigues Lima e de Rita Sofia Gomes Lima. Em São João do Paraguaçu, ele morou até dez anos quando foi enviado para estudar em Salvador onde cursou Medicina. No quinto ano do curso, fez parte de um grupo de estudantes de medicina que se alistou voluntariamente para servir na Guerra do Paraguai. Retornou da guerra em 1869 e colocou grau nesse mesmo ano. Com a saúde abalada, deixou Salvador e fixou residência em Caetité, dedicando-se à carreira médica e à lavoura. Na mesma época, casou-se com Maria Vitória Gomes de Albuquerque Lima, filha do barão de Caetité. Ingressou na política em 1872, ano em que se elegeu deputado provincial pelo Partido Liberal, sendo reeleito para mais duas legislaturas. Ainda no Império, exerceu também a presidência da Câmara Municipal de Caetité. Com a proclamação da República, foi nomeado intendente de Caetité pelo então governador Manuel Vitorino. Eleito para a assembleia que elaborou a primeira Constituição estadual republicana da Bahia (1891). Após a promulgação da Constituição, prosseguiu em seu mandato de senador estadual. Numa conjuntura de grande instabilidade no estado, os chefes políticos locais decidiram convocar novas eleições, pelo voto direto. Rodrigues Lima foi escolhido candidato e, eleito, tomou posse no dia 28 de maio de 1892. Em 28 de maio de 1896, Rodrigues Lima encerrou seu mandato governamental, passando o cargo ao governador eleito, Luís Viana. Foi novamente eleito senador estadual nas eleições de 1898, mas não concluiu o mandato por motivo de doença. Faleceu em Caetité, no dia 18 de dezembro de 1903, aos 58 anos. De seu casamento com Maria Vitória Gomes de Albuquerque Lima, teve seis filhos. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2020.

²⁷ Nasceu em Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande, atual Ituaçu - Bahia, em 11/10/1844. Filho de Antônio José Teixeira e Maria Madalena da Silva Teixeira, cursou medicina e foi voluntário na Guerra do Paraguai em 1866, prestando seus serviços nos hospitais de sangue. Regressando, concluiu o curso e diplomou-se em 1870 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Já em Caetité, casou-se com três irmãs, sucessivamente, da família Spínola, tradicional e de prestígio no Estado da Bahia. Mariana, Maria Rita e Anna sendo a viuvez o motivo dos três matrimônios com irmãs da mesma família. Herdeiras de fazendas na região do São Francisco, ricas e afamadas eram pretendentes fortes para os enlances matrimoniais. Estabeleceu-se em Caetité em 1885. Desde os primeiros anos na cidade, alia-se a chefes políticos locais formando assim, uma base política que lhe renderia, posição, fama e prestígio, ingressou no Partido Liberal, a cujos chefes se ligou por laços familiares, tendo sua filha Alzira casada com o neto do Barão de Caetité e filho mais velho do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima que foi o primeiro governador da Bahia e também Celsina casada com o neto do Barão de Caetité e sobrinho do governador. Correligionário do partido liberal, abandonou a clínica, elegeu-se deputado provincial de 1888 a 1889 e candidatara-se à legislatura seguinte quando se proclamou a república. Consolidando sua liderança, presidiu o Conselho Municipal e, na legislatura de 1893 a 98, figurou entre os senadores estaduais, mandato que se renova para a seguinte de 1899 a 1904. Às sessões de 1901 a 1902 não compareceu. Renunciou em 1903. Apesar de suas desavenças políticas com Severino Vieira e mais tarde com J. J. Seabra continuou a exercer política em Caetité até o fim da sua vida. Faleceu a 9 de

A trajetória dos Rodrigues Lima, entre a de outras famílias, nos mostra como a política nesse período era de cunho familiar, muitas vezes até hereditário, sendo comum os políticos fazerem seus sucessores principalmente em casa e depois entre seus agregados, compadres, entre outros. Fica visível, também, a importância e a força que o Partido Liberal foi adquirindo no Sertão, esclarecendo ainda como ocorria a atuação política naquele momento, quando uma verdadeira rede de alianças regionais foi montada, fortalecendo o partido e seus representantes, tornando-os cada vez mais poderosos.

Atividades políticas dessas lideranças ficaram registradas em documentos de circulação pública, como jornais locais e documentos pessoais, a exemplo de cartas, bilhetes, cartões, entre outros registros de memorialistas que as explicitam e as tratam com certo entusiasmo, como algo positivo para o município.

Fazer alianças era, muitas vezes, a única possibilidade de sobrevivência, principalmente econômica, a que os sertanejos tinham acesso. Apesar de esse tipo de relação se constituir como uma via de mão dupla, era o coronel (o político, a liderança) quem geralmente mais se beneficiava, conseguindo se manter no poder.

Por meio dessas alianças, políticos caetiteenses despontaram em nível estadual no final do século XIX e início do século XX, levando a cidade, que já era importante devido a sua trajetória histórica e econômica²⁸, a marcar seu lugar também no cenário político estadual. Suas articulações se estendiam por toda a região, apesar da dificuldade de circulação e comunicação. Elas encontravam meios para se fazerem eficientes e, muitas vezes, fiéis e duradouras, às vezes nem tanto. Isso também acontecia em relação ao governo estadual.

A política foi se tornando cada dia mais um mecanismo de poder muito visado e disputado principalmente entre a classe economicamente mais favorecida. Uma elite financeiramente bem-sucedida, letrada e “civilizada” foi se apropriando das atividades políticas, lançando mão, muitas vezes, do mandonismo, do autoritarismo e do favoritismo que acabavam ditando as regras e as formas de governar e viver na região, conseguindo se manter no poder regional, articulando-se, para isso, à política estadual.

janeiro de 1930, aos 89 de sua idade. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro10/chama_capitulo2.html>. Acesso em 10 dez. 2020.

²⁸ A cidade possuía importância econômica desde o século XIX quando se tornou ponto de abastecimento de gêneros alimentícios aos que trafegavam pelas estradas do Sertão em direção à Minas Gerais ou ao litoral, recebia e distribuía produtos industrializados e/ou finos vindo de outros lugares do Brasil e do mundo. Além disso, segundo Spix e Martius (2016), em passagem pela vila, na segunda década do século XIX, o lugar reunia uma grande quantidade de algodão trazida de toda a região e norte de Minas, para ser comercializada, tornando-o um dos lugares mais ricos do Sertão baiano.

Essas práticas coronelistas puderam ser observadas ao longo de toda a República Velha. Neste sentido, chama atenção a interferência política na educação através da escolha e/ou nomeação de funcionários públicos, como professores, já que eles deveriam ser ocupados mediante concurso, como passou a determinar o regulamento de educação a partir de 1895, organizado pelo então governador, o caetiteense Joaquim Manoel Rodrigues Lima (1894).

Ele inseriu Caetité de forma significativa na política estadual. No seu governo, a pequena cidade sertaneja assistiu pela primeira vez a ação efetiva do poder público, com a modernização de instalações pública, construção de açudes, cemitério, Mercado Público Municipal e articulação política para a implantação da Escola Normal que ocorreria depois do fim do seu mandato.

Para os homens cultos e de negócios, que passaram a ser os representantes políticos²⁹ da cidade e da região junto ao governo estadual, instituir escolas era sinônimo de prestígio e de poder político.

Devemos lembrar que, nesse momento, o governo federal, apesar de demonstrar interesse em escolas, isenta-se da responsabilidade de criá-las, repassando-a aos estados e municípios, que, por sua vez, não contavam com recursos financeiros e humanos suficientes para atender toda a população em idade escolar das capitais e menos ainda das cidades interioranas.

No caso da Bahia, a falta de estrutura física e pedagógica impedia a execução de um trabalho de qualidade que levasse o estado ao tão esperado progresso pela educação. Faltavam prédios escolares, professores e um sistema de ensino eficaz.

Para o enfrentamento dessas questões, os primeiros governadores republicanos demonstraram algumas iniciativas na “[...] busca por um modelo de organização do sistema ainda entendido como um conjunto de escolas distribuídas por todo o estado e obedecendo a critérios técnicos pedagógicos uniformes, mesmo quando administradas pelos municípios [...]” (SANTANA, 2011, p. 28).

Esses atos inauguraram uma nova fase da educação baiana iniciada com a proclamação da República, em que “[...] foram instituídos o ensino leigo e obrigatório, seguindo-se da reforma de 1895 elaborada por Sátiro Dias na tentativa de manter a última reforma educacional baiana do período monárquico [...]” (TAVARES, 2001, p. 13). Dessa

²⁹ Durante a Primeira República, a política em Caetité tinha nomes como o de Deocleciano Pires Teixeira (juntamente com seus filhos Mário e Oscar), além dos Rodrigues Lima (Joaquim Manoel, José Antônio – Coronel Cazuzinha – e Otacílio) e outros como o Monsenhor Luís Pinto Bastos, que tiveram muito prestígio e por muitos anos foram lideranças políticas locais e regionais.

forma, na tentativa de organizar e normatizar o sistema de ensino na Bahia, muitos regimes (regulamentos para a educação primária e secundária) foram sancionados entre 1890 e 1930.

Ainda de acordo com Santana (2011), havia nas iniciativas governamentais uma preocupação com a expansão do número de escolas, bem como com aspectos materiais que pudessem refletir na escolaridade da população do estado. Algumas dessas iniciativas puderam ser verificadas em Caetité, muito em função dos grupos políticos que estavam no poder.

Em Caetité, a escola simbolizava o progresso e a modernidade. Escolarizar e letrar as crianças e jovens era imprescindível para produzir e transmitir os novos padrões de conduta exigidos pela sociedade recém-republicana do fim do século XIX e início do XX. Significava, ainda, implantar um modo de vida novo, caracterizado pelo progresso e civilidade da sociedade moderna³⁰.

Em Caetité, antes mesmo do início do século XX, já havia essa tendência. Por sua trajetória histórica, por suas características diferenciadas, por ser a “corte do Sertão”, como sugeriu Teodoro Sampaio (2002), e apesar de enfrentar as dificuldades típicas de uma pequena cidade sertaneja, ela era tida como referência na região no que se refere à civilidade e também à educação.

No Alto Sertão, desafiando as intempéries do meio agreste e o isolamento do restante do país, construíram-se os caminhos do sertão³¹ de difícil acesso.

³⁰ De acordo Carneiro (2011), a partir do século XIX a ideia de modernidade ganhou corpo e assumiu seu sentido pleno apesar de que os fundamentos filosóficos e políticos da modernidade se recuarem ao século XVII e XVIII. O avanço e a utilização da ciência introduziram na vida social mudanças estruturais que repercutiram no século XX em muitos aspectos como política, cultura, educação, entre outros.

³¹ Caetité localiza-se num território geograficamente interessante, entre a região das Minas de Rio de Contas, o Rio São Francisco e as Minas Gerais. A essa característica se deve o seu povoamento e desenvolvimento. Por esse território, passavam e partiam estradas que se tornaram “[...] vias de comunicação inter-regionais como o Rio São Francisco e a estrada da Bahia para Minas Gerais e Goiás. Essa estrada bifurcava-se no Alto Sertão da Bahia e dela partiam vários caminhos em diferentes direções, que permitiam o intercambio dos excedentes econômicos regionais” (NEVES, 1998, p. 100). Segundo estudos de memorialistas locais, como Santos (1995), os fatores climáticos, a presença de água, somado a essa boa localização geográfica e a existência dessas estradas, fizeram do lugar um núcleo e ponto importante de pouso, descanso e abastecimento para os viajantes e tropeiros que transitavam pela região. Teodoro Sampaio desenhou um mapa detalhado das estradas que passavam por Caetité (ver anexo A). Atualmente, a cidade ainda desempenha esse papel de rota, ponto de parada e descanso. Principalmente nos meses de férias, o fluxo de veículos que passa pela cidade aumenta consideravelmente. São turistas, principalmente do estado de Goiás e do Distrito Federal, seguindo em direção ao litoral sul da Bahia. Esses turistas, apenas pernoitando em Caetité, fazem movimentar a rede hoteleira, bem como a rede de restaurantes da cidade. Para além desses turistas, a cidade e, mais especificamente, a catedral de Senhora Santana, está na rota das romarias do Bom Jesus da Lapa.

Entre secas devastadoras, carência de recursos para a sobrevivência, e a difícil escala de trocas com outros centros, a flutuação populacional parecia inevitável. Contudo, aqueles que dispunham de algum recurso que fosse suficiente para a reprodução dos meios de vida criaram verdadeiras “ilhas de civilidade”, onde mantinham acesa uma sociedade letrada, capaz de estar afinada aos diversos acontecimentos do país e deles tomar partido (NEVES, 1998, p. 87-88).

Reafirmando as considerações de Neves (1998), a elite local mantinha um intercâmbio cultural e comercial com os principais centros urbanos brasileiros, isso possibilitava a esse grupo privilegiado o contato e a influência deles no campo das ideias, repercutindo no pensamento e no comportamento desses sujeitos.

Nessa condição, Caetité termina o século XIX com uma elite econômica e politicamente “influyente”, ditando os rumos que a pequena cidade deveria tomar

As “elites” caetitenses, conforme nos indicam as fontes, tinham a pretensão de estabelecer na cidade uma ordem civilizada, condizente com a emergência da modernidade no país e no estado. Coexistiam os valores da tradição e o desejo de inserir essa região do país dentro dos princípios da “modernidade republicana [...]” (CARNEIRO; REIS, 2013, p. 01).

Nesse momento, “civilizar”, acarretava a ideia de adoção de regras do bem-viver e de novos hábitos lançando mão de uma série de estratégias para isso: “Essa preocupação em produzir posturas e hábitos de vida ‘modernos’ implicava a elaboração de projetos condizentes com o que se propunha” (CARNEIRO, 2011. p. 22). Nesse caso, o “projeto condizente” à manutenção da dita “cidade civilizada” era a implantação de escolas e assim foi feito.

2.2 A primeira Escola Normal do Sertão da Bahia foi em Caetité (1898 – 1903)

Diferentemente dos grandes centros, onde os republicanos estavam preocupados em educar para o trabalho industrial nascente no país, no Sertão um dos motivos para educar/letrar/civilizar era a continuidade de grupos familiares no poder econômico, nos cargos públicos e – por que não? – nos cargos políticos. Nesse sentido, em Caetité, a educação foi

Geralmente, os romeiros do Bom Jesus que vêm do Sul da Bahia e da Região Sudeste do país passam e param em Caetité para “visitar” a Catedral de Senhora Santana.

utilizada, para colocar em prática projetos ligados a grupos políticos, para distinguir pessoas e preparar algumas delas para as funções de liderança e chefia.

Isso pôde ser constatado em Caetité, depois da cidade ter sido inserida no âmbito das alianças políticas (local – estadual) pelo governador Manoel Rodrigues Lima e por seus aliados. Para sucedê-lo no governo estadual, foi eleito, com seu apoio, Luís Viana (1896-1900). De acordo com Tavares (2001), o eleito não teve uma vida política fácil: enfrentou oposição, teve que lidar com o violento conflito de Canudos em 1900 e outras situações difíceis no estado da Bahia, entretanto encontrava apoio de outros muitos que ocupavam algumas cadeiras do legislativo estadual e trabalhavam em aliança, angariando adesões em suas áreas de atuação política e econômica.

Em Caetité e região, a ramificação política do governador Luís Viana se dava por meio de homens como Deocleciano Teixeira³², que era senador pelo Partido Liberal nesse período. A boa relação sustentada por esses políticos junto ao executivo estadual rendeu melhorias e benfeitorias à região. Afinal,

Para que o chefe político não perca o prestígio no seu município, é necessário que obras públicas, como escolas, estradas, pontes, etc., sejam realizadas, ou pelo menos projetadas, e apontadas às populações locais como benefícios que lhe são concedidos. Neste caso, também, é o legislador - na maioria das vezes o deputado estadual ou federal - quem funciona como intermediário entre a elite política municipal e o executivo (SAMPAIO, 1975, p.165).

No caso de Caetité, uma ação marcante concretizada pelo governo de Luís Viana, por intermédio da atuação política de Deocleciano Teixeira, foi a implantação da Escola Normal da cidade.

A institucionalização da instrução pública simbolizava a articulação entre as forças políticas local e estadual e coincide com a tentativa do governo de reorganizar o sistema de instrução pública por meio da posse institucional de tal sistema e de ampliar a quantidade de instituições educativas, ainda que isso ocorresse muito mais pela atuação das alianças políticas. Nessa perspectiva, a Escola Normal de Caetité foi inaugurada em 1898 juntamente com a Escola da cidade de Barra.

³² Segundo Aguiar (2011), Deocleciano Pires Teixeira foi um dos poucos mandatários que transitou entre os dois regimes e, ao iniciar o regime republicano, inseriu-se na Concentração Republicana da Bahia (CRB). Foi ele quem assumiu o cargo de Intendente Municipal de Caetité em 1892, primeiros anos da República, substituindo Joaquim Manoel Rodrigues Lima, que foi para o governo do estado da Bahia até 1895.

1898 - MENSAGEM apresentada à Assembleia Geral Legislativa pelo exmo. Sr. Dr. Luís Viana, governador do Estado. (14 de abril de 1898. Bahia, Tip. do Correio de Notícias, p 26)

Notícia a inauguração das escolas normais de Barra e de Caetité, a abertura de um conservatório de música e de um curso de escultura. Queria reformar o ensino agrícola. (p. 12 -13, IHGB in TAVARES, 2001, p. 61).³³

Esse fato colocou Caetité à frente das cidades e vilas da região, visto que essa era a única Escola Normal daquele território, o que o favoreceu como um todo. A Escola Normal de Caetité representava o progresso, a presença do governo estadual e a força política de lideranças locais.

A ideia de escola para formação de professores (Escola Normal) é europeia, veio mais especificamente da França no período de pós-revolução, de onde ascendeu para os outros países, como Estados Unidos e Brasil, ainda durante o período Imperial.

A primeira escola normal para treinamento de professoras primárias, tinha surgido em Niterói, em 1835, numa tentativa de melhorar o padrão de ensino. Nas décadas seguintes, foi seguida por outras em várias províncias e na Corte, embora as primeiras escolas normais fossem destinadas só para homens. Como abriam ou fechavam dependendo de decisões políticas, as escolas normais permaneceram em pequeno número, com poucas matrículas e com uma posição precária até os últimos anos do Império (HAHNER, 2011, p. 470).

Essa situação de instabilidade só começou a mudar a partir de 1879, no contexto dos movimentos reformistas de 1870, quando o Ministério Liberal do Visconde de Sinimbu baixou o Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879, chamada Reforma Leôncio de Carvalho do ensino primário e secundário da Corte e do ensino superior em todo o Império, válida até o fim do Império, conforme explica Hahner (2011).

O decreto recomendou a criação de Escolas Normais em todas as províncias e para elas traçou novo plano, introduzindo em seu programa de estudos o latim, o inglês, o alemão, o italiano e a retórica; além disso, preconizava a ampliação dos conteúdos curriculares ao mesmo tempo em que enfatizava a necessidade dos exercícios práticos de ensino corporificada pela criação da escola modelo, anexa à Escola Normal – sendo essa a principal inovação da reforma, segundo Hahner (2011). A mesma reforma dispensou os não católicos

³³ A mensagem do governador está contida nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, mas foi catalogada por Henrique Dias Tavares em 2001.

de aulas de religião, abriu o sistema de ensino para a iniciativa privada, liberou a matrícula feminina nas faculdades de Medicina, previa escolas mistas, entre outras mudanças.

Por causa dessas modificações, Gatti e Barretto (2009) afirmam que a formação de professores de primeiras letras, em cursos específicos, foi inaugurada no Brasil, no fim do século XIX.

Nessa conjuntura e acompanhando os projetos políticos das oligarquias locais, foi instalada a Escola Normal de Caetité. A sua existência contribuiria para a abertura de novas escolas elementares no território e significava um número maior de professores, da própria localidade, dispensando a necessidade daqueles que geralmente vinham da capital e não se adaptavam ou não tinham interesse em viver em terras sertanejas. Também representava a cobertura de lugares ainda desassistidos pelo poder público no que diz respeito à instrução. Além de reforçar uma posição diferenciada sustentada historicamente pela cidade em nível regional. Para a sociedade caetiteense, escola era sinônimo de *status*, de progresso e civilidade.

De acordo com o decreto estadual de 26 de maio de 1896, o regulamento da Escola Normal de Caetité deveria acompanhar o do Instituto Normal da Bahia. Funcionaria em regime de externato somente para alunas. Segundo o mesmo decreto, anexo à escola deveria haver um grupo escolar completo (TAVARES, 2001, p. 229).

De acordo com o referido regulamento, o curso teria duração de quatro anos durante os quais seriam ministradas, por professores concursados, cadeiras (disciplinas) determinadas. A idade mínima para matrícula na escola era de quatorze anos.

A escola era pública, mas as alunas deveriam pagar uma taxa que seria aplicada em melhoramentos da biblioteca e dos gabinetes (laboratórios). O regulamento ainda designava os funcionários (e suas funções) necessários para o funcionamento da escola, além de direcionar e organizar as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas pelos professores conforme o artigo 71:

Art. 71. O governo criará sob o mesmo typo e constituição idêntica ao Instituto Normal da capital, duas escolas normaes para o sexo feminino em duas das principais cidades do interior³⁴, em cada uma das quaes haverá seis lentes nomeados por concurso para as seguintes cadeiras:

³⁴ As atividades econômicas em torno da agricultura e pecuária movimentavam a economia do lugar. A riqueza gerada pela cultura do algodão e pela criação de animais colocou Caetité num patamar diferenciado em relação a outros lugares da região, e isso refletia na existência de uma elite rica e distinta na forma de viver, que influenciava na organização da vila e depois da cidade de Caetité: “Caetité, semelhante nas Novas pelo clima e vegetação, vem a 20 anos, explorando em grande escala,

1ª Língua portuguesa
 2ª Língua francesa
 3ª Pedagogia
 4ª Geografia e história
 5ª Ciências físico-químicas e naturais
 6ª Matemática e escrituração mercantil
 Haverá ainda os professores de desenho, música e canto, economia doméstica e prendas (Lei nº 117 de 24 de agosto de 1895 apud SANTANA, 2011, p. 102 e 103).

Alguns aspectos chamam atenção nesse artigo do regulamento. O primeiro deles é o fato de o governo criar as escolas equiparando-as ao Instituto da Capital. Isso reforça o Decreto de 26 de maio de 1896 já citado e facilita o acesso a informações sobre o funcionamento das escolas.

Outro aspecto interessante é o fato de o governo determinar a abertura de duas escolas normais nas “cidades principais” do interior: Caetité e Barra. Muitas vezes, essas cidades foram chamadas de “Centro” pelo jornal *A Penna*, por exemplo. Essa ocorrência confirma o potencial e o diferencial de Caetité em relação ao Sertão baiano e a implantação da Escola Normal no lugar viria reforçar essa posição. Aspectos como esse foram responsáveis por manter viva a memória de muitos sertanejos em torno de Caetité como “princesinha do Sertão”

Outro ponto importante é a especificação da Escola Normal para o sexo feminino. A feminização do magistério primário era uma tendência em todo o país, isso ocorria com base em muitos fatores: um deles dizia respeito à mentalidade da época em relação à vocação natural das mulheres para o cuidado com as crianças adquiridos com a maternidade; outro, até mais marcante que o primeiro, dizia respeito à pouca valorização financeira dos professores primários, já que, na maioria das vezes, trabalhavam por remunerações muito baixas, o que desestimulava o interesse dos homens pela carreira no magistério primário. Eles continuaram presentes na área da educação, mas quase sempre em outros postos, como de inspeção e de administração, o que os colocava em posições ainda superiores em relação às mulheres.

Apesar do exposto, essa foi a forma encontrada por muitas mulheres para terem acesso à educação, até então muito sexista e machista. Em muitas famílias, essa era a única ocupação aceitável para as mulheres, além da vida religiosa ou o posto de esposa, mãe e dona de casa.

De todo modo, ter na cidade uma Escola Normal era motivo de satisfação para os caetiteenses, estes que eram representados, inclusive, pelos editores do jornal *A Penna* e, por

a cultura do algodão e se tornou, por isso, um dos mais ricos lugares do sertão baiano” (SPIX; MARTIUS, 2016, p. 40 e 41).

isso mesmo, ao longo dos anos de existência da escola, o jornal em questão publicou inúmeras reportagens sobre muitos assuntos relacionados à escola.

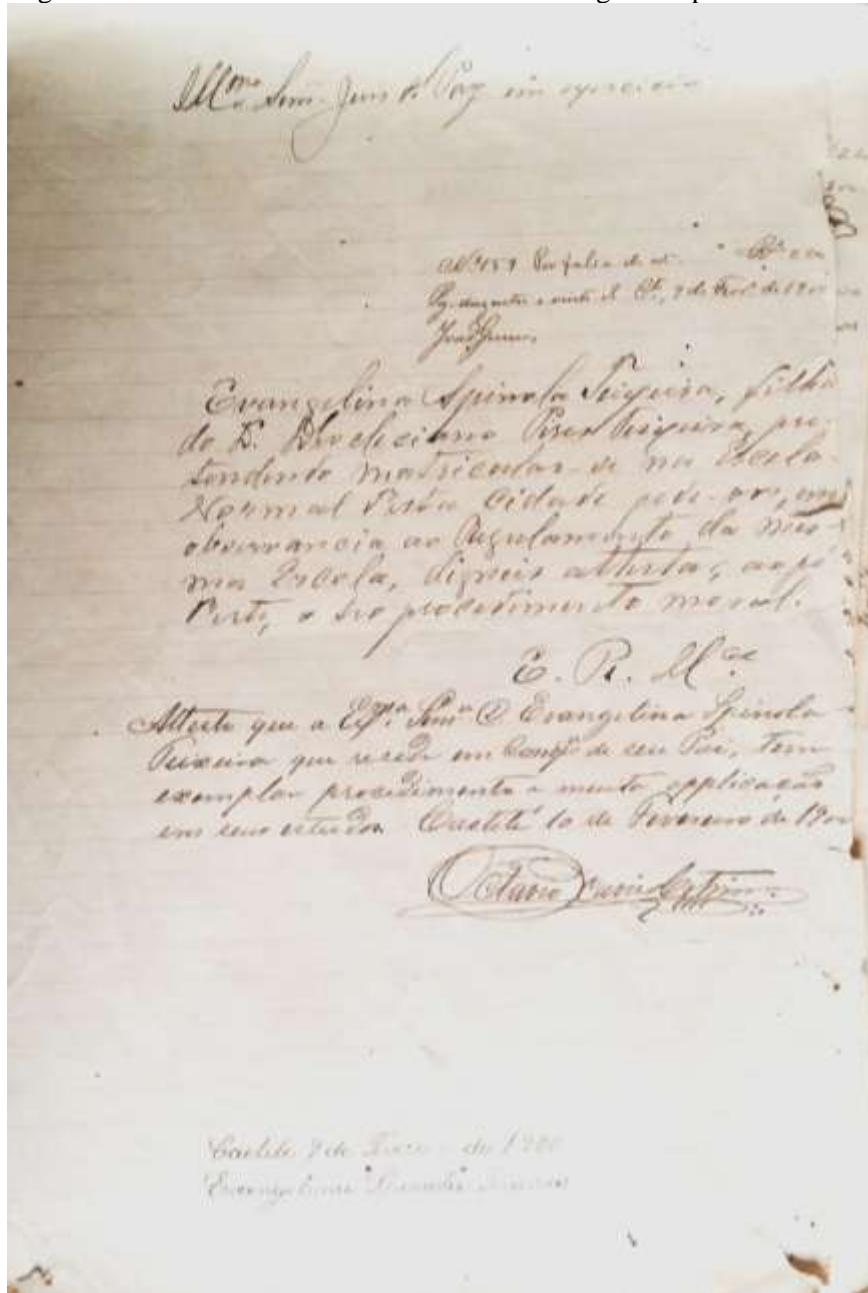
Editaes
Escola Normal

De ordem do sr. dr. Diretor convido as candidatas à matrícula neste estabelecimento a apresentarem nesta secretaria os seus requerimentos, do dia 1º a 20 de fevereiro. A matrícula para o 1º anno poderá ser feita até o dia último de fevereiro e a dos outros anos somente até o dia 20 do mesmo mez. O requerimento para a matrícula no 1º anno deve ser instruído com documentos que provem: que foi aprovada nas matérias que constituem o curso primário complementar em eschola estadual ou municipal; que tem 14 annos de idade feitos no anno anterior em que requerer a matrícula, idoneidade moral, com atestado de paes de família bem reputados e das autoridades de seus domicílios, que é vacinada, não sofre moléstia contagiosa, nem tem defeitos físicos que a iniba de exercer o magistério. Na falta de aprovação no curso primário complementar, poderá a candidata inscrever-se neste estabelecimento para exame de admissão, que será feito de acordo com o artigo 23 do regulamento de maio de 1896. Secretaria da Eschola Normal da cidade de Caeteté em 05 de janeiro de 1899 – o Secretário – Cesar da Silva Rego (JORNAL A PENNA, 25 de janeiro de 1899, p. 04).

Esse edital foi publicado na seção “A Pedidos” na quarta página da edição, juntamente com outros anúncios, agradecimentos e despedidas com a intenção de informar o leitor ou a leitora interessada sobre os requisitos e a documentação necessária às candidatas ao curso normal na escola de Caetité.

A comprovação da idoneidade moral através do atestado emitido por uma autoridade não só chama atenção e reforça as observações já feitas acerca da posição das mulheres em relação à sua família (aos pais e depois aos maridos), como também evidencia a existência do patriarcalismo em plena sociedade republicana dita moderna. Um desses atestados foi encontrado na documentação de Evangelina Spínola Teixeira.

Figura 01: Atestado de idoneidade moral de Evangelina Spínola Teixeira



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

A seguir, a transcrição do atestado de idoneidade moral da aluna:

Ilmo Sr Juiz de paz em exercício

Evangelina Spínola Teixeira, filha do D. Deocleciano Pires Teixeira, pretendendo matricular-se na Escola Normal desta cidade pede-vos, em observância ao Regulamento da mesma Escola, digneis attestar, ao pé desta, o seu procedimento moral.

Caetité, 9 de fevereiro de 1900

Evangelina Spínola Teixeira

Attesto que Exma Sem^a D. Evangelina Spínola Teixeira que reside em companhia do seu pai, tem exemplar procedimento e muita aplicação em seus estudos.

Caetité 10 de fevereiro de 1900.³⁵

O documento foi enviado por Evagelina Teixeira ao Juiz de Paz em exercício para que ele atestasse sua idoneidade moral. De acordo Ribeiro (2018), “bom procedimento moral” e “aplicação nos estudos” significavam um aprendizado prévio, adquirido em casa, o que geralmente começava com a mãe e depois com professoras ou preceptoras particulares.

O fato de o Juiz de Paz especificar que a referida moça morava em companhia do pai reforça a ideia de uma sociedade patriarcal marcada pela referência do pai como autoridade doméstica até que as moças se casassem. Esses pais, mesmo os de condição financeira confortável, em muitos momentos, não permitiam às filhas saírem de perto da família para estudar nas capitais, como acontecia com os filhos, sobrando a elas poucas opções, como a formação normal perto da família e do seu controle.

Voltando ao regulamento, o gozo de boa saúde e de condições físicas era visto como requisito importante para as alunas não disseminarem doenças contagiosas e também para que elas pudessem exercer bem o magistério. Ao mesmo tempo, isso demonstra um sistema de ensino excludente para com aquelas que não atendessem a exigência de “não possuir defeitos físicos”.

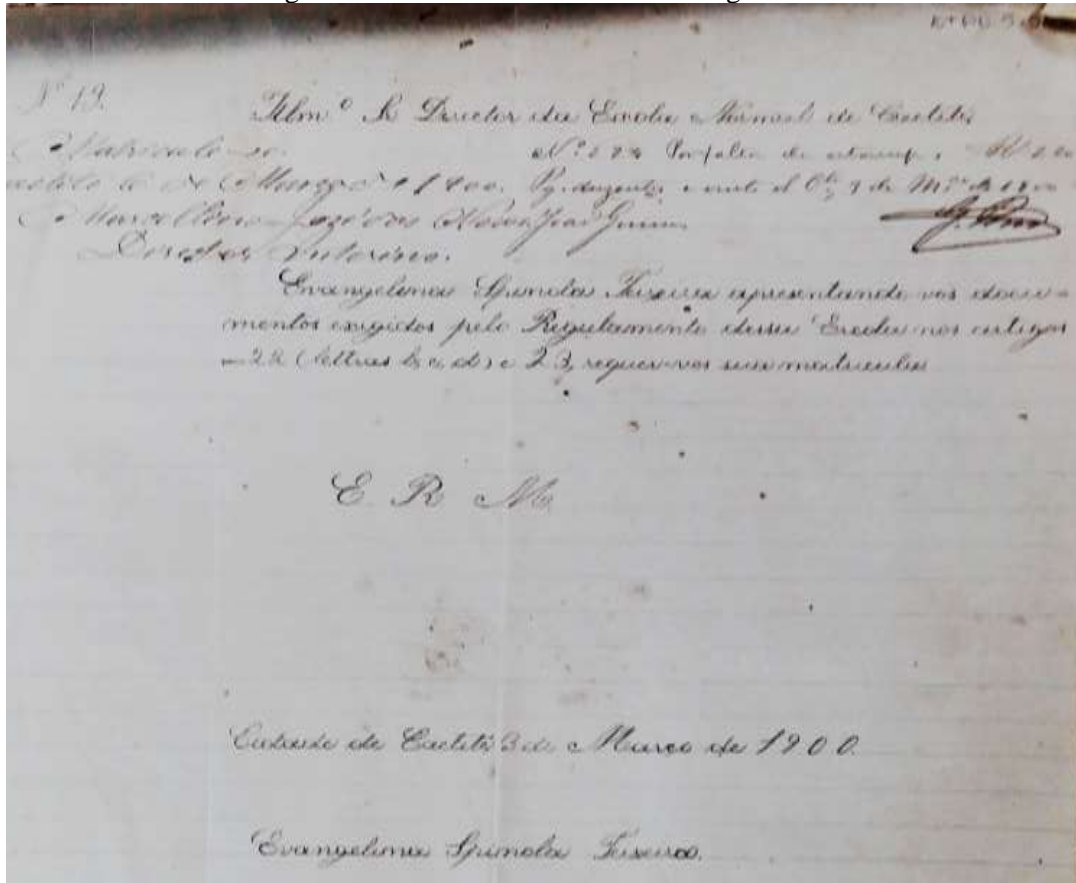
Outra informação interessante trazida pelo edital é a possibilidade de teste de admissão para as candidatas que não tivessem como comprovar o curso do primário complementar exigido com pré-requisito para matrícula na escola, esse teste possivelmente estaria disponível às alunas que iniciavam sua educação em casa, com professoras particulares sem estar matriculada em uma instituição formal de ensino, entretanto, não identificamos o referido decreto de 1896 na legislação estadual da educação.

De posse da documentação exigida, as alunas apresentavam o pedido de matrícula ao diretor da escola. Um documento desse tipo também foi encontrado no acervo de Evangelina Teixeira que solicitou matrícula em fevereiro de 1900. Ela faz referência aos documentos solicitados pelo regimento da escola, reforçando as informações levantadas por A Penna sobre

³⁵ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Acervo Particular Família Deocleciano Pires Teixeira. Série Evangelina Teixeira Pires de Oliveira: Grupo: documentos escolares. Série: avaliações e boletins, maço: único, Cx. 43

o assunto, mas nós não tivemos acesso ao dito regulamento na íntegra, isso nos impossibilitou de trazê-lo aqui.

Figura 02: Pedido de matrícula de Evangelina Teixeira³⁶



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

No período de funcionamento da instituição, muitas matérias foram publicadas pelo A Penna, informando aos seus leitores sobre outros aspectos escolares, como os exames anuais, as alunas aprovadas, as bancas examinadoras, além das aquisições da biblioteca da escola e as solenidades de formatura.

Em 26 de outubro de 1900, o jornal A Penna publicou “A pedido” a lista de todas as mesas examinadoras que deveriam funcionar no final daquele ano. Elas eram parte do processo de avaliação do desempenho escolar das alunas sem as quais elas não poderiam avançar para o ano seguinte do curso.

A reportagem ocupa um percentual interessante da terceira página dessa edição do jornal, não sabemos exatamente quem financiava esse tipo de publicação, mas, ao final de

³⁶ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Acervo Particular Família Deocleciano Pires Teixeira. Série Evangelina Teixeira Pires de Oliveira: Grupo: documentos escolares. Série: avaliações e boletins, Cx. 43, maço: único.

pelo menos três anos, elas estiveram presentes nas edições. No caso dessa, estava cercada de outras notícias relacionadas a pessoas e a outros fatos, inclusive sobre a realização de eleições e os locais de votação que nos permitiram também saber sobre a existência de outras escolas nesse mesmo período e sobre a chegada de uma professora, como será visto adiante. Na inviabilidade de transcrever toda a nota e na vontade de apresentar as bancas examinadoras em sua totalidade, optamos por trazer a página do jornal para que tenhamos as dimensões de todas as bancas executadas, bem como do contexto em que isso ocorria. A íntegra da página do jornal se encontra no anexo B.

Figura 03: A Penna, 26 de outubro de 1900 – página 03

1.º sessão da Comissão Municipal
Tomato Coronel Gasparino Rodrigues
Lima, Capitão João Antonio dos Santos
Gomes Tenente Francisco Pinto Montenegro
Tenente José Ivo Tenente Joaquim
da Silveira Lima.

2.º sessão (sala da Escola Municipal)
Major Octavio Xavier Cutrim, Tenente
Coronel Cincinato Araujo, Capm.
Francisco José do Sant'Anna, Alferes
Eudairo Dantas Castro Capm. Gustavo
Teixeira da Lacerda.

3.º sessão Sala da Escola Estadual do
sexo masculino.
Capm. José Antonio Ladela Lima
Coronel José Antonio Rodrigues Lima
Professor Antunes Soares Pacheco, Major
José Bernardino Fagundes de Brito
Tenente Oscar Garcia Domingues.

4.º sessão 12.ª sala do Conselho Municipal
Tomato José Evangelista de Souza
Tenente Coronel Eudairo Gabriel de
Araujo Cajáhyta Tenente Emilio Elvino
da Silva Major Manoel Fernandes da
Cunha Major Silveira Antonio da Silveira.

5.º sessão Sala da Escola Estadual do
sexo feminino.
Tenente Leodino Gomes do Azevedo
Capm. Toralla José das Neves Góes
Coronel Manoel do Morais Manoel
Candido do Magalhães Gasparino Pereira
do Castro.

A PENNA

Escola Normal de Caetité

São estas as mesas examinadoras que tem de funcionar em novembro p. v. — na Escola Normal.

1.º anno
Portuguez
Pedro Moura, Luizera de Moura, Marcellino Neves, João Osorio.
Francês
João Osorio, Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves, João Osorio.
Mathematica
João Osorio, Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves.
Historia
Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior, Pedro Moura, Marcellino Neves.
Geographia
Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves, Lima Junior.
Desenho
D. Ellen Pinchomel Rodrigues, Aristides Pereira de Borba.
2.º anno
Portuguez
Pedro Moura, Marcellino Neves, João Osorio.
Francês
Gonçalves da Cruz, Lima Junior, Marcellino Neves.
Mathematica
João Osorio, Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves.
Pedagogia
Marcellino Neves, Pedro Moura, João Osorio.
Geographia
Lima Junior, Pedro Moura, João Osorio.

Historia do Brazil
Lima Junior, Gonçalves da Cruz, João Osorio.
Historia Universal
Lima Junior, Gonçalves da Cruz, João Osorio.
Desenho
Deoclecio Silva, D. D. Alzira S. Teixeira Rodrigues Lima, e Eliza Pinchomel Rodrigues.
3.º anno
Portuguez
Pedro Moura, Lima Junior, João Osorio.
Pedagogia
Marcellino Neves, Gonçalves da Cruz, João Osorio.
Mathematica
Pedro Moura, João Osorio, Lima Junior.
Physica e Chimica
João Osorio, Marcellino Neves, Gonçalves da Cruz.
Biologia
João Osorio, Pedro Moura, Lima Junior.
Historia do Brazil
Pedro Moura, João Osorio, Lima Junior.
Desenho
D. Ellen Pinchomel, Deoclecio Silva, Aristides Borba.

A sua prezada
irmãzinha Otília
Josephina de Sant'
Anna, Marcellino Rodrigues
dizinho de Sant'Anna e
seus irmãos felicitam-na
pelo dia de hoje em que comemora
seus 15 annos primaveras
em 25 de outubro de 1900.

Despedida
Retirando-me para a Cidade de Condeuba para onde fui despedido e sabido de pressas, não pude, como era meu dever, despedir-me pessoalmente de todas as pessoas que, em tão curto prazo que aqui estive, me deram tanta felicidade. Peço, portanto a todos que me temem as suas cartas como se eu proprio fora. All offereço os meus protestos
Caetité, 18 de Outubro de 1900
João de Oliveira Guerra.

Eleição de 5 de novembro
Para Senador Estadual,
o illustre e honrado bahiano
João Moreira de Pinho.
Muitos electores.

Declaração
João do Carmo Vieira declara ao publico que de ora avante assina-se João do Carmo, Caetité, 29 de Outubro de 1900.
João do Carmo.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Dessa notícia nos interessou as informações sobre o currículo escolar, a existência das mesas examinadoras de seus componentes. Como a escola foi inaugurada em 1898 e o curso tinha duração de quatro anos, ainda não havia turmas formadas nesse período.

A execução de mesas examinadora era uma exigência estadual, e a descrição do Jornal sobre elas corresponde exatamente ao regulamento que conduzia o Instituto Normal da Bahia, a Escola Normal de Caetité e a de Barra.

Entre os examinadores aparecem educadores caetiteenses conhecidos, como Marcelino Neves, que foi encontrado em outras fontes com a função de delegado escolar, Pedro Moura, que foi localizado como diretor do Atheneu Caetiteense, entre outros, como Joaquim Manoel Rodrigues Lima, o intendente municipal, e apenas uma mulher: Elisa Pinchinel Rodrigues, cuja formação ou ocupação não foi identificada.

Através das mesas examinadoras apresentadas, temos uma ideia das cadeiras (componentes curriculares) ministradas em cada ano do curso normal e assim é possível estabelecer uma comparação entre o currículo oficial do estado e aquele que era praticado na escola. A presença da língua portuguesa e francesa, geografia, história, matemática, biologia, física e química dá um caráter formal e científico ao currículo, enquanto a pedagogia e o desenho expõem o lado mais prático voltado especificamente para a formação das professoras.

A publicação anterior presente no jornal da cidade, de circulação regional, nos dá a dimensão do lugar que, aos poucos, a escola foi ocupando e se firmando em meio à comunidade sertaneja como espaço intelectual e cultural, motivo de satisfação para muitos caetiteenses, alguns dos quais buscavam de alguma forma colaborar com a instituição. O jornal A Penna registrou muitas e variadas contribuições de caetiteenses ou não para a Escola Normal.

Alfredo Costa, por exemplo, compôs letra e melodia do Hino da Escola em homenagem à primeira turma de formandas em 1901. A partitura do hino foi divulgada pelo A Penna, em 25 de outubro de 1901 – página 03³⁷, em reconhecimento ao trabalho do músico, da Instituição e das alunas.

A partitura veio acompanhada da letra que reflete o ideário republicano acerca do conhecimento como direção/caminho e da escola como meio para se alcançar o progresso da nação. A letra do hino talvez fosse mais acessível, mais compreensível aos leitores do jornal A Penna do que a partitura em si, esta que serviria apenas àqueles que soubessem lê-la.

³⁷ Ver a referida partitura no anexo C.

Apesar disso, a presença dela no jornal indica a existência de um público, ainda que pequeno, para sua leitura. Talvez ele ficasse restrito aos componentes da filarmônica da cidade, cuja existência foi identificada em algumas fontes, como também a alguns outros e outras que possuíam conhecimento musical.

Nessa mesma página, ainda foram perceptíveis outras contribuições destinadas à escola:

Bibliotheca da Eschola Normal de Caetitê

Recebeu agora cópia dos importantes quadros:

A Ventania de Antônio Parreira, oferecida pelo distinto baiano Major Rogociano Pires Teixeira.

O Descobrimento do Brazil – IV Centenário, oferecido pelo ilustre poeta Guimarães Passos, brilhante colaborador da Gazeta de Notícias, do Rio. (A Penna, 25 de outubro de 1901)

O jornal A Penna destacou doações de duas obras de arte por pessoas que não moravam na cidade, mas que possuíam algum tipo de vínculo: no caso de Rogociano Pires Teixeira³⁸, que fez a doação de uma cópia da obra intitulada “A ventania” de Antônio Parreiras, o vínculo era familiar; o outro doador, que ofereceu a obra “O descobrimento do Brasil”, foi o poeta Sebastião Cícero Guimarães Passos³⁹, que nutria vínculos de amizade na cidade.

Essas obras passaram a compor o acervo da Biblioteca da Escola Normal e se constituíram como um meio importante para aproximar as alunas e a comunidade local desse

³⁸ Rogociano Teixeira era irmão de Deocleciano. O seu pai teria lhe reservado a carreira comercial, por isso teria lhe enviado à Inglaterra para estudar inglês e contabilidade. De volta ao Brasil, os contratemplos no comércio de diamantes lhe modificariam o destino, sem lhe quebrar a fibra. Empreendeu, então, com o pai a extraordinária façanha de comprar em Sorocaba, nutrida ponta de bestas de sela, mulas e burros que conduziu, vendendo-os, através de Minas, Bahia e até Sergipe. Ganhou dinheiro bastante para adquirir a chácara do Cabral, no bairro de Nazaré, na capital baiana. Mudou-se para o Rio, onde logrou a nomeação de conferente da Alfândega, cargo em que se aposentou. Disponível em: <<http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/livro10/capitulo2.html>>. Acesso em 10 dez. 2020.

³⁹ Guimarães Passos (Sebastião Cícero Guimarães Passos), jornalista e poeta, nasceu em Maceió, AL, 1867, e faleceu em Paris, em 1909. Era filho do Major Tito Alexandre Ferreira Passos e de Rita Vieira Guimarães Passos. Aos 19 anos, foi para o Rio de Janeiro, onde se juntou aos jovens boêmios da época. Entrou para a redação dos jornais, fazendo parte do grupo de Paula Ney, Olavo Bilac, Coelho Neto, José do Patrocínio, Luís Murat e Artur Azevedo. Colaborou com a Gazeta da Tarde, a Gazeta de Notícias, A Semana. Nas suas colunas, ia publicando crônicas e versos. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira de número 26 Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/guimaraes-passos/biografia>>. Acesso em 03 de jan. 2021.

tipo de arte⁴⁰. Atualmente, não sabemos sobre o destino delas, é possível que, ao longo das intervenções e mudanças ocorridas com o acervo da escola, elas tenham se estragado ou extraviado.

Nas edições seguintes, foram localizadas reportagens que falavam de outras doações feitas à Escola Normal e à sua biblioteca, inclusive com o registro de doadores muito conhecidos nacionalmente. Uma, em especial, chama atenção: trata-se da de Ruy Barbosa, que ofereceu à Escola o livro “Primeiras Lições de Coisas”⁴¹. Ele possuía aliados políticos em Caetité; possivelmente, isso fazia com que a Escola Normal da cidade não passasse despercebida nem a ele nem a muitos outros que também ofereciam suas colaborações, fazendo com que a Biblioteca da Escola Normal contasse com acervo variado e rico para uma instituição recém-aberta em um lugar onde muitas coisas custavam a chegar, mas, como se vê, chegavam, deixando claro que distância desse território em relação aos grandes centros urbanos não era sinônimo de isolamento⁴².

No final de 1901, a Escola Normal já se preparava para entregar à comunidade a primeira turma de professoras, e o A Penna publicou, na terceira página da edição de 20 de novembro e 14 de dezembro, todos os resultados escolares no quadro “Notícias”.

Ao observar as outras notícias publicadas na mesma página, encontramos resultados finais de outras escolas, inclusive da Escola Elementar anexa à Escola Normal. A existência da escola anexa também era uma recomendação do regulamento estadual, como dito; geralmente, ela era utilizada para a realização das aulas práticas, ou seja, para o estágio das normalistas.

⁴⁰ O original de “A ventania” de Antônio Parreiras data de 1888 e se encontra no acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Ela pode ser vista no link: <<https://artsandculture.google.com/asset/ventania-antonio-parreiras/CAGqAcBwCRLyIg?hl=pt-br>>.

⁴¹ O livro “Primeiras Lições de Coisas” de 1886 é uma obra do autor Norman A. Calkins traduzida e adaptada para o português por Rui Barbosa. Corresponhia a um manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Obra de destaque para a implementação do método intuitivo. A primeira edição do livro de Calkins fora publicada em 1861, em Nova York. A edição em português foi publicada no Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional, por ordem do Ministério da Educação e Saúde em 1886. O livro se referia ao método intuitivo muito defendido por ele no Brasil como sendo o método mais adequado para se atingir a modernização da educação brasileira. Foi amplamente divulgado e utilizado em muitas escolas brasileiras inclusive em escolas de Caetité. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169134>>. Acesso em 10 dez. 2020.

⁴² Esse tipo de informação desfaz muitos preconceitos persistentes até muito recentemente acerca do isolamento desse território. Como vimos, apesar da distância dos grandes centros e das dificuldades de comunicação, o Sertão se mantinha articulado em muitos aspectos com eles por muitos meios.

O maior detalhamento das informações relacionadas aos resultados das alunas da Escola Normal nos leva a entender o significado e a importância que tinha essa escola para a sociedade caetiteense, muitas moças com sobrenomes conhecidos dessa sociedade puderam ser localizadas entre as aprovadas citadas no jornal.

Figura 04: A Penna, 20 de novembro de 1901– página 03

NOTÍCIAS

Escola Normal de Caetité
Resultado do exame:

1.º anno
Francúz

Chamadas 4
Não responderam 4.
Geographia
Approvada simplesmente: D. Esther Angelica Publico.
Historia Universal
Approvada simplesmente: D. Esther Angelica Publico.
Desenho
Approvada simplesmente: D. Esther Angelica Publico.
2.º anno
Portuguez
Approvadas plenamente: D. d. Hermínia Amelia do Aguiar e Maria Anizia de Castro Teixeira.
Approvadas simplesmente: D. d. Adilia do Almeida Borba, Rita do Cassia Ladela Tanajura, Lia Angelica Publico e Francisca Alkamim dos Santos.
Foram eliminadas na prova escrita 3.
Portuguez
Approvadas plenamente: D. Celsina Spinola Teixeira.
Approvada simplesmente: D. Evangelina Spinola Teixeira.
Arithmetica e Algebra
(1.ª turma)
Approvadas plenamente: D. d. Isabel Thereza Domingues do Araujo, Santa Augusta Vieira e Celsina Spinola Teixeira.
Approvadas simplesmente: D. d. Hermínia Amelia do Aguiar, Rita do Cassia Ladela Tanajura, Adilia do Almeida Borba, Maria Anizia de Castro Teixeira e Lia Angelica Publico.
2.ª turma
Approvadas plenamente: D. d. Francisca Alkamim dos Santos e Evangelina Spinola Teixeira.
Approvada simplesmente: D. Maria Isabel Munford.
Pedagogia
1.ª turma
Approvada com distincção: D. Celsina Spinola Teixeira.
Approvadas plenamente: D. d. Isabel Thereza Domingues do Araujo, Santa Augusta Vieira, Maria Isabel Munford, Hermínia Amelia do Aguiar, Rita do Cassia Ladela Tanajura, Adilia do Almeida Borba e Maria Anizia de Castro Teixeira.
2.ª turma
Approvadas plenamente: D. d. Lia Angelica Publico, Francisca Alkamim dos Santos e Evangelina Spinola Teixeira.
Geometria
1.ª turma
Approvadas plenamente: D. d. Rita do Cassia Ladela Tanajura, Hermínia Amelia do Aguiar e Celsina Spinola Teixeira.
Approvadas simplesmente: D. d. Isabel Thereza Domingues do Araujo, Adilia do Almeida Borba, Santa Augusta Vieira, Maria Anizia de Castro Teixeira e Lia Angelica Publico.
2.ª turma
Approvadas plenamente: D. d. Francisca Alkamim dos Santos e Evangelina Spinola Teixeira.
Geometria
Approvada plenamente: D. Maria Isabel Munford.
Historia do Brazil
1.ª turma
Approvada com distincção: D. Rita do Cassia Ladela Tanajura.
Approvada plenamente: D. Isabel Thereza Domingues do Araujo.

Approvadas simplesmente: D. Adilia do Almeida Borba, Santa Augusta Vieira, Hermínia Amelia do Aguiar, Maria Anizia de Castro Teixeira, Maria Isabel Munford e Lia Angelica Publico.

Historia do Brazil
Approvada plenamente: D. Francisca Alkamim dos Santos.

Historia do Brazil
Approvadas plenamente: D. d. Celsina Spinola Teixeira e Evangelina Spinola Teixeira.

Geographia
1.ª turma

Approvadas plenamente: D. d. Rita do Cassia Ladela Tanajura e Adilia do Almeida Borba.

Approvada simplesmente: D. Santa Augusta Vieira.

Não responderam a 1.ª chamada 5 alumnas.

3.º anno
Portuguez

Approvadas plenamente: D. d. Lia da Silveira Lima e Odette Augusta de Castro Silva.

Approvadas simplesmente: D. d. Durvalina Dantas de Aguiar e Adelaide Amelia Ladela Tanajura.

Reprovadas 3—

Physica e Chimica

Approvadas plenamente: D. d. Lia da Silveira Lima, Cora Angelica Publico e Carolina Augusta Vieira.

Approvada simplesmente: D. d. Odette Augusta de Castro Silva, Durvalina Dantas de Aguiar e Adelaide Amelia Ladela Tanajura.

(Continúa)

Antonio Costa

Esse nosso antigo collaborador, que ha mais de dois annos achava-se ausente desta terra com sua Exm.ª Familia; após vicissitudes diversas, voltou ao seio de nossa boa e pacifica cidade, que o acolhe de braços abertos, hospitalita e nobre como tem sido sempre para todos que a procuram.

Felicitando o nosso velho amigo e a sua Exma. Familia por acharem-se entre nós; desejamos-lhes toda a sorte de felicidades.

15 de Novembro

Com muito entusiasmo foram de improviso feitas festas esplendidas no Caetité em comemoração á grandiosa data da proclamação da Republica. Achando-se allí o distincto Tenente João de Oliveira Guerra, teve essa idea, que foi unanimemente aceita pelas melhores pessoas e por toda a população. O quartel foi esplendidamente illuminado e embandeirado em arco, tocando allí a philarmonica e depois sahindo em passeata com uma immensa cauda do povo em delirio, que victorizou a Republica, o Estado, as autoridades, o Caetité e esta folha.

Terminaram as festas em casa do Tenente Francisco Pinto.

Entretanto nesta Cidade nada se viu nem ouviu.

Visitas

Em companhia de seu distincto collega o Dr. Polybio Mendes, D. Promotor desta Comarca, do Sr. Alferez Apollo Castro e do Sr. Major Octaviano Leblis deu-nos o prazer de estar conosco em dias da semana passada, o talentoso e sympathico Dr. Leonardo Leite, D. Juiz de Direito da Comarca de Monte Alto e uma das honras da nobre classe.

Penhorámo-nos pela visita do cidadão tão apreciavel por suas qualidades e pelo conceito de que são objecto na vislha comarca, confessamo-nos gratos.

—Achando-se nesta Cidade o Exm.ª e Rvm.ª Sr. Conego Tobias Petrola Continho, que dispensa-nos a genti-

leza de sua amizade e apoio valioso, por não poder pessoalmente visitar-nos como era seu desejo, dirigiu nos um delicado cartão alem de pedir ao Dr. Leonardo Leite que por si nos cumprimentasse.

Desvanecidos por tantas provas do estimo, manifestamos o nosso reconhecimento.

—Retirando-se para o seio de sua familia após o tirocinio escolar na aula de nosso bom amigo e distincto Professor Saut' Anna, veio apresentar nos a sua visita do despedida o Sr. Adolpho Brandão, que no dia seguinte visjou para Jo Faramirim.

Agradecidos, fazemos votos por sua feliz viagem.

—Encerrado o anno lectivo, e tendo de passar as ferias no seio de seus parentes na vislha Cidade do Rio do Contas, deu nos a honra de sua despedida pessoal a Exm.ª Sra. Professora D. Jovina Margarida da Trindade Novaca, que, com zelo inextinguível e uma dedicação acima de todo elogio, tem sabido conquistar a nossa sympathia e admiração.

Muito gratos, desejamos a digna precepta ia o aliarjado do cargo que a reconfortará para as fainas tão nobremente desempenhadas por ella.

—Pela primeira vez tivemos a dita de abraçar no recinto de nossas officinas um collega,—o Dr. Lemetrio Pires, proprietario da bem orientada folha da Cidade da Folha de S. Anna, O Jovialar. Por maior que seja o nosso contentamento receber sob o nosso tecto uma visita,

senca este contentamento terá a decura com o momento que decorre do tom do fraternidade que essa posse. Ver nos quem nos comprehendendo avaliar bem do perto quanto lutamos é uma consolação para as agruras da vida de luctas que levamos e um incentivo para as nossas criticas dia a dia exaustivas no merejar humano e qual influencia que é superior ás nossas débels forças.

O Sr. Denetrio é um activo progressista e, dotado de energia, nobreza e esperanças, quer nos parecer que colherá os melhores resultados na carreira que nos vai levando ao scepticismo.

Ao nosso collega desejamos felicidade, e ao Proprietor felicitamos por ser dirigido por pessoa tão digna e emprehendedora.

Exames primarios

No dia 20 corrente deram-se exames de classificação na Escola Estadual de meninas sob a regencia da Exma. Sra. D. Jovina da Trindade Novaca e sob a Presidencia do Ilmo. Sr. Juiz de Direito, foram examinadores os Professores Decioleto Silva, da aula de desenho da Escola Normal e Capitão S. Anna, Professor Municipal.

Comparceram diante da mesa as alumnas D. d. Cythi-la Silva, Genesina Guimarães, Haydê Silveira, Corina Silveira, Guilomar Silva e Marclonilla Neves.

As alumnas revelavam muito aproveitamento, salientando-se em vista do seu idade muito tenra a criança Beatriz Rodrigues Lima.

Felicitamos á distincta professora.

—Ante-hontem, sob a presidencia do Illustrissimo Sr. Coronel José Antonio Rodrigues Lima, Digno Intendente d'este Municipio, sendo examinadores os Ilmos. Srs. Professores Antonymo Soares Publico e Decioleto Silva, foram submettidos a exames parciais os alumnos João Baptista Neves, José Anisio do Castro Teixeira e Americo Vieira do Mesquita, da Escola Municipal d'esta Cidade.

A notícia revela uma série de informações sobre a Escola: número de classes, as disciplinas do currículo, quantidade de alunas (no total, reprovadas, ausentes, aprovadas) e também quem eram elas. Algumas, inclusive, se tornaram nomes conhecidos na área da educação, como Theodolina Neves; em contrapartida, outras, mesmo formadas, não exerceram a profissão, como as irmãs Celsina⁴³ e Evangelina Spínola Teixeira. Além disso, o documento ainda apresenta termos que caracterizam o tipo de aprovação: com distinção, plenamente ou simplesmente.

É interessante observar a riqueza dos detalhes da publicação e refletir sobre o que isso significava. Para nós, representava a importância que a escola tinha para a comunidade local, além de uma tentativa de nomear os envolvidos no processo, tanto os examinadores quanto as alunas, que, em sua maioria, pertenciam a famílias tradicionais da cidade e da região, e isso era uma forma de destacá-las socialmente.

Observamos, ainda, que essa mesma página é dividida com outros tipos de informações, como as da intendência, as visitas recebidas e os exames finais da escola primária⁴⁴ da professora Jovina Trindade Novaes. Essa podia ser uma estratégia dos editores para que os leitores, ao se interessarem pelos outros tipos de informações, acabassem se informando também sobre os resultados das escolas.

Nessa mesma edição ainda, houve outra notícia sobre a mesma escola repassada pelo coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior, diretor da Escola Normal, sobre a solenidade de formatura das alunas da primeira turma concluinte, o que certamente gerou uma expectativa para a edição seguinte que traria uma reportagem sobre o assunto:

⁴³ Sobre Celsina, o Prof. Marcos Profeta (UNEB – Campus VI) defendeu dissertação de mestrado (PUC- SP, 2009) que depois foi publicada com título: MULHERES e poder no Alto Sertão da Bahia. A escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927).

⁴⁴ As escolas primárias serão tratadas adiante, neste mesmo capítulo.

Figura 05: A Penna, 03 de janeiro de 1902

manas que estendem ao céu longos braços nus,— todo um jardim esplendente de vício e matiz e mais variado para fazer mil gormens de vidas unscuntas surgirem de toda a parte, pulularem como ao capricho de uma fantasia inescrutavel e creadora, basta que a beneita guarda das chaves principie,— em 15 dias— a villa n'aquelle vasto campo calcinado re-surge, e a eterna phenix, a luxuriante flora intertropical, levanta-se novamente, arrastando em triumpho seu immenso manto verde e roçante.

Caetité 22 de Dezembro de 1901,
Marcellino José das Neves.

Eschola Normal

Uma das mais completas victorias do espirito civilizador no incessante batalhar da luz contra as trevas, e da boa vontade e nunca desmentido patriotismo dos nossos melhores *homens*, foi a solenne investidura das primeiras alumnas nostras que se formaram na nossa Eschola Normal.

Eschola com o cunho de originalidade de que se revestiu tudo o que é novo, tal festa em honra do talento e da perseverança dos *bons*, infatigavelmente obtidos do engrandecimento da patria enchem-nos de jubilo commovendo-nos ao mais latimo d'alma.

N'aquelle que comprehendem ser a instrucção o principio do qual decorrem os melhores e mais sãos resultados para o melhoramento dos povos e a mais poderosa alavanca para o levantamento do nosso nivel moral e intellectual, nós percebemos n'aquelle solenne investidura a pronunciação de um rico futuro.

Vamos procurar descrever a solemnidade a fim de que o leitor tenha uma idea do que se passou.

A's 10 horas do dia 21, com a pompa possível, pelo *Rem*, Padre Miguel Montelho de Andrade, Vigario do S. Sebastião e actual Encarregado d'esta Prefeitura, foi dita uma missa em acção de graças a pedido das professoras. O templo, que se achava ornado condignamente, regorgitava de fides, fazendo-se representar todas as classes da nossa sociedade.

Terminada essa primeira cerimonia dirigimo-nos ao edificio da Eschola, onde fomos recebidos no entrar por uma commissão composta dos Ilm^{as}. Srs. Professora Marcellino Neves e Pedro Moura, Lentes do Instituto.

O edificio achava-se lindamente ornamentado, ostentando infinidade de bandeiras, não so brasileiras como de outras nacionalidades, flaminulas multicores e flores naturais e artificiaes.

O salão nobre, ornado a capricho, achava-se mobilado em ordem a poder accommodar o grande numero de convidadas que esperava.

Festada a musica em uma sala contigua ao salão nobre do edificio, reuniram-se n'elle as melhores familias da localidade, todo o alto fun-

cionalismo publico, representantes do commercio, da imprensa e de todas classes activas do nosso meio.

Achando-se reunido o corpo docente da Eschola tendo ao centro o Dignissimo Director como representante da autoridade superior que por si ou por quem devia assistir o acto, tomaram assento proximoamente á mesa, nos lugares mais distinctos, o Ilm^{as}. Sr^e Dr. Juiz de Direito, Dr. Promotor Publico da Comarca, Senador Dr. Broceclano Vires Teixeira e outros cidadãos do alto conceito.

Em frente á mesa achavam-se as professoras trajadas uniformemente. Todos os professores e lentes da Eschola assim com todos os professores primarios que se achavam presentes traziam na lapella um distinctivo da classe.

A frente do edificio achava-se postado o destacamento policial em uniforme de gala fazendo a guarda de honra.

Aberta a sessão o Ilm^{as}. Sr. Professor José Gonçalves Cruz fez a chamada das alumnas p'osscruidas, D. Prescilla Aguiar, Josephina Leão, Elvira Sant'Anna, Maria Theodolina Neves, Maria Rosa de Andrade e Antonina Anália Domingues da Silva as quaes foi dada a investidura ao som do hymno nacional e ao ruido de muitas gyrandolas, cahindo uma nuvem de flores despetaladas sobre as novas alumnas-nostras seguiu-se a distribuição dos anteaes.

Finda essa primeira e imponente cerimonia, occupou a tribuna a calhosa e sympathica normalista D. Josephina Leão, oradora oitiva por suas collegas.

Calma, encantou o auditorio com a sua dicção sympathica, tendo uma bem elaborada peça oratoria. Historicando o esplandoso trocisco, mostrou quanto desenvolvidos foram aquelles que affluentaram o seu espirito e o de suas collegas com os seus sabios ensinamentos. Fez a apologia da instrucção e tecer encontros nos precaros cidadãos que tanto contribuíram para a creação da Eschola, para a sua installação, e para a sua manutenção, que tantos proveitos auferirá á zona do alto setão.

Terminando, despediu das seus charos mestres, do digno e zeloso Director e do corpo administrativo, e depositou uma lagrima sobre o humulo do Secretario, recentemente levado desta vida.

Ao terminar foi victoriada com demorados applausos, sendo coberta de flores ao som do hymno e do fôcos do ar.

Seguiu-se na tribuna, com a palavra, o paranympho eleito pelas novas alumnas-nostras, o Lente do Pedagogia Professor Marcellino Neves.

Em extenso e substancioso discurso fez o historico da instrucção a-travez dos seculos desde o despartar da civilisação até os nossos dias. Mostrando quaes as vantagens que podem advir da diffusão do ensino, lembrou as honras dos benemeritos a quem devemos tantos esforços para a creação e manutenção das Escolas Normaes do centro, cujos primeiros fructos são tão promittidores. Não podemos dar uma idea de longo estudo que o Ilustre lente expoz de um modo claro, convincente e agra-

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Antes de descrever a formatura, os editores da matéria fizeram uma apologia aos “homens bons” e incansáveis que tornaram possível aquele momento festivo. O jornal demonstra um discurso muito alinhado com o dos republicanos acerca da relação entre educação, civilização e progresso e, ainda, exprima a ideia de aquele ser o início de um tempo de prosperidade ancorado no sistema republicano como base e na educação como meio. O paraninfo e a oradora da turma também não esqueceram de citar os beneméritos aos quais se atribuíam a criação e a manutenção da escola.

A solenidade de formatura foi tratada como um evento social. Pelas pessoas presentes citadas na matéria e pela organização da escola e da cerimônia, percebe-se a relevância daquele acontecimento: a conclusão de curso das primeiras alunas mestres da Escola Normal de Caetité.

Através do registro, também entendemos um pouco da dinâmica escolar e como a instituição foi se consolidando socialmente entre os membros internos e entre a comunidade local. A descrição de momentos como esses nos possibilitou, ainda, observar como os agentes educativos interagiam, dando vida à instituição.

Diante disso, é possível dizer que a instituição educativa, neste contexto, pôde ser percebida como o resultado de um processo social executado por agentes que transformaram e inventaram o cotidiano e as relações estabelecidas ali.

Instituições educativas como essa significavam muito tanto para quem estava envolvido no processo, quanto para quem estava fora, estes que as viam, em sua maioria, como um lugar importante, de conhecimento intelectual e, por isso, muito as valorizavam. Em torno disso, uma identidade foi criada e uma memória também.

Assim, para além do *status* e da importância política, não podemos diminuir o que simbolizava uma turma de normalistas formadas para o Sertão, naquele momento: representava melhorias para a educação de muitas localidades da região que passariam a contar com a presença de uma professora primária e de uma escola, ainda que pequena, em lugares até então desassistidos por instituições educativas formais.

O jornal, por meio dos seus correspondentes, não deixava passar despercebido o reconhecimento do potencial da Escola Normal de Caetité pelas cidades vizinhas, que, na falta de escolas em suas localidades, enviavam muitas alunas para estudar em Caetité. Naquele momento, estudar era um diferencial entre as pessoas, tornar-se professora era sinal de prestígio e certamente não era para muitas.

Cannabrava

D'aquelle arraial recebemos carta do nosso correspondente ali, o Sr. Henrique Rodrigues dos Santos, dando-nos notícias da brilhante recepção que tece não só n'aquelle como na Villa de Macahubas a Exm^a Sr^a Josephina Leão uma das mais talentosas alunas que acabaram de receber o grau na Escola Normal desta cidade. Em Cannabrava foram ao seu encontro não só todos os seus parentes como grande número de admiradores. Recebida com sincero jubilo por seu digno tio e padrinho o Emx^o Revm^o Cônego Hermelino Leão sob uma chuva de flores, foi victoriada subindo muitos fogos. Em Macahubas também, foram encontrar a muitos cavalheiros sendo ela recebida com grande satisfação por sua madrastra a Exm^a Sr^a D. Maria

José de Seixas Leão, que aguardava a chegada da distinta aluna mestre em companhia de grande número de famílias da melhor sociedade. Foi servido um esplendido jantar sendo queimados muitos foguetes e bombões. (A Penna, 05 de março de 1902, p. 02).

A recepção de acolhida à recém-formada Josephina Leão, da Vila de Macaúbas, demonstra a importância de ser professora naquele momento e naquele lugar. Pelos escritos do correspondente do A Penna, ela foi recebida com grande entusiasmo e admiração pela família e pela sociedade em geral.

A festa de recepção também transparece um pouco da condição financeira dessa família que gastou com artigos, como foguetes e bombões. Isso nos faz pensar sobre qual era o público atendido pela escola, que, apesar de ser pública, cobrava taxas para manutenção, como dito. Para as moças que vinham de outras localidades, ainda existiam os gastos com a estadia em Caetité. Essas condições já excluía muitas jovens do processo educativo, nem todas que queriam tinham a condição de sair de seus locais de origem e de se manterem estudando na Escola Normal de Caetité.

Apesar de todo reconhecimento e todo entusiasmo por parte dos sertanejos em torno do êxito da escola e de suas alunas, passada a euforia da formatura da primeira turma de professoras, o jornal A Penna, na edição de 02 de maio de 1902⁴⁵, começava a chamar atenção dos seus leitores para a situação econômica do estado que viria certamente a refletir nas escolas locais.

A reportagem de capa faz um alerta acerca da crise financeira pela qual passava o estado: “[...] a mensagem do governador, notável documento que atesta a capacidade administrativa d’aquelles a quem foram confiados os destinos do Estado, expõe com a mais louvável franqueza o estado real das coisas.” (A Penna, 02 de maio de 1902, p. 01). Para tal situação, a alternativa seria a implementação de reformas, inclusive na instrução pública, que, na opinião de A Penna, “[...] fazer economia à custas da instrução pública é mais que um desserviço, é um atentado”. (A Penna, 02 de maio de 1902, p. 01). Não fica claro quem teria pago ao jornal por essa publicação tão extensa na primeira página, o que deixa em aberto a possibilidade de ter sido o grupo político local interessando em divulgar a situação econômica do estado e a sua oposição do governo.

A matéria enfatiza a atuação do governador Severino Vieira em relação à educação pública e a sua intenção de, novamente, centralizar a formação de docentes na capital, na

⁴⁵ Ver a reportagem na íntegra no anexo D.

tentativa de cortar gastos. Isso colocaria em cheque a existência de professores e escolas do interior devido a todo tipo de dificuldade que os possíveis candidatos ao magistério enfrentariam em sua jornada de formação em um lugar distante, como a capital, e conseqüentemente com custos altos.

Pelo que foi escrito, o A Penna estava informado sobre muitos assuntos relacionados à política e à economia do estado e demonstravam preocupação com o teor das reformas propostas pelo governo estadual, que certamente seriam desfavoráveis à instrução pública local.

De acordo com a matéria, na tentativa de equilibrar as contas públicas, o governo cometeria o desserviço de retirar investimentos da área da educação e certamente começaria pelas escolas do interior do estado, como a de Caetité e a de Barra. A existência dessas escolas era, em tese, a única coisa que marcava a presença do estado nesses lugares naquele momento.

Uma série de argumentos foram apresentados para reforçar a necessidade de manutenção das escolas, como, por exemplo, a carência de instituições escolares e a irregularidade de funcionamento nas que existiam para atender um número considerável dos habitantes de um território de muitos quilômetros de extensão; em contrapartida, outros elementos supostamente apresentados pela administração pública foram mencionados, como o grande investimento financeiro feito para um baixo número de matrículas, as supostas diferenças na formação acadêmica entre as escolas do interior e da capital e possibilidade de continuação do curso normal no Instituto de Salvador. Esses aspectos colocariam em risco a existência das escolas normais do Sertão.

A referida matéria admite a interferência política na abertura dessas instituições, entretanto tal aspecto não se sobrepõe à carência de escolas e de professores na região, tornando legítima a necessidade de existência delas no interior do estado: “Longe de ser a caprichosa ostentação da força de intendencias locais, de seu valimento, sua criação foi apenas a satisfação de sua real necessidade estranha apenas aos espíritos obcecados [...]”. (A Penna, 02 de maio de 1902, p. 01).

Ao longo do texto, foi ficando clara a posição do magistério em relação a outras profissões. De acordo com a matéria, as famílias possuidoras de recursos financeiros, “preferiria sem dúvidas para seus filhos outras carreiras, senão mais honrosas ao menos mais vantajosas” (A Penna, 02 de maio de 1902, p. 01).

Como visto, apesar da importância dada à formação de professores, havia certa desvalorização da profissão frente a outras de maior prestígio e retorno financeiro. A situação também explicita a posição do governo do estado, cujos interesses políticos passavam à frente do interesse republicano pela educação como meio de progresso e civilidade. Sem essas normalistas, principalmente no interior, o ensino primário ficaria muito prejudicado.

Por outro lado, a situação de instabilidade causava desconforto para as famílias das moças que estudavam na escola de Caetité ou que tinham essa intenção. Como dito, apesar de estarmos falando de uma escola pública, as famílias da região faziam investimentos para manter suas filhas em Caetité, e o possível fechamento da escola causava insegurança nelas, no sentido de que, se isso ocorresse, todo o investimento financeiro e o tempo de estudo seriam perdidos, uma vez que elas não teriam a condição de terminar o curso, a não ser que se deslocassem para a capital com tal fim. Essa última possibilidade era muito remota, já que se tratava de uma sociedade patriarcal que ainda educava as moças sob a supervisão próxima da família, de parentes não distantes ou de madrinhas. Mesmo em famílias abastadas, não era comum que as moças saíssem de perto dos pais para estudar na capital, como os rapazes dessas mesmas famílias saíam.

Assim, o decréscimo da quantidade de matrículas apontado pelo jornal teria sido resultado da instabilidade gerada pelas intenções públicas do governo de encerrar as atividades da escola denunciadas ao longo dos anos de 1902 e 1903.

Tais denúncias já eram indícios também do que estava por vir depois da dissolução das alianças políticas existentes até então. A oposição política de senadores, deputados e coronéis locais gerava ostracismos, descaso, omissão e até retaliação do poder executivo estadual em relação à cidade e à região.

Isso aconteceu com Caetité depois do fim do mandato de Luís Viana e da posse do seu candidato Severino dos Santos Vieira (1900 a 1904), este que demonstrava personalidade marcante, o que lhe foi importante para obter um grupo forte de apoiadores. Nessa conjuntura, ele foi se desvinculando do seu antecessor Luís Viana e dos seus correligionários no âmbito legislativo, como Rui Barbosa e José Joaquim Seabra, e formando seu próprio grupo, como aponta Tavares (2001).

Essa distância foi aumentando cada vez mais a partir do início do século XX até se transformar em oposição que se espalhou pelo interior da Bahia, inclusive por Caetité. No contexto de desavenças políticas entre Severino Vieira e Luís Viana, ocorreu o rompimento entre Deocleciano Pires Teixeira e o governador da Bahia Severino Vieira. Deocleciano

Teixeira, recusou-se a romper com Luís Viana, que também era seu amigo pessoal, para apoiar o então governador Severino Vieira, tornando-se então oposição a ele.

As consequências da dita oposição foram pesadas para Deocleciano e para Caetité. Sua influência ficou reduzida e ele foi praticamente excluído do mundo da política em nível estadual, enquanto a cidade teve sua Escola Normal fechada após apenas cinco anos de funcionamento, por decisão do governador.

O fato foi oficializado no final de 1903, através do Decreto nº 215, de 29 de dezembro, que declarou a extinção das Escolas Normais de Barra e de Caetité, alegando improdutividade e baixa matrícula (TAVARES, 2001, p. 229).

Isso reforça a ideia de que,

Apesar dos recorrentes discursos que apontavam a educação e a instrução como possibilidades para se obter o progresso, a modernização do país e o desenvolvimento do Estado, a realidade mostrava que ainda se vivia numa velha Bahia atrasada e excludente, na qual os embates políticos e a crise econômica atingiam fortemente o sistema educacional, condicionando a sua expansão, marcada há muito tempo pela falta de recursos para o aparelhamento de escolas, para construção de prédios escolares e para o pagamento de professores (LUZ, 2009, p. 27).

As afirmações de Luz (2009) ampliam o nosso olhar para a falta de um projeto educativo e um sistema educacional que tivessem como base as necessidades da população e das áreas mais desassistidas do estado. Como afirma o autor, a educação formal no estado estava muito entrelaçada a questões políticas que durante anos prejudicaram e interferiram na implantação de um sistema mais eficaz e assim continuava ocorrendo.

1904 – MENSAGEM apresentada à Assembleia Geral Legislativa na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª legislatura pelo governador, Severino Vieira. Of. Do Diário da Bahia, 1904. 143p. Tornando a acentuar que a ação federal prejudicava o ensino. É partidário da reforma do ensino, mas pondera dificuldades financeiras. Suprimira as escolas normais de Barra e de Caetité (31 – 36) (IHGB) (TAVARES, 2001, p. 63)

Alegando dificuldades financeiras, o governador declarou extintas as referidas escolas. Segundo ele, não era possível, diante dos problemas econômicos do Estado, utilizar receita anual de 93:230\$000 (noventa e três contos e duzentos e trinta mil réis) com escolas que não dariam o retorno esperado pela baixa matrícula registrada.

Além disso, de acordo A Penna, Severino Vieira alegou, como motivo para o fechamento das escolas, a desigualdade de organização “pela qual às alunas – mestras, nelas

diplomadas, são exigidas habilitações inferiores às dos alunos preparados no Instituto Normal da Bahia”. Ele ainda utilizou como argumentos o número de alunos mestres formados no Instituto em Salvador suficiente para atender as necessidades de provimento das escolas públicas de ensino primário.

O fechamento da Escola Normal prejudicou a educação caetiteense e de toda a região que contava com essa única escola para formar seus professores. Isso traria uma reação em cadeia para os níveis iniciais do ensino. Sem professor, não havia possibilidade de manter a educação primária principalmente nos distritos do município, cujo território era muito extenso⁴⁶, sem contar que essa medida também teria impacto direto nos municípios vizinhos, que também dependiam da Escola Normal de Caetité para assegurar a existência de professores primários nas respectivas localidades.

A decisão tomada pelo governador gerou um clima de insatisfação entre muitos caetiteenses, a exemplo dos editores do jornal. Nos meses seguintes, o A Penna publicou muitas reportagens sobre o assunto. O fato também repercutiu entre colaboradores da escola que nem moravam na cidade, como Rogociano Teixeira, que se manifestou publicamente – no Rio de Janeiro – contra a decisão do governador:

Petrópolis, 10 de janeiro de 1904

Jornal Diário de Notícias – Bahia. Acabo de telegrafar ao governador lamentando a supressão das Escolas Normas do sertão. Peço eficaz auxílio contra a desastrosa medida que priva o alto sertão do único benefício prostrado pelo governo àquella infeliz zona. Saudações. Rogociano Teixeira (JORNAL A PENNA, 12 de fevereiro de 1904, p. 02).

⁴⁶ Municípios emancipados de Caetité: Anajé (Conquista, 1962); Aracatu (Brumado, 1962); Barra do Choça (Conquista, 1962); Belo Campo (Conquista, 1962); Boa Nova (Conquista, 1880); Bom Jesus da Serra (Poções, 1989); Brumado (1877); Caatiba (Conquista, 1961); Caculé (1919); Caetanos (Poções, 1989); Candiba (Guanambi, 1962); Cândido Sales (Conquista, 1962); Caraíbas (Tremedal, 1989); Condeúba (1889); Cordeiros (Condeúba, 1961); Dário Meira; Encruzilhada (Macarani, 1952); Guajeru (Condeúba, 1985); Guanambi (seu território originalmente pertencia à Vila Nova, depois passou a Palmas de Monte Alto quando esta desmembrou-se de Macaúbas em 1840, por sua vez oriunda de Urubu em 1832); Ibiassucê (Caculé, 1962); Ibicuí (Poções, 1952); Igaporã (1953/58); Iguai (Poções, 1952); Itagibá; Itambé (Conquista, 1927); Itapetinga (Itambé, 1952); Jacaraci (1880); Lagoa Real (1989); Licínio de Almeida (Jacaraci/Urundi, 1962); Macarani (Conquista, 1921); Maetinga (Presidente Jânio Quadros, 1985); Maiquinique (Macarani, 1961); Malhada de Pedras (Brumado, 1962); Manoel Vitorino (Boa Nova, 1962); Mirante (Boa Nova, 1962); Mortugaba (Jacaraci, 1943?); Nova Canaã (Poções, 1961); Pindaí (Urundi, 1962); Piripá (Condeúba, 1962); Planalto (Poções, 1962); Poções (Conquista, 1880/1923); Presidente Jânio Quadros (1961); Ribeirão do Largo (Encruzilhada, 1989); Rio do Antônio (Caculé, 1962); Tremedal (Condeúba, 1953); Urundi (1889) e Vitória da Conquista (1840). Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Caetit%C3%A9>>. Acesso em 10 dez. 2020.

Como se vê, Rogociano Teixeira demonstrou inconformismo com a situação gerada pelo ato do governador que também refletiria em uma condição politicamente desfavorável para seus familiares em Caetité. Para ele, a existência das escolas significava o único benefício do governo àquela “infeliz zona”, ao usar esse termo, ressalta-se a carência de investimentos e esquecimento por parte do governo em relação ao lugar em complemento a muitas outras dificuldades de ordens naturais e geográficas já enfrentadas por seus habitantes.

Diante da crise educacional gerada por essa decisão do governo estadual e na tentativa de reverter a situação, o Conselho Municipal de Caetité se posicionou, enviando uma representação formal à Assembleia Geral do Estado da Bahia e questionando a deliberação do governador, bem como as justificativas usadas por ele na tomada da decisão.

[...] Ilmos. Exmos. Srs. Presidente e membros da Assembleia Geral do Estado da Bahia. O Conselho Municipal de Caetité no uso mais sagrado dos direitos vem respeitosamente representar ante o poder legislativo do Estado contra o decreto 215 de 29 de dezembro do anno findo, decreto oriundo de uma falsa apreciação dos fatos, não bem estudados e cujas origens se desconhecem, ou alias, não se procurou indagar e muito menos remediar (ATAS DAS SESSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL, 28 de abril de 1904, p. 156).

Nessa representação, os conselheiros expõem a importância de Caetité como polo regional de educação, além das consequências da extinção da escola para o progresso da instrução pública, isso porque, nesse momento, eles falam em nome das duas instituições extintas de Caetité e de Barra e do território coberto por elas. Além disso, ainda questionam o fato de as escolas terem sido fechadas sem uma devida apuração da real situação da instituição e de seu funcionamento.

[...] Esse decreto suprimiu dos lugares considerados vitalícios e fechando dois estabelecimentos de ensino profissional instituídos em satisfação a instante solicitação das necessidades do ensino sertanejo. Não só veio ferir direitos respeitadíssimos e individuais como matar de vez toda a aspiração que duas extensíssimas zonas do estado podessem ter de progressiva melhora na instrução e da futura posse dos imensos benefícios que de sua difusão infalivelmente decorrem. E não será por demais fazer agora notar que neste caso especial o Conselho Municipal de Caetité vê-se pela excepcionalidade das circunstâncias constituído orgam dos interesses dos municípios vizinhos todos igualmente prejudicados pela privação dos instituto supresso que sendo de fato um centro de cultura intelectual para esta cidade era como os factos irrecusavelmente o provam, uma fonte de onde já sensivelmente fluía a instrução preparando um bom número de professoras hoje na maior parte colocada à testa da instituição primária em muitas localidades desse município, no vizinho de Monte Alto, nos de Jacaracy, Riacho de Santana e Jussiape. É pois no interesse da instrução

primária de duas vastíssimas zonas do alto sertão profundamente prejudicadas pela supressão das escolas que este conselho anima-se a levar a presente representação ao poder competente já tendo um tempo e em sua primeira reunião ordinária representado ao Ex. Governador do Estado pedindo a reconsideração do decreto supressor (ATAS DAS SESSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL, 28 de abril de 1904, p. 156).

Os conselheiros expõem um sentimento comum entre muitos habitantes da cidade, os quais viam a escola como um inegável instrumento de cultura intelectual e progresso não só para Caetité.

No decorrer do documento, eles apresentam e depois questionam com veemência as questões postas pelo governo para justificar a extinção da escola, ficando clara a insatisfação dos conselheiros com relação às esvaziadas razões apresentadas.

[...] Esse decreto [...] , procurava justificar-se salientando 1º a falta de frequência em ambas as escolas, 2º a deficiência do ensino ministrado, 3º a necessidade de reduzir despesas atendendo ao estado financeiro, combinado com a conveniência de dar-lhe melhor aplicação às quantidades anualmente gastas já melhorando as condições invejáveis do Instituto Normal da capital, já habilitando o Tesouro a mais pontualmente aos pagamentos do funcionalismo público (ATAS DAS SESSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL, 28 de abril de 1904, p. 157).

Ao que parece, as razões apresentadas pelo governo não se sustentavam, ficando aparentes uma certa transferência de recursos de duas escolas do Sertão, área pouco valorizada pelo então governador, para o Instituto da Capital, que provavelmente seria mais viável aos interesses políticos dele.

Mesmo diante da representação do conselho municipal e dos protestos por meio da imprensa escrita, o governo estadual não revogou sua decisão, o que deixou um vácuo no que diz respeito à educação complementar, contrariando os interesses da população em geral e também dos políticos locais.

Àqueles que quisessem continuar seus estudos cabia buscar a capital, o que geralmente ocorria com os rapazes das famílias cujas condições financeiras fossem suficientes e que tinham interesse em dar aos filhos alguma profissão de “mais prestígio”. O mesmo não sucedia frequentemente com as moças; por esse motivo, elas foram as mais prejudicadas.

Com fechamento da Escola Normal, a educação em Caetité se resumia às escolas primárias estaduais, separadas por sexo, que já existiam no início do século XX, às vinculadas à administração municipal e às particulares, que foram abertas ao longo da primeira década.

2.3 Ensino primário em Caetité nas primeiras décadas do século XX

Antes de adentrar nos aspectos relacionados à educação primária em Caetité, é importante colocar algumas questões de relevância em torno das escolas primárias republicanas.

A primeira delas diz respeito à necessidade de desapego dos marcos políticos clássicos (Império – República) para melhor compreender o processo histórico de constituição da escola que, segundo Shueler e Magaldi (2009), não foi uma invenção republicana, tampouco uma novidade “fin-de-siècle”, apesar de tal representação, ainda hoje, ser muito encontrada em textos referentes à história da escola primária no Brasil.

O segundo aspecto importante está bem relacionado ao primeiro, pois, ao se comprometer com a constituição do regime republicano, políticos, intelectuais e autoridades se empenharam no silenciamento, na desqualificação e no apagamento da memória das práticas e iniciativas educativas produzidas nos períodos anteriores, enfatizando uma ruptura que na prática não existiu exatamente.

Sobre isso, Jorge Nagle (1974) argumenta que as alterações políticas (Império – República) não significaram mudanças profundas no sistema escolar brasileiro, assim como não representaram modificações sociais. A historiografia mostra um esforço grande dos republicanos para apagar ou silenciar a memória das práticas pedagógicas desenvolvidas nos regimes anteriores que não foram exatamente rompidas.

Dito isso e apesar disso, os republicanos tomaram para si a ideia de que a escola, a começar pelas elementares/primárias, era o meio pelo qual se incutiria no cidadão os princípios do positivismo e do liberalismo que fundamentava a República. Ela deveria ser capaz de atender aos interesses da nova ordem que se implantava no país, era também o elemento de integração e construção da nação, e para tais fins foi muito utilizada, conforme afirma Souza:

A escola primária Republicana instalou ritos, espetáculos e celebrações, em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores, e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. (SOUZA, 1998, p. 241)

Para atender esse pacote de atribuições inferido à escola, o período republicano foi palco de muitas reformas do sistema de ensino, entretanto tais reformas parecem ter sido movidas mais pelo caráter da necessidade e da urgência em assegurar a existência da República do que pela existência de um projeto educativo a ser implementado no país. Apesar disso, elas foram revestidas de um outro tom, uma outra roupagem: a do entusiasmo pela educação que vinha fortalecer a ideia de que a República havia rompido com as antigas ideias educacionais, substituindo-as por outras modernas e eficientes.

A partir daí, o sistema republicano ficou em dívida com à educação do país. O governo federal abdicou de oferecer educação primária aos seus cidadãos, repassando a obrigação aos entes federados, o que, na maioria das vezes, não ocorria como deveria, deixando as instituições escolares, principalmente nas províncias e lugares distantes das capitais, à mercê de muitos dos embates políticos e das crises econômicas que condicionavam os investimentos em infraestrutura e em pessoal, prejudicando o sistema educativo, como aponta Luz (2009).

No que se refere à Caetité, a dificuldade de encontrar fontes oficiais sobre a existência e o funcionamento de unidades escolares públicas nas primeiras décadas do século XX talvez retrate a pouca quantidade delas no vasto território que, naquele momento, compunha o município. Esse fato nos levou a explorar fontes, de naturezas diversas, encontradas na própria localidade, como os jornais e livros de atas, que foram cruzadas com outras fontes, como a legislação educacional e os documentos oficiais. Todas essas fontes nos possibilitaram fazer um levantamento das instituições existentes na cidade e minimamente dos seus modos operantes.

O registro escrito mais antigo encontrado foi sobre uma instituição escolar pública no modelo republicano, que, como visto, não era tão republicano assim; diz respeito a uma escola do sexo masculino existente em Caetité no ano de 1896 sob a regência do professor Antônio Soares Públio.

O referido foi localizado no Arquivo Público Municipal de Caetité em um livro de “Presença e Visitas⁴⁷”. Livros como esse eram utilizados para registrar a visita dos Delegados Escolares. Na tentativa de padronizar a escrita, eles seguiam um modelo estabelecido pelo Regimento Estadual de Educação sancionado em 04 de outubro de 1895. Como os próprios

⁴⁷ Arquivo Público Municipal de Caetité. Livro de Registro de “Presença e Visitas” Fundo: Intendência Municipal, Grupo: Ensino Público, Data Limite: 1896- 1911, Maço: 04

delegados descreviam, eles deveriam conter informações burocráticas/administrativas e pedagógicas da escola visitada.

Art. 17 – Os Delegados Escolares fiscalizarão a observância desde Regulamento e de quaisquer outras ordens concernentes ao ensino que no futuro se expedirem, cumprindo-lhes:

a) Inspeccionar o ensino, a disciplina, a administração e a hygiene de todas as escolas do seu districto, e particularmente as do estado, pelo menos uma vez de dois em dois mezes. [...]

Esta inspecção terá por objeto especial que:

I A mobília e a escola estejam em condições hygienes;

II Os processos de ensino sejam de intuição;

III Os programas e horários, livros e os demais materiais didacticos sejam aprovados pelo Conselho Superior;

IV A escripturação obedeça aos modelos anexos;

V A assiduidade, zelo e procedimento do professor denotem vocação para o ensino;

VI Tudo o mais quanto possa interessar à marcha do ensino e aos hábitos da educação obedeça às Prescrições da Lei Orgânica e deste regulamento.

b) Lavrar no livro competente o termo de sua visita, mencionando tudo o que fôr digno de louvor ou censura. As notas indispensáveis do termo serão: dia e hora da visita, presença do professor e adjunctos, número de matriculados e de presentes e o estado hygiênico da escola. (Ato de 04 de outubro de 1895 in SANTANA, 2011, p. 114)

Entre muitas outras atribuições, essas merecem destaque, porque correspondem quase que fidedignamente aos relatos do delegado escolar Marcelino José das Neves⁴⁸ do 20º Distrito, no qual estava inserido o município de Caetité. Os objetos sujeitos à inspeção de acordo com o regulamento materializam, de alguma forma, a instituição escolar, não só em seus aspectos físicos como também pedagógicos, e um pouco da cultura escolar da instituição.

Delegado Escholar do 20º Districto
Caetité 19 de agosto de 1896

⁴⁸ Em 1880, a convite do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, foi a Salvador, onde se submeteu a um concurso para o magistério. Nomeado efetivo de Duas Barras, tomou posse no ano seguinte e aí ficou por 15 anos. Em 1895, por ocasião da reforma do ensino organizada no governo Rodrigues Lima, o Governador, nomeou-o Delegado Escolar da vasta circunscrição que tinha sede em Caetité. Exerceu o cargo por dois anos, deixando-o por ter sido nomeado Lente de Pedagogia na Escola Normal, então criada. Como professor desta matéria escreveu uma Pedagogia para uso de suas alunas, que lutavam com falta de compêndios; foi paraninfo da primeira turma e também exerceu o cargo de Vice-Diretor. Extinta a Escola em fins de 1903, ficou em disponibilidade, até que aceitou a regência da Escola Complementar de Minas de Rio de Contas, onde permaneceu durante sete anos, mantendo um internato para rapazes, muito procurado e quando a Escola foi extinta, em 1912, voltou a residir, definitivamente, em Caetité. Disponível em:

<http://www.geocities.ws/acadaetiteenseletras/index_historia_marcelino.html>. Acesso em 10 dez. 2020.

Aos 19 dias do mez de agosto do anno de 1896 às 10 horas da manhã no caráter de Delegado Escolar do 20º Districto e em virtude do artigo 17 do regulamento da Lei Orgânica do Ensino de 14 de agosto de 1895 visitei a escola regida pelo professor Antonio Soares Públio, achando presente o mesmo professor e 69 dos 91 alumnos até hoje matriculados. Passamos a examinar a escrituração já lançada nos respectivos livros recentemente fornecidos pela Inspetoria Geral achei emitidos conforme os modelos do Regimento e feita com o máximo apeio e precisão, verifiquei igualmente a exatidão dos números acima. Assistimos a grande parte da sessão, acompanhamos os exercícios de aritimética, achamos bom o aproveitamento em muitos alumnos pelo que retiramo-nos satisfeitos, Deixo aqui ainda uma vez consignada a expressão do mais franco louvor ao digno incansável professor. Para constar lavrei o presente termo no qual comigo assigna o professor.

Marcelino José das Neves
Antônio Soares Públio⁴⁹

O registro da visita traz informações diversas, sendo a primeira de nosso interesse: a própria existência da escola, comentários sobre o professor que atuava nela, um pouco da rotina escolar desenvolvida ali e a quantidade de alunos presentes e matriculados. Isso reflete parte das preocupações do governo do estado com a permanência dos alunos na escola na contramão do que acontecia com frequência: o abandono escolar por motivos diversos.

O relato do delegado ainda nos dá subsídios que levam a outras fontes relevantes para a recomposição do cenário educacional em uma visão mais ampliada, como o Regulamento Estadual para a Educação, vigente nesse período, ao qual estava submetida a Escola Pública Estadual do sexo Masculino de Caetité. Esse fato nos possibilita a obtenção de elementos que não estão disponíveis nas fontes locais.

A Lei nº 117 de 24 de agosto de 1895 organizava o ensino público no estado da Bahia, abrangendo escolas estaduais e municipais; ela dividia o ensino em primário, secundário e profissional. De acordo com o termo de abertura do livro de visitas do delegado escolar, a Escola de Caetité era de ensino primário.

De acordo com o mesmo regulamento (Título II, Cap. I, art. 8º), o Ensino Primário estava dividido em Escola Infantil, Elementar e Complementar, sendo o conjunto delas denominado Grupo Escolar⁵⁰.

⁴⁹ Arquivo Público Municipal de Caetité. Livro de Registro de “Presença e Visitas” Fundo: Intendência Municipal, Grupo: Ensino Público, Data Limite: 1896- 1911, Maço: 04

⁵⁰ O modelo de grupos escolares fazia parte do projeto republicano para educação. Eles deveriam ser instituições de referência no que diz respeito à edificação (com prédio escolar próprio) e mobília

No termo de abertura do Livro de Matrículas, o Delegado Marcelino José das Neves utiliza apenas o termo “escola primária”, não especificando a existência dos três níveis de ensino que a compunham; os relatos também não indicam a existência de um Grupo Escolar. Entretanto, o mesmo Regimento, no Título II, Cap. I, art. 15, fala que serão admitidos, no ensino elementar, alunos de seis a treze anos e, no complementar, os alunos com idade entre dez e dezesseis anos. As informações do livro de matrículas, onde consta a idade dos alunos, nos leva a crer que o nível da escola de Caetité era elementar e/ou complementar, pois, nos registros, a idade dos alunos varia muito, não ficando especificado o nível de ensino da escola utilizando esse aspecto como referência.

Figura 06: Livro de Matrículas e Exames da Escola Pública Primária Estadual de Caetité

REGISTRO DE MATRICULA		ANNO DE 1897				OBSERVAÇÕES
NOME DO ALUNO		DOS PAES		FALTAS		
NOME	IDADE	NOME		1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE	
1.º	
2.º	
3.º	
4.º	
5.º	
6.º	
7.º	
8.º	
9.º	
10.º	
11.º	
12.º	
13.º	
14.º	
15.º	
16.º	
17.º	
18.º	
19.º	
20.º	

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

adequada, utilização de metodologia de ensino atualizada, assim como os materiais didáticos, entre outros aspectos que marcavam os grupos, como os preceitos relacionados à higiene, entre outros.

Outro aspecto interessante e, ao que parece, importante para o delegado escolar, era a escrituração, que também surge entre as atribuições dos delegados no Regimento Escolar, no ato de 04 de outubro de 1895, no Título I, capítulo I, seção III, art. 17

A escrituração, à qual o delegado escolar se refere, era um dos documentos fiscalizados durante as visitas por exigência do regimento que o traz nos anexos. Tendo acesso a eles, foi possível perceber, através do seu conteúdo, que, em Caetité, esses documentos estavam em um outro livro intitulado “Matrículas e Exames”. Nele registrava-se o nome dos alunos matriculados, seus pais ou responsáveis, entre outros dados, como o número de faltas em cada semestre. Os dados desse livro mais uma vez refletem a preocupação do governo com a presença dos alunos matriculados, já que constantemente muitos deles evadiam da escola, como dito, e isso para o governo era “dinheiro jogado fora”, uma vez que os investimentos feitos ficavam sem o retorno esperado.

Através desse livro, também foi possível constatar a existência da escola em questão entre os anos de 1896 e 1921, o que demonstra a sua sobrevivência em meio a muitas disputas político-partidárias que interferiam na oferta de educação em Caetité no período.

O registro também apresenta a data de início e término das aulas, que, em consonância com o regulamento do estado, tinha início em janeiro e término no fim de novembro, com um pequeno recesso entre os dias vinte de junho e cinco de julho (cap. I, art. 15º).

Apesar das dificuldades pelas quais passava a instrução pública no início da República no país e no estado da Bahia, há que se destacar uma particularidade da cidade de Caetité: a existência de outras escolas, além da Escola Estadual do sexo masculino já citada:

Eschola Municipal

Recebemos de um dos nossos dignos assignantes o que se segue que aproveitamos como notícia dos exames d’aquela escola. No dia 23 do mez passado realizaram-se exames finais na escola municipal desta cidade regida pelo alunno mestre Francisco José de Sant’Anna. Em presença de número regular de pessoas gradas entre as quais notavam-se o Exmº Sr. Dr. Francisco Duarte Guimarães e Cap. Firmino Sousa autoridades locais, a comissão examinadora composta de Exmº José Antonio Rodrigues Lima, intendente deste município, como presidente e professores Antônio Soares Públio e alunno mestre Deoclecio Silva funcionário da Escola Normal, deu começo aos trabalhos cujo resultado foi o seguinte: Aprovado com distinção – Antonio Vieira Mesquita e plenamente Adolpho Magalhães Brandão, Olyntho de Lima Costa, Áureo Augusto Ladeia Lobo, Ozório Fagundes de Lima, prromptos João Hemitério Pereira e Olyatho Sant’Anna. Em seguida houve a distribuição annual dos diplomas e prêmios não só aos que terminaram o tirocício primário elementar como aos que se distinguiram

durante o ano pelo procedimento, zelo e aplicação aos estudos [...] (JORNAL A PENNA, 07 de dezembro de 1900).

Não foram encontradas outras fontes sobre a escola, entretanto, através dessa nota do jornal da cidade, é possível identificar que ela era uma escola primária elementar do sexo masculino, mantida pelo governo municipal, e que funcionava em consonância com o regulamento estadual, isso pode ser constatado através do próprio fato registrado: exames finais da escola com presença de banca examinadora composta, nesse caso, pelo intendente da cidade, pelo professor da referida escola e por outros docentes que atuavam na cidade.

Apesar de não termos acesso às disciplinas escolares ministradas ali, o texto indica a valorização dos conhecimentos científicos no devido nível da escola, como também outros vinculados ao caráter moralizador e civilizador que a escola republicana tinha.

Esse tipo de nota sobre resultados, distribuição de prêmios e festas de fim de ano é recorrente no jornal, não se sabe quem financiava a publicação dessas notícias no periódico, mas essa, especificamente, foi enviada a ele por um de seus assinantes. Isso nos faz crer que ele mesmo tenha arcado com a despesa ou, por ser assinante, tenha sido dispensado dela.

Além dessa escola municipal, cujas informações foram obtidas através do jornal, encontramos indícios de instituições em outras fontes, mais especificamente em dois livros da intendência municipal: o primeiro utilizado para registro de seleção de professores; o segundo, para receitas e despesas, a partir do ano de 1896, na primeira gestão do intendente José Antônio Rodrigues Lima, o coronel Cazuzinha. Segue as imagens originais dos respectivos livros seguidas da transcrição das partes mais relevantes do texto.

Figura 07: Fac-símile 01 do livro de ata de exames para seleção de professores

Ata de exame de habilitação que se fez a
 Exma. Sr^a D. Petrina de Brito e Silva, concorrente ao
 lugar de professora substituta da cadeira de 4^a classe
 do sexo feminino do Arrayal de Cacolé, desta Alameda

Aos sete dias do mez de agosto do anno de mil e oitocentos e noventa e seis, no
 termo de Caetité e Paço Municipal, presentes o Intendente Municipal Coronel José Antônio Rodrigues Lima
 e os dois examinadores nomeados pelo Ilmo. Sr. D. Coronel Presidente do Conselho
 Escholar Municipal, o Prof. Ant^o Soares Púbio e a Exma. Sr^a D. Constança Carolina
 de Meirelles, a cuja heza de den, segunde determinava o Ilmo. Sr. D. Coronel
 Intendente, tendo comparecido a Exma. Sr^a D. Petrina de Brito e Silva, unica
 concorrente ao lugar de substituta da cadeira do sexo feminino do arrayal de Cacolé até
 que seja provido effectivamente o lugar segundo as exigências da lei organica estadual do ensino e do
 regulamento do ensino municipal de Caetité, encetou-se o exame. Submetida a
 examinanda a provas diversas das quais sahiu-se mais ou menos bem segundo a
 apreciação da mesa examinadora e correndo-se o escriturário secreto foi ella
 aprovada simplesmente; pelo que julga a Exma. Sr^a D. Coronel Intendente apta para
 reger em substituição temporaria a cadeira a que se propoz. E mandou o Ilmo. Sr. D. Coronel
 Intendente lavrar o presente auto em que se assina com os examinadores e o preponente.

Os, José Antônio de Santos Junior, Secretário do Intendente, escrevi.

José e Silva de Brito e Silva
 Constança Carolina Meirelles.
 Ant^o Soares Púbio
 Petrina de Brito e Silva.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

Aos sete dias do mez de agosto do anno de oitocentos e noventa e seis, o oitavo da república, nesta cidade de Caetité e Paço Municipal, presentes o Intendente Municipal Coronel José Antônio Rodrigues Lima e os examinadores nomeados pelo Ilmo. Coronel Presidente do Conselho Escholar Municipal, o prof. Antônio Soares Púbio e a Exma. Sr^a D. Constança Carolina de Meirelles, [...] tendo comparecido o Exma, Sr^a D. Petrina de Brito Silva, única concorrente ao lugar de substituta da cadeira do sexo feminino do arrayal de Cacolé até que seja provido efetivamente o lugar segundo as exigências da lei orgânica estadual do ensino e do regulamento do ensino municipal de Caetité encetou-se o exame. Submetida a examinanda à provas diversas das quais sahiu-se mais ou menos bem segundo a apreciação da mesa examinadora e correndo-se o escriturário secreto foi ella aprovada simplesmente [...]. (LIVRO DE ATA DE EXAMES PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES DA INTENDÊNCIA DE CAETITÉ, 07 DE AGOSTO DE 1896)

Figura 08: Fac-símile 02 do livro de ata de exames para seleção de professores

Atta de exam de habilitação que fez o
 Sr. Eupídio Cotrim, propozendo a substituição da ca-
 deira de 6.ª classe do sexo masculino do Arrayal da
 Lagoa Real, deste Município.

Aos cinco dias do mez de Outubro do anno de mil
 oitocentos e noventa e seis, oitavo da Republica, nesta
 Cidade de Caetité e Paço Municipal, presentes o Ilmo.
 Sr. Coronel Intendente Municipal Joo Antonio Ro-
 drigues Lima comtigo seu Secretário abaixo assigna-
 do, os examinadores Prof. Antõnio Soares Público e
 Francisco Joo de Santana, nomeados pelo Presidente
 do Conselho Escolar Municipal de conformidade
 com o regulamento e o candidato Eupídio Cotrim,
 procedeu-se ao exame de habilitação no mesmo
 Cidadão, que concerne a substituição da cadeira
 pública do sexo masculino do Arrayal da Lagoa
 Real, deste Município. Submettido a provas gramati-
 cas, arithmeticas, de leitura e caligraphia, foi exami-
 nado ellas, depois de ter se retirado o candidato e se fe-
 chada a porta do recinto e após o escriturário aprovado
 simplesmente, assim como em provas praticas de de-
 enho e calculo, pelo que, não havendo mais concorrentes,
 julgou-o o Ilmo. Sr. Intendente apto para exercer o
 cargo a que se propõe. E de todo o acima exposto, que
 vai assignado por todos. Eu Joo Antonio Soares
 Público, Secretário do Intendente, escrevi.
 J. A. Rodrigues Lima
 Antõnio Soares Público
 Francisco Joo de Santana

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

Aos cinco dias do mez de outubro do anno de oitocentos e noventa e seis, o oitavo da república, nesta cidade de Caetité e Paço Municipal, presentes o Intendente Municipal Coronel José Antônio Rodrigues Lima comigo seu secretário abaixo assignado, os examinadores o prof. Antônio Soares Público e Francisco José de Santana nomeados pelo Presidente do Conselho Escolar Municipal em conformidade com o regulamento e o candidato Eupídio Cotrim procedeu-se o exame de habilitação do mesmo cidadão que concerne à substituição da cadeira pública do sexo masculino do Arrayal de Lagoa Real, deste município. Submetido a provas de gramática, arithmética, de leitura e caligrafia, foi examinada ellas depois de ter se retirado o candidato e ter se fechado a porta do recinto e depois de ter-se o escriturário aprovado simplesmente, assim como em provas práticas de desenho e cálculo, pelo que, não havendo mais concorrentes, julgou-o o Ilmo Cel. Intendente apto a exercer o cargo a que se propõe [...]. (LIVRO DE ATA DE EXAMES PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES DA INTENDÊNCIA DE CAETITÉ, 05 de outubro de 1896).

Através da seleção e designação de professores, observamos a existência de mais duas instituições escolares: a Escola Municipal do Sexo Feminino do Arraial de Caculé (4ª classe⁵¹), para onde foi selecionada a professora substituta Petrina de Britto e Silva, em 20 de agosto de 1896, e a Escola Municipal do Sexo Masculino do Arraial de Lagoa Real (4ª classe), para onde foi selecionado o professor substituto Eupídio Cotrim, em 05 de outubro de 1896.

Como visto, o processo seletivo para os substitutos era simples: era avaliado o básico do que os candidatos precisavam saber para lecionar no ensino primário, eles eram aprovados se apresentassem um resultado ao menos regular, entendemos que esse era o conceito correspondente ao “mais ou menos bem” apresentado na avaliação da professora Petrina Brito.

O documento não esclarece sobre a formação desses aspirantes a substitutos, deixa claro apenas que eles seriam contratados até que o processo seletivo exigido pelo regulamento estadual e municipal fosse executado. Tal regulamento não foi localizado entre as fontes, deixando um hiato de informações sobre ele assim como sobre o processo seletivo definitivo, que, ao nosso ver, deveria equivaler ao que chamamos hoje de concurso público.

O livro de receitas e despesas da intendência indicou ainda a existência de Escola Municipal nos distritos de Aroeiras, Rio do Antônio, Bonito⁵² e Cana Brava⁵³, onde o intendente municipal alugou imóvel, em 1903, para o funcionamento de Escola da 3ª Classe do Sexo Masculino.

Figura 09: Livro Educação Pública (receitas e despesas)

⁵¹ Segundo o Regulamento do Ensino no Estado da Bahia no Título II, Cap. I, art. 21, apresentado por Santana (2011) as escolas estaduais e municipais seriam classificadas administrativamente em Escolas de 1ª Classe as da capital, de 2ª Classe as das cidades, sede de comarca e as suburbanas da capital, as de 3ª Classe as das vilas e sedes de paróquias e 4ª Classe as de arraiais e povoados.

⁵² É válido lembrar que Caculé, Rio do Antônio e Lagoa Real são ex-distritos de Caetité, o primeiro emancipado em 1919, segundo, em 1962 e o terceiro, em 1990. Bonito corresponde ao atual município de Igarorã, também emancipado de Caetité em 1953. Cana Brava continua distrito de Caetité com o nome de Caldeiras.

⁵³ Cana Brava, atual distrito de Caldeira, se localiza praticamente no limite do município de Caetité e faz divisa com o município de Tanque Novo.

Registo do contrato lavrado entre
partes Intendencia Municipal e
Francisco Joaquim Pillarboas.

„ Contrato. Aos trinta e um dias do mez de Janeiro
do anno de mil novecentos e tres, na esta Cidade de Caetité e Intendencia Municipal, presente o Ilusterrimo Le-
nhor Correal Intendente José Antonio Rodriguez Lima e
commissario Secretario abaixo assignado, digo, nomeado, con-
parceu o Cidadão Capitão Francisco Joaquim Pillarboas, que
contrahiu com o mesmo Senhor Correal Intendente o
aluguel da casa sita no Arrabal da Camachona si esta
Municipal e pertencente ao mesmo Pillarboas, a qual
casa foy presentemente para caber vnde haecora se
a aula de 3.^a classe de sexo masculino do mesmo ar-
rahal, ficando assentado que a Intendencia pagará
cincoenta e cinco mil reis de aluguel pelo tempo
que decorrer de primeiro de Fevereiro a trinta e um de
Dezembro do corrente anno. E assim assentado lavrou-
se presente contrato, em José Antonio dos Santos Junior, Se-
cretario da Intendencia, que o escreveu e registrou de-
pois de assignado pelas duas partes contratantes, José
Antonio Rodriguez Lima, Francisco Joaquim Pillarboas.

Registo do contrato lavrado entre
a Intendencia e Jemiro Ant. do Bonfim.

„ Contrato. Ao primeiro dia do mez de Julho de mil

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Figura 10: Livro Educação Pública (receitas e despesas) continuação da página anterior

mil novecentos e três, na 'esta Cidade de Caetité e Intendência Municipal, presente o Intendente Coronel José Antônio Rodrigues Lima comigo Secretário do seu cargo abaixo mencionado, apresentou-se o Sr Tenente Frederico Dantas Castro com procuração bastante de Jerônimo Antônio de Bonfim e contratou com o mesmo Intendente o aluguel da casa a qual o seu constituinte possui no Bonito e serve de escola a' cadeira do sexo masculino; a' razão de seis mil reis mensais a contar da presente data. E, para constar, lavrei o presente termo, e contratou, que o mesmo assignado pelas duas partes contratantes. Eu, João Antônio dos Santos Júnior, Secretário do Intendente, escrevi. José Antônio Rodrigues Lima. Frederico Dantas Castro.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Contracto: aos trinta dias do mês de janeiro do anno de mil novecentos e três à esta cidade de Caetité e Intendência Municipal, presente o Ilustríssimo Coronel Intendente José Antônio Rodrigues Lima comigo secretário abaixo assignado compareceu o cidadão Cap. Francisco Joaquim Vilasboas que contractou com o mesmo Coronel Intendente o aluguel da casa, esta no arraial de Cannabrava n'este município a qual serve presentemente para a escola onde funciona a aula da 3ª classe do sexo masculino do mesmo arraial que a intendência pagará cinquenta e cinco mil reis de alugueis pelo tempo que decorrer de primeiro de fevereiro a trinta de dezembro do corrente anno [...].

Contracto: ao primeiro dia do mês de julho de mil novecentos e dois nesta cidade de Caetité e Intendencia Municipal presente o Intendente Coronel José Antônio Rodrigues Lima comigo secretário apresentou-se o Sr Tenente Frederico Dantas Castro com procuração de Jermino Antônio Bonfim e contratou com o mesmo intendente o aluguel da casa que o seu constituinte possui no Bonito e serve de escola a cadeira do sexo masculino a razão de seis mil reis mensais a começar da presente data [...] (Livro Educação Pública - receitas e despesas).

Como exposto, havia em Caetité um certo interesse público pela educação formal, o intendente demonstra iniciativa em relação à manutenção de instituições educativas. Apesar disso, se observarmos o número de escolas identificadas e a dimensão territorial do município naquele momento, possivelmente, uma parte grande das crianças e jovens continuava fora da escola.

Os documentos expõem ainda uma situação muito comum entre as escolas baianas: a falta de estrutura física dessas instituições que não contavam com sede própria e funcionavam em imóveis alugados, muitas vezes inapropriados, sem as condições de higiene necessárias e tão pregadas pelos governos republicanos, fato resultante da falta de projeto eficaz de investimentos públicos na área da educação.

O regulamento estadual, no título II, Cap. 1, art. 11, discorre sobre a obrigação do governo estadual de criar uma escola elementar de cada sexo em cada cidade do estado, entretanto não foram encontradas fontes oficiais que confirmassem essa prática; apenas algumas notas do jornal A Penna, de 20 de novembro de 1901 e de 24 de outubro de 1902, desfazem a lacuna existente acerca desse assunto, elas nos dão ciência da existência de escola estadual feminina em Caetité:

Exames primários

No dia 20 corrente deram-se exames de classificação na Eschola Estadual de meninas sob a regência da Exm^a Sra. D. Jovina da Trindade Novaes. Sob a presidência do Ilmo. Sr. Juiz de Direito, foram examinadores os professores Deoclecio Silva, da aula de desenho da Escola Normal e Capitão Santanna Professor Municipal. Compareceram diante da mesa as alunas Cynthia Silva, Genesis Guimarães, Haidê Silveira, Corina Silveira, Guiomar Silva e Marcionillia Neves. As alunas revelaram muito aproveitamento, salientando-se em vista de sua idade muito tenra a criança Beatriz Rodrigues Lima. Felicitamos à distinta professora (JORNAL A PENNA, 20 de novembro de 1901).

A pedidos

Eschola Estadual

De acordo com seu regulamento de ensino primário do estado, tenho a honra de convidar aos Sr(s) pais das crianças sob minha direção e as pessoas que quiserem para durante os dias 20 e 21 de novembro visitarem a rudimentar exposição dos trabalhos de agulhas das alunas que terminaram o curso elementar.

Caeteté, 25 de outubro de 1902

Jovina Novais

Professora Estadual (JORNAL A PENNA, 24 de outubro de 1902, p. 03).

Tais notas quebram o silêncio sobre a existência de uma escola feminina funcionando satisfatoriamente na cidade sob a regência da professora estadual Jovina Novais. A notícia é

sobre a realização dos exames anuais, conforme solicitado pelo regimento estadual, com banca examinadora composta por autoridades municipais e pedagógicas⁵⁴.

A segunda nota demonstra um pouco das atividades desenvolvidas no estabelecimento no ano de 1902, também em conformidade com o regulamento estadual (Título II, Cap. 1, art. 17), o qual indica as seguintes disciplinas escolares:

[...] Língua materna, leitura e escrita, ensino moral e cívico, calculo e sistema métrico, geografia e história (principalmente da Bahia), as primeiras noções de ciências por meio das lições de coisas, ginástica e exercícios militares, noções de agricultura, elementos de desenho, canto e trabalhos manuais (Lei nº 117 de 24 de agosto de 1895 in SANTANA, 2011, p. 95).

Certamente, o trabalho de agulhas das alunas da professora Jovina devia contemplar o item “trabalhos manuais” contido no regulamento. A data da exposição também observa o fim do ano letivo determinado pelo mesmo documento.

O jornal ainda ajuda a recompor o cenário educacional caetiteense com outras pequenas notas sobre outras instituições educativas em Caetité:

Internato Sant’Anna

Funciona à Praça da matriz

Casa nº 23

Pensão – anno lectivo 300\$000

Sciencias e línguas – mez 5\$000

Música e desenho – 4\$000

(JORNAL A PENNA, 05 de março de 1902, p. 03).

Internato Sant’Anna

Neste estabelecimento de educação acham-se funcionando as aulas de Francez, Português, Arithimética, Geografia e História, Primeiras letras, Música e Dança. Continua a receber alumnos internos a 360\$000 pelo anno letivo, sendo os pagamentos em duas prestações adiantadas, a primeira por ocasião da entrada do alunno e a segunda no começo de julho.

Caetité, 20 de março de 1903

O Director

Prof. Francisco José de Sant’Anna

(JORNAL A PENNA, 20 de março de 1903, p. 04).

⁵⁴ Na maioria das vezes, os componentes das bancas se repetem, talvez devido à falta de profissionais da área para acompanhar as bancas examinadoras de todas as escolas. Nomes como Marcelino Neves, Francisco Sant’Anna e Pedro Moura aparecem em muitas delas.

Annuncios

Atheneu Caeteense

Casa de Educação Integral

Internato e Externato

Funcionando em edificio hygienico, situado à Rua 15 de novembro a principal da cidade.

Tabella:

Curso Primário 5\$000

Línguas 5\$000 cada uma

Sciências matemáticas 5\$000 cada uma

Sciencias naturaes 7\$000 cada uma

Música e desenho 4\$000

Caetité, Estado da Bahia

Director Pedro Moura

(JORNAL A PENNA, 05 de março de 1902, p. 04).

Através das pequenas notas expostas, é possível verificar a existência de instituições de ensino particulares em Caetité cujos responsáveis eram nomes conhecidos na educação local: Francisco José de Sant'Anna aparece em outras fontes como professor da Escola Municipal, e Pedro Moura aparece como componente de bancas examinadoras da Escola Normal.

É importante observar que as duas escolas apresentadas mantinham regime de externato e internato, provavelmente havia procura por este tipo de ensino devido à falta de escolas em muitos lugares da região. Dessa forma, Caetité acabava sendo a única opção de escolarização para as crianças e jovens, por isso o regime de internato tornava-se uma alternativa viável na falta das condições necessárias para voltarem diariamente aos seus domicílios.

O internato do professor Sant'Anna funcionava na casa nº 23 na Praça da Matriz, ou seja, no centro da cidade. Era uma casa espaçosa, arejada, benfeita, isso provavelmente refletia no custo da mensalidade. O edifício ainda existe, foi por muitos anos um hotel e hoje pertence à Associação das Senhoras de Caridade de Caetité e sedia o Museu Espaço INB (Indústrias Nucleares do Brasil).

Figura 11: Museu Espaço INB nos dias atuais



Fonte: Blog do Tecnólogo. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

Ao mesmo tempo, o Atheneu Caetiteense também estava muito bem localizado, na principal rua da cidade⁵⁵, e isso também tinha o seu custo. Como o anúncio não citou o número da casa, não foi possível identificar o edifício nem a sua localização atual.

Diante desses custos, fica evidente que essas escolas estariam, então, disponíveis a uma pequena parcela da população que pudesse dispor de trezentos mil réis anualmente ou de quatro a sete mil réis por disciplina, incluindo a internação. De todo modo, as informações sobre a existência delas foram nos ajudando a desenhar o cenário educacional caetiteense do início do século XX.

⁵⁵ A nota se refere à rua 15 de Novembro como a principal da cidade. Essa rua mudou de nome algumas vezes. As primeiras informações são de que ela se chamava Rua São Benedito por causa de uma igreja dedicada a esse santo localizada nela. Com a implantação da República no Brasil e os liberais no poder em Caetité, a rua teve o seu nome alterado para 15 de Novembro. Algumas décadas depois, passou a se chamar Rua Barão de Caetité em homenagem a esse antigo morador “ilustre” da rua, permanecendo este o nome atual.

Além das escolas particulares, como o Internato Sant'Anna e o Atheneu Caetiteense, os registros encontrados constataram a existência de sete escolas públicas elementares espalhadas pelo território do município:

- Escola Estadual do Sexo Masculino (na sede do município);
- Escola Estadual do Sexo Feminino (na sede do município);
- Escola Municipal do Sexo Masculino (na sede do município);
- Escola Municipal do Sexo Feminino (no distrito de Caculé);
- Escola Municipal do Sexo Masculino (no distrito de Lagoa Real);
- Escola Municipal do Sexo Masculino (no distrito do Bonito);
- Escola Municipal do Sexo Masculino (no distrito de Cana Brava);
- Escola Municipal do Sexo Masculino (no distrito de São Sebastião).

De acordo as fontes disponíveis, essas instituições representavam a educação pública em Caetité no início do século XX. Como se vê, apenas a sede e alguns distritos, quase todos hoje emancipados, eram cobertos.

Ao pensar na localização e na distância entre elas, podemos imaginar as dificuldades de acesso tanto de professores quanto de alunos a esses locais considerados isolados por causa da inexistência das estradas minimamente transitáveis existentes entre esses lugares naquele período.

Apesar das dificuldades, as fontes indicam que pelo menos algumas dessas instituições, como a Escola Estadual do sexo feminino, permaneceram funcionando ao longo de boa parte do período em estudo neste trabalho

Escola Estadual Do sexo feminino

No dia 21 do mez de novembro constituiu-se a mesa de exames na escola estadual que acha-se sob a regência da Exma. Sra. Professora Jovina Margarida da Trindade Novaes da seguinte forma: José M. de Almeida – Promotor da Comarca como presidente e Exma. Sra Lia da Silveira Lima, Rev. Cônego Luiz Pinto Bastos e Ilmo Professor Antônio Soares Públio examinadores. Com todas as formalidades legais foram submetidas a exames as alunas Filomena Fagundes da Silveira, Nair Angélica da Silveira e Judith de Britto Guimarães. Foram todas aprovadas com distinção [...] (JORNAL A PENNA, 05 de dezembro de 1913, p. 05).

Os ritos de avaliação não mudaram muito dos primeiros anos do século XX até a segunda década, a quantidade de alunos também não. O mesmo ocorria com os envolvidos no

processo: professora e banca examinadora continuavam praticamente as mesmas, com exceção do Cônego Luiz Bastos, que havia chegado na cidade no início da década e foi se tornando personagem frequente em muitos atos que envolviam a educação no município.

Infelizmente, não encontramos nenhuma informação sobre a localização dos espaços onde essas escolas funcionavam em Caetité; provavelmente, elas nem tinham sede própria, essa era a realidade da maioria das escolas primárias do Sertão. Tudo isso acaba limitando o nosso conhecimento sobre as condições físicas dos prédios nos quais elas funcionavam.

Outras notas foram encontradas no jornal ao longo dos anos, a exemplo da edição de 17 de setembro de 1914 sobre a mesma escola. Em 29 de novembro de 1917, o A Penna registrou a banca de exames finais da Escola Municipal Masculina.

Observando e cruzando as notas do jornal com outros registros de livros de matrícula e frequência, por exemplo, constatamos que algumas das escolas mencionadas anteriormente continuaram funcionando regularmente no município, mas, pela quantidade delas, é bem provável que parte das crianças em idade escolar não eram atendidas.⁵⁶

O jornal A Penna complementa as informações sobre a instrução na cidade, traçando um pequeno histórico sobre a educação e as instituições educativas e apresentando algumas peculiaridades locais, apesar do contexto de crise no estado:

A instrução em Caeteté

Essa tendência natural, vivaz e prometedora de rica fructificação, foi felizmente mantida, revelando-se já nas reiteradas tentativas de associações literárias; já no decidido gosto pelo teatro, como há pouco d'estas colunas procurou provar; já na manutenção de escolas de ambos os sexos, públicas e particulares e no ensino aqui outrora muito desenvolvido do latim e mesmo do francez. [...] Hoje, de longe, veem meninos para os diferentes internatos de ambos os sexos, e as matriculas do Atheneu Caeteteense, do Internato Sant'Anna e do Collégio Nossa Senhora de Lourdes não ostentam um número elevado quanto fora para desejar devido as diferentes crises que tem flagelado o estado e particularmente o centro tem sua animadora compensação nas frequências verdadeiramente consoladora das quatro escolas primárias de ambos os sexos, verdadeiros opulentos, e sempre renascente de novas plantas, garantidoras do florescimento futuro e do desenvolvimento deste paiz tão atrasado ainda quando digno de mais brilhante destino [...] (JORNAL A PENNA, 20 de dezembro de 1902, p. 01).

⁵⁶ O pouco ou a falta de acesso aos estabelecimentos escolares não será aprofundado neste trabalho visto que em nosso entendimento seria necessário outros dados relativos às causas das dificuldades de ingresso na educação nesse período e nesta localidade, ficando este tema aberto para outros trabalhos.

A reportagem transcrita nos ajuda a traçar o percurso histórico da educação em Caetité em uma perspectiva muito otimista, provocando a reflexão sobre tal cenário.

A informação sobre o “ensino desenvolvido” do latim⁵⁷ e do francês retrata um período anterior ao século XX e à República, quando imagina-se que o acesso à educação era muito mais restrito, sendo reservado a uns poucos que pudessem pagar a um professor ou à escola particular⁵⁸ de João Gumes, existente em meados do século XIX em Caetité, onde estudou, por exemplo, Antônio Soares Públio, professor da escola pública estadual, como visto anteriormente.

A matéria do A Penna tenta demonstrar que, em Caetité, já havia uma tendência à valorização da educação e da cultura formal, que na falta de outros meios se fazia presente através de associações literárias e manifestações artísticas, como o teatro⁵⁹.

A existência de escolas em Caetité na data da publicação já era do nosso conhecimento. A novidade trazida pelo A Penna nessa matéria foi a existência do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, que aparece pela primeira vez e de forma muito superficial na documentação. Na inexistência de outras fontes, não foi possível ampliar o conhecimento sobre a instituição.

A reportagem condiciona a existência de um número maior de alunos às diferentes crises que flagelavam o estado, o que dificultava o desenvolvimento econômico da região e o acesso de uma parte da população à educação. Tais crises puderam ser verificadas ao longo de toda a República Velha, período no qual momentos difíceis na economia baiana associada ao desinteresse político refletiram fortemente nos investimentos na educação.

Ainda assim, é interessante perceber que, mesmo em meio a muitas dificuldades, no que diz respeito à instalação e à manutenção de Instituições Escolares, no estado da Bahia, a região de Caetité foi minimamente coberta por instituições educacionais públicas e particulares de ensino elementar. A existência dessas escolas colocava a cidade de Caetité

⁵⁷ De acordo Santos (1995), quando os naturalistas alemães Spix e Von Martius estiveram em Caetité, no século XIX, ele se admiraram por ter encontrado naquele ponto tão remoto um exímio professor de Latim. A cadeira funcionou em Caetité até a década de 1860.

⁵⁸ Existe no Arquivo Público Municipal de Caetité um livro de registro de matrícula da referida escola, entretanto, como ele data de 1860, fica distante do recorte temporal desta pesquisa e por isso não foi explorado aqui.

⁵⁹ De acordo Santos (1995), desde meados do século XIX, era vontade dos caetiteenses desenvolver práticas teatrais na cidade, isto se deu por certo tempo de forma improvisada no quintal das casas. Existiam no lugar companhias amadoras de teatro que, com o passar do tempo, conseguiram edificações próprias e, assim, tem-se notícia do Teatro Bramão, Teatro Dois de Julho e, o mais imponente deles, o Teatro Centenário, luxuosa construção que, em decadência, foi demolida na década de 1970.

como centro educativo da região, e ela assim se manteve por muito tempo, cultivando uma memória em torno dessa sua condição.

Isso se deu em parte pela atuação dos políticos caetiteenses e suas alianças ao longo desse período. No contexto das desavenças políticas entre Deocleciano Teixeira e o governador Severino Vieira e conseqüentemente a diminuição da sua influência, os Rodrigues Lima passaram a liderar a política local e também a articular as alianças regionais e estaduais.

2.4 Política, políticos e o provimento dos cargos públicos escolares em Caetité

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, os Rodrigues Lima estiveram no executivo municipal várias vezes, somando-se quase vinte anos. De acordo Santos (1995), José Antônio Rodrigues Lima (o coronel Cazuzinha) governou Caetité duas vezes, de 1896 a 1903 e de 1912 a 1915, Otacílio Rodrigues Lima, entre 1904 e 1907 e Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior (Quincas), entre 1908 a 1911, ou seja, muitas das escolas públicas citadas foram abertas por eles, mas abrir escolas não era a única forma de atuação política na educação local.

Pelo desempenho político da família junto ao governo estadual, outras práticas puderam ser verificadas principalmente durante o período em que José Joaquim Seabra (J.J. Seabra) esteve à frente do executivo estadual.

Com a vitória de Hermes da Fonseca à presidência, José Joaquim Seabra se consolida no espaço político. A sua presença na política baiana foi ficando cada vez mais marcante à medida em que o Partido Republicano Democrata foi fundado, seu grupo foi ocupando cargos no legislativo e ele foi adquirindo respeito de correligionários e também de seus opositores.

Outra estratégia sua foi buscar apoiadores em todo o estado, inclusive no Sertão, entre os que ele conseguiu estavam os Rodrigues Lima, que, por sua vez, tinham interesse em ficar ao lado do possível vencedor.

Bahia, 04 de abril de 1910

Quincas

[...] como deve ter visto na imprensa, eu fui a convenção dos Democratas.

Recebi reiterados pedidos de amigos para lá comparecer mas estando Cazuzinha no Rio eu não disponho de tempo para escrever-lhe consultando à respeito, procurei o Bráulio que me disse não haver inconveniente algum em minha presença à dita reunião. Fui sem compromisso e não os tomei. Não representei município algum. [...] não quis fazer parte de comissão alguma

do novel partido, porque para ele alistava como soldado e não como chefe mas ontem Rodrigo Brandão me disse que Seabra tinha posto o meu nome e o do Barão de Camassari no conselho geral nas proximidades de sua viagem ao Rio. Causou-me surpresa o Chico Teixeira ter feito representação na reunião porque nesse mesmo dia o Diário da Bahia publicou um telegrama seu ao Severo. Antes assim, com o Seabra ele poderá conseguir a desejada intendência de Monte Alto para o futuro.

O que noto na política de M. Alto é a falta de orientação, agora, já com seu chefe oposicionista em nossa agremiação pode ser que consigam [...]. Parece, talvez, ares de fora, que no novo partido tudo vai em ordem, isto é, todos estão confraternizando, puro engano, na véspera da sua reunião o Rodrigo Brandão teve forte atrito com Vianna por causa da política de Santo Amaro que o Cons. já estava metendo-se sorratamente, o Rodrigo disse-lhe: o senhor madrugou com sua perfídia? Mas em mim não encontrará subalterno, marcharemos em paralelo. Pela forte oposição que o Papamel encontrou não quis o Seabra colocá-lo na comissão executiva. Não obstante estes incidentes o partido parece que dominará a Bahia no governo Hermes. De há muito que falam na aliança do Severino com o governo. É certo que o Santos tem trabalhado muito para esse fim mas tem encontrado embaraços de ambas as partes. O Cincorá se recolherá aos bastidores caso haja a união e muita gente boa espera isto para se aliar ao Seabra. A recepção do Seabra no Rio e o brinde do Marechal causaram aqui espanto e pavor nos arraiais severinistas.

(Bráulio Lima)⁶⁰

Os Rodrigues Lima de Caetité presenciaram esse momento importante da política de Seabra: a fundação do Partido Democrata na Bahia. Embora sem compromisso formal e sem representar nenhum município, Bráulio Lima se fez presente na convenção do partido, e isso o torna bem informado acerca da política baiana no período, o que também lhe dá habilidade para expor um cenário político cheio de atores conhecidos e de alianças, não só na capital como também no interior do estado; mais ainda: ele é capaz de descrever possíveis e futuros cenários, dependendo das alianças que poderiam ser formadas entre executivo estadual e federal.

Pelas observações de Bráulio, muitos políticos esperavam o desfecho da situação entre Seabra e o governo de Hermes da Fonseca para se aliar a ele. Este não parecia ser o caso dos Rodrigues Lima, que já despertavam a simpatia e o interesse do Seabra, afinal ele não indicaria qualquer pessoa para cargos no seu partido. Além disso, era importante ter os Rodrigues Lima como seus aliados políticos e, por meio de outras correspondências posteriores, isso se efetiva.

⁶⁰ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série José Manoel Rodrigues Lima Junior - 1.34.40 - Cx 11, maço 02 Correspondências Usuais de JMRLJ;

Seabra aposta em ações diferenciadas em relação aos velhos e tradicionais políticos baianos, não descartava alianças, entretanto não se submetia e nem se limitava a elas.

Seabra representou uma ruptura na velha tradição oligárquica baiana que se mantinha no poder, dando início a um novo modelo de governo – por um lado elitista, por outro com forte apelo popular, como adverte Tavares (2001). Ele esteve no governo da Bahia entre 1912 e 1916, depois de uma renúncia conturbada⁶¹ de Araújo Pinho e do presidente da Câmara Legislativa Aurélio Viana.

Joaquim José Seabra foi um ponto de inflexão na política baiana. De acordo Luz (2009), ele, Antônio Moniz e outras lideranças do Partido Republicano Democrata (PRD), que exerceu liderança política entre 1912 e 1924, estabeleceram um período de hegemonia no poder político no estado, garantindo a predominância do seabrismo ao longo desse período, apesar das dificuldades em lidar com muitos dos coronéis no interior.

A Bahia seguia em direção à segunda década do século XX dividida em severinistas e seabristas. Essa divisão se estendia a muitas localidades do interior do estado. Nessa conjuntura, se dava a atuação política dos coronéis e oligarquias do interior, onde as articulações políticas rendiam aos municípios interioranos ora benefícios, ora descaso e abandono por parte do poder estadual.

Seabra desenvolveu na Bahia um governo centralizador e, como político, fez e desfez alianças. Com os Rodrigues Lima de Caetitê, ele se manteve próximo, parecia existir simpatia entre eles e certa “boa vontade” política por parte do governador. Uma “boa vontade” necessária, já que Seabra encontrava dificuldade de acesso e apoio junto a outros líderes políticos da região. Por isso, ter os Rodrigues Lima como aliados era interessante para ele;

⁶¹ Isso ocorreu depois de uma ação militar autorizada pelo Marechal Hermes da Fonseca, então Presidente da República, desencadeada pelas disputas políticas entre Ruy Barbosa e Seabra, que até então era o ministro da Viação e Obras Públicas do Marechal Hermes. Pressionado, Araújo Pinho, aliado de Ruy Barbosa, renunciou em 13 de dezembro de 1911. Quem deveria assumir era o presidente do senado estadual, que alegou problemas de saúde e não o fez. Assumiu, então, o presidente da Câmara, o deputado estadual Aurélio Viana, este convocou uma Assembleia Estadual, em Jequié, no interior do Estado e bem distante dos canhões do exército que se movimentavam nos fortes. Para tal mudança, a Câmara dos Deputados, em Salvador, foi fechada, entretanto os partidários de Seabra conseguiram um habeas corpus para entrar na Câmara, guardada pela polícia estadual com o argumento de que a Assembleia deveria ser convocada pelos parlamentares. Ao recusar o cumprimento do habeas corpus, o general Sotero de Meneses divulgou que usaria a força para assegurar o direito dos congressistas, seguindo ordens do Marechal Hermes e do próprio Seabra, e assim o fez: durante quatro horas, a cidade de Salvador foi bombardeada, tendo vários prédios públicos destruídos, muitos feridos e mortos. Depois desse episódio, Aurélio Viana abandonou o governo, assumindo-o o presidente do Tribunal da Relação Bráulio Xavier, que organizou as eleições em que Joaquim José Seabra foi eleito em 1912.

nesse sentido, uma indicação para o senado era uma boa estratégia para manter a família como sua aliada.

Assim, os Rodrigues Lima se mantiveram ligados politicamente a Seabra, isso os colocou em lugar de destaque na política regional. Muitos dos seus congregados recorriam a essa posição de proximidade e afinidade em relação a Seabra para solicitar “favores” em benefício próprio ou de terceiros.

Através das fontes encontradas e da memória construída em torno das relações políticas em Caetité, tornou-se visível algumas formas de atuação dos coronéis locais para manter sob sua influência muitas pessoas e, com isso, possuir o poder. Alguns deles tinham a capacidade ou a possibilidade de intervir na vida profissional de seus apadrinhados, que, por sua vez, por motivos diversos, recorriam a essas estratégias em benefício próprio.

Cartas encontradas no acervo das famílias Rodrigues Lima mostraram interferência direta e indireta dos coronéis locais na aquisição e nomeação de cargos públicos da esfera municipal e estadual para muitos órgãos, como coletoria, inspetoria, telégrafo e para cargos ligados à educação, a exemplo das cadeiras em escolas da sede do município e dos seus distritos, sendo este último assunto de interesse para este trabalho.

Analisando as fontes, foi possível observar indícios de que muitas “cadeiras” escolares foram ocupadas mediante a interferência de políticos com bom trânsito e influência no âmbito do governo estadual, fosse junto ao executivo ou legislativo. A indicação de professores era bastante comum. Algumas cartas dos Rodrigues Lima de Caetité evidenciam essa prática:

Caetité, 30 de novembro de 1916
Cel. Lima Jr.

[...] horem cheguei aqui no intuito de conversar com o Dr. relativamente à aprovação da minha esposa como professora da cadeira estadual de S. Sebastiao, não tendo a honra de encontrar-lhe tomei a resolução de escrever-lhe estas linhas pedindo a sua valiosa intervenção para o almejado fim. Como sei que vossa excelência tomará em consideração o meu pedido venho informar-lhe que a mesma minha esposa foi nomeada pelo falecido Pe. Pinto no dia 05 de janeiro de 1916 e tomou posse a 04 de fevereiro do mesmo ano [...]. (Osório Fagundes Lima)⁶²

⁶² Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série José Manoel Rodrigues Lima Junior -1.160.1 – Cx 13, maço 05 Correspondências Usuais de JMRLJ.

Informações como as da carta de Osório Fagundes Lima ao coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior deixam visível uma rede de “troca de favores”⁶³, em que cargos públicos, muitas vezes ligados à área da educação, eram os objetos e o assunto de correspondências entre políticos caetiteenses e seus aliados e/ou coligados. Tais cargos eram usados como moeda de troca no que diz respeito a apoio político, a negócios, entre outros.

Outra característica dessas negociações era o fato de os pedidos tratados ou negociados terem terceiros (familiares, parentes, agregados ou protegidos) como favorecidos, ampliando a ideia de que os favores eram solicitados de coronel para coronel, mas os favorecidos iam além deles próprios, trazendo ao círculo das negociações muitas outras pessoas e aumentando a rede dos seus dependentes e também da sua influência.

Essa prática já era comum entre os políticos caetiteenses antes mesmo do período em estudo. Isso pode ser constatado através de outras cartas do final do século XIX, de diversos lugares e com diferentes envolvidos (remetentes e destinatários). Isso nos leva a interpretar que esse tipo de conduta, comum no período republicano, provavelmente era herança de práticas políticas anteriores a ele, expondo ainda que as práticas políticas não sofreram mudanças significativas com a implantação do sistema republicano.

Monte Alto, 16 de setembro de 1895
Quincas

Tendo passado a Reforma da Instrução Pública cresce as cadeiras complementares secundárias nas sedes de comarcas, peço-lhe que de interesse junto a seu pai para que eu seja nomeado para a cadeira d'aqui visto as primeiras nomeações serem feitas pelo governo sem concurso. Estou certo que o meu pedido será tomado na devida consideração. [...] A.L. de Figueiredo.⁶⁴

Além das informações trazidas acerca da nomeação de professores para cadeiras escolares, cada uma das cartas nos apresenta uma instituição educativa que não havia aparecido nas outras fontes pesquisadas.

⁶³ Que pode ser associado ao clientelismo, definido por Carvalho (2007) como um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Conferir em: “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 10 dez. 2020.

⁶⁴ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série José Manoel Rodrigues Lima Junior -1.3.14 - Cx 11, maço 01. Correspondências Usuais de JMRLJ.

O primeiro documento apresenta uma cadeira, em 1916, no distrito de São Sebastião, atual município de Ibiassucê, provavelmente em uma escola elementar; o último revela a existência de uma escola em Monte Alto, que nessa data já havia se emancipado de Caetité, mas, como se vê, ainda mantinha muitos vínculos com a cidade. O remetente se mostra ciente da Reforma da Instrução Pública ocorrida no ano e, por isso, sabia que o governo deveria instalar em cada sede de comarca uma escola complementar; assim, o evento é antecipado e é pedida a interferência de Lima Junior junto ao seu pai na tentativa de ter o seu pedido atendido. Infelizmente, não localizamos no acervo da família a resposta às solicitações feitas, por esse motivo não sabemos se elas foram atendidas. De todo modo, esse tipo de pedido era muito comum, outros como esse (para outros cargos, no entanto) também foram encontrados no acervo.

As mesmas práticas foram registradas nas cartas a Deocleciano Teixeira, levando-nos a entender que, mesmo com suas divergências políticas com Severino Vieira e depois com Seabra, os Teixeira gozavam de prestígio por outros meios no âmbito da política regional e estadual e, assim como os Rodrigues Lima, mantinham-se articulados a uma rede de amigos, coligados e/ou parceiros comerciais que lhes permitiam atuar como intermediários entre as diversas esferas do poder econômico e político na Bahia.

Marahu, 4 de dezembro de 1914
Dr. Deocleciano Teixeira

[...] Fazendo inteira e completa confiança ao vosso bondoso coração e também na grande amizade que tinha a meu tio, parente e pai Vigário José Alexandre da Silva Leão, Monsenhor Tobias Coutinho e Herculano Leão, venho mui respeitosamente pedir-vos em nome dos mesmos que me arranjes com Dr. Luiz Vianna ou Dr. José Costa chefe do districto de Cachoeira minha nomeação de Telegrafista Regional. Prestigioso como sois tudo poseis alcançar dos mesmos. Sou diarista com grande família e sendo nomeado regional ficarei mais seguro. Espero que atenderá meu pedido e de já agradeço-vos
Com estima e consideração
Flávio da Silva Leão⁶⁵

Apesar de ambas as famílias estarem inseridas em redes de alianças, há que se destacar que elas, em alguns momentos, não fizeram parte do mesmo grupo. Entre 1912 e 1914, é possível observar que Deocleciano mantinha contato com Luiz Viana, como destaca a carta

⁶⁵ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Deocleciano Pires Teixeira - 1.141.1 – Cx 02, maço 03. Correspondências Usuais de DPT.

anteriormente exposta. Este último, a essa altura, já havia rompido com Seabra que simpatizava e apoiava os Rodrigues Lima.

Esses aspectos nos levam a crer que, naquele momento, essas duas famílias de importante vulto na política local eram divergentes em relação ao governo do estado da Bahia, mas, apesar das possíveis diferenças políticas, tanto uma quanto a outra mantinha formas de agir em favor dos seus protegidos junto a várias instâncias do governo.

A troca de favores era prática comum entre os aliados e isso se estendia até onde a influência política das famílias alcançava.

Monte Alto, 23 de abril de 1912
Cel. Lima Jr.

[...] Constando aqui que o companheiro Benedito Silva fora demitido do lugar de escrivão da Coletoria Estadual pelo Pe. Luiz Bastos segundo telegrama dirigido pelo mesmo a seu irmão [...] em Bella-Flôr. Em vista disso peço o seu valioso apoio para que ele seja reintegrado no mesmo lugar, nesse sentido escrevi também ao seu tio Cel. Cazuzza e ao seu Ex. Dr. Braulio Xavier de quem em 06 de março recebi o seguinte telegrama: recebi carta, consciente, seu pedido será satisfeito. Quando agora constando-me isto fiquei surpreendido e portanto espero que você e o Cel. Cazuzinha se interponha em pró de sua reintegração. Como vai o Seabra no governo, consta que ele quer fazer a junção com Araujo Pinho e Marcelino, será real? Sempre às suas ordens como seu companheiro e amigo.

A.L. de Figueiredo⁶⁶

A correspondência confirma a atuação política de mais de um membro da família Rodrigues Lima, nela aparecem pelo menos dois, Lima Júnior e José Antônio (Cazuzinha), cuja influência cobria um vasto território (Caetité, outras localidades do Sertão e Salvador). Através da carta, entra em cena mais um personagem interessante da política caetiteense, o padre Luiz Bastos⁶⁷. Ao ser transferido para Caetité, ele começa a se inteirar sobre o assunto. Ele ainda será visto em outros momentos da política e da educação, além da religião na cidade.

Não sabemos por que ele demitiu o escrivão da coletoria estadual, nem que autoridade tinha para isso, entretanto o que mais nos chama atenção na carta é a utilização das mesmas

⁶⁶ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série José Manoel Rodrigues Lima Junior -1.3.4 - Cx 11, maço 01 Correspondências Usuais de JMRLJ.

⁶⁷ Luiz Pinto Bastos nasceu na Fazenda Parateca em 1883, foi ordenado padre em 1906 e foi o vigário de Palmas de Monte Alto antes de ser transferido para Caetité em 1908. De acordo a memorialista Helena Lima Santos (1995) Luiz Bastos era dono de uma personalidade marcante e sua influência foi além do meio religioso.

práticas de cartas anteriores remetidas aos mesmos personagens. O diferencial nesse caso é a resposta afirmativa. Com isso, supomos que muitas outras tenham sido atendidas, afinal, se isso não acontecesse, não haveria motivos para que elas continuassem chegando aos Rodrigues Lima.

O texto ainda expõe as dúvidas do remetente acerca da política estadual e sobre as possibilidades de aliança política entre J. J. Seabra, Araújo Pinho e José Marcelino de Souza, talvez no intuito de receber alguma orientação sobre como proceder nesse cenário político. Isso reforça a posição de liderança dos Rodrigues Lima fazendo com que outros “pedidos” fossem verificados

Bahia, 11 de fevereiro de 1912

Prezado Amigo e colega Lima Junior

[...] Aproveito a oportunidade para de novo lhe pedir seus esforços afim de eu conseguir ficar adido ao Instituto Normal. Emponho-se nesse sentido com o Dr. Deocleciano vendo se faz por telegrama atendendo à exigência do tempo e a demora da carta pelo correio. Como você sabe, o governo está autorizado a acabar com o limite da matrícula no Instituto Normal e a abrir o crédito necessário para a construção de novos pavilhões para poder acomodar as novas alunas. Necessariamente o Director se clamará mais professores para completar o corpo docente que ficou reduzido quando se estabeleceu o limite de 50 allunas. Além da falta de lentes, muitos dos que estão em atividade já contam mais de 30 annos de serviço pelo que serão aposentados e finalmente já estão lá dois de nossos colegas – o Cruz e o Alípio. Eu tenho sido mais infeliz. Jamais encontrei uma quadra igual à actual que você facilmente consiga o que deseja, dentro dos limites do direito e da justiça, por isso insisto que me proteja. [...]

Pedro Moura⁶⁸

O antigo colega e amigo Pedro Moura pede abertamente a proteção de Lima Junior e sua interseção, junto ao governo, por uma vaga no Instituto Normal. Antes que ele fizesse isso, descreve o contexto educacional do período na capital. Ao fazer tal descrição, ele justifica o seu pedido e demonstra as possibilidades de ser atendido. Pelo teor e pelo tom das palavras usadas, poder-se-ia falar em apelo em vez de pedido. Pedro Moura expõe uma situação muito pessoal como justificativa da sua solicitação ao colega Lima Junior e também a Deocleciano Teixeira, feito por meio de telégrafo.

⁶⁸ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série José Manoel Rodrigues Lima Junior --1.168.15 - Cx 13, maço 06 Correspondências Usuais de JMRLJ.

A carta informa ainda a situação de outros colegas que já estão no referido Instituto. Quando ele se refere a Cruz, supomos que ele esteja falando de José Gonçalves da Cruz, que aparece em outras fontes como um dos professores das bancas examinadoras da Escola Normal de Caetité. Alípio não foi localizado na documentação, podendo ser colega da própria capital.

É provável que essa transferência tenha ocorrido depois do fechamento da escola de Caetité, o que também pode ter sido um dos motivos para a construção de novos pavilhões e o aumento das vagas no Instituto da capital. Essas ações reforçam a possibilidade de que uma das causas para o fechamento das escolas do interior tenha sido a transferência de recursos delas para o instituto da capital.

Pedro Moura explicita a falta de professores (lentes) para o referido instituto e as causas da redução: formação de um número insuficiente de professores para atender a demanda do estado, além da aposentadoria de muitos outros com mais de trinta anos de trabalho.

Acreditamos que algumas dessas questões nem chegariam a existir se a escola de Caetité e Barra não tivessem sido fechadas. A apresentação de Moura demonstra algumas das consequências dos atos do governo e o expõe a uma situação de muita vulnerabilidade emocional e profissional frente ao amigo Lima Junior.

Cartas assim reforçam a ideia da atuação de políticos na aquisição ou na manutenção de cargos públicos em muitos setores – a educação, como visto, era um deles –, além de expor aqueles que estavam sujeitos a todo tipo de ações governamentais, o que lhes causava muita insegurança e fazia recorrer à “proteção” e ao apadrinhamento político.

Ao longo da pesquisa, verificamos que os pedidos feitos aos políticos não se restringiam a cargos. Muitas vezes, essas relações iam além da política e outros tipos de favores eram solicitados, deixando claro que muitas relações passavam ao aspecto pessoal e familiar, tornando-as ainda mais estreitas.

A documentação reforça a ideia de uma boa relação entre algumas famílias caetiteenses e outras tantas dispersas pelo território e, mais ainda, de uma rede de troca de favores de vários tipos que existia entre essas famílias, o que fortalecia os laços de amizade e, provavelmente, as alianças políticas também.

A análise do cenário educacional exposto e dos documentos apresentados nos servem de base para relacioná-lo à atuação política de caetiteenses em âmbito local, regional e estadual, também nos possibilita verificar os modos operantes dessa atuação. Pelo visto, ao

longo dos últimos anos do século XIX e das primeiras décadas do século XX, foi se montando uma rede “de alianças e de amizades” entre políticos e/ou coronéis da região e da capital, na qual muitos assuntos eram discutidos e compartilhados. Além disso, favores de muitos tipos eram solicitados, e cargos ligados à educação estavam entre eles.

Muitas “cadeiras” escolares foram “negociadas” entre os coronéis e políticos de Caetité e região, muitas vezes em benefício de familiares ou apadrinhados. Além dos cargos, a documentação também mostrou a movimentação política em torno da abertura e fechamento de instituições educativas em Caetité. Diante do que foi exposto, precisamos concordar com Luz (2009) ao dizer que

A educação baiana sempre vivenciou uma longa crise que era denunciada desde o início da República. No discurso político, nas mensagens dos governadores apresentadas à Assembléia Geral Legislativa, a educação sempre foi vista como um importante problema a ser solucionado e o ensino primário e a construção de escolas sempre foram colocados como uma prioridade. No entanto, é possível se perceber que, pouco tinha de eficácia prática, o discurso político veiculado nas mensagens governamentais que atestavam a falta de dinheiro, de vontade política para mudar ou de percepção da realidade baiana como fatores da crise educacional. Quase sempre a abertura de escolas, sua construção ou fechamento, nomeação e pagamento de professores variavam em função dos conchavos políticos e das prioridades econômicas (LUZ, 2009, p.46).

É possível afirmar, a partir disso, que em Caetité não aconteceu de forma diferente: os políticos, a depender dos seus interesses, interferiam na oferta de educação, na abertura, fechamento e manutenção de instituições, na contratação e nomeação de professores. Com isso, observamos como as questões educacionais estiveram envolvidas e, muitas vezes, foram usadas e manipuladas pelos interesses políticos.

Ao constatar essas práticas, percebemos a convivência de ideias um tanto quanto conflitantes. Ao mesmo tempo em que estamos falando de um Estado republicano (com um ideário liberal que defendia um sistema de ensino público, laico, moderno e progressista, motor do progresso e da construção do Estado-Nação e que o utilizava para disseminação dessas ideias), a situação que se verificava na prática, e de acordo com as fontes locais e a bibliografia estudada, era a sua manipulação por parte dos políticos por meio de práticas muito parecidas com as de períodos anteriores não condizentes com a democracia e com a República.

Isso gerava ora assistência, ora desassistência dos poderes públicos no que se refere à educação, deixando a população encarecida de instituições educativas públicas. Tal situação também acabava acentuando as “brechas” que existiam na Constituição Federal, para a

atuação de instituições religiosas, que também viviam suas problemáticas e embates e viam na oferta de educação uma forma de atuação, visibilidade e influência social.

No momento em que o poder público estava “envolvidos demais” com conchavos, desavenças e alianças políticas, foram as instituições religiosas seculares e recém-chegadas no território que se ocuparam da educação caetiteense por mais de uma década como veremos agora.

3 EDUCAÇÃO EM CAETITÉ: ENTRE CATÓLICOS E PROTESTANTES (1911 – 1925)

Com o fechamento da Escola Normal e com a pouca oferta de educação elementar, a cidade de Caetité seguiu em direção à década de 1910 em uma escassez educacional. Essa condição só foi alterada com a instalação de escolas confessionais.

Apesar de a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, no Art. 72, §6º, determinar que o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos deveria ser laico, o mesmo documento assegura às instituições religiosas, no Art. 11, o direito de culto e liberdade de crença, e isso possibilitou a muitas ordens religiosas se fixarem ou permanecerem no território brasileiro, abrindo ou mantendo instituições formais de ensino por todo o país, inclusive em Caetité.

A partir de 1911, a cidade presenciou a abertura de instituições confessionais que supriram, em alguma medida, a falta de escolas públicas complementares. Essa prática não foi verificada em outras cidades da região, tornando-se uma particularidade de Caetité.

Isso não se deu de forma casual, ao contrário, foi impulsionado por um contexto religioso secular, no qual a cidade estava envolvida, agregando disputas políticas partidárias locais do século XX.

Dessa forma, para entender melhor o cenário educativo caetiteense entre os anos de 1911 a 1925, vamos retroceder um pouco no tempo para atingir o contexto religioso vivido pela cidade e que resultou na problemática em questão.

3.1 A Igreja Católica em terras brasileiras e a sua presença no Sertão

A presença da Igreja Católica em terras brasileiras é praticamente equivalente ao início da colonização portuguesa. Para a gestão e o controle da metrópole, o território colonial foi dividido em comarcas que abarcavam unidades chamadas de vilas, e elas se fracionavam em freguesias⁶⁹ (paróquias ou capelas).

Essa divisão evidencia a inexistência de distinção conceitual entre os poderes civil e eclesiástico, levando muitas vezes o segundo a preceder o primeiro em diversos aspectos⁷⁰. A representação da igreja, através das freguesias, chegava aonde, muitas vezes, o Estado (poder civil) não chegava. Assim, elas se espalharam pelo território brasileiro ainda no período colonial.

Por suas características, pode-se dizer que a freguesia foi a primeira forma urbana de muitas cidades brasileiras. Nelas havia, geralmente, uma Igreja Matriz, em torno da qual se concentrava algumas dezenas de casas e outros instrumentos que caracterizam uma zona urbana, como mercado e/ou feira.

É possível, assim, relacionar o estabelecimento de uma Igreja Matriz à formação de núcleos ou centros de povoamento. Conforme Lacombe (1980), pelo estudo das datas das sesmarias e das resoluções régias que confirmaram a criação das freguesias, é possível situar os pontos de povoamento e conjunturalmente retrair os caminhos que os ligavam à cidade.

De acordo com Azzi (2001), a Igreja Católica assumiu o “compromisso de colaborar no fortalecimento do projeto colonial” e esteve lado a lado com o projeto de colonização da coroa portuguesa para o Brasil, sendo o meio imprescindível para a sua efetivação. Sobre o assunto, ele faz a seguinte observação: “A colonização significava o transplante para a nova terra dos padrões culturais da civilização lusitana; e como essa civilização tinha conotação especificamente católica, colonizar significava também implantar a fé católica” (AZZI, 2001, p.22).

⁶⁹ De acordo com Fridman (2009), freguesia é a designação portuguesa de paróquia, que corresponde a um território submetido à jurisdição espiritual de um cura que também exercia a administração civil. A palavra paróquia vem do grego paroikia (vizinhança; para, perto e oikos, casa). Trata-se de um território eclesial em que se divide a diocese que por sua vez assume o sentido de governo.

⁷⁰ Este fato está ligado ao sistema de Padroado que vigorou no Brasil até a proclamação da República em 1889. Sobre o assunto ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Padroado e Regalismo no Brasil Independente. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-010/266.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2020.

Assim, a história da colonização brasileira, em muitos aspectos, se mistura com a história da Igreja Católica no Brasil e, apesar dos outros credos religiosos – cristãos ou não – que disputaram espaços na sociedade brasileira posteriormente, houve a predominância da fé católica.

Durante séculos de presença, a Igreja Católica foi assumindo diferentes características. Nos Sertões, por exemplo, desenvolveu-se um “cristianismo beato” (HOONAERT, 1977), sob a liderança de leigos desejosos de um maior compromisso com a fé católica.

Os beatos desenvolveram um catolicismo sertanejo estruturado numa fé inabalável que era reforçada com o apelo aos Santos quanto à intervenção divina na resolução das agruras do cotidiano. Um catolicismo que cultivava a esperança e insistia nas promessas de recompensa na vida eterna, um reino de paz e alegrias (MARQUES, 2013, p. 56).

Na Bahia, duas referências desse tipo de cristianismo foram Francisco da Soledade (1657-1722), fundador do santuário do Bom Jesus da Lapa em 1691, e Antônio Conselheiro (1830-1897), fundador do Arraial de Canudos.

Além do cristianismo dos beatos, no Sertão, distante da sede administrativa da Igreja Católica e de seus representantes, uma forma de manter viva a tradição católica foi através da devoção aos santos e da religiosidade popular, entendida

como um conjunto complexo de práticas e rituais presentes em um determinado contexto cultural, econômico e político que reflete o imaginário religioso. A religiosidade do povo ocorre dentro de uma determinada cultura, portanto os vínculos entre religiosidade e cultura são intensos (MARQUES, 2013, p. 47).

É na prática dessa religiosidade popular que o catolicismo se firma em Caetité. Nesse contexto, o pequeno arraial, encravado na Serra Geral, Sertão da Bahia, se transforma em freguesia.

Na metade do século XVIII, já existia em Caetité fazendas de gado que traziam riqueza e movimento ao lugar; além disso, a religiosidade era um diferencial relevante em relação aos outros lugares da região.

O catolicismo foi um traço marcante da comunidade caetiteense e faz parte da identidade do lugar. Podemos utilizar os ensinamentos de Halbwachs (1990) ao falar da religiosidade como parte da memória coletiva de uma região: ela é plural, fruto da coletividade, assentada em quadros sociais que serviram de referência.

A religiosidade, presente na vida dos caetiteenses, foi herança dos colonizadores da região. Isso levou as famílias locais a construírem uma capela em devoção à Senhora Sant'Ana, santa popular entre eles. Essas mesmas famílias doaram terras para a formação da Freguesia de Sant'Ana (Caetité), desmembrada da Matriz de Nossa Senhora de Rio de Contas em 1754 pelo arcebispo Dom José Botelho de Matos (1741-1760), 8º Arcebispo do Brasil, que, por meio de um Alvará Régio, elevou o Arraial de Sant'Anna de Caetité à categoria de Freguesia.

As condições econômicas e sociais do lugar teriam proporcionado a criação da freguesia de Senhora Santana de Caetité.

Figura 12: Igreja Matriz da Freguesia de Senhora Santana de Caetité – séc. XIX



Fonte: Arquivo Público de Caetité.

Em torno da capela e depois da matriz de Senhora Santana, a freguesia⁷¹ cresceu e foi se firmando como ponto de passagem, descanso e abastecimento de gêneros, bem como lugar de refúgio de muitas famílias diante das lutas partidárias e perseguições aos portugueses e seus descendentes que habitavam o Brasil durante o Império.

⁷¹ De acordo texto do Arquivo Público de Caetité, a documentação dos fazendeiros da região demonstra que Caetité manteve um comércio regional ativo, ao tempo em que mantiveram o Sertão articulado aos grandes centros. Disponível em: <<http://www.arquivocaetite.ba.gov.br/conteudo/perfil-da-cidade-de-caetite/>>. Acesso em 10 dez. 2020.

A criação da vila em 1810 está relacionada ao progresso econômico e social da freguesia. Nela há predominância da Igreja Católica até o início do século XX, quando foi fundado o Centro Espírita Aristides Spínola, em 25 de dezembro de 1903.

Provavelmente, esse fato teria impulsionado lideranças da igreja católica a estarem mais presentes na cidade, resguardando, assim, a posse dos fiéis, conforme se observa na carta a seguir:

Quincas

[...] o Padre Luiz está Cônego, então que lhe disse? Consta que o fim principal da ida dele ao Caitité é dar combate ao espiritismo, prepare os nossos confrades para essa luta que só trará vantagens ao espiritismo. Em caso de necessidade levantaremos o jornalzinho do Gumes não? Pro cá vamos bem e o mesmo desejamos a você, Alzira e os meninos.

Lembranças ao Nicolau

Mario Spínola, 29/12/1907⁷²

É nesse contexto que o Padre e, depois, o monsenhor Luiz Pinto Bastos⁷³ vêm morar e trabalhar em Caetité. Pelo que descreve a carta de Mário Spínola a Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior (Quincas), essa vinda significava que um embate encabeçado pelo então cônego Luiz entre católicos e espíritas estaria prestes a começar. Na batalha, os espíritas estavam representados pela tradicional família Gumes, à qual pertencia o jornal A Penna, citado na carta como o “jornalzinho do Gumes” e inativo no período.

Tal embate, de certa forma, fortaleceria o espiritismo, já que a doutrina passaria a ser assunto de muitas conversas, cartas, colunas de jornal e, principalmente, da curiosidade da população local, tornando-o conhecido e mais popular entre os sertanejos.

O momento também coincide com a propagação do protestantismo no Brasil através de missões estrangeiras estabelecidas em muitos lugares do país, a exemplo de Caetité.

⁷² Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série José Manoel Rodrigues Lima Junior - 1. 145.5 - Cx 13, maço 05 Correspondências Usuais de JMRLJ

⁷³ O monsenhor Luís Pinto Bastos nasceu na Fazenda Palma, Carinhanha, Bahia, em 17 de novembro de 1883. Era filho do Cel. Sinésio Joaquim de Bastos e D. Maria Inácia Ferreira Bastos. Fez o Seminário de Sta. Tereza, ordenando-se em 1906. Em 1907 assume, como vigário, a paróquia de Caetité, logo revelando seus dotes oratórios. Político, ocupa o cargo de Conselheiro Municipal (equivalente ao atual vereador), sendo eleito presidente da Câmara e Intendente no conturbado período de 1919/20. Probo, manda publicar no Jornal A Penna suas contas. Também ativo na cultura, trouxe para Caetité o Colégio S. Luiz Gonzaga, jesuíta; reativou e manteve a Lira Caetiteense. Tendo lutado para a constituição da Diocese em Caetité, galgou na hierarquia eclesíastica os postos de vigário, cônego e monsenhor. Faleceu em Caetité, aos 31 de abril de 1945. Disponível em: <www.geocities.ws/acadcaetiteenseletras/patronos_30monsbastos.html>. Acesso em 10 dez. 2020.

3.2 Missões protestantes no Brasil e os presbiterianos em Caetité

O Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, foi palco de muitas investidas protestantes. No período, metodistas, batistas e presbiterianos norte-americanos realizaram no país muitas ações missionárias com o objetivo de evangelizar e de expandir a doutrina protestante junto aos brasileiros e encontraram no país em um cenário propício para isso:

Quando os missionários chegam ao Brasil, o país desfruta de um contexto social aberto às inovações da época, em certas áreas até progressista, e por que não dizer, liberal. O país conta com um número grande de centros urbanos, de acesso relativamente fácil através da nova rede ferroviária, e com um sistema de comunicações que garante aos missionários um contato mais estreito com as suas igrejas de origem e uma maior integração dos pontos missionários estabelecidos pelo país. É nesse contexto social que a fé trazida pelos protestantes vai encontrar solo fértil em meio a um pequeno segmento da população brasileira (CAVALCANTI, 2001, p. 69).

Os estudos coordenados por Nascimento (2008) demonstram que, ao longo do século XIX, a Sociedade Bíblica Britânica Estrangeira e a Sociedade Bíblica Americana, por meio de missionários, voluntários e contratados, fizeram circular no Brasil uma série de impressos que popularizaram o protestantismo no país. Além disso, alguns outros fatores contribuíram para o êxito das missões presbiterianas americanas no Brasil:

Primeiro são as condições existentes durante o reinado de D. Pedro II; segundo é a relação entre a Igreja Católica e o estado durante o mesmo período; e terceiro é o surto migratório que traz da Europa e dos Estados Unidos mão de obra qualificada. Todos três fatores contribuem para facilitar o transplante das missões protestantes norte americanas para o Brasil (CAVALCANTI, 2001, p. 66).

De acordo com o estudo de Nascimento (2008), a Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos enviou ao Brasil, entre 1871 e 1971, missionários estrangeiros que objetivavam a implantação do protestantismo por meio da abertura de igrejas, escolas e hospitais, inicialmente no Rio de Janeiro, de onde se expandiu para lugares como São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia.

Contando com um contexto político e social muito favorável, esses missionários tiveram êxito em diversas localidades brasileiras e verificaram que, em muitos casos, a

educação se constituía uma via de acesso, devido às dificuldades pelas quais passava o sistema de ensino público no Brasil e às “brechas” deixadas pela Constituição em torno da liberdade de ensino.

A instalação de escolas proporcionou, além da educação formal propriamente dita, a popularização da doutrina protestante entre os brasileiros, em sua maioria, católicos. Nessa conjuntura, a Missão Central do Brasil⁷⁴ instalou na Bahia um projeto missionário e civilizador, entre os anos de 1871 e 1937. Algumas cidades como Wagner⁷⁵, Caetité, Cocos, Carinhanha, Cachoeira e Santa Maria da Vitória foram contempladas. Nesses lugares foram instaladas igrejas acompanhadas, às vezes, de escolas paroquiais; em outras localidades, foram abertos hospitais. É na circunstância de expansão missionária e social que a Igreja Presbiteriana é instalada em Caetité (MATOS, FRAGA, MARTA, 2020).

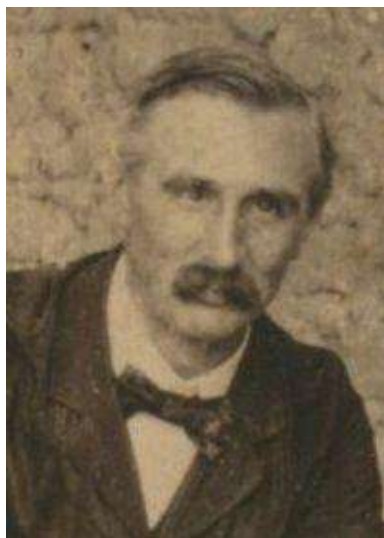
A Igreja Presbiteriana foi fundada em Caetité no ano de 1911, pelo missionário Henry John Mc. Call.⁷⁶

Figura 13: Missionário Henry John Mc. Call

⁷⁴ Segundo Nascimento (2008), em 1896, a Missão do Brasil dividiu-se em duas, devido à extensão territorial do país: a Missão Sul do Brasil, abrangendo os estados do Sul, e a Missão Central do Brasil, que abrangia Bahia, Sergipe e Pernambuco.

⁷⁵ No momento em que a Missão Presbiteriana chega à Bahia, eles adquirem e se instalam numa propriedade chamada de Ponte Nova, que deu origem a uma pequena cidade que depois passa a ser chamada de Wagner, o município está localizado na Chapada Diamantina, distante 390km da capital do Estado da Bahia.

⁷⁶ De acordo o Historiador Alderi Souza de Matos (2004) inicialmente Henry McCall veio para o Brasil como obreiro da igreja congregacional. Ele nasceu em Londres no dia 27 de novembro de 1868, foi o primeiro missionário da organização congregacional “Help for Brazil” (Auxílio para o Brasil), com sede na Escócia que chegou ao Recife em 12 de fevereiro. Em 1895, McCall casou-se com a missionária Winona Evans, da Igreja Presbiteriana do Sul (PCUS), mas ficou viúvo em 1903. McCall foi missionário em campos de Pernambuco e da Bahia (Cachoeira, Muritiba, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e outros lugares). O Rev. McCall casou-se, pela segunda vez, com a missionária Margaret Bell Axtell, natural do Kansas, que trabalhava como professora em São Félix. Em 1909, depois de suas férias, McCall foi residir em Carinhanha e dali visitou cidades da Bahia e do Norte de Minas. As condições insalubres da margem do São Francisco levaram o missionário a buscar um lugar mais salubre, sendo escolhida a cidade de Caetité, para onde se transferiu em 1910 - 1911. Caetité tornou-se o centro das atividades evangélicas da região. Deixou a cidade em 1917 e passou a fazer campos como Ponte Nova. No final da sua carreira no Brasil, McCall já não podia andar a cavalo. Foi aposentado em 1924 e voltou aos Estados Unidos, onde faleceu em 15 de julho de 1960, aos 92 anos de idade.



Fonte: Site Igreja Presbiteriana Filadelfia <ipfiladelfia.com>. acesso em 04 de fevereiro de 2021

Para além da data oficial de abertura da igreja em Caetité, o livro do Conselho da Igreja Presbiteriana de Caetité revela que visitas de sondagens anteriores foram feitas ao território, deixando subentendido que a escolha desse lugar não foi casual, mas o resultado de um estudo anterior que apresentava viabilidade à instalação e aceitação desses missionários no lugar.

“No anno de 1903 mais ou menos Caetité foi visitado pelo Rev. Zacharias Taylor da Missão Baptista. Foi bem recebido e deixou por uns dias o Rev. Nuroes trabalhando na cidade. Havia mais tolerância religiosa na cidade devido talvez em parte, à presença d’um grupo de Espíritas aos quais uns membros das famílias mais importantes do lugar eram menos sympátticos. Muitas Bíblias tinham sido espalhadas e o “Expositor e o Jornal Baptista” durante anos ajudaram a conservar o interesse despertado. O Sr. Cyrilo de Sant’Anna, por pedido do Rev. Herry J. Mc Call fez uma viagem de exploração nesta zona e descobriu que a zona tinha sido completamente abandonada pelos Baptistas durante oito anos, não havia nenhum professor apesar de ter uns que desejavam saber mais alguma coisa do evangelho. Pouco depois o Rev. Henry J. Mc Call vindo do norte de Minas visitou Caeteté e teve umas conferências bem frequentadas. Nesta ocasião passou uns dias na cidade o Capitão João Capistrano Nonato de Sousa que também fez uma viagem evangelística nos arredores. O Rev. Herry J. Mc Call que já estava convencido que não podia continuar a viver na beira dos Rios São Francisco, Carinhonha e Corrente ficou tão animado com a recepção que recebeu em Caeteté que resolveu mudar-se para esta cidade. Esta mudança foi efetuada em junho do anno de 1911 e desde o primeiro dia houve forte oposição da parte do parcho”. [...] (HENRY J. MC CALL - Livro de Ata do Conselho e da Assembleia da Igreja Presbiteriana de Caetité – Presbistério do Vale do São Francisco, p. 02)

Pelas notas históricas da igreja, o reverendo Mc Call teve muitos motivos para se instalar em Caetité. Depois de realizar alguns encontros, percebeu uma abertura religiosa,

certamente resultado da presença espírita na cidade desde 1903. Além disso, o lugar já havia sido visitado por batistas que, apesar de não permanecerem na cidade, estimularam o interesse pelo evangelho através de muitas bíblias e impressos protestantes⁷⁷ deixados por eles.

Ao que parece, tão importante quanto a boa recepção por parte dos caetiteenses eram as condições climáticas⁷⁸ e a abundância de água, características que foram, historicamente, um atrativo do lugar que também se destacava pela forma diferenciada e “civilizada”⁷⁹ de viver. O conjunto de tais aspectos foi importante no momento da decisão, pois as insalubridades das margens do rio São Francisco, onde a família morava, causavam muitos desconfortos e doenças.

O documento ainda fala sobre a forte oposição do pároco local, entretanto isso não impediu que muitos caetiteenses se interessassem e se mostrassem favoráveis à presença protestante na cidade, e isso tornou possível a fundação da Igreja presbiteriana em Caetité, em junho de 1911, pelo reverendo britânico, vindo em uma missão norte-americana, que trouxe consigo a sua família e instalou em Caetité um campo⁸⁰ missionário protestante (MATOS, FRAGA, MARTA, 2020).

Figura 14: Prédio da Igreja Presbiteriana em Caetité

⁷⁷ Sobre isso, verificar os estudos da Prof. Dr. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (Universidade Tiradentes - Sergipe) sobre as missões protestantes no Brasil e a importância dos impressos na divulgação da ação missionária.

⁷⁸ A cidade de Caetité está localizada na Serra Geral, esta configura-se como se fosse um elemento de ligação entre a Chapada Diamantina e a Serra do Espinhaço, aí encontra-se um complexo de nascentes que dão origem a vários rios. Com altitude de 826 metros, possui clima ameno, apesar de situada no semi-árido baiano. Os períodos de maior insolação são nos meses de abril e agosto (200 horas) e sua temperatura média anual é de 21,4°C com máxima de 26,8°C e mínima de 16,4°C. Disponível em: <www.caetite.ba.gov.br>. Acesso em 10 dez. 2020.

⁷⁹ Quando nos referimos a uma Caetité civilizada, consideramos alguns aspectos socioculturais, como a existência de um centro urbanizado com mercado e cemitério público, observatório meteorológico, água encanada em muitas casas, falamos de lugar cuja existência de um código de posturas disciplinava o uso do espaço público urbano, organizado por uma pequena elite letrada, escolarizada e conectada a outros centros urbanos maiores do país que resultava em um intercâmbio de pessoas e produtos que traziam à cidade a influência cultural desses outros centros urbanos maiores (MATOS, FRAGA, MARTA, 2020).

⁸⁰ De acordo Nascimento (2008), o campo missionário se referia à área geográfica de ação de determinado grupo missionário. Cada campo estava sob a responsabilidade de um ou mais missionários que geralmente mantinham a igreja e também uma escola primária dirigida por uma missionária professora.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Diferentemente de outros lugares, em Caetité, o missionário instalou inicialmente a igreja, cuja construção aparece na fotografia anterior⁸¹. Pouco tempo depois, ele investiu na abertura de uma Escola Americana que funcionou no mesmo espaço. Provavelmente, essa decisão foi tomada em virtude da “penúria educacional” pela qual passava a cidade no momento, com poucas escolas elementares e nenhuma de nível mais elevado.

A abertura de uma escola paroquial também significava uma aproximação da população de Caetité com a doutrina protestante, além do acesso de crianças bem pequenas e uma maior quantidade de meninas à educação formal.

Dessa forma, num momento muito oportuno e com o apoio de muitas famílias caetiteenses e dos políticos, como o intendente municipal, foi aberta a escola paroquial presbiteriana, conhecida na cidade como Escola Americana.

3.3 A Escola Americana de Caetité

No mesmo ano da instalação da Igreja Presbiteriana em Caetité, os missionários começaram a organizar a implantação da escola. Possivelmente, essa ação foi impulsionada pelas características e necessidades da cidade, que valorizava a instrução como meio de progresso, mas que, no momento, passava por dificuldades no que diz respeito à educação. Além disso, a instalação de uma escola estava entre as possibilidades dos missionários que já

⁸¹ Atualmente, o templo ainda existe (Praça Dr. Deocleciano Teixeira, nº127 - centro da cidade), apesar de que, com o passar do tempo, o prédio passou por várias reformas e hoje apresenta algumas mudanças nas características originais.

havia realizado ação semelhante em outros lugares, como Ponte Nova. Instalar e manter instituições como escolas e hospitais eram ações que faziam parte das suas ações filantrópicas, além de se constituir como uma importante estratégia para se aproximar da população, que, na maioria das vezes, via nessa oportunidade a única chance para acessar a educação formal.

A escola tinha o potencial de popularizar a fé protestante na localidade e também se mostrava como uma alternativa educativa para as crianças do lugar. Aspectos como esses tornavam muito favoráveis a implantação de uma escola em Caetité.

De acordo com os Livros de Ata do Conselho, com a Assembleia da Igreja Presbiteriana de Caetité e com as notícias trazidas pelo jornal A Penna, é possível dizer que a Escola Americana teria começado a funcionar no início de 1912 de forma anexa à Igreja Presbiteriana, inicialmente com um pequeno grupo de estudantes protestantes e não protestantes, era mantida por recursos da missão americana e obedecia ao modelo paroquial (MATOS, FRAGA, MARTA, 2020).

Collegio Americano

Aguardamos a realização do seu programa e os resultados d'ele para podermos informar os nosso leitores do que é o Collegio Americano, modesta casa de ensino fundada n'esta cidade pelo Dr. Henry Mc Call e confiada à direção de sua digna e ilustrada esposa. Temos visto e constatamos pelo matriculoso estudo dos meios e dos resultados ali empregados e obtidos, que, em geral não se pode desejar melhores resultados digo melhores methodos de ensino do que os americanos que ali são adaptados e em particular a distincta educadora segue-os à risca conseguindo surpreendentes vantagens. O grupo de discípulos é dividido em sete classes das quais a mais alta recebe o ensino complementar e o de pedagogia prática. Os pueris que achavam-se na primeira classe aprendem rudimentos de leitura e arithmética em suas mais simples operações por meio da escripta. Nada de primeiros livros, nada de subtração. Entretanto crianças de muito poucos anos que lá entraram há um mez, já escreveu prhasas simples e constam sem ter lido um compêndio. Ficamos satisfeitíssimos com o que vimos e aqui expomos (JORNAL A PENNA, 26/04/1912, p. 03).

O jornal se encarregou de anunciar as primeiras notícias sobre a escola recém-aberta, apontando sua satisfação com o que ali foi visto. Através da notícia, é possível dizer que a escola iniciou suas atividades em março de 1912, pois a matéria é do mês de abril e já se falava em mais de um mês de aulas com resultados interessantes para os “pueris”, que, apesar do pouco tempo de estudo, já apresentavam resultados promissores.

A nota também chama atenção para a organização pedagógica desenvolvida pela “distinta diretora”, a dona Margarida⁸² Mc Call, que dividia os alunos em sete classes que iam desde as pueris até as mais avançadas para as quais era ministrado o ensino complementar e a pedagogia prática.

Dos “pueris” até a sétima classe, os alunos eram alfabetizados e recebiam sucessivamente ensinamentos dos mais elementares até os mais complexos nas classes finais/ensino complementar, por meio dos métodos americanos aplicados à risca pela “distinta educadora”.

O método americano é elogiado e recomendado pela matéria do jornal por demonstrar resultados eficazes e muito satisfatórios, principalmente entre os mais novos: segundo a matéria, depois de apenas um mês de aulas já conseguiam escrever frases simples. Isso era, certamente, um diferencial da escola, entretanto, como as fontes encontradas não falam mais detalhadamente sobre ele nem sobre a sua utilização, precisamos recorrer a instituições análogas existentes no país para entender melhor os seus princípios.

A partir do cruzamento de informações, conseguimos traçar, ainda que superficialmente, os meios operantes da escola de Caetité, não desconsiderando as particularidades e as limitações de uma escola pequena, no interior do país, distante dos grandes centros.

O método americano anunciado pela reportagem do jornal corresponde ao método intuitivo⁸³, isso foi evidenciado quando verificamos a sua utilização entre outras Escolas Americanas do Brasil.

⁸² A dona Margarida (Margareth Bell Axtell Mc Call) era a esposa do Revendo Mc Call, ao pesquisar sobre outras Escolas Americanas implantadas Brasil, observa-se que era comum as esposas dos missionários se dedicarem às atividades sociais desenvolvidas pela igreja, nesse caso, escolas. Como exemplo, podemos citar a esposa do Missionário George Whiterhill Chamberlain, a senhora Mary Annesley Chamberlain, que criou uma pequena escola, que viria a ser a Escola Americana de São Paulo e que hoje se transformou em uma grande instituição educacional chamada Mackenzie, que contempla vários níveis de ensino, que vão desde a educação infantil até a universidade.

⁸³ De acordo Saviani (2004), o método Intuitivo surgiu na Alemanha no final do século XVIII. Foi divulgado pelos discípulos de Pestalozzi no século XIX na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, teve Rui Barbosa como um dos principais defensores, ele sistematizou os princípios do método intuitivo em seus famosos *Pareceres* e na tradução de *As Lições de Coisas*, de Calkins. O método intuitivo utilizava os objetos como suporte didático e os sentidos possibilitavam a produção de ideias, iniciando do concreto e ascendendo à abstração. Os sentidos deveriam ser educados para obter o conhecimento, passando da intuição dos sentidos para a intuição intelectual. Foram propostos novos materiais didáticos (gravuras, objetos de madeira, caixas para o ensino das cores e das formas, etc.), museus pedagógicos e novas atividades para serem desenvolvidas em sala de aula. Os livros ganharam uma nova função, servindo como manuais didáticos, destinados à formação dos professores, orientando sobre a estrutura das aulas e a ordenação das atividades. O método de ensino intuitivo

De acordo com os “Prospectos” da Escola Americana de São Paulo, no ano de 1912, cuja semelhança com a de Caetité é bem provável, o currículo das primeiras classes abrangia primeiras letras, leitura, caligrafia, noções de gramática da língua portuguesa, noções de geografia elementar, história da pátria, desenho elementar, as quatro operações, fundamentos de aritmética, introdução ao inglês e ao francês, introdução à história natural e “lições de cousas” (MATOS, FRAGA, MARTA, 2020).

A única fonte encontrada contendo informações sobre o currículo da escola de Caetité confirma boa parte dos componentes curriculares da Escola Americana de São Paulo.

Figura 15: Boletim Mensal da Escola Americana de Caetité

BOLETIM MENSAL DA ESCOLA AMERICANA DE CAETITÉ				
EXPLICAÇÕES: 100 signifien Perfeito				
90 * Excelente				
80 * Muito Bom				
70 * Bom				
60 * Soffrivel				
Menos de 60 * Pessimo				
<i>Carmem Gumes</i>				
LEITURA	ARITHMETICA	GEOGRAPHIA	HISTORIA	CALIGRAPHIA
93	85	90	90	95
LINGUAGEM	INGLEZ	<i>Costura</i>	COMPORTAMENTO	TERMO MEDIO
90	95	92	97	98
DIAS AUSENTE		DIAS TARDE		
CAETITÉ, 1º DE Outubro		DE 1915		
A Directora <i>Margarida McCall,</i>				

Fonte: Acervo familiar de Carmem Gumes.

O boletim não oferece informações sobre a que classe se refere nem sobre o nível de ensino ao qual ela pertencia, entretanto, pelos componentes apresentados, supõe-se pertencer aos últimos anos do ensino primário, provavelmente às classes mais “adiantadas”, pois não deveria haver a matéria “costura” para as alunas muito pequenas.

A aluna Carmem Gumes aparecerá novamente em outras fontes alguns anos depois de 1915, isso também nos leva a pensar na possibilidade de que ela estivesse, na data do documento anterior, no ensino primário e de que continuou na instituição pelos anos subsequentes.

difundiou-se no Brasil a partir do final do século XIX, fazendo parte das diversas propostas de reformas de ensino federais e estaduais e vigoraram até meados da década de 1920.

Através do boletim, verificou-se a prática de avaliações mensais e a utilização de notas que representavam conceitos, contando também o comportamento como componente a ser avaliado. Ele data do final de outubro e aparenta ser este o último mês do ano letivo, já que em outras fontes foram verificados registros de festas de fim de ano mais ou menos na mesma data.

No boletim, o item “dias tarde” está em branco e reporta à ideia de que a escola não funcionava em tempo integral e também não dispunha de internato, como pode ser encontrado em outras Escolas Americanas do Brasil.

O componente costura traz uma característica do método intuitivo: a aprendizagem pela prática. A presença dos componentes leitura, linguagem e caligrafia chama atenção, pois eles ocupam lugar de destaque no método intuitivo, no qual tem ênfase a leitura em voz alta e a escrita, que representava o letramento propriamente dito. Além disso, a presença da língua inglesa ao longo de quase todos os anos também é um ponto interessante, pois não era comum naquele período as crianças do ensino primário terem contato com a língua inglesa.

Na falta de boletins de outras classes, não foi possível saber sobre outros itens que caracterizam o método intuitivo, a exemplo do componente “lição de coisas”, entretanto uma carta entre as irmãs Alzira⁸⁴ e Celsina Teixeira, localizada no Arquivo Público, mostra indícios da utilização da lição de coisas pela Escola Americana:

[...] Mario e Benjamin estão no collegio de D. Margarida; que tem uns 30 alumnos entre moças, meninos e meninas. O systema é todo differente, todo práctico. Ella espera uma professora, ou talvez arranje uma por aqui; nesta occasião ensinará mais: Inglez, música e desenho. Maria Regina [Nena], Anna Rufa e outras estão praticando com ella para no futuro ajudal-a. ALZIRA (Carta para Celsina. Caetité, 30 de março de 1912).⁸⁵

As informações da carta nos levam a pensar sobre a novidade que representava o dito “sistema diferente” no ensino de Caetité, provavelmente era distinto do que elas conheciam e da forma como elas haviam aprendido; já a expressão “é todo práctico” nos leva a relacionar a metodologia utilizada pela D. Margarida à “lição de coisas”.

Segundo Valdamarin (2004), as lições de coisas abrangiam educar através dos cinco sentidos, fazendo o aluno ver, observar, tocar e discernir sobre as características dos objetos,

⁸⁴ Alzira era filha de Dr. Deocleciano Pires Teixeira e casada com Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior (Coronel Lima Junior).

⁸⁵ APMC, Fundo: Acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Celsina Teixeira Ladeia. Série: Correspondências pessoais, maço 02, caixa 01.

esse é o pressuposto do método intuitivo, o qual prevê que a escola deveria ensinar coisas vinculadas à vida prática e cotidiana dos estudantes

[...] A introdução dos objetos didáticos na educação tem um caráter lúdico, mas também disciplinador: um elemento novo em sala de aula torna-se o centro da atenção das crianças, instaurando assim algo que é comum a toda a classe de alunos e ao professor, é aquilo que os une no caminho do conhecimento. Mas, acima disso, traz consigo a possibilidade de uniformizar raciocínios, modos de pensar, cristalizando uma forma de apropriação das coisas exteriores num processo que é dirigido pelo professor, o representante naquela situação do legado das gerações precedentes, inclusive com seus valores e seus preconceitos (VALDEMARIN, 2004, p. 176).

Para além da informação sobre o ensino prático, a carta ainda traz a quantidade dos alunos da escola que ainda não tinha sido mencionada por nenhuma outra fonte disponível: trinta, um bom dígito para uma instituição recém-inaugurada.

A correspondência também confirmou a reportagem do A Penna acerca do ensino misto na Escola Americana dada a presença de “moças, meninos e meninas”. Tal aspecto também era uma novidade para Caetité que contava, até então, com escolas separadas por sexos.

As informações confirmaram ainda uma versão muito parecida entre o currículo das Escola Americana de Caetité e São Paulo, já que os componentes inglês, desenho e música só não eram ensinados até então em Caetité por falta de professoras, as quais já estavam sendo providenciadas por dona Margarida.

Nesse formato, têm início as atividades da Escola Americana em 1912, com cerca de trinta alunos e com apoio de pessoas influentes da cidade, como o próprio intendente municipal José Antônio Rodrigues Lima, o coronel Cazuzinha. Segundo Azevedo (1986), o reverendo Mc Call encontrou no coronel o apoio que precisava para a instalação da escola na cidade.

Um ano depois do início das atividades da escola, o cenário já era bastante promissor, conforme aponta o A Penna:

Collegio Americano

Foram reabertas a 24 do corrente as aulas d'esse Instituto de Instrução. Foi retardada a abertura das aulas por causa das construcções que ali eram feitas e porque aguardava-se a chegada de uma professora que veio auxiliar a Exma. Senhora D. Margarida Mc Call. O Dr. Henry Mc Call mostrou-nos dois salões e mais uma sala menor que foram construídos para as diversas classes em cerca de três mezes. São suficientemente claros e arejados para

que os alunos estejam folgadoamente mesmo em maior número. O pavimento todo guarda uniformidade de nível e pelo lado posterior, está o edificio em altura que dá-lhe belíssima perspectiva abrangendo-se dalli o horizonte. Achamo-nos satisfeitíssimos com todo o cuidadoso arranjo que ali presenciamos tomadas todas as precauções de hygiene pedagógica modernas (JORNAL A PENNA, 28/03/1913, p. 03).

A professora de quem fala Celsina na carta, pelo visto, estava a caminho. Por isso, foram necessários melhoramentos e ampliação na construção para que os alunos pudessem dispor de espaço mais adequado para as atividades pedagógicas.

A reportagem enfatiza as boas condições higiênicas apresentadas pelas novas construções: claras, arejadas e amplas. Esse fato condiz com as novas tendências modernas muito divulgadas em todo o país no início do século XX, lembrando que muitas escolas na Bahia funcionavam de forma precária, por vezes em ambientes improvisados e insalubres, o que era muito criticado pela imprensa e pela sociedade em geral.

Pelo exposto, os missionários demonstravam muito cuidado no que diz respeito às novas instalações do colégio. Em nenhum momento, encontramos dados sobre o financiamento das obras, deixando subentendido que as verbas partiam da própria missão⁸⁶.

As notas divulgadas pelo jornal em relação aos missionários e também à escola nos levam a estruturar, ainda que superficialmente, o seu cotidiano. Na ausência de outras fontes, o A Penna foi muito utilizado como tal. O jornal registrou, a partir de 1911, muitas ações dos missionários americanos em território caetiteense, como visitas, viagens e atividades da Escola Americana, a exemplo das festas de fim de ano, das quais participavam (registravam e publicavam matérias sobre) também os redatores, na condição de pais de alunos.

Uma reportagem muito detalhada descreve a festa do final do ano de 1917:

Escola Americana

Assistimos no dia nove deste a solene distribuição de prêmios aos alunos da Escola Americana feita pela Directora Exma. Constance Reese, presentes as professoras D. Antonia Rodrigues e D. Antonia Castro. Achava-se a sala repleta de Exma. Sras. e Senhoritas da fina flor da sociedade caetiteense e de muitos e distinctíssimos cavalheiros entre os quaes o Exmo. Sr. Dr. Intendente e outras autoridades. Aberta a sessão literária foi cantado solenemente o lindo hyno ‘Salve lindo pendão’ acompanhado ao harmonium pela professora Elizabeth Williamson, todos de pé ante a linda bandeira que

⁸⁶ De acordo Nascimento (2008), a Missão Central do Brasil era subsidiada pela Junta de Nova Iorque, portanto a verba vinha dos Estados Unidos e era detalhadamente discriminada no orçamento em categorias. A categoria V diz respeito exatamente à manutenção das escolas primárias, internatos e escolas secundárias, salário de professores locais e manutenção de seminários.

se ostentava galhardamente no lugar de honra. Em um palco belissimamente ornamentado com festões de flores artificiais, naturaes e vasos com plantas exóticas e mesmo indígenas. Depois de lida a acta da sessão anterior começou propriamente a sessão literária e de canto [...] (JORNAL A PENNA, 17/11/1917, p.01).

A descrição do A Penna retrata uma festa imponente, em um ambiente antecipadamente preparado e enfeitado para isso, regada de atos cívicos e culturais. Nela, estava presente a “fina flor da sociedade caetiteense”, uma expressão constantemente usada por eles em eventos que contavam com a participação de famílias “ilustres”/tradicionais do lugar. Nesse caso, o que justificava essa participação era a presença de muitos alunos e alunas advindos dessa fina sociedade. Também faziam parte dela políticos locais, como o próprio intendente municipal Antônio Rodrigues Ladeia, que prestigiava a educação oferecida pelos americanos.

A festa era dividida em alguns momentos: depois da solenidade de abertura, dava-se início à sessão literária e de canto, em que alunos recitavam poesias e monólogos e cantavam hinos.

O jornal ainda relacionou o nome dos alunos que participaram da sessão literária, foram mencionados trinta alunos, o mesmo número citado por Celsina alguns anos antes, e isso nos leva a crer que os alunos se mantinham na escola até completarem os estudos oferecidos lá e que, à proporção que alguns saíam, outros entravam, mantendo o mesmo número.

Alguns deles foram citados com sobrenome, possibilitando a verificação de alunos oriundos de muitas famílias tradicionais da cidade, “da fina flor da sociedade caetiteense”, como os filhos do proprietário do A Penna, assim como filhos do responsável pelo Observatório Meteorológico, o alemão Bernardo Ohlsen, o filho do intendente municipal e outros com sobrenomes conhecidos, como Castro e Lima.

[...] Melvino, Eulália, Zelinda Lima, Edgard, Mariazinha, Benedicto, Marieta, Carmem Gumes, Nelsa, Lindolpho Marques, Joãozinho Kardec, Nelsa Fernandes, Carina Ramos, João Ladeia, Olga Ohlsea, Carlos Ohlsea, Elan, David, Eponina Gumes, Carlos Ohlsen, Evinha e Elvira Lima, Aurea Gumes, Zizi, Edith Castro, Elsa, Calias, Almerinda, Julieta [...] (JORNAL A PENNA, 17/11/1917 p.01).

Terminada a sessão literária, a diretora divulgava os ganhadores dos prêmios e entregava os boletins contendo os resultados alcançados pelos alunos, inclusive com a progressão de classe.

O terceiro momento era menos formal: os presentes eram convidados a examinar as produções das alunas da escola:

[...] Aprovadas com distinção para a sétima classe Aurea Gumes e Edith Castro, na sexta classe, Eponina, Zelinda e Eulália, na 4ª, Joãozinho Kardec Gumes, da 3ª Lindoupho Marques. Na sala contígua estavam expostas as prendas das aluna e suas provas de caligrafia as quais foram examinadas por todos os circunstantes que se mostraram satisfeitíssimos com o ensino ministrado naquela casa e de lá saíram bem impressionados. Nossos fervorosos parabéns à distinta diretora e as suas dignas auxiliares bem como ao corpo discente que se saiu bem (JORNAL A PENNA, 17/11/1917, p. 01).

A festa de final de ano era um momento importante para a comunidade escolar, por isso existia toda a preparação e cerimônia descrita pelo A Penna. Eram a decoração, a música, as poesias, a exposição dos trabalhos escolares e o civismo que rodeavam a educação brasileira no início do século XX na tentativa de construção republicana do Estado-Nação representado pela execução de hinos e canções patrióticas.

Nessa data, a dona Margarida não aparece mais como a diretora da escola, levando-nos a crer que, no decorrer do ano de 1917, a família Mac Call se mudou de Caetité, já que as últimas informações encontradas sobre ela na direção da Escola são do mês de fevereiro, momento em que ela recebe uma nova professora:

Eschola Americana

Chegou entre nós a Exma. D. Antônia Rodrigues que veio ministrar o ensino primário na Eschola Americana que é dirigida n'esta cidade pela Exma. D. Margarida Mc Call. Nossas visitas de boas vindas à illustrada professora (JORNAL A PENNA, 02/02/1917, p. 01).

Como visto, sobre o corpo docente da escola, a documentação retrata a presença apenas de mulheres lecionando e, entre elas, algumas formadas e vindas de outras cidades em que a Igreja presbiteriana estava presente, como a cidade de Ponte Nova. Ao que parece, havia certo intercâmbio de missionários e professores entre Caetité e Ponte Nova.

A professora recém-chegada dona Antônia Rodrigues aparece nos registros da festa do final de 1917, juntamente com as professoras Antônia Castro e Elizabeth Williamson. Além delas, aparece na reportagem a substituta da dona Margarida, a professora Constance Reese.

Na falta de outras informações sobre a saída de dona Margarida, supõe-se que tenha ocorrido em virtude da transferência do seu marido. De acordo com os documentos da Missão

Central do Brasil anexados por Nascimento (2008), depois de Caetité, o reverendo Mc Call assumiu o campo missionário de Senhor do Bonfim, onde permaneceu até 1920.

As atividades em Caetité ficaram a cargo da família de Alexander e Constance Reese. Ele, como novo pastor da Igreja Presbiteriana, e ela, como diretora da Escola Americana. Segundo os documentos da Missão Central do Brasil, o casal já havia estado em Caetité entre 1911 e 1912. A senhora Reese, além de professora, era também obstetra, apesar de que não foi encontrado nenhum registro de prática médica executada por ela na cidade.

A família Reese esteve em Caetité por alguns anos. Na festa escolar do final do ano de 1918, a diretora Constance estava presente. Naquele ano, o encerramento das aulas ocorreu um pouco mais cedo do que no ano anterior, não se sabe exatamente o motivo, supondo-se ser o “tempo das chuvas” responsável por essa antecipação.

Eschola Americana

Assistimos no dia 18 do corrente, no Collegio Americano d’esta cidade, dirigida pela Ilustríssima Sra. Constance Reese, a festa escolar que ali se realiza anualmente e trouxemos d’ella a mais agradável impressão. Ali é ministrado o ensino primário infantil pelo método Mackenzie intuitivamente por classes que gradativamente atingem às fronteiras do ensino complementar. Além disso que está contando à professora D. Antônia Rodrigues e suas auxiliares a Diretora ensina francez e inglêz. Às 3 horas da tarde um dos vastos salões do edifício regurgitava de assistentes contando-se com muitas famílias da melhor sociedade e cavalheiros distintíssimos os quaes eram todos gentilmente acolhidos pela diretora e seu digno esposo com a correção da etiqueta britânica. O salão achava-se ornado a capricho ostentando-se o nosso pavilhão, no alto, um trophéo formado pelas bandeiras brasileira e norte americana. Começou a sessão literária pela leitura da acta seguindo se a saudação ‘Salve brado pendão’ e entrando o programa cujos números foram desempenhados a contento dos circunstantes não executados por criancinhas muito tenras que estreavam, levavam em conta a sua inexperiência ao redor dos anos: como aqueles exibidos pelas classes mais adiantadas com belíssima exposição e compreensão (A Penna, 24/10/1918, p. 01)⁸⁷.

Para além das informações sobre a festa propriamente dita, pode-se inferir sobre outros aspectos noticiados pela reportagem, como o ensino infantil e primário ministrado pela instituição, descartando o ensino complementar anunciado em 1912, quando a escola foi aberta.

O método de ensino citado também é interessante para entendermos melhor como funcionava a escola: “o Mackenzie intuitivamente”. Esse aspecto reafirma o que já havia sido

⁸⁷ Reportagem na integra no anexo E.

dito sobre a utilização do método intuitivo pela escola e reforça a relação de semelhança entre a Escola Americana de Caetité e outras existentes no Brasil. Para além da utilização do mesmo método, isso nos leva a refletir sobre o fato de que a distância dos grandes centros, as dificuldades de comunicação e locomoção não lhe impunham isolamento no que diz respeito às práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Americana.

Quanto à festa, constituía-se um momento especial para toda a comunidade escolar e sempre eram conduzidas pela diretora e pelas professoras com participação dos alunos. A festa do ano em questão seguiu o mesmo padrão já apresentado no ano anterior: recepção, leitura da ata, sessão literária e exposição dos trabalhos escolares. O desempenho dos alunos maiores nas atividades desenvolvidas ao longo da sessão literária chama atenção dos participantes, deixando-os muito satisfeitos com a Escola Americana.

Ao descrever detalhadamente todo o evento, o jornal A Penna também demonstra satisfação com tudo o que foi visto ali. Essa matéria foi colocada na primeira página do jornal juntamente com outras notícias “importantes” da edição.

Apesar do aparente bom andamento da escola e da satisfação da “sociedade caetiteense”, a partir de 1918, foram encontradas cada vez menos notícias sobre ela. Depois da dita data, não foi verificada nenhuma reportagem do A Penna sobre as festas de fim de ano, nenhuma notícia sobre início ou término das aulas e nenhum registro da igreja sobre as atividades da escola.

Os documentos da Missão Central indicam apenas que, entre 1918 e 1922, o campo de Caetité esteve sob a responsabilidade do missionário Harold C. Anderson, que era evangelista e educador, e de sua esposa, a professora Evelyn Anderson, que provavelmente assumiu a diretoria da Escola Americana, como de costume. A família Anderson permaneceu na cidade entre 1918 e 1922, depois retornaram em 1931.

De 1922 até 1927, há um hiato de informações acerca dos presbiterianos e da sua escola (MATOS, FRAGA, MARTA, 2020). O silêncio foi quebrado apenas por uma pequena nota do A Penna, do ano de 1927, indicando a suspensão total das atividades da Escola Americana no ano anterior:

Escola Americana

Desde o fim do ano de 1926 deixou de funcionar a Escola Americana de Caetité sob a direção dos missionários norte americanos. A escola que actualmente funciona no prédio escolar da Igreja Evangélica nesta cidade é a escola primária particular da professora D. Anna Carvalho. Abriu-se esta escola no dia sete de fevereiro e os paes que ainda desejam matricular seus filhos dirijam-se à professora sob cuja responsabilidade existe a escola. Chester C. Carnahan (JORNAL A PENNA, 10/02/1927).

As causas do fechamento da escola são pouco conhecidas, não se sabe também os motivos que levaram a sua substituição pela escola particular da professora Anna Carvalho.

A nota foi assinada por Chester Carnahan, evangelista e educador da Missão Central. De acordo com os documentos da Missão Central, o casal Chester e Aureta Carnahan esteve em Caetité entre os anos de 1922 e 1927. Apesar de Aureta ser professora, não se sabe se ela deu sequência às atividades da escola no período. Os mesmos documentos trazem informações sobre a presença de outros missionários presbiterianos americanos na cidade, até o ano de 1934.

Depois do casal Carnahan, assumiu a Igreja Presbiteriana de Caetité o missionário Harold C. Anderson, que já havia estado na cidade entre 1918 e 1922 com a professora Evelyn Anderson, sua esposa, e depois retornado em 1931. Eles foram sucedidos pelo missionário R. N. Varhaug, evangelista e educador, e sua esposa, a professora Catherine Varhaug, vindos do Norte⁸⁸, entre os anos de 1931 e 1935. No ano de 1934, também esteve na cidade o missionário Richard Lord Waddel.

Além dos missionários listados pelos documentos da Missão Central, o jornal A Penna também relata a passagem do missionário Alexander Reese, em abril de 1927, em junho de 1929 e em março de 1930. Na última passagem, ele expõe o progresso das atividades em Ponte Nova (atual Wagner), que, àquela altura, já possuía uma estrutura bem montada e equipada de escola e hospital em pleno funcionamento, o que demandava muitos investimentos humanos e financeiros vindos da sede da Missão Presbiteriana nos Estados Unidos, segundo os documentos da Missão Central⁸⁹.

Tal pode ter sido um dos motivos para o encerramento das atividades da Escola de Caetité. Pelo progresso descrito por ele, Ponte Nova carecia de investimentos de todos os tipos. Além disso, segundo Azevedo (1986), a reabertura da Escola Normal em 1926 teria sido um forte motivo para o fechamento da escola, isso faz muito sentido se considerarmos o contexto educacional e político no estado da Bahia do período. No momento, entretanto, como nenhuma fonte oficial fala sobre esse assunto, os motivos expostos ficam como possibilidades plausíveis. De todo modo, segundo as poucas fontes encontradas, as

⁸⁸ Os documentos da Missão Central não especificam esse “Norte”, podendo ser o norte de Minas Gerais, o norte do Estado da Bahia ou ainda a cidade do Recife, onde a Missão também se fazia presente.

⁸⁹ Esses documentos são, entre outros, as planilhas dos investimentos financeiros feitos pela sede da Missão em território brasileiro, eles foram anexados por Nascimento (2008).

atividades educativas dos presbiterianos americanos em Caetité foram encerradas em 1926, ficando os missionários encarregados apenas das atividades religiosas.

Atualmente, a Igreja Presbiteriana, em Caetité, não é mais dirigida por missionários estrangeiros, mas continua a exercer suas atividades religiosas no mesmo prédio centenário.

Figura 16: Igreja Presbiteriana de Caetité – fachada atual



Fonte: Acervo pessoal de Carmelita Teixeira

Apesar de uma vida relativamente curta, não se pode negar que a Missão Americana trouxe ao Brasil e a Caetité um projeto educativo exitoso. A proposta encontrou-se com os anseios de uma nação em construção, entusiasmada e desejosa de uma educação que fosse sinônimo de modernidade e que se constituísse em um meio para se alcançar o progresso (MATOS, FRAGA, MARTA, 2020).

Em Caetité, não era diferente. Havia uma “população” que estava interessada na educação oferecida pelos americanos e que via nela um meio de se atingir a modernização e o progresso do lugar. Nesse sentido, confessos e não confessos foram estimulados a educar seus filhos e filhas através dos métodos americanos. Através do método prático, moderno e inovador para o período, muitos caetiteenses que almejavam uma educação de qualidade a tiveram.

A Escola Americana foi a opção encontrada por muitas famílias caetiteenses para oferecer educação moderna aos seus descendentes sem precisar sair da pequena cidade, assim ocorreu por mais de uma década. Para muitos dos seus alunos, ela foi a primeira instituição de

ensino que frequentaram; eles deram continuidade aos seus estudos na Escola Normal ou em outros lugares. A contribuição da Missão Norte Americana foi importante para que Caetité fosse conhecida por muitas décadas como a Terra da Educação e ainda hoje mantivesse memória desse período.

Tão importante quanto a Escola Americana foi o Instituto São Luiz Gonzaga, instalado na cidade praticamente no mesmo período que a Escola Americana e, possivelmente, em oposição a ela.

3.4 A reação católica contra os protestantes em Caetité: Os jesuítas voltam ao Brasil e se instalam no Sertão

A instalação de uma Igreja Protestante, a fundação de uma escola com teor ideológico e a existência de um Centro Espírita na cidade tiraram a hegemonia da Igreja Católica no território caetiteense, esse teria sido um forte motivo para uma reação da Igreja Católica representada pelo pároco local com interferência direta do arcebispo da Bahia Dom Jerônimo da Silva.

Tal reação se deu de duas formas: a primeira foi a vinda da Companhia de Jesus para abrir uma escola e realizar atividades missionárias no território. A segunda se deu com a elevação de Caetité à categoria de diocese e à sede do bispado.

A virada do século XIX para o século XX não foi muito tranquila para a Companhia de Jesus em Portugal. O fortalecimento do movimento republicano, firmado na ascensão de ideologias antirreligiosas e liberais e cujo objetivo era a instalação de um estado laico, levou o país a uma a Revolução Republicana concretizada em 1910 e colocou a Companhia novamente na ilegalidade⁹⁰.

Os republicanos Portugueses, no século XIX e no início do século XX, descartaram a possibilidade de que o catolicismo algo pudesse contribuir para a vida nacional. Firmando-se nessa opção ideológica, miraram na companhia de Jesus como um adversário mais visível entre outros, cuja atividade desviava radicalmente Portugal do caminho onde o positivismo, filosofia predileta dos republicanos portugueses, estava apoiado. Nos últimos

⁹⁰ Novamente na ilegalidade, porque, segundo Neto (2007), no ano de 1834, o ministro Joaquim Antônio de Aguiar publicou uma legislação que extinguiu as ordens religiosas do país, repassando suas propriedades ao Estado. Essa situação permaneceu até a década de 1850, quando as ordens religiosas passaram a ser tratadas com tolerância e puderam regressar à Portugal, apesar de muitas restrições. Essa condição foi alterada com a queda do sistema monárquico no país em 1910.

anos do século XIX, os republicanos estavam lutando contra o catolicismo e suas expressões culturais em Portugal. Finalmente em 1910, conseguiram derrubar uma Monarquia já desmoralizada [...] (AZEVEDO, 1986, p. 02).

Vitor Neto (2007) afirma que os conflitos político-religiosos ocorridos simbolizavam a convivência insatisfatória entre igreja e Estado.

Aos religiosos, inclusive aos jesuítas, foi atribuída toda insatisfação popular contra a monarquia e contra a relação Estado/igreja. A eles também foi atribuído todo o atraso econômico que assolava o país, sendo a instalação do sistema republicano visto como a solução para os problemas em questão.

Assim, a partir de 1910, com a implantação da República, o país caminhou em direção à laicização da educação, ficando proibido o ensino religioso nas instituições públicas, e as ordens e congregações religiosas foram expulsas de Portugal, inclusive a Companhia de Jesus.

Nesse contexto, teve início uma grande perseguição aos inacianos. Suas principais escolas foram fechadas, suas terras e casas foram invadidas, muitos foram presos, alguns expulsos e outros optaram pela fuga em direção à Espanha, deixando para trás todos os seus pertences e todo o patrimônio intelectual do qual faziam parte livros e coleções científicas dos gabinetes de ciências, frutos de muitos anos de pesquisa.

Um desses fugitivos foi o Padre Luiz Gonzaga Cabral⁹¹, provincial dos jesuítas portugueses. Ele expressou seu ressentimento por meio de texto escrito no folheto intitulado “Ao meu país” e transcrito por Azevedo:

Em pleno século da liberdade, homens que apregoam espírito liberal, e em nome de princípios igualitários, expulsaram, num momento, do território português, a trezentos e tantos portugueses, espalhados por cerca de 20 casas, no Continente e nas possessões ultramarinas da África, Ásia e Oceania; sem lhes provar um único crime ou delito, sem lhes permitir uma palavra de defesa, sem lhes dar tempo para reunir a roupa, os livros, os escritos⁹², fruto querido do trabalho de muitos anos numa vida de estudo indefesso. [...] Em nome da liberdade arrebatam-se tudo, despojam-nos de

⁹¹ Azevedo (1986) descreve a fuga do padre Cabral e o irmão Gomes. Durante três dias, eles permaneceram escondidos em vários lugares de Lisboa, esperando o melhor momento e a melhor estratégia para sair da cidade em direção a Madri. Ele traz ainda uma parte da narrativa da fuga escrita pelo próprio padre Cabral, que se passou por um vendedor de máquinas de escrever, identificando-se como Mr. Robert, falando francês e carregando apenas duas malas. Assim, eles conseguem sair do país. De Madri, em segurança, ele escreve a um amigo, que morava em Lisboa, comunicando o êxito da fuga, e este, por sua vez, se encarrega de avisar aos confrades que ainda permaneciam presos.

⁹² Informações desse tipo vêm romper com a ideia preconceituosa de que os jesuítas mantinham um ensino arcaico baseado na repetição de conhecimentos pré-concebidos e pré-estabelecidos, chamando atenção para uma educação baseada em conhecimento científico produzido em seus próprios gabinetes e laboratórios de pesquisa.

tudo. Apoderam-se de nossas propriedades e das nossas casas, umas longamente construídas com as sobras das pensões dos nossos alunos, à força de rigorosa administração e desinteressada economia, outras adquiridas, por particulares, com sua própria legítima, averbadas, legalmente, em seus nomes individuais. Apropriaram-se dos edifícios e das terras, também do recheio das nossas casas, nas quais havia coleções científicas de primeira ordem, como os museus, gabinetes e laboratórios existentes nos Colégios de Campolide e S. Fiel e onde, durante mais de 50 anos, o subsídio mensal dos nossos alunos, a generosidade de amigos inspirada pela sua dedicação e apreço pessoal para conosco, e o trabalho inteligente amorável e desinteressado dos Padres e Irmãos haviam conseguido reunir um material de estudo que por todos estes títulos era nosso e só nosso [...] (AZEVEDO, 1986, p. 2-3).

O manuscrito demonstra muito ressentimento ao país que prendeu e expulsou alguns de seus cidadãos pelo fato de fazerem parte de uma ordem religiosa sem direito de defesa, nem mesmo o de reunir seus pertences pessoais e profissionais. Ele ainda questiona a “liberdade” em nome da qual os republicanos tomaram posse de seus bens materiais e, mais ainda, de seus bens intelectuais e científicos, frutos de muitos anos de dedicação e pesquisas dos padres que ali trabalhavam e residiam.

Aos padres que conseguiram fugir de Lisboa, sobrou a dura realidade da vida de exilados, sem um destino certo, com recursos materiais escassos. Nessa conjuntura, a única opção que lhes sobrava era contar com o acolhimento das outras casas da Companhia espalhadas pelo mundo, é nesse momento que eles retornam ao Brasil, onde a Companhia mantinha uma presença histórica.

A Companhia de Jesus tinha sido expulsa do Brasil em 1759 e depois foi suprimida pelo Papa Clemente XIV em 1773. A ordem religiosa só foi restaurada no ano de 1814 pelo Papa Pio VII. No início da década de 1840, os missionários jesuítas já estavam no Brasil. Os inacianos espanhóis expulsos da Argentina estabeleceram-se no sul do país, nas províncias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Com o tempo, novos missionários viriam, principalmente alemães e italianos. Até 1911, o Brasil ficou dividido por duas missões jesuíticas: a Missão da província germânica, no Rio Grande do Sul, e a Missão da província romana, nos outros estados brasileiros. Pela extensão da província romana, os inacianos se concentraram, sobretudo, na Região Centro-Leste (ZACHARIADHES, 2010, p. 35).

Os jesuítas retornam ao Brasil num momento muito interessante para a Igreja Católica nacional. O mesmo movimento republicano que expulsa a Companhia de Jesus de Portugal já havia se instalado no Brasil, mas, diferentemente do que acontece no primeiro, a Constituição

de 1891 torna o estado laico e assegura às instituições religiosas o direito de culto e liberdade de crença no segundo.

Com a separação entre igreja e Estado, a Igreja Católica buscou se reorganizar, segundo as orientações romanas, visando uma presença mais próxima e eficaz dos fiéis, que eram a maioria da população brasileira, e se espalhava por todo o território nacional.

Esse movimento de reforma e aproximação da Igreja Católica dos seus fiéis ocasionou um aumento significativo no número de dioceses pelo Brasil. Nesse movimento, cresce também a necessidade de mais clérigos para assistir aos novos bispados.

A Companhia de Jesus e outras ordens religiosas chegaram ao Brasil em um momento de reestruturação da Igreja nacional em que ela procurava se articular. Segundo Newton Darwin de Andrade Cabral: Os religiosos passavam a assumir papéis que viriam dar eficácia à reforma que se intentava. Dentre esses religiosos, tiveram os jesuítas destacada importância [...] esses agentes afluíram para o Brasil em grandes quantidades, pois a separação entre a Igreja e o Estado facilitou-lhes a vinda, a partir de uma Europa com muitas congregações em crise devido ao crescimento do laicismo e do liberalismo. O Brasil, na confluência desses dois fatores, aparecia como opção para se vir lutar por um modelo de Igreja tridentina e antiliberal (CABRAL, 1993, p. 168 in. ZACHARIADHES, 2010, p. 34).

No Brasil, a chegada dos primeiros jesuítas exilados se deu no Rio de Janeiro em um ambiente bastante hostil, cercado de manifestações contrárias e proibições impulsionadas por políticos que comungavam das mesmas ideias dos republicanos portugueses.

Através do jornal lisboeta “O Século” os republicanos portugueses convenceram o governo brasileiro a não receber os jesuítas exilados. No dia 18 de outubro de 1910, foi negado, pelo juiz da Segunda Vara Federal o requerimento de “habeas corpus” em favor dos jesuítas portugueses (AZEVEDO, 1986, p. 09).

Diante da situação, os jesuítas já se preparavam para seguir viagem em direção à Argentina, quando o decreto de proibição de desembarque foi revogado pelo Supremo Tribunal Federal. Os padres foram, então, acolhidos pelos confrades da Província Romana, enquanto um novo pedido de habeas corpus, em seu favor, tramitava na justiça (MATOS, 2016).

Conforme Azevedo (1986, p.12), resolvidas as pendências relacionadas à permanência dos jesuítas no país, o padre Cabral e o padre Antônio Menezes decidiram reorganizar a Província Portuguesa dispersa no Brasil. Assim o fizeram com a ajuda do Arcebispo Primaz

da Bahia, Dom Jerônimo Tomé da Silva. A cidade de Salvador se tornou a sede da Missão Portuguesa no Nordeste.

O arcebispo “[...] desejava melhorar o ensino primário na capital e orgulhava-se de haver ajudado na instalação de outras ordens religiosas e de dois colégios católicos, dirigidos por padres, em Salvador” (COUTO, 2011, p. 2288), ao mesmo tempo que, “[...] para os jesuítas, o colégio serviria para manter a coesão do grupo e reorganizar a Província Portuguesa dispersa” (COUTO, 2011, p. 2288).

Mesmo enfrentando oposição por parte da imprensa e de alguns políticos baianos, de acordo com Couto (2011, p. 2288), os jesuítas se instalaram em Salvador no início de 1911, a eles foi cedida a Igreja de Santo Antônio da Barra, onde também ficava a residência. Logo abriram o Colégio Antônio Vieira⁹³.

Organizada a residência e com o Colégio Antônio Vieira aberto, “[...] eles receberam mais um apelo de D. Jerônimo, desta vez para a abertura de uma escola no longínquo interior da Bahia – em Caetité” (AZEVEDO, 1986, p. 32). O arcebispo foi o interlocutor do monsenhor Luiz Pinto Bastos, pároco de Caetité, o pedido deste último tinha por base o contexto religioso, político e educacional local. O monsenhor

[...] estava preocupado com a implantação de um colégio católico. Importa lembrar que, neste contexto, já havia um colégio protestante na cidade, contribuindo para a popularização de tal religião; além disso o espiritismo estava ganhando muitos adeptos (GUIMARÃES, 2013, p. 86).

Dessa forma, o pedido refletia os embates religiosos e a eles ainda foram agregadas disputas políticas locais. Ferdinand Azevedo (1986) fala sobre o assunto como um impulsionador da ida dos jesuítas a Caetité:

Ligada intimamente à política foi a educação. Por causa da rivalidade partidária entre o governador Luís Viana e seu sucessor Severino dos Santos Vieira, a Escola Normal, que já funcionava, havia cinco anos foi fechada em 1903. A situação ficou mais precária ainda no ano seguinte quando a Escola

⁹³ O Colégio Antônio Vieira foi fundado pela Companhia de Jesus em 15 de março de 1911, consolidou-se como referência de excelência acadêmica, com inovações pedagógicas e metodológicas, tornou-se também uma referência da alta qualidade da proposta educacional inaciana. Calcada em uma formação essencialmente humanística e voltada para responder os desafios contemporâneos, a chamada educação jesuítica faz-se presente atualmente em mais de 850 escolas em todo o mundo. No Brasil, a Rede Jesuíta de Educação (RJE) é integrada por 17 colégios, distribuídos em nove estados, sendo o Vieira o único em atuação na Bahia. Disponível em: <<https://www.colegioantoniovieira.com.br/o-vieira/quem-somos/>>. Acesso em 10 dez. 2020.

Complementar⁹⁴ também fechou. Somente em 1912, quando o missionário presbiteriano John Henry Mac-Caul apareceu, é que Caetité sairia da penúria educacional. O missionário não pedia dinheiro mas apoio e o encontrou no Coronel Cazuzinha (AZEVEDO, 1986, p. 37).

Em 1912, José Antônio Rodrigues Lima, o coronel Cazuzinha, era o intendente municipal e, por diversas vezes, as fontes explicitaram a sua simpatia e apoio aos presbiterianos e à sua escola.

O escritor Hermes Lima acha que o Coronel ajudou o missionário, por motivos políticos e não religiosos. É bem possível que o interesse da família Rodrigues Lima pela medicina tivesse dado a Mac Cauly a oportunidade de tomar conhecimento sobre Caetité. Sendo intendente pela segunda vez o coronel queria cobrir a lacuna cultural de Caetité (AZEVEDO, 1986, p. 37).

[...] Toda a intervenção oficial da Intendência e dos políticos de Caetité era em favor escola protestante. Ao saber da chegada dos Padres e da fundação do Instituto São Luiz Gonzaga no Edifício da antiga Eschola Normal cedido pelo Exmo. Sr. Dr. Diocleciano Pires Teixeira, mandou o intendente retirar da mesma Eschola Normal todo o mobiliário escolar, entregando-o ao Collégio Americano [...] (MADUREIRA, 1929, p. 636).

É nesse contexto religioso e político que o monsenhor Luiz, apoiado pelo coronel Deocleciano Pires Teixeira, oposição política a Cazuzinha, solicitou à Companhia de Jesus a abertura de um colégio católico na cidade.

A aliança entre o monsenhor Luiz Pinto Bastos e Deocleciano Teixeira era mais que uma estratégia para fortalecer a educação e a Igreja Católica em Caetité: tinham intenções políticas, pensando num possível retorno ao poder local.

Azevedo (1986) expõe alguns dos motivos favoráveis, apresentados pela Ordem, à abertura de uma nova missão resistência ao protestantismo em Caetité:

Razões a favor da resistência: 1ª Seria uma resistência em que se poderia trabalhar muito e não só na cidade que é uma das principais do sertão, mas também fora em missões. 2ª A escola anexa, além do grande bem que faria àquelas famílias, serviria para preparar alunos para o colégio da Bahia e não seria necessário sacrificar professores indispensáveis nos colégios, pois essa escola não passaria das matérias preliminares e talvez um pouco de francês e latim. 3ª O clima é bom (850m. de altitude) 4ª O Sr. Arcebispo

⁹⁴ Outras informações sobre essa escola não foram encontradas na documentação disponível e estudada neste trabalho, por este motivo ela não foi relacionada entre as instituições educativas existentes na localidade citadas na seção 2.

deseja muito que aceitemos esta residência. 5ª Vae ser cabeça de uma nova diocese (AZEVEDO, 1986, p. 38).

O primeiro argumento reforça o caráter missionário dos jesuítas que iria encontrar um vasto território desassistido pela pequena quantidade de sacerdotes disponíveis.

O segundo reitera o compromisso cristão de fazer “o bem” às famílias, não esquecendo de que a existência de uma escola católica serviria para fazer frente à recém-aberta Escola Americana, ligada à Igreja Presbiteriana e, ao mesmo tempo, preparar e encaminhar os alunos de Caetité para o Colégio Antônio Vieira de Salvador, fortalecendo a instituição.

O terceiro motivo é o mesmo que contribuiu para a ida da família Mc Call a Caetité: suas condições climáticas em parte semelhantes ao clima temperado europeu. Esse aspecto já havia mobilizado outras famílias em torno da cidade e historicamente foi um dos motivos do desenvolvimento do povoado e depois da cidade.

Por último, um argumento tão importante quanto os primeiros: em comunhão com interesse do monsenhor Luiz, estava o desejo do arcebispo de frear o avanço protestante em Caetité e de ter a Companhia de Jesus no território como forma de preparar a população sertaneja para a elevação de Caetité à diocese, o que aconteceria mais à frente.

A argumentação exposta demonstra o aceite da Companhia de Jesus ao pedido do arcebispo. Ainda nos primeiros meses de 1911, o grupo começou a organizar a ida dos primeiros jesuítas para a abertura do Instituto São Luiz Gonzaga, o qual também seria a sede de uma casa jesuíta e de atividades missionárias por toda a região (MATOS, 2016).

Nessa circunstância de “concorrência de fiéis e de alunos”, os jesuítas se instalaram em Caetité com o apoio do pároco e de Deocleciano Pires Teixeira, onde “apesar de limitações de todo tipo, não lhes faltou liberdade em partilhar a palavra de Deus” (AZEVEDO, 1986, p. 25). Depois de conhecer um pouco da realidade local e começar o trabalho missionário, eles descreveram a seguinte realidade:

Aqui há protestantes americanos, espíritas e bastantes catholicos indiferentes, por não terem tido instrução conveniente. Esperamos que o novo bispo em vindo, disporá pouco a pouco as freguesias que são enormes [...]. Os espíritas por aqui são a gente mais indiferente possível, que falando muito em amor e caridade, não se incomodam na mais leve coisa que desagrade ao homem velho! A guerra temo-la principalmente contra os protestantes, que por entre esse indiferentismo semeiam a dúvida com péssimo resultado. A nossa escola tem-lhes feito dar água na barba. Ao passo que aumenta e cresce a deles diminue a olhos vistos; e já se diz por aqui que vão fechar em breve. Será a primeira vitória. A segunda batalha

dão-lha os nossos missionários que andam por este Estado trabalhando com muitos fructos. Penso eu, em três ou quatro anos já não haverá por aqui pastores evangélicos (PADRE LUIS GONZAGA DIALLER, Caetité, 27 de março de 1914).

A carta do Padre Dialler, um dos primeiros a se instalar em Caetité, deixa muito clara a situação religiosa na cidade e também os principais objetivos dos jesuítas no lugar: combater o avanço do protestantismo por meio das suas atividades missionárias, bem como das atividades educativas do Instituto São Luiz Gonzaga. Isso acontecia através de uma dinâmica organizada em duas frentes de atuação: ao tempo em que uma parte dos padres e irmãos se dedicavam às atividades educacionais do São Luiz, outra parte saía em missão pelo Sertão, atualizando os rituais católicos entre a população sertaneja (MATOS, 2016).

3.5 O Instituto São Luiz Gonzaga

Assim que os jesuítas aceitaram o pedido do monsenhor Luiz Pinto Bastos para instalar uma escola em Caetité, começaram a organizar a viagem. De acordo Azevedo (1986), o padre João Ilhão foi nomeado superior da nova residência em março de 1912 e, um mês depois, partiu em direção ao Sertão.

A essa altura, algumas decisões acerca do funcionamento da escola já haviam sido tomadas, a começar pelo nome: “Instituto São Luiz Gonzaga”⁹⁵. A instituição deveria funcionar em regime de internato e externato; sendo da vontade dos alunos, eles poderiam continuar sua educação no Colégio Antônio Vieira em Salvador.

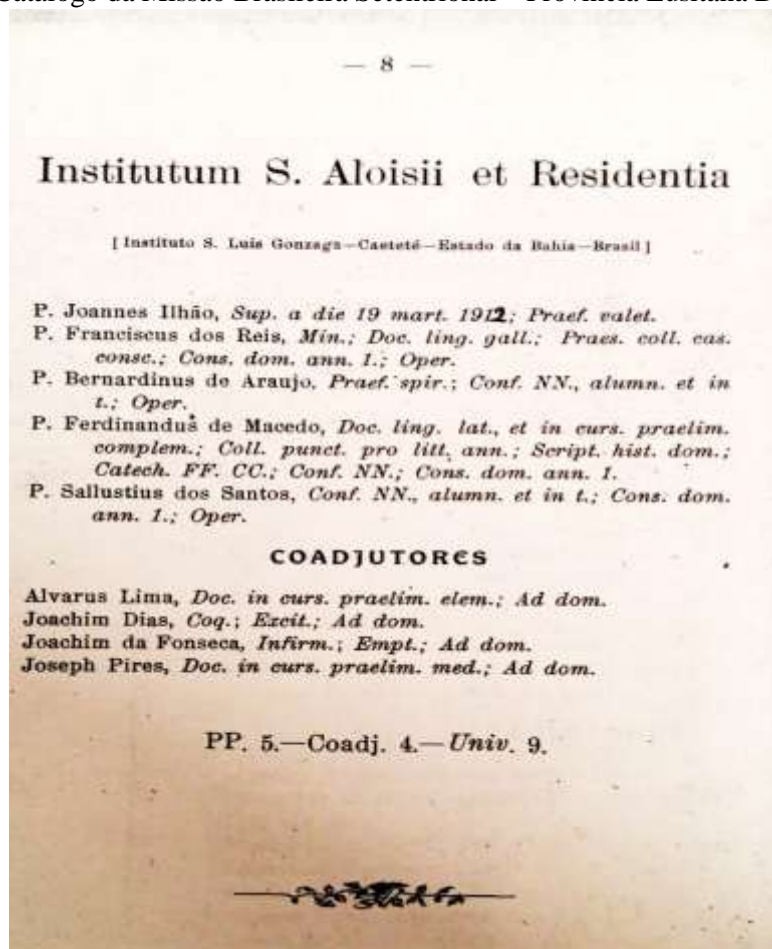
A distância entre a capital e a cidade de Caetité fazia da comunicação entre as casas uma dificuldade previsível. A viagem ao Sertão era longa e cansativa, dependendo das condições climáticas. Azevedo (1986) esclarece que ela poderia demorar mais de dez dias: entre a embarcação a vapor de Salvador até a cidade de Cachoeira, o trem de ferro de Cachoeira até

⁹⁵ Castiglione Delle Stiviere nasceu em 9 de março de 1568, em Roma. Ao entrar no noviciado da Companhia de Jesus, em Roma, assumiu o nome de Luiz Gonzaga, renunciou ao seu título de nobreza e à herança a que tinha direito, deixou de lado sua origem nobre, escolhendo sempre os serviços mais humildes. Por essas decisões, perseverança amor e fé, São Luis Gonzaga se tornou modelo para os jovens. Ele encontrou o verdadeiro sentido da vida, que é conhecer, amar e servir a Deus, entregou sua vida em favor da caridade e da pureza de coração. Por isso, São Luís Gonzaga é o padroeiro da juventude e dos estudantes. Disponível em: <<https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-sao-luis-gonzaga/268/102/>>. Acesso em 10 dez. 2020.

Machado Portela e as montarias dessa última parada até Caetité, atravessando a Serra do Sincorá.

Inicialmente, vieram à cidade cinco padres e quatro irmãos. O catálogo do ano de 1912 registrou seus nomes e suas respectivas funções na Residência de Caetité.

Figura 17: Catálogo da Missão Brasileira Setentrional – Província Lusitana Dispersa /1912



Fonte: Arquivo da Companhia de Jesus – Casa Antônio Vieira/ Salvador - Bahia

Eles foram recepcionados com festa e, com o apoio do monsenhor Luiz e do coronel Deocleciano, instalaram-se improvisadamente em

[...] uma casa mobiliada com móveis emprestados, portanto casa vazia, apenas enfeitada. E que casa seria? A casa é grande, escreve um dos seus primeiros moradores, mas está por mobilar, e por ora não há com que o possamos fazer. Havia cinco canapés, três mesitas de réles madeira, cinco cadeiras de couro, quatro ou cinco de palhinha, uma bacia grande de folha, um banco de pau e uma acha meio queimada na lareira. Eis o mobiliário

completo. As camas tinham só coberta e um lençol; mas tudo isto era emprestado [...] (FOULQUIER, 1940, p. 64).

Foulquier (1940) continua falando sobre a situação com certo tom de desilusão:

Bem parecia certo que as promessas feitas na Baía para o agasalho e conforto dos padres tinham ficado do outro lado da Serra do Sincorá. Não terminaram a viagem, não chegaram até Caeteté. Por isso os Padres tiveram que aguentar as privações dos princípios, por ter essa casa começado com tao generosas promessas e tao escassos recursos. Em tudo o dedo mau da política (FOULQUIER, 1940, p. 64).

A fonte deixa transparecer certa expectativa dos padres em relação a sua estada em Caetité a qual aparentemente foi frustrada ao chegarem na cidade e se depararem com uma casa vazia. Mais frustrante ainda para eles foi saber que os móveis da casa haviam sido retirados pelo intendente municipal e doados à Escola Americana. Foulquier (1940), provavelmente, se refere a esse fato quando fala sobre o “dedo mau da política”. Essa informação também nos dá subsídios para demonstrar a existência de investimentos públicos na referida escola, confirmando, assim, um afinado jogo de influência e troca de favores.

Mesmo com as dificuldades apresentadas, eles se instalaram e começaram a preparar a abertura do Instituto. A população da cidade e da região foi informada sobre os objetivos, as diretrizes de funcionamento e os investimentos financeiros necessários aos interessados na matrícula através do jornal A Penna:

I. O Instituto São Luiz Gonzaga tem por fim a educação literária, civil e religiosa da mocidade. II. O ensino, que terá uma função sobretudo prática, abrange as matérias do curso preliminar primário e de coisas, e de um curso noturno de línguas. III durará o anno lectivo dez meses, a principiar no mês de Março; seguir-se-ão dois meses de férias, que todos deverão passar fora do Instituto. São considerados dias feriados todas as festas nacionais. Haverá quatro horas diárias de aula – das 9 às 11 da manhã e das 2 às 4 da tarde (JORNAL A PENNA, 07/06/ 1912, p. 02).

O instituto São Luiz deveria seguir as características da educação inaciana ministrada em muitas outras escolas da Companhia cuja intenção era oferecer uma “Educação de excelência”, no contexto da “excelência humana”, pautada na formação integral do indivíduo dentro da comunidade, não deixando de lado a dimensão religiosa que perpassava toda a educação e o diálogo entre a fé e a cultura (MATOS, 2016). Essas características reafirmavam

os objetivos da instituição: a formação civil, ao mesmo em tempo que intelectual e religiosa dos seus alunos.

Conforme a reportagem, a instrução nessa escola deveria ter uma função prática, abrangendo o ensino primário e também o de “coisas”. Para nós, essa expressão se refere à “lição de coisas”, item do método intuitivo apresentado anteriormente por ser utilizado na Escola Americana.

O ano letivo deveria ter dez meses com uma interrupção para as férias, considerando também os feriados e festas nacionais, entre os quais estavam alguns dias santificados. As aulas, por sua vez, deveriam ter carga horária diária de quatro horas distribuídas ao longo dia.

O regulamento ainda apresenta as questões disciplinares que os alunos deveriam obedecer e, como muitos deles vinham de outras cidades, os pais encarregavam seus amigos caetiteenses de se responsabilizarem por seus filhos diante da exigência do Instituto. Isso foi observado na troca (que será apresentada adiante) de algumas correspondências entre o coronel Lima Junior e os amigos residentes em outras localidades.

Na ausência dos pais, os alunos internos ficavam sob a responsabilidade de alguém em Caetité para garantir suas despesas no Instituto e também para o caso de alguma eventualidade, já que a disciplina era um ponto importante do regulamento. As regras disciplinares valiam apenas para dentro da escola, entretanto esperava-se dos alunos uma boa conduta também fora dela:

[...] IV. Insubordinação, irreligiosidade e imoralidade são motivos para expulsão. Toda a falta de assistência às aulas e actos escolares deve ser justificada por escripto por pessoa encarregada do alumno. V. não se admite alumno algum antes dos sete anos de idade. VI. embora a Direcção não tome a responsabilidade dos actos dos alunos praticados fora desta casa, reserva-se contudo o direito de zelar o seu bom nome. VII. cada alumno deverá ter nessa cidade, na falta dos pais, pessoa a qual se responsabilize por tudo, e a quem se possa recorrer [...] (JORNAL A PENNA, 07/06/1912, p. 02).

O regulamento também falava sobre as mensalidades da escola, bem como sobre as suas formas de pagamento:

[...] VII. A contribuição mensal que deverá ser paga toda adiantadamente, embora algum alumno se retire antes do fim de uma prestação, será de 5\$000 réis para os externos e de 45\$000 réis para os internos devendo estes além disso entregar, só na ocasião da entrada, 10\$000 réis de matrícula e o 20\$000 réis da jóia a qual lhes dá direito de uso do leito, lavatório e talher enquanto estiverem no Instituto. O custeio do curso de línguas dependerá de contracto especial. N. B. a) Poderá fazer-se um abatimento de 25% no caso de se

acharem internados aqui dois irmãos e de 50% quando forem mais. b) na pensão anual não fica compreendida a despesa dos livros, artigos de escritório, concertos e lavagem de roupas, farmácia e médico [...] (JORNAL A PENNA, 07/06/ 1912, p. 02).

Sobre os valores, Madureira (1929, p. 636) diz até que as “pensões do Instituto São Luiz eram excessivamente módicas”, sem contar nos descontos adquiridos pelas famílias com mais de um aluno.

Mesmo praticando “pensões módicas” para manter o funcionamento da escola, esse valor excluía muitos meninos cujas famílias não dispunham de recursos para efetuar os pagamentos, mesmo porque, para os internos, a anuidade não era o único gasto, ainda tinham os livros e o enxoval:

[...] IX. O enxoval dos internos compõe-se dos seguintes objetos: 4 lençóis; 2 cobertas; 1 cobertor de lã; 4 fronhas; 6 camisas de cor; 2 camisas de dormir ou chambres; 4 ceroulas; 6 pares de meias; 6 lenços brancos; 6 lenços de cor; 3 toalhas de rosto; 2 toalhas de banho; 2 guardanapos; 3 uniformes para casa; 2 fatos de passeio: um branco e outro de casemira; 1 par de botinas de couro para sair; 2 pares de calçado para casa; 1 saco para a roupa servida N. B. a) a roupa de cada aluno deve ser marcada com o número previamente designado. b) os objetos de limpeza que cada um deve possuir: escova, pente, tesoura, sabão e espelho, podem para maior comodidade, ser fornecidos pelo Instituto, com autorização dos pais ou de seu representante. c) o Instituto não se responsabiliza pelo pagamento ou fiscalização de qualquer objeto confiado a pessoas estranhas, ou que não tenham sido entregues ao thesourero. [...] (JORNAL A PENNA, 07/06/ 1912, p. 02).

O enxoval era composto de todos os itens individuais que os alunos precisavam para permanecer no internato, até porque, como dito pelos padres em sua chegada a Caetité, na casa em que eles se instalaram inicialmente não havia nada.

O jornal A Penna ainda informou sobre a idade máxima para os alunos do internato e a data de abertura da escola, depois de adiada por dificuldades encontradas pelos padres.

Visitando-nos pede-nos o Revmo. Padre João Ilhão que destas linhas façamos público que tendo surgido dificuldades insuperáveis para a abertura do Instituto São Luiz nesta cidade a 1º de julho próximo, será ele aberto em definitivo a 16 do mesmo mez definitivamente. Pede-nos mais que façamos constar que a idade máxima para admissão de alunos internos no mencionado instituto é de 15 anos. Gostosos satisfizemos o pedido do ilustrado sacerdote, chamando a atenção do leitor para as linhas acima. (JORNAL A PENNA, 21 de junho de 1912).

Essas dificuldades insuperáveis podem ter sido aquelas citadas na chegada dos padres à cidade: a falta de mobília para a casa e para a escola, já que o intendente havia doado todo o mobiliário.

O Instituto começou a funcionar efetivamente em 16 de junho de 1912 com os padre e irmãos já citados e oito alunos, entre internos e externos (MATOS, 2016). Segundo Madureira (1929), no primeiro momento, pelas limitações apresentadas, foram oferecidos apenas três cursos de instrução primária e os três primeiros anos do curso Gynasial.

No ano seguinte, a situação já havia melhorado um pouco. O São Luiz já havia se estabelecido como instituição de ensino em Caetité, a casa já tinha sido equipada e os cursos primário e ginasial tiveram andamento:

Collegio São Luiz

Este bem montado estabelecimento que abriu-se n'esta cidade e dispõe de um óptimo pessoal docente sob a direção do Revmo. Padre Mestre João Ilhão já conta, segundo nos informou o Revmo Padre Luiz Gonzaga Dialer, além dos discípulos do outro curso, os seguintes do curso gynasial:

Adalberto T. de Lacerda de Caeteté - externo

Alarleo⁹⁶ Marinho de Castro de Machado Portela - externo

Anísio Spínola Teixeira de Caeteté – externo

Antônio Meira Tanajura de V. Velha – interno

Azarias Baptista Neves de Canabrava – interno

Cyro Publio de Britto, de Caeteté - externo

Jayme Nery da Silva de Caeteté – externo

Jaime Spínola Teixeira de Caeteté – externo

Luiz Dias Laranjeira, de Mamonas – interno

Tirmone⁹⁷ Prisco da Silva de Caeteté - externo

Sendo ainda incipiente o Instituto, já conta entretanto com bons elementos e espera muitos discípulos desta zona. São muito recomendáveis os methodos adoptados ali e os padres dispõem de um optimo estabelecimento e muito mobiliário para acomodações de internos (JORNAL A PENNA 28/03/1913 p. 02).

Através dessa nota, é possível constatar a presença de alunos da cidade, como os irmãos Anísio e Jaime Teixeira, filhos do coronel Deocleciano, e outros de muitos lugares, inclusive distantes de Caetité, que, em sua maioria, eram os que utilizavam o internato disponível no Instituto.

Muitos meninos de toda a região foram alunos do São Luiz, e as ações missionárias dos jesuítas pelo território juntamente com as publicações de A Penna, que era de circulação regional, provavelmente contribuíram para que o Instituto se tornasse conhecido em vários lugares e fosse procurado por muitos.

⁹⁶ Não foi possível fazer a transcrição exata do nome por falta de legibilidade da fonte.

⁹⁷ Não foi possível fazer a transcrição exata do nome por falta de legibilidade da fonte.

A pequena sequência de cartas, a seguir, mostra alunos de outras localidades enviados ao internato dos jesuítas. Para eles, os pais solicitaram o cuidado e a proteção do amigo caetiteense Lima Junior durante permanência na escola.

Gameleira dos Machados, 24 de novembro de 1916

Prezado Amigo Cel. Lima Junior

Comprimento-o affectivamente e juntamente com a Exma. Família desejando-a muita saúde e felicidade, aquém com minha família comparamos.

É portador d'esta o meu filho Adelmo que aly vai buscar o meu pequeno que se acha internado no Instituto São Luiz Gonzaga, aquém o meu bom amigo poderá apresentar as despesas até agora feitas com meu filho conforme lhe escrevi. Em fevereiro, se Deus não mandar o contrário, ele voltará para o colégio. Sem mais, aqui sempre as suas ordens.

Salustiano Reis⁹⁸

Gameleira dos Machado, 1º de fevereiro de 1917

Prezado Amigo Cel. Lima Junior

Muito hei de estimar se esta for-nos encontrar no gozo de perfeita saúde juntamente com todos de vossa exma. família a quem com Dona Antônia enviamos-lhes muitas lembranças. Segue hoje para continuar no Instituto S. Luiz Gonzaga aí nesta cidade o meu filho João Gonçalves e seu sobrinho Jovelino José das Virgens pedindo ao meu bom amigo a sua proteção e também fornecer a eles aly o que for preciso. Em junho tenho que mandar condução para eles e nessa ocasião rogo-lhes mandar-me a conta ou aliás, nessa ocasião mandarei-lhe a importância das despesas.

Salustiano Reis⁹⁹

Gameleira dos Machado, 18 de junho de 1917

Ilmo Amigo Cel. Lima Junior

A mais perfeita saúde desejo-lhe e juntamente a sua exma. família, a quem com a minha, cordialmente cumprimentamos.

Segue hoje a condução buscar meu filho João e seu sobrinho Jovelino, podendo vs^a senhoria apresentar ao dito meu filho as contas de despesas feitas com ambos, já tendo em fevereiro ficado para as despesas com o

⁹⁸ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série José Manoel Rodrigues Lima Junior - 1.180.02 - Cx 13, maço 06 Correspondências Usuais de JMRLJ.

⁹⁹ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série José Manoel Rodrigues Lima Junior - 1.180.03 - Cx 13, maço 06 Correspondências Usuais de JMRLJ.

alluno Jovelino em poder de vs^a senhoria segundo aviso do Padre Superior a quantia de 45.000 (reis) se caso houver feito despesa superior vs^a poderá apresentar ao meu filho. Confessando assás agradecimento, oferecendo-lhe aqui os meus limitados préstimos. Aceitando de mim cordiais estimas.

Salustiano Reis¹⁰⁰

Esse conjunto de cartas mostra outro tipo de relação dos Rodrigues Lima com seus “amigos”, de cunho pessoal e informal, apesar da formalidade nos pronomes de tratamento. De todo modo, Salustiano Reis confia a ele a responsabilidade de representá-lo junto ao colégio dos jesuítas, onde seu filho e sobrinho estavam internados, e isso se dá por pelo menos dois anos seguidos.

Como o Instituto São Luiz era uma escola particular, havia custos a serem pagos pelos internos, não só com a anuidade, cujo valor é apontado na carta (quarenta e três mil réis), mas também poderia haver despesas extras. Pelo exposto, os meninos ficavam aos cuidados do amigo caetiteense até o fim do semestre, quando iam para casa de férias. A condução que ia buscar os alunos em Caetité levava os valores penhorados nas despesas da escola durante o semestre.

Mais um aspecto, entretanto, chama atenção. Apesar de muitos outros documentos mostrarem certa simpatia dos Rodrigues Lima pela Escola Americana, ligada aos presbiterianos, isso não os impedia de frequentar também a escola católica a pedido dos seus amigos distantes. Devido à influência política de tal família na região, é possível que outros alunos do São Luiz tenham estado em Caetité na mesma condição, acompanhados e protegidos pelos Rodrigues Lima, como também por outras famílias locais.

Em virtude do crescimento no número dos alunos do Instituto, em 1913, o primeiro espaço ocupado pelos padres precisou de modificações:

Instituto S. Luiz Essa casa de Instrução fundada aqui pelos Revmos. Padres Jesuítas, tem entrado em uma phase de franca prosperidade. Já não basta o antigo Edifício da Escola Normal para acomodar os alunos internos e, em razão d’isso, o Revmo Padre superior João Ilhão está edificando um vasto alpendre ao edifício (JORNAL A PENNA 29/08/1913. p. 06).

Nos anos seguintes, outras melhorias foram feitas para atender as necessidades crescentes de espaço. Os jesuítas compraram mais cinco prédios para melhorar as

¹⁰⁰ Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série José Manoel Rodrigues Lima Junior - 1.180.05 - Cx 13, maço 06 Correspondências Usuais de JMRLJ.

acomodações, como também para reservar espaço para possíveis futuras construções (MATOS, 2016). O espaço “deu lugar a que os jesuítas passassem a morar no que foi chamado pelos matutos o Vaticano de Caeteté” (FOULQUIER, 1940, p. 65).

A ampliação foi citada em muitas fontes. O padre Francisco, em carta aos superiores, também relata o assunto. Isso nos leva a crer que os jesuítas tinham certa expectativa em relação ao Instituto São Luiz e fizeram investimentos interessantes para que os internos e os próprios padres e funcionários usufruíssem de maior conforto enquanto estivessem na escola.

[...] já no meu tempo se aumentou o Collegio com um novo dormitório, capaz de umas 50 camas, nova sala de estudos (o maior salão de Caeteté até agora, e que só era excedido pelo do novo teatro da cidade, que andam a construir), e novo refeitório dos alunos. Aos poucos foram-se comprando novas casas, conseguiu-se lhes parte d’uma praça pública que o município cedeu em troca d’outros terrenos, e temos hoje um quadrado inteiro só com exceção d’almas casas pequenas d’uma das fazes, que se não tem comprado pro que os donos querem especular com o Collegio: não fazem, porém, falta só seria conveniência obte-las [...] (PADRE FRANCISCO DOS SANTOS, Caeteté, 04/06/1919 – CARTAS EDIFICANTES, Vol 6, p. 88).

As informações sobre as estruturas físicas da escola ficaram apenas nos relatos. Infelizmente, não foram localizadas fotografias da parte interna da escola em funcionamento nesse período, restando apenas alguns vestígios nos fundos da Escola Municipal Senador Ovídio Teixeira, construída no mesmo terreno posteriormente, e registros da parte externa que correspondem ao período em que, no mesmo prédio, funcionou a Escola Normal, como será mostrado adiante.

Da parte interior, apenas uma imagem foi encontrada. Uma fotografia da capela é trazida por Foulquier (1940), acompanhada por uma breve descrição.

[...] A pequena capela do Instituto tinha portas para a rua, mas não era lugar (sic) tão propício quanto a matriz, pouco distante da nossa casa, onde por vontade e licença do Vigário, os nossos padres exercitavam os ministérios. Com semelhantes disposições só podia ser beneficiada a sua educação e formação religiosa, dada a docilidade com que aceitavam os ensinamentos dos padres [...] (FOULQUIER, 1940, p. 66).

Figura 18: Capela do Instituto São Luiz.



Fonte: FOULQUIER, 1940, p. 66.

Ela era aparentemente pequena e simples, mas de grande significado para um colégio católico, aí eram celebradas missas diariamente e foi sede de uma Congregação de Nossa

Senhora e de São Luiz Gonzaga, das quais muitos alunos eram membros. A existência de capela e de padre para celebrações diárias na escola tornava o ambiente muito propício às práticas religiosas.

Como em todas as escolas da Companhia, em Caetité não seria diferente: a religiosidade se constituía uma das dimensões de atuação das escolas jesuítas,

[...] posto que qualquer matéria do programa pode ser um meio para chegar a Deus, todos os professores compartilham a responsabilidade pela dimensão religiosa do centro [...] A formação religiosa e espiritual é parte integral da educação jesuíta; não é algo que se acrescenta ao processo educativo ou dele se separa (COLEÇÃO EDUCAÇÃO S. J. 1987, p. 18).

Além dessa dimensão, a educação jesuíta tinha (e ainda tem) como princípio a formação integral do indivíduo, em que fosse possível o diálogo entre fé, cultura e ciência (Coleção Documentos, S. J. - 1987). Nesse sentido, o Instituto São Luiz dispunha de um currículo com componentes diversificados, publicado pelo Jornal A Penna em 1913:

Collegio S. Luiz

De posse de informações de fonte certa, pois foram-nos fornecidas pelo Padre Mestre Vlelltendent, podemos informar ao leitor qual o horário d'este Instituto. É o seguinte durante cada semana:

1º ano	Curso gynasial	Curso complementar
Francez	4 horas	4 horas
Portuguez	4 horas	4 horas
Arithimética	4 horas	4 horas
Geographia	3 horas	2 horas
Calligraphia	1 hora	2 horas
Lições de Cousas	1 hora	1 hora
Religião	1 hora	1 hora
Inglez	2 horas	História - 2 horas

Fonte: JORNAL A PENNA, 28/02/1913, p.01.

Como apresentado, o currículo dava ênfase ao ensino das línguas e da matemática, dispensando-lhes uma carga horária semanal maior do que aos outros componentes.

Outro aspecto interessante diz respeito à presença das “Lições de Coisas” na grade curricular. Elas eram muito utilizadas pelo método intuitivo e, ao que parece, o Instituto São

Luiz também empregava. Desse modo, percebe-se certa similaridade curricular entre a Escola Americana e o São Luiz. No final, restaria a matriz religiosa como diferencial.

Devido às particularidades culturais dos territórios e suas necessidades, muitos elementos foram incorporados às práticas pedagógicas da escola. Elementos do método intuitivos foram alguns deles.

Como dito, esse método encontrava-se em plena expansão no Brasil, entre seus apoiadores estava Rui Barbosa, que acreditava ser esse o método mais adequado para promover as mudanças necessárias para a modernização das escolas brasileiras e da educação no país.

O caráter mais prático dado à educação no Instituto também nos leva a verificar a utilização do método intuitivo e do conhecimento das ciências naturais e da agricultura, que se constituíam particularidades daquele território com forte vocação agrícola.

Tradicionalmente, sabe-se que as escolas jesuíticas educavam de acordo com os princípios do *Rátio Studiorum*¹⁰¹. Entretanto, no século XX,

A educação da Companhia de Jesus não se constitui e nem pode se constituir “sistema” unificado do século XVII. Embora alguns princípios da *Ratio* original ainda conservem sua validade, o currículo e a estrutura uniforme impostos a todos os centros educativos do mundo foram substituídos pela diferente necessidade das culturas e confissões religiosas e pelo aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos que variam de uma cultura para outra (COLEÇÃO EDUCAÇÃO, S. J. p.65).

Isso nos leva a entender que muitos elementos do *Ratio Studiorum* foram adaptados às necessidades do território devido às particularidades socioculturais, entretanto isso não significou uma ruptura completa como o plano de ensino tradicional dos inicianos.

Um dos elementos do *Ratio Studiorum* praticados pelos jesuítas em Caetité era a emulação e acontecia principalmente por meio das premiações. Elas foram muito usadas como forma de estimular a boa conduta e o maior empenho dos alunos em seus estudos.

Geralmente, a distribuição de prêmios ocorria em uma sessão solene, no fim do ano, para a qual eram convidados os familiares dos alunos, além de toda a comunidade escolar e da sociedade local. Para essas premiações, o *Ratio* prescrevia normas sobre o número de prêmios, a realização do evento, entre outros.

¹⁰¹ De acordo publicação da própria Companhia de Jesus intitulada “Características da Educação da Companhia de Jesus”, ed. Loyola, 1987, o Plano de Ensino dos colégios jesuítas se constituía em um manual para ajudar os professores e administradores no cotidiano das atividades do colégio. Ele continha uma série de diretrizes práticas que tratavam de assuntos como a direção geral do colégio, a formação e a distribuição dos professores, os programas ou os métodos de ensino entre outros assuntos.

Algumas das sessões realizadas pelo São Luiz foram publicadas pelo A Penna:

Solemne Premeação

COLLEGIO S. LUIZ GONZAGA

[...] Às duas horas da tarde de 28 do passado regorgitava o salão do que mais selecto há em nossa modesta sociedade, pela posição como pelas qualidades morais e intellectuais. Foram distribuídos convites a todas as classes que brilham, não só pela opulência mas pela pureza de sentimento, e figuravam ali Exmas. Senhoras, Senhoritas, cavalheiros e crianças. O salão estava ornado de flores naturaes, vasos com plantas, trophêos, palmas e escudos com dizeres ou desenhos alusivos à festa, encarada pelo seu lado cívico, moral e progressista. [...] Estava presente a phylarmonica Lyra Caetetêense sob a regência do Prof. Guilhermino Dantas e uma orchestra regida pelo Revmo. Padre Monteiro. (JORNAL A PENNA, 05/12/1915, p. 02).

O jornal descreve com riqueza de detalhes o espaço preparado para receber a “selecta” sociedade antecipadamente convidada para aquele momento festivo, cuja importância refletia o espírito “moral, cívico e progressista” dos envolvidos. A esses elementos somava-se a presença de filarmônica e orquestra, coisa rara e preciosa no Sertão, preparada para acompanhar os números a serem apresentados pelos alunos ao longo da distribuição dos prêmios e medalhas:

[...] Começou a sessão pelo hynno do Instituto, entoado pelos alunos e acompanhado pela banda, seguindo “Duas palavras” bem acabado discurso composto e lido pelo alunno Alarico de Castro, sendo entusiastamente aplaudido esses dois números, seguiu-se a distribuição dos prêmios por comportamento e instrução religiosa. Depois executou a banda um lindo Quarteto de Damazio e os alunos Azarias B. Neves e Jacintho M. da Silveira recitaram; o primeiro a linda poesia em latim “Ad juvenis gloriam appentantes” e o segundo a poesia “O meu dever” animando a todos estes números circunstantes com entusiasmo. [...] Deu-se a segunda distribuição de prêmios, de Portuguez, Francez, Latim e Inglez seguindo-se a “Rapsódia Rylariana” executada belissimamente pela banda e com prolongados aplausos. Os inteligentes alunos Azarias Neves e Luiz Dias Laranjeira, com optima dicção franceza exhibiram a cena 4^a do 2^o acto do “Polyeucte de Cornelle”, diallogo entre Polyencte e Marque colhendo merecidas palmas. Cantaram depois os alunos acompanhados a harmônio, o lindo e comovente trecho “Os órfãos” sendo muito aplaudidos e o alunno Mario Soares recitou com desempenho a poesia em inglez “To my teacher” que foi acolhida com agrado e muitas palmas. A banda executou em seguida, Muiyo victoriada a lla plantada Yayá da composição do maestrino Ramos Neto. [...] Em terceiro lugar foram distribuídos os prêmios de Mathemática, Geographia e História e Sciencias naturaes sendo em seguida cantada em coro pelos alunos com acompanhamento da orchestra a alegre poesia “Vivam as férias” que ao terminar teve muitas palmas. Recitou em seguida, sendo muito aplaudido, o alunno Nelson Spínola Teixeira a poesia inglesa “Be Brave and good” seguindo-se-lhe na tribuna o inteligente Jacintho M. da Silveira com a recitação de uma bonita poesia em portuguez a qual arrancou aplausos. A

banda executou a Grande Valsa “Maria Regina” composição do Maestro Guilhermino Dantas que foi victoriado. A quarta distribuição de prêmios foi em Bellas Artes como desenho, caligrafia, Música e Sport, seguindo-se muito aplaudida a valsa “Hilda” composição do maestro Guilhermino executada pela banda. O alunno Sylvio Viveiros de Azevedo ocupando então a tribuna leu o bem acabado discurso da sua composição “Despedida” no qual a par do seu talento, boa exposição e aproveitamento revelou lastimáveis dotes de coração. Seguiram-se-lhes com a belíssima poesia em francez “Les minanes”? O alunno Jacinto M. da Silveira que colheu muitos aplausos, e com a poesia “O descobrimento do Brasil” o talentoso Anísio Teixeira, que também foi muito aplaudido [...] (JORNAL A PENNA, 05/12/1915, p. 02).

Entre um prêmio e outro, entre aplausos entusiasmados, os alunos ostentavam fluência nas línguas portuguesa, inglesa e francesa por meio da declamação de clássicos da literatura das respectivas línguas estudadas, assim como nos “bem-acabados” discursos pronunciados na sessão.

Depois disso, com os alunos ostentando suas medalhas, era a vez dos jesuítas fazerem uso da palavra.

[...] Caeteté está sendo um centro de cultura, um centro de onde irradia o progresso, a luz, a arte. Muito importam a sciencia e a arte do progresso que sem ellas não pode dar-se. O fator de desastre para o lar é a falta de cultura pois dela vem a boa educação e a formação da sociedade em sólidos fundamentos. Se não tivemos conosco a luz não poderemos apreciar as belezas d’arte que ali existem. Assim, a instrução, que é a luz, que esclarece-nos o espírito, põe-nos em contato com todos os homens ilustres, com todos os talentos que medraram e agiram em todas as eras desde os tempos primeiros. Que importa dispormos de uma rica biblioteca, onde estejam acumulados todos os livros que contém o estudo de todos os sábios se não sabemos ler? Da instrução vem-nos o progresso. Ele é que construiu as cidades, traços a via-férrea, estabeleceu a civilização. Se não fora a instrução, o mundo não teria progredido: estaria como no seu princípio. Da instrução pois sem a sciencia e a sua applicação Leia sobre a grande guerra que actualmente ensanguenta a Europa: desse catástrofe mundial nunca visto nos fatos da história da humanidade. Ella veio demonstrar a que ponto a sciencia tem elevado o homem, até onde é valiosa a aplicação dos seus vastos conhecimentos. Não é apologia da guerra, ela causa-lhe horror e lástima. Lembra-a apenas para demonstrar quanto a indústria tem se desenvolvido apoiada pela sciência. Mas a sciencia que vale não é a sciencia aparente e superficial, um aparato de mera ostentação. A sciencia deve ser profunda e real. Que valem diplomas científicos se não se mudam no saber profundo? Fala da sciencia com a fé e no progresso com a religião. Diz que a sciencia sem religião nada vale. O sábio deve crer em Deus, deve acolher-se com fé sob a proteção da religião dos seus antepassados. Assim, a sciencia consola, é o gozo do espírito. O verdadeiro sábio despreza os vãos e táteis gozos mundanos, porque o seu prazer está no espírito, nas investigações a que se dedica em bem da humanidade, no seu progresso moral. E o homem que não procura melhorar o seu espírito pelo saber, fica muito abaixo na

essência. E a sciencia engrandece [...] (JORNAL A PENNA, 05/12/1915, p. 02).

O discurso caminhou de acordo os preceitos da Companhia e dos ideais republicanos, para os quais a instrução promovida pela ciência e pela cultura eram imprescindíveis para o progresso da nação. A fala camufla uma disputa por "corações e mentes". Ao associar República, Ciência e Religião, acena-se para os políticos católicos locais. Para eles, a ciência e a fé deviam caminhar juntas de uma forma altamente benéfica ao desenvolvimento da sociedade moderna, não esquecendo de que o uso da primeira deveria se pautar nos valores éticos e (por que não?) cristãos.

Ainda se aproveitou do momento para pontuar a importância do Instituto e do seminário de padres, instalado com a diocese para o progresso moral do Sertão:

[...] Fala em particular do Collegio São Luiz e mostra grandes vantagens que dele nos advirão. Lembra quando ganha a Caeteté elevado à categoria de bispado e quantos serviços nos prestará o nosso Prelado a começar pelo seminário. Ele e o collegio completam-se para a obra do progresso engrandecimento desse sertões. [...] Terminou agradecendo aos presentes o comparecimento dando parabéns ao alunos, especialmente àquelles que maior somada de prêmios conseguiram pelos seus esforços e aplicação. Aos demais alunos apontou um futuro próximo no qual também chegarão a ser premiados pela sua aplicação e trabalho. [...] O orador foi entusiasticamente aplaudido sendo em seguida executado um bellissimo trecho pela banda, enquanto cada um cumprimenta e o felicitava. O padre superior do Collegio, como o corpo docente também foi felicitado pelo bom êxito que vão colhendo os discípulos do S. Luiz. Sahimos d'alli satisfeitíssimos e avaliando quantos proveitos advirão ao Caeteté a toda esta zona da continuação e desenvolvimento desse Instituto (JORNAL A PENNA, 05/12/1915, p. 02).

A publicação relata muita satisfação por parte da comunidade local para com o trabalho desempenhado pelos jesuítas. Os resultados alcançados pelo Instituto foram comemorados também pelos padres.

“O número de alunos pode parecer pequeno em comparação com os outros collegios. Porém, não devemos perder de vista que o Instituto São Luiz Gonzaga ocupa relativamente pouco pessoal, que o sertão da Bahia é pouco povoado e que este número representa o que há de melhor e de mais influente no sertão da Bahia, incluindo parte do Estado de Minas que envia bastantes alunos” (PADRE JUSTINO, Caetitê, 05/05/ 1917. Vol.05).

Além da detalhada descrição da festa, o jornal A Penna também publicou um quadro de honra com os nome dos premiados¹⁰². Para além de nomes e prêmios, através do quadro, é possível identificar os cursos existentes no Instituto no ano de 1915 e os componentes curriculares de cada curso ofertado.

De acordo com o referido quadro, português, latim, francês e inglês eram as línguas estudadas; matemática, geografia, ciências, religião, história, caligrafia e flauta eram os outros componentes oferecidos a praticamente todos os cursos disponíveis no Instituto: complementar, médio e ginásial, sendo que o último teve a sua primeira turma de concluintes em 1915.

Figura 19: A Penna, 05 de dezembro de 1915

¹⁰² Entre os alunos premiados, destaca-se Anísio Spínola Teixeira, desde cedo sua inteligência e dedicação chamava atenção, inclusive da própria companhia, isso será visto em tópico específico adiante.

A PENNA

QUADRO DE HONRA

DA PREMIAÇÃO DE 1915 NO

INSTITUTO S. LUIZ GONZAGA--CAETETE

Obtiveram distincções de Prémio (Pr.) Accessit ad Praemium (Acc.) ou Menção Honrosa (M.h.) nas 5 classes e em as varias disciplinas:

3º ANNO GYMNASIAL

O Sr. **Antônio Espínola Teixeira & Sr.** — Belg. Port. Lat. Franc. Inq. Math. Geogr. Astron. J. Ge. — M.h. Collar.
 • Antonio Elias Tomazoni: Fr. Alemão. Lat. Belg. Math. Geogr. M.h. Port. Lat. Franc. Inq. Astron. Collar.
 • Antonio Estrelita de Gouveia: Am. Port. Franc. Inq. Matem. M.h. Geogr. Belg. Lat. Collar. Collar.
 • Antonio Baptista Soares: Am. Belg. Port. Franc. Des. Coll. M.h. Geogr. Lat. Inq. Collar.
 • Luis Dias Laranjeira: Fr. Am. Coll. M.h. Geogr. Belg. Port. Lat. Franc. Inq. Astron. Thesaur.

2º ANNO GYMNASIAL

O Sr. **João de Lima Bastos & Sr.** — Fr. Geogr. Belg. Lat. Inq. 2.º An. Franc. Des. M.h. Port. Math. Inq.
 • Sebastião Teófilo: Fr. Belg. Des. Inq. Lat. Collar.
 • Nelson Leite: Fr. Franc. Am. Geogr. Belg. Port. Lat. M.h. Lat. Math. Des.
 • João Vitor d'Alencar: Fr. Port. Am. Geogr. Belg. M.h. Lat. Franc. Des. Inq. Collar.
 • José Carlos de Oliveira: Am. Belg. Lat. Math. M.h. Franc. Inq. Collar.
 • Estelita Pinheiro d'Alencar: Lat. Inq. M.h. Geogr. Belg. Fr. Collar.
 • Maria Augusta de Souza: Fr. Collar. Am. Lat. Coll. M.h. Geogr. Belg. Inq. Collar.
 • Pedro Augusto: Fr. Geogr. Lat. Collar.
 • Donald de Barros: Fr. Geogr. M.h. Collar. Geogr.
 • Alexandre Alves Coelho: M.h. Geogr. Lat. Collar.
 • Leandro Gonçalves de Castro: M.h. Geogr.

1º ANNO GYMNASIAL

O Sr. **Cláudio Moreira Fernandes & Sr.** — Belg. Port. Franc. Inq. Collar. Geogr. Inq. Des. Am. Collar.
 • Manoel Soares: Fr. Franc. Am. Belg. Inq. M.h. Geogr. Port. Inq. M.h. Collar.
 • Manoel Soares de Magalhães: Am. Geogr. Belg. Franc. Inq. Math. M.h. Port. Am. Collar.
 • Camillo Leite de Castro: Am. Belg. Port. Am. Collar. Inq. M.h. Geogr. Franc. Inq. Math. Collar.
 • Leonardo de F. Figueiredo: Fr. Am. Coll. M.h. Belg. Franc. Inq. Math. Geogr. Inq.
 • Frederico Vitor d'Alencar: Am. Coll. M.h. Geogr. Belg. Port. Franc. Inq. Math. Inq.
 • Sebastião de Lima Castro: Am. Coll. M.h. Franc. Inq. Collar.
 • Amílcar de M. de Souza: M.h. Belg. Franc.
 • João Victor de Fátima: M.h. Geogr. Collar.
 • Pedro Augusto: Am. Des. M.h. Collar.
 • Antonio Leite de Vitor: M.h. Geogr.
 • José Soares: M.h. Belg. Collar.

CURSO COMPLEMENTAR

O Sr. **Severino Vitor d'Alencar & Sr.** — Geogr. Belg. Port. Franc. Des. Collar. Am. Math. M.h. Collar.
 • Augusto Almeida de Sousa: Fr. Geogr. Port. Math. Am. Belg. Franc. Coll. M.h. Geogr.
 • Leopoldo Soares: Fr. M.h. Geogr. Belg. Port. Franc. Inq. Collar.
 • Sebastião Moreira de Castro: Am. Collar. M.h. Geogr. Belg. Port. Franc. Geogr.
 • Francisco Estrelita: Fr. Coll. M.h. Belg. Port. Franc. Math. Geogr.
 • Symeon de Castro: Am. Port. M.h. Belg. Math. Collar.
 • Modesto R. Ribeiro: Am. Geogr. M.h. Belg. Port. Franc. Inq. Collar.
 • José Evênia de Almeida: M.h. Belg. Math. Collar.
 • Augusto de Fátima: Fr. Inq. M.h. Geogr. Collar.
 • António Moreira de Castro: M.h. Geogr.

CURSO MEDIO

O Sr. **Manoel Carlos de Castro & Sr.** — Fr. Math. Am. Port. M.h. Port. Belg. Collar.
 • Sebastião Moreira de Castro: Fr. Port. M.h. Geogr. Belg. Math. Collar.
 • Francisco Soares: Fr. Coll. M.h. Belg. Franc. Math.
 • Victor Moreira Alves: Fr. Math. M.h. Geogr. Belg. Port.
 • Sebastião Moreira de Castro: Fr. Belg. Am. Math. M.h. Port.
 • Sebastião de Almeida: Am. Belg. Inq. Collar. Port. Math.
 • Augusto Estrelita de Castro: Am. Geogr. Port.
 • José Moreira de Castro: M.h. Geogr. Belg.
 • João Soares: M.h. Math.
 • João Ferreira: Belg. M.h. Collar.
 • Manoel de Castro: Fr. Collar. M.h. Collar.

AD PERPETUAM REI MEMORIAM

A. M. R. G.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caeté.

Outras sessões de entrega de prêmios foram registradas pelo A Penna:

Às duas horas da tarde de ontem, adentramos o largo portão do Colégio dos Jesuítas. Chegaram ali distintas famílias e cavalheiros da fina flor caietense, todos gentilmente convidados para assistirem a solene premiação anual dos alunos do Instituto S. Luiz Gonzaga [...] o salão estava

ornado a capricho com palmas, flores, bandeiras, quadros e vasos de plantas. Ao fundo ostentava um pátio muito disposto, sobranceiro ao salão fartamente mobiliado. [...] Depois das 3 horas chegou S. Excia o Sr. D. Manoel Raymundo de Mello Bispo diocesano, o Revmo. Sr. Conego Luiz Bastos e outros padres [...] S. Excia. Começou a solenidade pelo discurso Duas palavras, sendo em seguida distribuídos os prêmios de comportamento e religião [...]. Seguiu-se a distribuição dos prêmios de letras [...] ciências [...] foram por fim distribuídos os prêmios de Bellas Artes [...]. O Padre Vlledent informou aos assistentes dos bons resultados colhidos e o progresso do Instituto, assim como da criação de mais aulas no futuro anno e do tempo e condições em que seriam reabertos os cursos [...] os prêmios e as belas medalhas, assim como os diplomas de accessit eram entregues por S. Excia. Rvmo. Sr. Bispo aos alumnos (JORNAL A PENNA. 29/11/1917, p. 03).

Como descrito, o encontro era uma festividade e ostentava a presença de autoridades eclesiásticas e da “fina flor da sociedade caetiteense”, termo que também foi muitas vezes usado pelo A Penna nas sessões literárias da Escola Americana, fazendo-nos entender que os filhos dessa fina sociedade era quem tinha acesso à educação tanto em uma escola quanto em outra.

Ainda de acordo com a matéria, o padre Vlledent fez uso da palavra para informar aos presentes sobre o “progresso do Instituto” naquele ano e sobre novas possibilidades para o ano vindouro que, de fato, foi bastante promissor para a instituição.

Madureira (1929) mostra um cenário muito satisfatório entre os anos de 1918 e 1919, quando foi constatada a maior quantidade de alunos no Instituto:

Figura 20: Relação de alunos matriculados entre 1912 e 1920.

Anno	FREQUENCIA ANNUAL			NOVOS MATRICULADOS EM CADA ANNO		
	Internos	Externos	Total	Internos	Externos	Total
1912	8	10	18	8	10	18
1913	18	13	31	15	8	23
1914	36	28	64	19	18	37
1915	46	33	79	14	9	23
1916	59	23	82	21	4	25
1917	72	15	87	35	7	42
1918	80	15	95	23	4	27
1919	90	18	108	44	10	54
1920	78	23	101	32	9	41
Total	487	178	665	211	79	290

Fonte: MADUREIRA, 1929, p. 634.

Tudo parecia muito bem: as instalações da escola haviam sido ampliadas para comportar a quantidade de internos; propriedades vizinhas haviam sido adquiridas para isso; os padres, em suas cartas, sempre falavam sobre o progresso do Instituto; em concomitância, ocorriam as atividades missionárias nas paróquias da Diocese de Caetité; o Bispo Dom Manoel andava satisfeito com a presença dos jesuítas no território. Entretanto, algumas dificuldades que sempre desafiaram a Escola dos Jesuítas continuavam presentes:

A vista da situação do colégio, foram limitadas as matérias de ensino a três cursos de instrução primária e os três primeiros anos do Curso Gymnasial. Verificando-se porém, que eram insuperáveis as dificuldades para obter bancas examinadoras no Collégio, suprimiu-se, desde 1918, o 3º anno gynasial e deu-se aos dois primeiros anos uma feição mais practica aos filhos do sertão, junctando-se ao ensino das matérias ordinárias os principaes elementos para o conhecimento das sciencias naturais e da agricultura (MADUREIRA, 1929, p. 634).

Madureira (1929) expõe as dificuldades do Instituto na obtenção das bancas examinadoras que eram necessárias para avaliar os alunos e aprová-los para os cursos seguintes, sem elas não seria possível manter todos os cursos funcionando. Esse foi o motivo da extinção do terceiro ano do curso ginásial. Acreditamos que essa opção tenha se dado pela possibilidade de que aqueles que tivessem interesse em continuar seus estudos pudessem procurar os colégios e depois as faculdades nas capitais.

De fato, alguns dos alunos do São Luiz, ao concluírem seus cursos em Caetité, seguiram para o Antônio Vieira em Salvador e, dali, para universidades no Rio de Janeiro, em Recife e na própria capital baiana.

A supressão do terceiro ano do curso ginásial foi apenas um prenúncio das dificuldades que o Instituto enfrentaria com o início da década de 1920.

Houve uma diminuição da frequência em 1920, redução essa causada por motivos estranhos ao Collegio e proveniente de perturbações políticas, que conflagraram várias partes do sertão baiano, onde era mais conhecido o Collegio e donde deixaram de vir vários alumnos, pela pouca segurança que então reinava naquelas regiões (MADUREIRA, 1929, p. 635).

Não foram especificadas que perturbações políticas foram essas, mas sabemos que nos anos 20 ocorreram muitas agitações proporcionadas pela disputa de poder na Bahia. É possível que Madureira (1929) esteja se referindo ao conflito entre os coronéis da região da

Chapada Diamantina, liderados por Horácio de Matos¹⁰³, e o governo do estado da Bahia, representado por José Joaquim Seabra¹⁰⁴.

Esse conflito jogou luz sobre o modelo de articulação política entre os poderes estaduais e locais que muitas vezes Seabra descartava. Ao mesmo tempo, os coronéis do interior demonstram força e coesão política em suas localidades. Os coronéis da região da Chapada Diamantina e do Vale do São Francisco expuseram claramente a necessidade de o governador considerar o interior do estado em suas ações políticas.

O assunto teve repercussão nacional e foi amplamente divulgado pela imprensa. Uma matéria do Jornal O Estadão de 20 de fevereiro de 1920 fala sobre a situação na Bahia às vésperas da intervenção federal:

¹⁰³ Horácio de Queirós Matos, natural de Brotas de Macaúbas, esteve entre os políticos e coronéis do sertão da Bahia durante as primeiras décadas do século XX, envolveu-se em diversos conflitos políticos inclusive armados durante a sua trajetória política que se iniciou quando recebeu patente de tenente-coronel da Guarda Nacional, herdou de um tio o comando da família e de uma grande parte da Chapada Diamantina. Sobre o assunto ver mais em: MORAES, Walfrido. Jagunços e Heróis - A Civilização do Diamante nas Lavras da Bahia. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963

¹⁰⁴ De acordo Danilo Santana (s/d), o ano de 1919 foi muito conturbado no que diz respeito à política baiana. O governador Antônio Muniz Ferrão de Aragão se empenhou para eleger novamente José Joaquim Seabra, mas a oposição, que lançara o nome de Paulo Martins Fontes, se mostrou implacável na vontade de acabar com o conchavo que existia entre a situação. Nomes como Otávio Mangabeira, João Mangabeira, Ernesto Simões Filho, Pedro Lago, Luís Viana, Rui Barbosa, entre outros, estavam dispostos a impedir a vitória de Seabra, que ganhou as eleições daquele ano, obrigando a oposição a mudar de tática. Horácio de Matos, liderança forte na Chapada Diamantina, aceitou o apelo dos opositoristas para que ele e seus homens marchassem para a capital no intuito de impedir a posse de Seabra, isso provocou uma intervenção federal na Bahia. Com o apoio do governo federal, Seabra assume o cargo de governador da Bahia e começa a pensar em formas de repreender Horácio e seus jagunços, entretanto, na eminência de uma possível derrota, as forças governistas recuam e propõe um termo de paz a Horácio. Através do “Convênio de Lençóis”, Horácio de Matos fica com o domínio político de toda região da Chapada até o Rio São Francisco e ainda é nomeado delegado regional do mesmo território. Um “Estado” dentro do estado.

Figura 21: Matéria do jornal O Estadão de 20 de fevereiro de 1920.



Fonte: JORNAL ESTADÃO, 1920.

Segundo a nota do jornal, a situação política na Bahia era incerta, havia uma possibilidade muito grande de Horácio de Matos e seus jagunços invadirem a capital com o apoio visível da população. Havia, também, a probabilidade de as tropas governistas se voltarem contra a Chapada na tentativa de abafar o movimento antes de chegar à capital, isso causava insegurança na população da região envolvida nos conflitos. De lá saíam muitos alunos para estudarem no São Luiz; provavelmente, tal situação deixou muitas famílias hesitantes em enviar seus filhos ao internato dos jesuítas em Caetitê.

Esse pode ter sido um dos motivos que causaram a baixa nas matrículas a partir de 1920. O menor número de alunos interferia diretamente na quantidade de padres e irmãos

coadjutores presentes na casa. A partir do mesmo ano, os catálogos da Companhia registraram a presença cada vez menor deles em Caetité. O número caiu de dezoito em 1915 para quinze em 1920, nove em 1924 e apenas cinco pessoas em 1926, último ano de registro de padres e irmãos em Caetité, ano em que o catálogo diz: “Caitetesis Residentia – Igreja de S. Benedicto – Caeteté”, (Residência Caetiteense - Igreja de São Benedito) não fazendo mais referência ao Instituto São Luiz, apenas aos trabalhos religiosos desenvolvidos na Igreja de São Benedito, dando-nos a entender que a escola só funcionou de fato até o ano anterior (MATOS, 2016).

Madureira (1929) afirma que a Ordem resolveu desativar o Instituto pelas mesmas razões que, durante anos, dificultaram seu funcionamento: grande dificuldade de comunicação com a casa de Salvador, a dificuldade de conseguir bancas examinadoras – o que levava deficiência ao curso ginasial – e a maior necessidade apresentada por outros lugares da região Nordeste.

Além dos motivos expostos, não se pode deixar de levar em consideração o novo cenário político e educacional no estado da Bahia, que desencadeou uma reforma do ensino e com ela novos modos de pensar e fazer educação no estado. Esse pode ter sido também um agravante na decisão dos jesuítas em encerrar as atividades do Instituto (MATOS, 2016).

Sabe-se pouco sobre a saída dos jesuítas de Caetité. Assim como em relação à Escola Americana, não foram encontradas fontes que relatassem uma despedida formal ou ainda um termo de fechamento de nenhuma das duas escolas.

No caso da Escola Americana, há apenas uma pequena nota do jornal A Penna sobre a utilização do espaço por outra professora. No caso do São Luiz, o jornal relata a desapropriação e entrega do prédio, onde funcionava a escola ao governo do Estado.

Edifício da Eschola Normal

Bahia 09 – Mons. Bastos – Rogo recebais dos Padres Jesuítas o prédio onde vae funcionar a Eschola Normal determinando com o Delegado Regional as medidas necessárias à próxima instalação dos cursos. Cordeais saudações. Anísio Teixeira. Director da instrução. (JORNAL A PENNA, 11/03/1926. p. 02)

O ex- collegio dos Jesuítas

Bahia, 29 – A Penna – O governo declarou de utilidade pública, allem de ser desapropriado, o edifício do ex-collegio dos jesuítas nessa cidade (JORNAL A PENNA, 01/04/1926. p. 03).

O prédio seria novamente ocupado pela Escola Normal, reaberta no mesmo ano pela intervenção do diretor de Instrução Pública da Bahia, o caetiteense Anísio Teixeira.

A saída dos jesuítas e a reabertura da Escola Normal nos dão a sensação de que um ciclo se fecha e outro se inicia. O menino franzino educado pelos jesuítas agora retorna como diretor de Instrução com novas ideias em torno da educação pública, isso abre caminhos para um outro momento da educação baiana.

Enfrentando todo tipo de desafios, a Companhia de Jesus permaneceu em Caetité até o ano de 1926, quando paralisaram suas atividades religiosas na cidade, uma vez que as pedagógicas já haviam sido encerradas no ano anterior. Pelo que demonstra a carta, havia entre eles uma sensação de dever cumprido, mas em nenhum momento eles atribuem a sua saída do território à inibição do protestantismo na cidade, deixando em aberto essa questão.

Apesar de nosso foco ser o trabalho educacional desenvolvido pelos jesuítas em território sertanejo, não podemos encerrar o presente tópico sem lembrar dos trabalhos missionários realizados em concomitância com as atividades do São Luiz, que educava para a fé cristã católica.

O cotidiano de visitas foi registrado em muitas cartas¹⁰⁵ escritas pelos jesuítas em missão aos seus superiores ou trocadas entre os membros da Companhia. Elas guardaram a memória das atividades jesuítas do mundo inteiro que constituem fontes ricas e raras, por isso mesmo ainda pouco exploradas por quem se interessa pelo trabalho da Companhia de Jesus pelo mundo.

As referidas cartas relatam o trabalho missionário desenvolvido em muitas vilas e distritos de Caetité, assim como em cidades vizinhas como Igaporã (Bonito), Brumado (Bom Jesus dos Meiras), Guanambi (Beija Flor), Livramento de Nossa Senhora (Vila Velha) e até localidades da Chapada Diamantina, como Lençóis, entraram no circuito das visitas missionárias que partiram de Caetité, referência de “casa” para os jesuítas no Sertão por conta da existência do Instituto São Luiz Gonzaga.

Dessa forma, eles se revezavam entre o trabalho educacional e missionário. Pelos relatos deixados, o mais árduo e cansativo era, sem dúvidas, este último. Já escrevia o Padre

¹⁰⁵ A escrita de cartas era praticamente obrigatória entre os membros da Companhia de Jesus, elas seguiam certo padrão de escrita, pois, depois de lidas pelos superiores de cada casa, eram enviadas a Lisboa, quando sede da província, lá eram editadas juntamente em vários volumes intitulados “Cartas Edificantes”. Como o próprio nome sugere, elas serviam não só para registrar as atividades desenvolvidas como também para edificar a fé e uniformizar as práticas das casas de missão da Companhia que se encontravam espalhadas pelo mundo inteiro (MATOS, 2016). Os volumes eram distribuídos para todas as casas, inclusive as do Brasil, onde foram analisadas e puderam servir como fonte para a dissertação por mim defendida em 2016 e para esta tese.

Sallutio (1917) aos seus superiores sobre os desafios de se viajar e de pregar no Sertão, um deles era o medo constante de animais selvagens e peçonhentos muito comuns na região, devido à natureza bem preservada, com muitas áreas de mata nativa. De acordo com seus relatos, era comum perder montarias picadas por cobras ou ainda se deparar com elas agasalhadas em seus calçados, além de ser corriqueiro encontrar onças pelas estradas e “carreiros” (MATOS, 2016).

Muitas e longas foram as viagens realizadas sob essas condições: “[...] Atos, Campo Maior, Livramento e Barras são logares até agora visitados, devendo a visita de Barras acabar no dia 23. Andamos boas 46 léguas a cavalo, cavalos bate-sola” (Carta do Padre José Moura ao superior da missão. Barras, 18 de junho de 1916).

As viagens missionárias serviam para atualizar os rituais católicos, bem como a realização dos sacramentos que dependiam exclusivamente da presença do ministro ordenado.

Meu sistema é o seguinte: à noite reúno o povo na capella do logar, e se não há, na casa de hospedagem ou ao ar livre; resa-se o terço, canta-se a ladainha, faço practicas, e depois começo as confissões. Na manhã seguinte confesso ainda as pessoas que aparecem, e na missa torno a pregar. É tal a avidez que estas gentes experimentam de ouvir a divina palavra que, longe de as fadigar, lhes causa singular consolação (PADRE CELESTINO BALAZEIRO. Caetité, 27/10/1916. Cartas Edificantes, Vol 5, p. 58).

Carta do P. Balazeiro a um dos nossos
Revº Padre e meu bom amigo

Este anno, devido às chuvas, que vieram bastante cedo, não pudemos mais dar missão. Foi no logar de Roqueirão, freguesia de Monte Alto e distante daqui 17 léguas. Como o anno tinha corrido mal por causa da estiagem prolongada, os concursos não foram muito grandes. Muitos até não queriam missão nessa época; contudo ouvimos passantes de 1200 confissões e tivemos a satisfação de não deixar naquele povo nenhum escândalo de mancebia, nem ligados pelo casamento civil. A primeira comunhão foi de umas 60 e tantas creança; correu bem e foi bastante comovedora. [...] (PADRE CELESTINO BALAZEIRO, Caetité 07/12/1913. CARTAS EDIFICANTES, Vol 4, p. 65).

Entre os sacramentos mais celebrados estavam as confissões e comunhões, além disso os padres muito se interessavam em combater as uniões estáveis que eram chamadas de “mancebias”, o casamento civil também era considerado caso de mancebia. Eles criticavam e combatiam fervorosamente essa inovação republicana entre os católicos.

Nos relatos de viagem, a ausência de assistência espiritual, por parte do ministro ordenado, chama muita atenção. Muitos sertanejos se diziam católicos, mas muito pouco ou nunca, durante a vida, haviam participado de rituais católicos formais. Os jesuítas sempre registram esse fato em suas cartas:

[...] enquanto cortávamos o sertão cambaleando em cima da minha querida companheira *fura mundo*, nos demos com um cortejo de viventes que traziam numa rede uma garotinha que acabara de falecer. Ali mesmo encomendamos as almas e seguimos viagem. Nenhum deles jamais haviam recebido bênçãos de qualquer membro da igreja [...] (PADRE JUSTINO. Caetité, 02/03/1917. CARTAS EDIFICANTES. Vol. 05, p. 76).

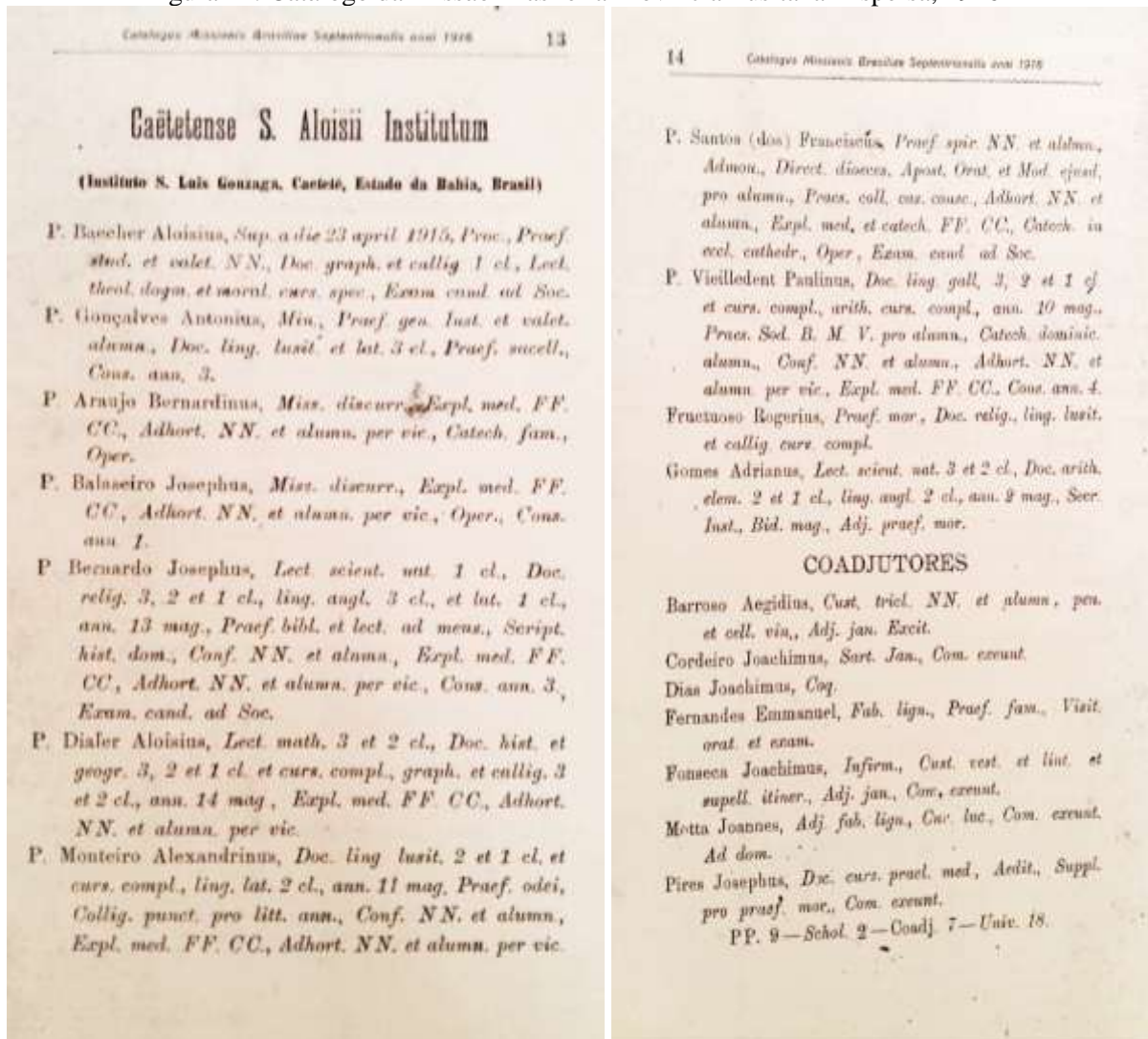
[...] somadas as comunhões d'aqui que foram para cima de 2.000 comas das 4 missões precedentes, tivemos em 2 meses um total de 11.500 comunhões, número por certo consolador, se atendermos ao abandono em que vivem essas gentes e às enormes distância que de vem percorrer para se aproximarem dos sacramentos [...] houve confissões muito consoladoras de pessoas que havia 30, 40 e mais anos que a não tinham feito [...] (CELESTINO BALAZEIRO. 29/09/1914- CARTAS EDIFICANTES. Vol. 5, p. 25).

Na falta de padres, os católicos realizavam muitos rituais populares como reza de terço, ladainhas e novenas, tais rituais também eram realizados pelos padres, porque era como os sertanejos estavam acostumados a rezar, por isso era considerado uma forma de aproximar a comunidade da igreja e incentivar a participação das outras celebrações.

Através dessas missões, os jesuítas educavam para a fé católica, buscavam embutir na vida dos sertanejos os valores cristãos, até então vividos através das tradições e devoções populares, e assim o fizeram.

Durante mais de uma década, foram muitas as visitas missionárias realizadas pelos jesuítas na região. Nas Cartas Edificantes do período, há uma presença constante de escritos dos padres Celestino Balazeiro, Francisco dos Santos, Sallustio, Antunes, Luiz Gonzaga Dialler e até mesmo do Padre Luiz Cabral¹⁰⁶ em Caetité. Já nos catálogos da Missão Brasileira – Província Lusitana Dispersa, publicadas em latim –, é possível identificar a presença dos outros padres e irmãos juntamente com suas funções no Instituto São Luiz de Caetité.

¹⁰⁶ O Padre Cabral protagonizou cenas de fuga de Lisboa para Madri, ele era o superior da Missão Portuguesa dispersa no Nordeste, trabalhava no Colégio Antônio Vieira em Salvador e esteve algumas vezes no São Luiz em Caetité.

Figura 22: Catálogo da Missão Brasileira Província Lusitana Dispersa, 1916¹⁰⁷

Fonte: Arquivo da Companhia de Jesus. Casa Antônio Vieira / Salvador- BA.

O documento exposto é o catálogo de 1916, período em que foi verificada a maior quantidade de padres e irmãos jesuítas em Caetité. Isso reflete um ambiente muito favorável para eles: a cidade tinha recentemente sido elevada à condição de diocese, e o bispo havia chegado mais recentemente ainda, como será visto adiante.

A presença cada vez maior dos jesuítas em Caetité também reforça a ideia do combate intenso ao protestantismo, um dos objetivos dos missionários na localidade. Os resultados começaram a aparecer nas cartas a partir do início da década de 1920, quando já se completava quase uma década da presença jesuíta no lugar.

¹⁰⁷ A fonte mostra o nome dos padres e irmãos que trabalham no Instituto no ano de 1916, assim como suas funções. A tradução do documento ficou comprometida devido ao fato de estar escrito em latim e de forma abreviada, por isso optamos por não utilizá-la.

[...] entre os benefícios influxos do Instituto São Luiz, não se deve passar em silêncio um dos mais importantes resultados que da nossa vinda para Caiteté advieram para o sertão: a diminuição e desaparecimento da influência protestante. [...] podemos pois contar com toda verdade como um fructo importantíssimo do nosso colégio de Caiteté, livrar o sertão da perniciosa influência do protestantismo que sem nós, iria ministrando a instrução à juventude sertaneja; e pouco a pouco a levaria ao erro, o que não seria muito difícil em vista da grande ignorância religiosa que reina no sertão (CARTA DO PADRE CABRAL, Caiteté, 13 de janeiro de 1923 CARTAS EDIFICANTES, Vol. 8, p 109).

Diante disso, é possível dizer que o Instituto São Luiz Gonzaga desempenhou muito mais que uma função educacional, em razão dos anos de trabalho missionário desenvolvidos pelos jesuítas. O colégio e a residência representaram a presença da Igreja Católica no Sertão; nesse sentido, são inegáveis suas marcas no lugar.

A memória de tais atividades missionárias é expressa pelas diversas práticas católicas ainda frequentes em muitos lugares da diocese que foram aprendidas por gerações passadas e tradicionalmente repassadas até o presente.

Para além do legado religioso, não se pode negar o conhecimento intelectual e científico dos padres que ensinavam no São Luiz.

Apesar de várias nacionalidades, boa parte deles veio de Portugal, onde já exerciam atividades educativas e científicas, entretanto, como saíram do país às pressas, não conseguiram trazer consigo seus livros, laboratórios, coleções, entre outros itens necessários para suas pesquisas.

O relato do padre Luiz Gonzaga Cabral, exposto no início deste tópico, mostra um pouco do acervo intelectual que ficou para trás devido às condições da fuga: coleções científicas, como museus, gabinetes e laboratórios reunidos durante muitas décadas da existência dos colégios em Portugal. Um bom tempo seria necessário para que eles conseguissem remontar um acervo minimamente similar.

Todavia, apesar da falta desse material de pesquisa e da passagem relativamente rápida por Caetité, os jesuítas deixaram na cidade a sua “influência nitidamente educativa”, assim disse a professora Helena Lima Santos (1995) sobre os professores/padres do Instituto São Luiz. Ela ainda chama a atenção para o espírito intelectual e científico que tinham os padres, apontando, sobretudo, o padre Luís Gonzaga Dialler:

O Padre Luiz Gonzaga Dialler, alemão sacerdote jesuíta [...] foi grande pesquisador da história e da geografia da região. Era de uma cultura; levantou o mapa do sul do sertão da Bahia, que foi editado em 1925, naqueles tempos de mapas tão escassos e deficientes; também levantou o

mapa de cada freguesia da Diocese; fez estudos cartográficos visando o melhor caminho a ser percorrido ligando o São Francisco à ponta dos trilhos da Estrada de Ferro Central da Bahia, além dos mapas das fazendas existentes antes e depois da criação da Freguesia em 1754. Viajava muito consultando os livros da Freguesia e os autos nos cartórios (SANTOS, 1995, p. 09).

Destaca-se que Helena Lima Santos era professora de geografia da Escola Normal e isso pode ter motivado o seu interesse pelas pesquisas realizadas por Dialler. Ao mesmo tempo, ao nos depararmos com a realidade em que eles viviam e com a escassez de informações precisas sobre o Sertão, é possível que o espírito científico do padre fosse subsidiado pelas necessidades cotidianas, principalmente devido às muitas viagens missionárias que eles fizeram pela região, isso justificava o cunho prático e aplicável dessas pesquisas.

Desenhar os mapas das freguesias, verificar distâncias etc, provavelmente ajudavam o grupo a percorrer o Sertão nas suas atividades missionárias. Enquanto isso, era importante levantar um caminho mais curto do São Francisco até a ferrovia, por ser o meio de transporte mais rápido acessível para amenizar a viagem tão sofrível entre o Sertão e a capital. Ao que parece, o padre Dialler deixou muitos momentos da sua estada em Caetité para realizar atividades educativas e missionárias e também para desenvolver pesquisa, levantar dados geográficos e históricos da região.

[...] o Padre Dialler gostava de pesquisar nos antigos livros e inventários dos cartórios, na redação de A Penna em indagações com João Gumes, sem se importar com as diferenças religiosas. Percorreu grande parte da região anotando cuidadosamente nomes, distâncias, serras, rios, fazendas e localidades. Levantou um mapa do sertão da Bahia que a Secretaria de Educação mandou editar [...] encontrei o original, de feito manual em pano bem como uma pasta com diversos croquis das freguesias da diocese de Caetité e esquemas das altitudes para uma possível ligação mais curta para Estrada de Ferro Central da Bahia. Estes originais ainda conservo, foram deixados pelos padres quando se retiraram em 1924 (SANTOS, 1995, p. 72 e 73).

As especificidades e o cuidado dispensado ao levantamento de dados feito pelo padre Dialler renderam a ele o reconhecimento oficial da Secretaria de Educação¹⁰⁸, a qual mandou editar e distribuir os mapas com informações alçadas por ele.

¹⁰⁸ Esses mapas não foram encontrados durante esta pesquisa. Nos arquivos, até existem alguns mapas dessa época, mas, pela falta de dados autorais, preferimos não os expor como sendo do padre Dialler.

Para além do padre Dialler, outros intelectuais estiveram por trás das batinas pretas que transitaram entre Caetité (Instituto São Luiz) e Salvador (Colégio Antônio Vieira), como o padre Cabral, a quem não faltava interesse em adquirir novos conhecimentos em qualquer oportunidade que tivesse. Em carta a um dos seus, ele expõe o interesse pelo progresso das diversas áreas da ciência, julgando sê-los úteis em algum momento da sua trajetória:

[...] A exposição, apenas pude percorrê-la muito rápida e completamente nas tardes de 24 e 26 de dezembro. Deixou-me ainda assim uma impressão invulgar, particularmente de assombroso progresso do Brasil nestes últimos anos. O pavilhão da Estática, por exemplo, é uma glória para esta grande nação.

Dos pavilhões estrangeiros, visitei o da França (elegância, bom gosto, sobriedade, magníficos Sèvres, Gobelins, Móveis de Luis XIV, Luis XV, Luis VXI), Inglaterra (interessante o vasto lençol de agua donde emergem os continentes e ilhas com seus relevos exactissimos e por onde singram movimentados por um systema invisível de relojoaria todas as esquadras inglesas do mundo), Itália (maravilhoso principalmente pela estatuária contemporânea com a felicíssima exposição de mármore vários tão habitualmente unidos que parece um trabalho de Camapheu que se aproveitaram veios naturais diversos para adaptar por exemplo a uma figura de carraca alvíssimo um planejamento de lindo mármore amarelo, México (a mais peremptória resposta às calúnias yankees sobre o atraso mexicano; trabalhos de arte assombrosos entre os quais os mais primorosos vitrais [...] essa minha rápida passagem pela Exposição foi pois ainda assim uma colheita bastante farta de conhecimentos que me poderão servir. (CARTA DO PADRE CABRAL, Caetité, 13 de janeiro de 1923 CARTAS EDIFICANTES, Vol. 8, p 103)

Esses são apenas dois exemplos de intelectuais que estiveram em Caetité por causa do Instituto São Luiz Gonzaga¹⁰⁹.

Já entre os alunos que passaram por essa escola, muitos saíram professores, lideranças políticas, profissionais liberais e intelectuais, como o já citado Anísio Teixeira, o qual por muito pouco não segue a vida religiosa na própria Companhia de Jesus. Ele deu à Bahia e ao Brasil boas ideias e iniciativas no que diz respeito a uma educação de qualidade, laica, gratuita e para todos.

3.6 O bispado de Caetité, a educação religiosa e o combate ao protestantismo

¹⁰⁹ Vale lembrar que o estudo sobre o Instituto São Luiz Gonzaga foi o ponto de partida para esta pesquisa sobre a educação em Caetité e também já foi objeto de outras produções, como artigos em eventos e capítulos de livros. O último deles foi publicado no livro *Os Jesuítas e as Ciências no Brasil e Portugal: quando a história se (re)faz* (2020), organizado por Carlos Ângelo de Meneses Sousa e Sheila Cristina Monteiro Matos.

Como dito anteriormente, a reação católica à presença protestante em Caetité se deu de duas formas: a primeira, levando ao território a Companhia de Jesus para abrir uma escola e estabelecer vínculo entre a população desassistida e as práticas e rituais da Igreja Católica através das missões; a segunda, aproximando a unidade administrativa da igreja dos seus fiéis por meio da criação da Diocese de Caetité. Isso aconteceu em contexto e período muito conturbado para Igreja Católica no Brasil e no mundo.

A virada do século XIX para o século XX não foi tranquila para a Igreja Católica. No mundo todo, muitas ideologias – como o positivismo, o evolucionismo, o anarquismo, o socialismo e o comunismo – questionavam as posições e dogmas católicos.

A situação não era diferente no Brasil. Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, a Igreja teve de se adaptar aos novos tempos, ao fim do padroado, à perda de privilégios, consequentemente, e à laicização do Estado. Para Bruneau (1974),

[...] O Governo Provisório e depois a Constituição “promulgaram leis que refletiam essa cisão. Como consequência ela teve que se reorganizar ajustando-se à nova conjuntura política. Se, por um lado, a Igreja Católica brasileira se viu privada dos privilégios que desfrutava no Império; por outro, passava a ter um maior contato com o Vaticano que se esforçava na busca de uma maior centralização e fortalecimento da instituição [...] (BRUNEAU, 1974, p. 64-68).

A separação entre a Igreja Católica e o Estado começou a ser oficializada em 1890, através do Decreto 119-A, o qual apresentava

[...] um estado não-confessional, em que o nome de Deus era riscado dos atos públicos, o catolicismo nivelado às seitas protestantes minoritárias no mesmo regime de liberdade religiosa, os símbolos religiosos afastados de todos os edifícios públicos, o casamento civil instituído, as propriedades de “mão-morta” ameaçadas de expropriação. Tudo isso configurava um regime liberal que tinha sido claramente condenado pelo magistério oficial da Igreja, particularmente pelo Syllabus de Pio IX (PINHEIRO et al., 2006, p. 351).

Tais aspectos do decreto foram reafirmados pela Constituição de 1891. Por outro lado, o mesmo documento assegura às instituições religiosas o direito de culto e a liberdade de crença, e isso possibilitou à Igreja Católica autonomia em suas decisões com base nos preceitos do Vaticano.

Assim, separada do Estado¹¹⁰, a Igreja Católica do Brasil teve liberdade para se dedicar a suas reformas e entrar no movimento internacional de reorganização da Igreja Romana, a reforma ultramontana¹¹¹ do catolicismo. Para Wernet (1987), tal reforma se caracterizou, sobretudo, pela integração sistemática da igreja brasileira e romana nos planos institucional e ideológico. Tinha como uma das principais estratégias a criação de dioceses e paróquias, e isso demandava a criação e/ou articulação de meios que assegurasse e que efetivasse o domínio do território (LE GOFF, 2007).

A diocesanização foi, portanto, uma estratégia importante da Igreja para a ampliação da sua cobertura no território brasileiro, como também para a aproximação dos fiéis menos assistidos.

Na dimensão ad intra, a Igreja Católica Romana no Brasil encaminhou um processo de reforma e reorganização pautado nas orientações do documento Instruções, de 14 de junho de 1890, assinado pelo cardeal Rampolla Secretário de Estado do Vaticano (AQUINO, 2012, P. 153).

O documento “Instruções” determinava as ações prioritárias do episcopado brasileiro. De acordo com Aquino (2012), diante da situação difícil pela qual passava a Igreja Católica no Brasil e das indicações da Reforma Ultramontana, o documento dedicou um capítulo à necessidade de expansão das dioceses no país. Com base nele, percebe-se que

A criação de dioceses foi a estratégia por excelência do projeto ultramontano de tornar ubíqua a presença da Igreja Católica no território brasileiro [...]. As dioceses foram unidades avançadas de ação sociopolítica e religiosa da Igreja católica em cujos limites territoriais se desenvolveram as reformas eclesiais delineadas substancialmente pelo cardeal Rampolla e por D. Macedo Costa (AQUINO, 2012, p. 155).

É nesse contexto que, logo no início do século XX, há um aumento significativo no número de novos bispados no Brasil, criados para melhor organizar a estratégia político/territorial de reaproximação da população brasileira, conforme Gomes (2008).

¹¹⁰ De acordo Santos (2007), o padroado régio havia se tornado um elemento opressor para Igreja pelas constantes intervenções em seus assuntos, além disso, seus membros afirmavam ser a desestruturação eclesial fruto do desinteresse estatal na resolução de seus problemas (SANTOS, 2007, p. 09), assim, a separação entre Igreja e Estado representou, de certo modo, libertação institucional para a primeira.

¹¹¹ O ultramontanismo defende o amplo poder papal e o centralismo romano. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.html>. Acesso em 10 dez. 2020.

Geralmente, as regiões tinham uma extensão territorial muito grande, ao mesmo tempo possuíam um clero pequeno¹¹² para cobrir todo o território e atender as demandas de uma população dispersa.

Fatores como esse teriam levado o arcebispo da Bahia Dom Jerônimo Tomé da Silva a solicitar ao papa Pio X o desmembramento da Arquidiocese de São Salvador em mais três que cobririam o território sob sua jurisdição.

A solicitação ao Vaticano surge como uma tentativa de melhorar o atendimento pastoral e suprir as necessidades do povo sertanejo, além de reafirmar a presença formal da Igreja Católica Romana no território.

O pedido foi examinado pelo núncio Apostólico no Brasil e pelo Colégio dos Cardeais, e sua aprovação foi concretizada em 13 de outubro de 1913, de acordo com Marques (2013). A Arquidiocese de Salvador foi desmembrada em três: Ilhéus, Barra e Caetité, por meio de decreto do papa Pio X com a publicação da Bula *Maius animarum bonum*¹¹³.

Com isso, Caetité, que representava um centro de comércio e distribuição de gêneros agrícolas já há algum tempo, tornou-se também um centro religioso regional. A Paróquia de Santana de Caetité passou a ser sede de bispado.

A Paróquia de Santana de Caetité fora julgada entre outras como apta a ser elevada à categoria de uma diocese. A Bula de criação *Majus animarum bonum* – 20/10/1913 vem, em patentes circunstâncias, comprovar o santo interesse da Santa Sé pelas demonstrações dedicadas do Brasil à Religião Catholica (Livro da História da diocese, 1915, p. 9).

Possivelmente, fatores como o desenvolvimento econômico, o prestígio político, a sua posição geográfica mais centralizada no território, a presença marcante e histórica da paróquia

¹¹² Para Santos (2007), coube ao primeiro arcebispo do período republicano Dom Jerônimo Thomé da Silva (1894-1924) uma das reformas para contemplar a necessidade crescente de presbíteros, por isso a criação de Seminários era o ponto de partida, “[...] o ponto de apoio para a reforma da instituição, pois, como cita Oliveira, a reforma deveria começar pela instituição e depois chegar aos fiéis” (Oliveira, 1985, p. 282). Outra alternativa foi a utilização das diversas Ordens e Congregações, como mão de obra substitutiva ao clero diocesano. Se no século XIX também o clero regular passava por um processo de decadência, no início do século XX percebeu-se um incremento no número de religiosos aqui existentes, muitos vindos de países, onde o anticlericalismo se fortalecia. Esses religiosos desempenharam importante papel na reestruturação interna e externa da Igreja. “[...] Na Bahia tivemos lazaristas, agostinianos, que desenvolveram atividades restritas à religião. [...]. Externamente, isto é, no contato com a sociedade, o papel dos institutos religiosos foi ainda mais importante. Destacaram-se na área da educação formal, pois dela dependia o controle ideológico da Igreja que se preocupava com o laicismo que invadiu as classes alta e média e com o crescimento das novas denominações protestantes, proselitistas, favorecidas pela liberdade religiosa. Foi exatamente para essas classes que uma rede de escolas de nível fundamental e médio foram criadas [...]” (SANTOS, 2007, p.09).

¹¹³ A referida bula está disponível na íntegra no anexo F.

de Senhora Santana e a recém-instalação de outras denominações religiosas na cidade contribuíram para essa ação ou para essa reação da Igreja Católica e para a escolha de Caetité como sede do bispado.

Foi designado para a nova diocese de Caetité Dom Manoel Raymundo de Mello¹¹⁴. Ele tomou posse representado pelo Monsenhor Luiz Pinto Bastos por procuração e só chegou a Caetité em 29 de abril de 1915, como registrou o Jornal A Penna em um longa matéria de duas páginas

Chegada

Eram duas horas da tarde do dia 29, quando já percorriam as ruas da cidade muitos grupos de cavaleiros, reuniam-se famílias na praça ou encaminhavam-se para a Rua Barão ao encontro, apreciavam-se a irmandade do S. S. Coração, a philarmonica Lyra Caetiteense, as corporações, as classes, as escolas públicas e as do Collegio S. Luiz Gonzaga. Às quatro horas intransitável a bela rua “Barão de Caeteté” tal a aglomeração de povo. Na praça, [...] achavam-se assentados aparelhos fotográficos pelo senhor Major Manoel Belmiro de Britto Costa, onde por este fora-lhe dispensada fidalga hospitalidade. Dalli, por diversas pessoas que fazem parte da comissão, fora guiado pelo alto da serra, fazendo descanso em Tucano, onde fez a sua refeição. Dalli seguiu por Tabúa onde já em grande número de cavaleiros incorporou-se à comitiva. Do alto do geraes já era imponente a cavalgada. [...]. Foi uma entrada verdadeiramente triunfal solene, imponente, nunca vista nessas paragens [...] (JORNAL A PENNA, 06/05/1915¹¹⁵ p. 02).

O jornal em questão, apesar de ser de propriedade de uma família espírita, destacou em toda a primeira página da edição de 06 de maio a chegada do bispo de Caetité. O episódio foi descrito com riqueza de detalhes como um evento social que envolveu um bom número dos moradores da cidade, fosse na comitiva de cavaleiros, fosse na praça aguardando a chegada. Com festejos, Dom Manoel assume a Diocese de Caetité; com ele, vieram sua mãe viúva, três irmãs solteiras e um irmão sacerdote.

¹¹⁴ O primeiro bispo da Diocese de Caetité nasceu na cidade de Capela, Sergipe, no dia 4 de fevereiro de 1872. Enquanto padre, foi vigário da cidade de Itabaiana. Em 27 de março de 1901, foi nomeado pároco da Catedral de Aracaju, onde ficou até maio de 1904. Ele foi ordenado bispo pelo então Cardeal Primaz do Brasil, Dom Jerônimo Tomé da Silva. Dom Manuel só chegou à Caetité quase dois anos depois de nomeação e criação da nova Diocese. Teve como missão lutar pela territorialização da Fé Católica no sertão baiano. Durante sua estadia, implantou, fincou suas raízes, definiu seu território físico, religioso, respondendo às necessidades de evangelização do sertão. Foram inúmeras lutas: com o fim das verbas governamentais, consequência da República, era preciso fortalecer — e em alguns casos, construir — as finanças da Igreja. Dessa forma, uma de suas missões era consolidar o patrimônio, garantindo a expansão das Paróquias e a ampliação do corpo de fiéis. Disponível em: <diocesedecaetite.org.br/bispos-diocese-de-caetite/dom-manuel-raymundo-de-mello/>. Acesso em 10 dez. 2020.

¹¹⁵ Ver a reportagem no anexo G, H.

No contexto em que a Diocese de Caetité foi criada, era urgente fortalecer a Instituição, unificar as práticas e rituais e assegurar a hegemonia do catolicismo, “ameaçada” no território principalmente pelo Protestantismo.

Tudo estava por ser feito, segundo Azzi (2008): Dom Manoel chegou a Caetité cheio de planos, entre eles o da instalação de um seminário e de uma escola para moças. Além disso, apesar das dificuldades materiais, ele não hesitou em iniciar uma grande reforma na Catedral de Senhora Santana e realizar visitas pastorais pelas longínquas paróquias da nova diocese e assim o fez.

Seguindo as orientações da Arquidiocese, ele tinha a tarefa de instalar um Seminário para viabilizar a formação de presbíteros, tão escassos no Sertão. No mesmo ano de sua chegada, ele coloca o Seminário Diocesano em funcionamento sob sua direção e, provavelmente, em sua própria casa na falta de uma sede própria.

Seminário Diocesano de São José - Caeteté
Sob os auspícios de S. Exa. O Sr. D Manoel Raymundo de Mello,
Bispo desta Diocese

Recebe alunos internos iniciantes 50\$000 que serão pagos por adiantamento além da joia de 40\$000 para o primeiro anno e de 10\$000 para os demais anos. Mediante essa joia os alumnos terá para seu uso: cama, lavatório com pertences e mobília escolar. O anno lectivo começa a 3 de fevereiro e termina a 31 de outubro depois dos exames. O alumno exhibirá no acto da matrícula certidão de seu batismo e atestado médico sobre seu estado de saúde e manterá n' esta cidade um correspondente que se responsabilize pelo pagamento da mensalidade e pelos casos previstos no regulamento interno.

MATERIAS DO CURSO DE PREPARATÓRIOS

Portuguez, francez, latim, geografia, história, physica, chimica, história natural (elementos), arithimética, geometria plana e música [...] (JORNAL A PENNA, 19/12/ 1915, p. 05).

A propaganda do Seminário São José parece de um internato comum. O ano letivo tinha praticamente a mesma duração das escolas públicas. A semelhança também ocorria com os exames e as matérias do curso (com exceção do latim que já não era mais visto no currículo das escolas elementares e complementares), o valor da anuidade era um pouco maior do que era cobrado pelo Instituto São Luiz, ficando as diferenças restritas à formação específica para o sacerdócio que devia ter início depois do curso preparatório anunciado na propaganda. Infelizmente, não temos maiores informações sobre o funcionamento do seminário, sabemos apenas que, em 1916, Dom Manuel Raymundo de Mello iniciou a

construção da sua sede. O subdiácono Luiz J. Henriques, que registrou¹¹⁶ boa parte do período de vigência de Dom Manuel como bispo, fala de duas ordenações sacerdotais ocorridas durante o seu bispado.

Sobre as atividades do Seminário nos anos subsequentes, também sabemos pouco. Seria necessária uma pesquisa específica sobre o assunto, o que não fizemos aqui para não desviar o foco da nossa atenção, entretanto podemos dizer que ele ainda existe. Os seminaristas começam o propedêutico em Caetité, de onde seguem para extensão do Seminário em Vitória da Conquista, lá fazem o curso de Teologia e Filosofia e retornam à diocese para completar suas atividades pastorais e receber ordenação presbiteral.

A educação feminina era outro assunto importante para Dom Manoel. Aguiar (2014) afirma que, pouco depois de assumir a diocese, o bispo buscou várias congregações que pudessem se ocupar da educação da juventude feminina na cidade e encontrou nas Irmãs do Bom Pastor¹¹⁷, residentes no Rio de Janeiro, uma resposta positiva. Ele expôs seus planos à Madre Provincial Ir. Nóvoa, que aceitou a proposta, encarregando-se o bispo de todas as despesas de viagem e manutenção da comunidade até que o colégio oferecesse condições próprias de sobrevivência. Quase dois¹¹⁸ anos após o pedido do bispo,

[...] a 10 de janeiro de 1919, Me. Maria de São Francisco Xavier Nóvoa põe-se a caminho com sua secretária Ir. Maria Rosa do SS. Sacramento Bellens de Vasconcello e as Irmãs fundadoras:
 Maria Isabel do SS Sacramento Araujo Medeiros, superiora
 Maria de Santa Família Lemos Lessa, assistente
 Maria da Visitação Machado
 Maria do Rosário Loureiro
 Maria de Santa Cristina de Paula Garcez
 Maria Josefina Costa. (CAMPOS, 1981, p. 85)

Campos (1981) também descreve a viagem das irmãs a partir do Rio de Janeiro, feita de vapor pelo Rio São Francisco até Bom Jesus da Lapa e a cavalo até Caetité. De acordo com

¹¹⁶ O livro em que foram encontrados esse e outros registros encontra-se no Arquivo da Paróquia de Santana de Caetité localizado no Centro Paroquial à Rua Barão de Caetité, s/n – Centro da cidade.

¹¹⁷ A Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor foi fundada por Santa Maria Eufrásia Pelletier entre os anos 1831 e 1835 e aprovada pelo Papa Gregório XVI, em 16 de janeiro de 1835. A Congregação tem suas origens na Ordem de Nossa Senhora da Caridade, fundada por São João Eudes, em 1641. Disponível em:

<www.irbompastorbp.org/index.php?option=com_sppagebuilder&view=page&id=25&Itemid=191>. Acesso em 10 dez. 2020.

¹¹⁸ De acordo com Campos (1981), do pedido de Dom Manoel (em 1917) até a instalação das Irmãs do Bom Pastor em Caetité (1919) passaram-se dois anos devido as dificuldades de comunicação com a sede da Congregação na Europa, em guerra, e os males causados pela gripe espanhola a muitas irmãs no Rio de Janeiro.

Aguiar (2014), as irmãs chegaram na cidade em 30 de janeiro, momento em que o bispo, muito satisfeito, esperava para recebê-las em uma casa “[...] recém-construída em parte, bem provida de utensílios e móveis, [...] havia dois dormitórios, refeitório, sala de aula, etc.” (CAMPOS, 1981, p. 88).

Apesar da satisfação do bispo, não encontramos muitos outros registros locais sobre a chegada dessas freiras nem sobre a fundação e funcionamento desse colégio. Diferentemente de outras instituições, o jornal *A Penna* não noticiou o episódio, restando-nos a suposição de que, devido ao fato de ser um colégio de freiras e para meninas, o acesso era restrito e, com isso, as informações também.

O silêncio sobre o assunto só foi quebrado pela lei 1.439, de 19 de agosto de 1920, que equiparou “os colégios de meninas mantidos pelos bispados de Caetité e Barra à Escola Normal (IHGBa) 788” (TAVARES, 2001, p. 230). De acordo com a referida lei:

O Governo do Estado da Bahia

Faço saber que a Assembleia Geral Legislativa decretou e sancionou a lei seguinte:

Artigo 1º: Ficam equiparada à Escola Normal da Bahia, os colégios de meninas que os bispos de Caetité e Barra do Rio Grande mantêm naquelas cidades, satisfazendo as exigências da lei nº 673, de 14 de agosto de 1906 e de nº 1239, de 9 de novembro de 1918.

Artigo 2º: Os referidos colégios e os demais estabelecimentos congêneres, equiparados à Escola Normal, são sujeitos às determinações da lei nº 673, de 14 de agosto de 1906 e mais as seguintes:

- Que o Instituto funcione no mínimo há três anos;
- Que haja moralidades na distribuição das outras notas de aprovação;
- Que tenham os professores cursos particulares das suas respectivas cadeiras;
- Que os materiais constantes dos programas sejam suficientes para o curso normal, segundo as mais modernas exigências;
- Que, pelo menos, três quartas partes do programa sejam efetivamente explicado pelos respectivos professores;
- Que haja exame de admissão e que sejam rigorosos;
- Que as rendas do estabelecimento sejam bastante para o custeio do ensino integral das matérias do curso, ministrados por professores suficientemente remunerados.
- Que a quota das fiscalizações seja depositada na época legal (MENEZES, 2009, p. 23 e 24).

Pelo exposto, eram muitas as exigências estaduais para a formalização do colégio. Ao que parece, elas foram cumpridas, pois a escola continuou funcionando. Aguiar (2014) explica que, na data da instalação, o colégio já contava com algumas alunas externas e, depois de aberto o internato, esse número cresceu, uma vez que passou a receber alunas de outras

localidades como Carinhanha, Bonito e Vila Velha. Essas moças certamente eram provenientes de classes sociais mais abastadas e podiam pagar as mensalidades para o funcionamento da escola. A cidade já estava acostumada a receber estudantes, os quais se dirigiam a outras escolas, e isso reforçava a identidade educacional do lugar.

Apesar das informações sobre o êxito do colégio, Aguiar (2014) afirma que as irmãs responsáveis pela escola começaram a apresentar muito cansaço devido ao excesso de trabalho gerado também pela responsabilidade de oferecer uma formação¹¹⁹ a qual dava acesso à Escola Normal da capital. Esse devia ser o destino de algumas alunas depois do fechamento da Escola Normal de Caetitê.

Aos fatores citados, Campos (1981) acrescenta a dificuldade de adaptação à alimentação local sem carne fresca e pão, como elas estavam acostumadas. Isso teria levado à substituição da madre superiora e de sua assistente em 1922 pelas Irmãs Maria do Coração de Maria Gonçalves Pena e Maria do Bom Pastor Chaves.

Assim, as dificuldades apresentadas, somadas às condições psicológicas do bispo abaladas pela morte de sua mãe, de acordo Aguiar (2014), e outros embates que serão vistos mais à frente, fizeram com que as irmãs se retirassem do território em junho de 1926, esses argumentos, porém, não aparecem na nota do A Penna sobre o assunto, restando-nos considerar todas as possibilidades:

Irmãs do Bom Pastor

Retiram-se hoje definitivamente dessa cidade, indo pelo caminho da Lapa, em companhia do Mons. Luiz Pinto Bastos, as virtuosas irmãs do Bom Pastor que aqui por alguns anos mantiveram o Colégio da Irmandade Conceição. Os inestimáveis serviços que aqui prestaram com ótimas educadoras são taes que não podíamos deixar de destacar nessas linhas lastimando que não pudessem continuar entre nós por diversas razões, entre as quais avultava a falta de sacerdote que lhes ministrassem diariamente a comunhão eucarística como é da sua regra. Instruídas e laboriosas deixam aqui muitas discípulas que bem aproveitaram do seu ensino. Caridosas tinham a seu cargo criancinhas pobres que ficam agora privadas do seu auxílio valioso. Que tenham feliz viagem e as bênçãos de Deus (JORNAL A PENNA, 03/06/ 1926, p. 01).

¹¹⁹ Aguiar (2014) ainda chama atenção para o fato de as irmãs do Bom Pastor não possuírem experiência na área educacional. Elas geralmente desenvolviam trabalhos voltados para a recuperação de mulheres delinquentes ou reformatório de mulheres criminosas, podendo ter sido esse um forte motivo para o breve período de funcionamento do colégio na cidade: a falta de experiência educacional das irmãs.

Apesar dos adjetivos e características positivas atribuídas pelo jornal ao ensino ministrado no colégio das freiras, sobre o seu funcionamento e suas práticas pedagógicas, praticamente não foram encontradas outras fontes a não ser as utilizadas aqui. Isso nos impossibilitou de fazer uma análise mais aprofundada sobre a formação educacional oferecida pelas irmãs do Bom Pastor em Caetité.

De todo modo, o fato de saber, ainda que superficialmente, sobre a existência de uma escola de freiras articulada pelo bispo diocesano colabora com a ampliação do conhecimento sobre a atuação da igreja católica no que se refere à educação caetiteense nesse período. Levamos, ainda, a refletir sobre que tipo de formação o bispo e as freiras objetivavam para aquelas moças e como isso interferiu na formação escolar e “moral/cristã” dessas alunas.

Depois da desmobilização do Bom Pastor, por uma década, as moças sertanejas ficaram desassistidas de instituições dessa tipologia. Apenas em 1935, as missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada foram ao território e instalaram o Colégio Santíssimo Sacramento, já no episcopado de Dom Juvêncio de Britto, que era um internato destinado a atender a demanda das jovens que iam estudar na Escola Normal.

Além da educação das moças e da formação do clero, Dom Manoel também se ocupou de “demarcar território” por meio das edificações católicas na cidade.

Conforme o Livro da História da Diocese (1916), Dom Manoel, ao chegar à cidade, achou a matriz de Senhora Santana muito acanhada para receber a cátedra do bispo e, por isso, propôs uma reforma que deveria remodelar e modernizar a templo. Sobre o assunto, ficou registrada no livro a seguinte descrição:

O estado architectonico da cathedral escuro, sombrio, sem ar tornando pesado o ambiente e incomodo o sólio episcopal, mais parecendo velho que novo, e cousas outras de comodidade aos atos religiosos motivaram sua demolição. O Exmo. Bispo substituiu os grossos paredões do altar mor e levanta arejadas e bellas arcadas, estilo renascença. Este serviço foi executado sob a orientação imediata do Ilmo. Dom Manoel Raymundo, manifestando grande competência e apurado gosto artístico. Estes trabalhos foram começados no dia 2 de abril de 1916 (LIVRO DA HISTÓRIA DA DIOCESE, 1916, p. 12).

Percebe-se certa preocupação em tornar o ambiente mais harmonioso, bonito e arejado, provavelmente sob influência do pensamento modernizador e higienista, visando a não proliferação de doenças que aconteciam através da concentração de pessoas em lugares fechados e abafados.

Pelos registros do livro, essa primeira reforma foi feita em duas etapas: na primeira, foram derrubados os paredões do altar-mor para a abertura de arcadas e, em uma segunda, foram abertas arcadas em todo o templo: “A 27 de novembro de 1916 recomeçou o Exmo. Ilmo. Bispo, os trabalhos de remodelação da cathedral, abrindo várias arcadas para maior ampliação e arejamento do templo” (Livro da História da Diocese, 1916, p. 14).

Acerca da reforma realizada, o jornal A Penna publica matéria intitulada “A Cathedral”:

Já tendo sido genial à louvável iniciativa do Exmo. Sr. D. Manoel Raymundo de Mello, muito melhorada a Cathedral d'esta cidade, a qual já tem transformada em lindos arcos as paredes laterais da capela mor completamente remodelada a hatea do altar privilegiando ao melhor gosto possível entre nós fechada à vidraças a sacristia, agora está passando a sua nave por grandes transformações que tornarão o templo, não só mais cômodo e arejado como também muito mais elegante. Já estão rompidas as paredes e está em começo a construção das arcadas. Os altares que estavam arrimados as paredes serão levados para dentro das galerias laterais. Sua Excia. está sempre presente às obras dirigindo-as com muito critério. Os enormes umbrais que serviam de átrio ao teto tem sido retirado com muitas precauções para darem lugar a posantes pilastras de tijolo cozido sobre as quaes repousam as areadas. Nossos parabéns ao ilustre e operoso prelado (JORNAL A PENNA 19/12/1916, p. 02).

A reforma modificou bastante a igreja, deixando-a maior e mais arejada, com corredores mais abertos e novas arcadas. As torres e as cinco portas existentes na frente, típicas nas igrejas do período colonial/imperial, deram lugar a uma central e mais alta que as anteriores.

A fachada da igreja foi completamente modificada. No alto da torre, foram colocados os sinos e incorporado um dos maiores símbolos da modernidade, o relógio. Tal objeto era usado não só para marcar as horas do dia, mas, principalmente, os momentos das orações católicas, como as seis horas da manhã, o meio dia e as seis horas da tarde, hora da Ave Maria¹²⁰. O badalar dos sinos também tinha seus significados e representações, era também uma forma de demarcar o tempo e o espaço do catolicismo na vida daquela comunidade, ou seja, os sinos também educavam.

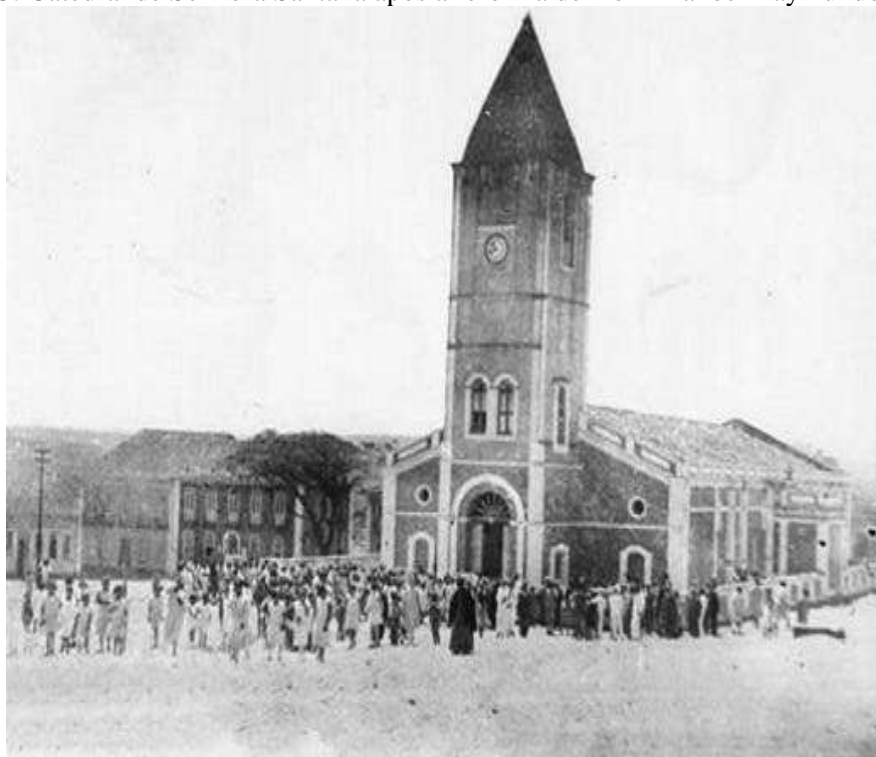
¹²⁰ Essa demarcação do tempo pelas orações católicas ocorreu até poucos anos, só deixando de ser realizada depois da morte do senhor que, por anos, era o responsável pelo serviço. Além disso, com o crescimento da cidade e da população, houve também um aumento entre os agnósticos e os não católicos, assim, não se justifica mais badaladas de sino para marcar o momento das orações católicas, ficando o ato restrito aos dias de festa da padroeira e aos toques fúnebres.

Ao findar a remodelação proposta por Dom Manoel, a cidade tinha praticamente outra Igreja, bem diferente da antiga, agora havia não mais a Matriz, mas sim a Catedral de Senhora Santana.

Ao que parece, ele queria trazer modernidade à arquitetura caetiteense que agora tinha um templo imponente que condizia com os novos tempos e com a sua condição de sede de bispado. Certamente, essa imponência tinha um significado quanto ao lugar que o catolicismo queria ocupar na vida dos caetiteenses.

A remodelação do templo simbolizava mais que a reforma das estruturas físicas, significava as mudanças pelas quais passou a Igreja com o fim do padroado e sua independência em relação ao Estado, além de representar a presença mais próxima e ativa dos católicos sertanejos.

Figura 23: Catedral de Senhora Santana após a reforma de Dom Manoel Raymundo de Mello



Fonte: Arquivo Público de Caetité.

Além da reforma da catedral, Dom Manoel também se dedicou às visitas pastorais pelo vasto território diocesano. Muitas delas foram acompanhadas pelos padres jesuítas que trabalhavam no Instituto São Luiz e pelo próprio Monsenhor Luiz Pinto Bastos, pároco de Caetité. Essas visitas ajudavam o bispo a entender a condição de cada lugar e assistir melhor os católicos da diocese. Nas visitas, eram realizadas missas e celebração dos sacramentos, como matrimônio, batizado e crisma.

Em companhia do bispo, o grupo esteve em missão por muitos lugares da extensa diocese de Caetité. Uma dessas visitas foi registrada pelo padre Balazeiro, em carta enviada aos superiores da Missão, com data de 28 de outubro de 1916:

[...] Monte Alto: como a vila fica a umas 12 léguas do lugar precedente, tivemos que pernoitar em casa do coronel Manoel Pinto, no Poço Comprido. Era nossa intenção não celebrar para assim podermos viajar mais cedo; mas, em face do desejo do dono da casa, lá teve o Sr. Bispo que desarrumar as malas, e no dia seguinte tive a satisfação de dizer a santa missa, na qual comungaram S Ex^a Revm^a. o Padre Araujo e umas quinze pessoas da casa. S. Ex^a não celebrou por ter na véspera a noite desmentido o pé [...] (CARTA DO PADRE CELESTINO BALAZEIRO ao Padre Superior da Missão, 28 de outubro de 1916. CARTAS EDIFICANTES Vol. 07, p. 64).

As visitas pastorais talvez fossem as atividades que mais tomavam tempo do bispo, elas faziam com que Dom Manoel ficasse fora de Caetité por dias e, às vezes, semanas. Entretanto, isso não foi capaz de deixar passar despercebida a presença protestante na cidade e desenvolver um embate acirrado à suposta propaganda que o jornal A Penna fazia da sua escola.

Em relação à presença protestante em Caetité, Dom Manoel se comportou como um verdadeiro “soldado em ordem de batalha”: fazia oposição cerrada à permanência deles na cidade, chegando até a manifestar publicamente sua insatisfação para com aqueles que supostamente os apoiavam. Em carta ao jornal A Penna, ele acusa João Gumes¹²¹, editor-chefe, de favorecer os protestantes e sua escola nas páginas do jornal e demonstra extrema chateação com isso.

COACÇÃO

Injusta Agressão

Para edificação dos nossos leitores e assignantes, damos aqui abaixo, na integra uma carta dirigida a nossa redação
Caiteté, 25 de outubro de 1918

Sr. João Gumes. Bastante magoado pela propaganda systemática e indigna do seu jornal a favor dos protestantes por desdida nossa, alojados nessa cidade episcopal e que andam quaes aves de arribação, não só com o intuito de derramar a sua heresia como principalmente de prepararem o espírito do nosso povo, na sua maioria inconsciente, a fim de darem mais tarde entrada à América do Norte que visa unicamente açambarcar os produtos nossos como

¹²¹ Para além da questão com os presbiterianos, a perseguição ao A Penna também pode ter sido reforçada por causa do espiritismo seguido pela família Gumes. De acordo com Joseni Reis (2016) João Gumes foi um dos fundadores do Centro Espírita Aristides Spínola em Caetité, no ano de 1905, do qual se tornou membro atuante na diretoria, ocupando as funções de presidente e de secretário, até a sua morte em 1930.

café, cacao, fumo, assucar e sem exclusão dos nossos minérios como ficou demonstrado em Cuba e Ilhas Philippinas; eu protesto como Bispo e em nome do povo cathólico desta diocese contra tal propaganda que considero vil diabólica e torpe. Deus permita que esse protesto não seja o início de uma reação em desafronto. Deixo de devolver-lhe o último número do seu referido jornal para poupa-lo de uma decepção. Não obstante deverá o Sr. Suspender a remessa do mesmo para o nosso Paço até que tome juízo o pessoal responsável da redação e renuncie o infernal systema de V^a S^a. Atento servo do Senhor, D. Manoel – Bispo diocesano (JORNAL A PENNA, 31/10/1918).¹²²

O bispo protestou abertamente contra uma suposta propaganda protestante feita pelo jornal A Penna na pessoa de João Gumes. Ele apresentou muitos argumentos contra a presença e as ações dos presbiterianos em Caetité, entre as quais certamente estava a Escola Americana, apesar de não ter sido citada.

Diante das acusações e da suspensão da assinatura do jornal como sinal de protesto, o acusado, por sua vez, classifica tal denúncia como injusta e afirma ter sido a dita carta uma espécie de coação. Na mesma edição do jornal, João Gumes responde ao bispo:

A missiva acima se refere a A Penna e quando se oferecessem dúvidas a respeito, isso foi confirmado dois dias depois na missa convencional sendo por ordem do missivista uma objugatória contra este modesto e inofensivo periódico, cujo nome foi anunciado em público em face da opinião da Caetité, que A Penna representa há 21 anos e quase 8 meses a contento do público honesto e sensato, com o seu apoio, com seus louvores, com seus aplausos [...] e depois de tantas luctas em prol do bem, depois de tantos sacrificios, A Penna, sagrada como o expoente da vontade dos caiteenses como a própria Caetité, A Penna é descartada grosseira e injustamente, querem atá-la ao cáucaso da inacção, querem amordaça-la, impõe-lhe uma nova diretriz a seguir de recuo da luz para as trevas [...] (JORNAL A PENNA, 31/10/1918).

João Gumes criticou a exposição do A Penna, pelo bispo, na missa de domingo, quando boa parte dos católicos caiteenses provavelmente se faziam presentes. Ele demonstrou indignação frente às acusações do bispo ao seu “modesto e inofensivo periódico” e ainda à censura imposta ao jornal.

Ao que parece, esse foi um dos grandes embates entre os quais Dom Manoel se envolveu durante o período do seu bispado: o combate acirrado ao protestantismo representado em Caetité pela Igreja Presbiteriana e por sua escola.

Depois da publicação-resposta do editor, a reação foi imediata. Muitos amigos, moradores da cidade e também de outros lugares, assinantes do jornal A Penna, reagiram à

¹²² Ver a reportagem completa no anexo I.

carta do bispo de Caetité, demonstrando solidariedade aos editores do Jornal pela dita “injusta” agressão sofrida. O jornal também relata a ideia de uma manifestação pública contra o bispo, a possibilidade foi descartada a pedido de alguns caetiteenses, com o intuito de não perturbar a ordem na cidade.

Na mesma edição em que a carta foi publicada, a resposta também foi. Além delas, houve a publicação de uma notícia de que o bispo teria apelado aos fiéis pelo cancelamento da leitura e das assinaturas do periódico em sinal de protesto. A mesma nota também foi enviada a outras paróquias da diocese, uma vez que o jornal contava com assinantes em toda a região.

Nas edições posteriores do A Penna, os editores ainda falavam sobre o assunto, principalmente porque, após as manifestações do Bispo, muitos caetiteenses, inclusive católicos praticantes, solidarizaram-se com João Gumes, visitando a tipografia para declarar apoio e/ou enviando cartas e telegramas que Gumes publicou nas edições de 14 de novembro e 05 de dezembro de 1918 em matérias intituladas “Por nós”¹²³.

Recebemos e guardamos como preciosos documentos nos quaes nos garantem inteira solidariedade contra o acto injusto que nos alveram procurando prejudicar-nos [...] cartas e telegramas de ilustres amigos nossos de diversos pontos. É o julgamento que pedimos constituindo um tribunal de honra.

Carta do nosso ilustre e velho amigo Prof. Francisco José de S’Anna na qual depois de informar-nos ter sciência do desacato de que tornamos vítimas diz: ... sinto profundamente e lamento que haja quem queira suplantar a liberdade e pensamento da imprensa por todo e qualquer princípio sou solidário convosco. [...] um telegrama de 02 do corrente de Minas de Rio de Contas concebido nessas palavras: João Gumes de Caeteté. Felicitações e agradecimentos, magnifica defesa da liberdade de imprensa e consciência ahí. Bravos a A Penna. Alexander Reese. (JORNAL A PENNA, 14 de novembro de 1918, p. 02)

Esse pequeno fragmento da matéria resume o seu conteúdo: felicitações ao A Penna pela defesa da liberdade de imprensa vindas de muitos amigos que representavam vários segmentos da sociedade. Foram verificados professores, coronéis, políticos; além deles, chamou-nos atenção a transcrição do telegrama de Alexander Reese, pastor presbiteriano e, por consequência, alvo final da cólera do bispo. Por isso, além das felicitações, o pastor deixa seus agradecimentos.

Em outra matéria intitulada “Contra nós”, apresentada na edição seguinte, o jornal relata os resultados negativos da carta lida pelo bispo na catedral e enviada a outras paróquias da diocese, culminando com a perda de assinantes. Dela destacamos o excerto a seguir por

¹²³ Ver a reportagem completa no anexo J.

nos dar a dimensão das consequências da ação do bispo entre os católicos de muitas paróquias da vasta diocese de Caetité em relação ao A Penna:

Contra nós

A circular contra nós lida na Cathedral no dia vinte e sete de outubro está correndo mundo e produzindo seus efeitos. Informam-nos bons amigos de diversas localidades que ela vai mais ou menos sendo publicada nas sedes das paróquias dessa diocese. O seu desejo ou de quem a elaborou é que fiquemos reduzidos a simples expressão: que os católicos não leiam A Penna, não visitem a redação, não tenha o menor contato com o pessoal da nossa equipe [...] nós devemos ficar de braços cruzados diante disso? Vai abaixo para diversão do leitor uma carta que recebemos:

Bom Jesus do Rio de Contas, doze de novembro de 1918. Exmo. Sr. Redator de A Penna. O coração de Jesus nos proteja sempre. Venho encarecidamente pedir a Vossa Excelência a eliminação do meu humilde nome como assignante do seu ilustrado periódico não me remetendo mais um só número do referido jornal. [...] Vigário Antônio Rômulo dos Santos. (JORNAL A PENNA, 05 de dezembro de 1918, p. 03)¹²⁴

Dom Manoel Raimundo de Mello, certamente, causou o estremecimento entre os cidadãos caetiteenses e estimulou a divisão entre católicos, protestante e espíritas, considerando que os editores do jornal e muitos dos que frequentavam a Igreja Católica seguiam ou, ao menos, simpatizavam com a doutrina espírita. Ele jogou luz sobre a disputa religiosa que havia em Caetité, principalmente dos católicos em relação aos protestantes.

O episódio chama atenção para a intolerância religiosa em um país laico, mas que trazia consigo resquícios de momentos em que a Igreja Católica mantinha o monopólio das almas.

As notícias sobre os pastores protestantes e sua escola, motivo dos questionamentos do bispo, continuaram sendo publicadas. Em muitas edições posteriores, foram encontradas matérias sobre partidas/chegadas dos missionários e também sobre visitas de pastores à tipografia do A Penna e às festas de fim de ano da Escola Americana; tais notícias são praticamente as únicas encontradas sobre a referida escola.

Enfim, atitudes como essas foram desgastando a figura do bispo diante de parte da comunidade caetiteense, o que, somado a problemas pessoais, levaram-no a uma decisão inesperada:

¹²⁴ Ver a reportagem completa no anexo K.

Em 1920, com a morte de sua mãe, D. Manuel isolou-se, colocando suas irmãs como Religiosas do Bom Pastor. Seu caráter aguerrido gerou excessos que o contrapunham constantemente a variados setores da comunidade caetiteense. Riolando Azzi (2001, p.287, v.2) desenha para D. Manoel uma personalidade instável, cuja exposição aos muitos embates em que se envolveu provocou desequilíbrio psicológico – daí sua renúncia, em 1925 (MARQUES, 2013, p. 83).

Azzi (2001), citado por Marques (2013), não especifica quais os embates nos quais Dom Manoel teria se envolvido, entretanto, provavelmente, o desentendimento com os editores do Jornal A Penna e o combate acirrado aos protestantes na cidade foram alguns deles e, talvez, os de maior repercussão, dadas as publicações feitas pelo jornal sobre o assunto durante várias edições. O desgaste psicológico gerado por essa questão, juntamente com outras de caráter pessoal, teria contribuído para a renúncia de Dom Manoel ao cargo maior da diocese de Caetité.

Depois da renúncia de Dom Manoel Raimundo de Mello, a Diocese de Caetité foi administrada por Dom Juvêncio de Brito¹²⁵, é com ele que a diocese chega ao fim da década de 1920.

Ele recebeu a ordenação episcopal no dia 12 de junho de 1927, das mãos de Dom Antônio dos Santos Cabral, e tomou posse, em 26 de julho de 1927, dia da padroeira da cidade, com grande solenidade conforme registro do Livro da História da Diocese.

Figura 24: Posse do segundo bispo de Caetité Dom Juvêncio de Brito

¹²⁵ De acordo Matos (2013), Juvêncio de Brito nasceu na freguesia de Porto da Folha – Sergipe, em 2 de agosto de 1886, filho do Coronel Antônio Porfírio de Brito e D. Maria José de Brito onde fez seus primeiros estudos e de onde se transferiu para o seminário de Alagoas e de Olinda. A 20 de novembro de 1910 recebeu a ordenação presbiteral. Foi adjunto do pároco de Vila Nova até 1912. A 5 de junho de 1914 tornou-se cônego efetivo e segundo diácono do Cabido Diocesano. Foi professor e diretor do Seminário Episcopal de Aracaju, Secretário Geral do Bispado e diretor das Associações Católicas. No ano seguinte passa a Monsenhor Camareiro de Honra, e vigário de Propriá, onde permaneceu por quase uma década, até sua nomeação para o bispado de Caetité em 23 de dezembro de 1926.



Fonte: Acervo da Diocese de Caetité.

Na Caetité dos anos 20, esse evento possuía caráter religioso e também social. Apesar da presença dos outros credos religiosos, as comemorações católicas continuavam demarcando as festividades da cidade, sendo assim ainda hoje¹²⁶.

Dom Juvêncio, deixa muito claro, logo de início, sua missão enquanto bispo: “conquistar almas e corações para Nosso Senhor”. Ele apresenta um comportamento menos combativo em relação aos protestantes, pois tinha outras preocupações: as questões pastorais, a formação do clero, o patrimônio das igrejas/capelas da diocese e principalmente as questões sociais que envolviam seus fiéis, o que condizia fortemente com o caminhar da Igreja Católica mundial sob olhar atento do papa Pio XI e depois Pio XII (MATOS, 2013).

Em relação à formação do clero diocesano, ele deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Seminário São José em sua própria casa. Ali, os seminaristas moravam e estudavam sob coordenação do bispo. Um deles foi o monsenhor Ademar Cardoso Neves, que atualmente (2020) tem quase noventa anos de idade e ainda atua na Paróquia de Senhora Santana de Caetité.

¹²⁶ Atualmente, as festividades católicas ainda marcam o calendário festivo da cidade. A Festa de Senhora Santana é um bom exemplo. Como ela acontece em julho, mês de férias escolares, muitos caetiteenses que moram em outras localidades vêm visitar seus familiares e aproveitam para participar da festa. Além das celebrações religiosas, foram incorporadas outras atividades culturais que atraem ainda mais pessoas à cidade nesse período.

Dom Juvêncio promoveu a segunda remodelação da Catedral de Senhora Santana a qual ainda nos dias de hoje conserva muitas características dessa intervenção. Como não foram encontradas fotografias da parte interior do templo antes da segunda reforma, não há como estabelecer uma comparação, mas pelos registros deixados por ele, no Livro da História da Diocese, podemos dizer que muitas melhorias estruturais e artísticas foram feitas no interior da igreja.

Figura 25: Catedral de Senhora Santana (visão externa)



Fonte: Acervo pessoal de Carmelita Teixeira.

Figura 26: Catedral de Senhora Santana (nave central)



Fonte: Thiago Jota Fotografia.

Figura 27: Catedral de Senhora Santana (altar-mor)



Fonte: Thiago Jota Fotografia.

Como o mandato episcopal de Dom Juvêncio ultrapassa o espaço temporal desta pesquisa, este não será aprofundado e nem terá outras questões tratadas.

A religiosidade e as instituições religiosas foram abordadas aqui para que pudéssemos entender como elas tiveram papel importante na vida social de Caetité no período estudado e, mais ainda, como elas interferiram diretamente na educação formal e informal do lugar.

A documentação encontrada e analisada nesta seção expõe como a religiosidade veio marcando significativamente a vida desse pedaço de Sertão há séculos, definindo seu território e se consolidando institucionalmente.

Para além disso, as fontes também evidenciam como a hegemonia da Igreja Católica foi impactada pelo protestantismo, daí a existência de certo embate entre eles, principalmente por parte dos católicos. Isso refletiu na oferta de educação formal de Caetité, na existência das instituições que as ofereciam e nos educandos que as frequentavam.

Em plena República, laica, durante quase duas décadas, a educação complementar da cidade esteve extremamente ligada a instituições religiosas. Dessas instituições confessionais, saíram muitos meninos e meninas que carregaram para a sua vida, além do conhecimento escolar, os valores religiosos e morais apreendidos ali.

Na ausência do Estado e na desassistência deixada por ele, a instrução oferecida por entidades religiosas por mais de uma década foi a opção encontrada por muitos caetiteenses para o letramento das crianças e dos jovens. Essas instituições por um lado foram responsáveis por popularizar suas respectivas doutrinas, por outro deixaram “marcas” na educação e na vida dos que foram diretamente educados pelas escolas confessionais, assim como na religiosidade do lugar.

Tal cenário foi modificado em meados da década de 1920, quando essas escolas foram desativadas por iniciativa dos seus mantenedores em um contexto político e educacional muito diferente daquele registrado no momento em que elas foram implantadas, esse fato deixa a sensação de que um ciclo havia se fechado e outro estava iniciando. Sobre essas mudanças e sobre os rumos da educação caetiteense pós-escolas confessionais, falaremos agora.

4 PROCESSOS EDUCATIVOS EM CAETITÉ NOS ANOS 1920

4.1 Reformas educacionais na Bahia republicana e Anísio Teixeira na Inspeção de Ensino do Estado

Ao longo do período republicano, foram constatadas algumas iniciativas públicas em torno da melhoria do sistema educativo na Bahia. Entretanto, a maioria delas não conseguiu vencer os obstáculos gerados pelos conchavos e alianças políticas que interferiam na abertura e fechamento de escolas, dificultando o andamento da educação naquele território.

Muitas vezes, o próprio governo reconhecia sua impotência frente aos problemas educacionais pelos quais passava o estado, havia uma sensação de decadência educacional.

Os professores primários na Bahia constituem, de fato, uma classe digna de misericórdia e amparo. Ganhando muito menos do que um pedreiro, carpinteiro, estivador ou mestre de obras, constitui essa classe de funcionários públicos legítimo proletariado, especialmente no interior do Estado onde vivem no mais completo isolamento, sem meios até de subsistência, quando lhe demoram os parcos vencimentos. Raríssimos são os jovens que se atrevem a cursar a Escola Normal, porquanto absurdo seria

certamente abraçar uma carreira sem futuro, quando qualquer caixeiro de balcão ou escriturário de repartições públicas logra receber melhor ordenado. Apenas o sexo feminino, representa esmagadora maioria na lista das matriculas, na Escola Normal oficial, sendo que nas equiparadas nenhum rapaz se pode matricular, por serem as mesmas mantidas e dirigidas por congregações religiosas femininas. A profissão de professor primário, de há muito abriu falência entre nós. Desceu até onde podia descer E aqueles que ainda se sujeitam a exercê-la constituem verdadeiros heróis e mártires do dever cívico (VIEIRA, Severino. Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa. Bahia: Oficinas do 'Diário da Bahia', 1903, p. 27).

A mensagem apresenta a realidade dos professores primários e, conseqüentemente, de suas escolas, o que pode ser visto como um ponto de ambigüidade do governo de Severino Vieira. Por um lado, ele mesmo denuncia a crise do ensino primário e as condições dos professores; por outro, pouco fez para modificar essa situação. Ao contrário: Vieira fechou escolas, como a de Caetité e Barra, alegando falta de recursos, como foi mostrado no segundo capítulo.

A essa altura, a solução não estava nos recursos do governo federal, que já tinha aberto mão de sua responsabilidade em relação à educação, delegando-a a estados e municípios. Então, o que se tinha era um sistema educacional pouco estruturado, fragilizado pela intervenção de alianças e de um sistema político de investimentos limitados, apesar de algumas iniciativas em torno da organização do ensino através de reformas e regulamentos.

A primeira das reformas estaduais, no período republicano, foi a Lei de 24 de agosto de 1895, sancionada pelo primeiro governador eleito, o caetiteense Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Ela propunha os objetivos, a organização e a divisão do ensino e das escolas, regulava a atuação docente e o currículo escolar. Essa lei foi complementada pelo ato de 04 de outubro do mesmo ano, que determinava a observação do Regulamento do Ensino Primário do Estado da Bahia por todas as instituições públicas e particulares da província. Alguns artigos seus foram citados no primeiro capítulo, quando tratamos das leis que regulavam a Escola Normal e as escolas primárias dos primeiros anos do século XX.

Depois, foram encontrados documentos reformadores datados de 03 de outubro de 1904, 06 de setembro de 1913, 09 de novembro de 1918 e de 14 de agosto de 1925¹²⁷, o último do período em estudo.

Da lei de 03 de outubro de 1904, sancionada pelo governador Severino Vieira, vale a pena destacar a obrigatoriedade de o Estado fundar, em cada sede de comarca, uma escola

¹²⁷ Todas essas reformas e decretos foram catalogadas pelo Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo associado ao Projeto Memória da Educação na Bahia e editadas em dois volumes organizados por Santana, Menezes, et al (2011).

elementar para cada sexo, além de pelo menos uma escola complementar. O mesmo documento alterou, em alguns aspectos, o ensino infantil, que passou a ser de dois anos e a seguir o plano froebeliano¹²⁸; alterou, ainda, o tempo de duração do curso ginásial e algumas disciplinas do currículo do mesmo curso.

Com a aprovação, as Escolas Primárias de Caetité passaram a seguir tal reforma. Alguns dos seus itens puderam ser verificados quando tratamos do assunto anteriormente, a começar pelas escolas destinadas aos sexos em cada sede de comarca.

As reformas educacionais tiveram sequência na década de 1910, mas elas não pareciam parte de um plano de ação sólido do estado em relação à educação e, portanto, não refletiam um projeto amplo de melhoria da qualidade da educação e da formação de professores.

Em 09 de novembro de 1918, o governo de Antônio Moniz determinou outra reforma do ensino público na Bahia, que tornou obrigatório o ensino para meninas em um raio de 500 metros da escola. O ensino continuava livre a quem quisesse exercê-lo mediante fiscalização. A matrícula e a frequência das crianças eram obrigatórias, acarretando multa aos responsáveis que não cumprissem.

O regimento ainda especificava os componentes curriculares de todos os níveis de ensino, tratava dos profissionais da educação, desde as formas de contratação a tudo o que os envolvia no exercício da profissão, além de indicar muitos itens relacionados a avaliações, disciplina dos alunos, entre outros.

As medidas apontadas pelas reformas da instrução pública, nas primeiras décadas do século XX, muitas vezes esbarravam em dificuldades diversas, ocasionadas por muitos motivos, como a falta de investimentos do próprio governo, pelas divergências políticas ou ainda pela falta de estrutura física e humana. Ou seja, as melhorias previstas pelas reformas nem sempre se revertiam em qualidade para o ensino por causa dos próprios autores das reformas, os governadores, os quais em muitos momentos davam tratamento duvidoso aos investimentos necessários para a execução das mudanças e práticas propostas pelos documentos, tornando a forma de atuação muito contraditória.

Antônio Moniz, que governou a Bahia entre 1916 e 1920 e sucedeu Joaquim José Seabra, não tinha a mesma liderança que o seu antecessor e muito menos suas articulações

¹²⁸ Friedrich Wilhelm August Froebel (1782-1852) foi um educador e filósofo alemão que idealizou o jardim de infância, no qual as atividades pedagógicas deveriam ser desenvolvidas através do lúdico. De acordo a teoria de Froebel, o jogo, os brinquedos e brincadeiras desenvolveriam na criança o autoconhecimento e, através dele, sua visão de mundo. Para ele, o contato inicial da criança com o mundo deveria ser de forma prazerosa, tendo como o ponto de partida a educação (ARCE, 2002).

políticas, isso fez com que a oposição ganhasse força e reforçasse o clima de insatisfação popular do estado devido às dificuldades econômicas enfrentadas pelas camadas mais populares da população. Essas dificuldades já vinham desde a gestão de Seabra e foram aumentando com o passar dos anos e com o agravar da crise vivenciada em diversas áreas, mas todas sustentadas pela crise financeira que assolava o estado.

O ano de 1918, por exemplo, foi marcado por uma grande greve de professores seguida de outros profissionais por conta do não recebimento de salários e existência de condições insalubres de trabalho, já que os investimentos na área da educação eram muito pequenos. Se consideradas as condições das regiões interioranas, a situação era ainda mais grave.

O final do Governo Moniz coincidiu com uma série de mudanças, vivenciadas no país e no mundo que apontavam para a democratização do ensino e para a implantação da escola pública, universal, gratuita e obrigatória. A escola sofreu transformações influenciadas pela Primeira Guerra Mundial e pela própria conjuntura política e econômica do país. Era preciso deixar para trás a velha lembrança de escolas insalubres, sem ventilação e iluminação adequadas, sem nenhuma infra-estrutura onde “caixões de gás, luz esteárica, caixões de velas” serviam de mobiliário escolar (LUZ, 2009, p. 68).

Como dito por Luz (2009), é necessário ressaltar que estamos falando dos anos em que, na Europa, ocorria a Primeira Guerra Mundial, fato que, de forma direta ou indireta, impactou a economia baiana a qual também dependia do comércio com o exterior, além da sociedade como um todo. Tais fatores fizeram a vida política de Antônio Moniz muito “apagada” ao mesmo tempo em que se acendia uma seta apontando para mudanças necessárias e urgentes no que dizia respeito à educação, como a democratização, gratuidade, obrigatoriedade e universalização do ensino público.

Apesar do cenário propício às mudanças, Joaquim José Seabra voltou ao governo da Bahia com auxílio de uma intervenção federal para um segundo mandato entre 1920 e 1924, mesmo diante de uma oposição forte que contava com o apoio de Ruy Barbosa e muitos líderes do interior do estado envolvidos no conflito com os coronéis da Chapada, conforme exposto anteriormente.

O conflito havia mostrado aos baianos e ao resto do país que no sertão se concentrava uma grande força política e econômica que sempre influenciou os rumos do governo do Estado e determinou o sentido das mudanças que foram empreendidas na sociedade baiana (LUZ, 2009, p.67).

A afirmação de Luz (2009) reforça o que viemos verificando com o desenvolvimento desta pesquisa. O Sertão desempenhou, historicamente, um papel importante na vida econômica e política do estado. Como já foi dito, muitos homens sertanejos de negócios se transformaram também nos representantes políticos do lugar e desenvolveram alianças fortes que buscaram, por vários meios, serem ouvidas e atendidas pelo governo estadual. Aparentemente, Seabra não ponderou sobre a força que tinha essas alianças e suas articulações.

Além disso, envolvido em outras empreitadas políticas no âmbito do governo federal sem sucesso, a imagem de Seabra, assim como sua força política, foi se debilitando. Seu nome enquanto político desgastou-se aos poucos junto aos baianos ao mesmo tempo em que novas lideranças despontavam.

De acordo com Tavares (2001), disputas internas dentro do Partido Republicano Democrata enfraqueceram Seabra ainda mais. Seus adversários, juntamente com aqueles que aderiram a Artur Bernardes, fundaram então um novo partido, a Concentração Republicana da Bahia.

Ruy Barbosa estava entre as lideranças do partido recém-criado, além de outros políticos que seriam de grande prestígio na década de vinte, a exemplo de Ernesto Simões Filho, Miguel Calmon, João Mangabeira, Otávio Mangabeira e Aureliano Leal, contando também com a adesão de ex-seabristas, como Antônio Calmon, coronel César Sá, Álvaro Cova e Geraldo Rocha.

Com o apoio do presidente Bernardes (um dos membros da Concentração Republicana), Francisco Marques de Góes Calmon, seu ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, lança-se como candidato a governador da Bahia e vence a eleição, sucedendo Seabra entre 1924 e 1928.

Sua candidatura foi vista por muitos como um dos maiores momentos de esperança da Bahia. Foi laureado pela vasta cultura e grande compreensão em torno dos interesses baianos. Por tudo isso, foi visto como o regenerador do Estado. Todavia, Calmon representou uma longa tradição política conservadora na Bahia, e ainda que combatesse o seabrismo, valeu-se das mesmas políticas de aliança com o coronelismo do interior, apesar do seu mandato representar para alguns o fim da “feroz e cega oligarquia” representada por Seabra. Na verdade, o que se viu foi a luta incessante até 1930 de duas estruturas oligárquicas de poder: o seabrismo e o calmonismo (LUZ, 2009, p.80).

Góes Calmon tomou posse em 1924 e contou como a adesão de muitos coronéis do interior, como Horácio de Matos (Lavras Diamantinas), Franklin de Albuquerque (Barra), Douca Medrado (Mucugê), Marcionílio de Souza (Maracás), Rafael Jambeiro (Castro Alves), Durval Fraga (São Félix e Muritiba), entre outros, como Deocleciano Teixeira (Caetité), este que se encontrava enfraquecido e isolado politicamente durante anos por fazer oposição à Seabra. Isso o fortaleceu e trouxe de volta o seu grupo à política local pelas décadas seguintes¹²⁹.

A presença desses coronéis entre os apoiadores de Calmon reforça a afirmação de Luz (2009) no que diz respeito à conservadora política de alianças no estado, chamando atenção para as oposições geradas com a sua chegada ao executivo estadual.

Por outro lado, a representação e a presença dos coronéis do interior na base dos apoiadores de Góes Calmon passam a enfatizar politicamente aquele território, conforme discute Luz:

[...] o sertão passou a entrar na pauta dos discursos políticos e a se tornar, especialmente no governo de Góes Calmon, uma prioridade das ações políticas governamentais, especialmente daquelas relacionadas com a educação pública. Isso coincidiu com o momento em que o Brasil descobriu o sertão e que uma vertente de intelectuais preocupados em reconstruir as origens da nacionalidade brasileira tentou integrar o sertanejo ao projeto de construção nacional (LUZ, 2009, p. 67).

Góes Calmon não fazia parte da velha-guarda da política baiana. Isso o fez tomar atitudes e decisões diferenciadas dos antigos governadores: uma das suas características marcantes foi a inovação, ele chamou muitos jovens recém-formados, inclusive os sertanejos Jaime e Anísio Teixeira, para dirigir as pastas da agricultura e da educação, respectivamente. Além disso, ele incorporou uma tendência reformista que acontecia em vários lugares do país.

Vários dirigentes oligárquicos começaram a convocar jovens recém-saídos da academia para integrar os seus quadros, formando um grupo de educadores ou futuros educadores profissionais que deveriam promover transformações no sistema educacional de seus Estados. São exemplos dessa política de contratação: Lourenço Filho, Francisco Campos, Mário Casassanta, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, para levarem a cabo as reformas da instrução, respectivamente, no Ceará, em

¹²⁹ Pelo menos até o final da década de 1950, o grupo político de Deocleciano esteve no poder; ele e, depois, seus aliados estiveram várias vezes como chefe do executivo municipal. Ovídio Antunes Teixeira, por exemplo, elegeu-se prefeito e exerceu o cargo por três vezes. Outros aliados, como Clóvis Moreira, também foram eleitos para três mandatos, o que demonstrava a força e o prestígio político do referido grupo na cidade de Caetité.

Minas Gerais, na Bahia, no Distrito Federal e em Pernambuco (LUZ, 2009, p. 71)

Recém-formado em Direito, o jovem caetiteense Anísio Teixeira¹³⁰ havia pedido um cargo no judiciário local; em vez disso, o governador lhe ofereceu a Inspeção de Ensino. Apesar de nenhuma experiência na área de educação, ele aceitou o cargo e foi nomeado em 09 de abril de 1924. Esse foi o seu primeiro cargo na área da educação. Nele trabalhou por alguns anos, saiu tempos depois para exercer funções maiores ligadas à educação na esfera federal.

A contratação desses jovens profissionais e o investimento para que se especializassem nos problemas educacionais fazia parte da convicção de que a resolução dos problemas educacionais demandava um conhecimento técnico na proposição e gerenciamento das reformas do ensino. De igual modo, atendia às exigências do sistema de poder oligárquico que enxergou no aumento da escolarização uma estratégia política para auferir vantagens, já que as escolas eram construídas como benefícios concedidos à população pelos chefes políticos, que também, muitas vezes, indicavam apadrinhados para o exercício da docência. Além disso, as escolas se constituíam também como espaços de reprodução de sua influência e poder (LUZ, 2009, p. 73).

A contratação de profissionais/intelectuais como Anísio Teixeira pode ser entendida e justificada a partir de vários vieses. Por um lado, correspondia à tentativa de modificação e modernização da educação baiana e, por conseguinte, da própria sociedade. Para isso, a prioridade deveria ser a alfabetização e o ensino primário por muito tempo tratado com descaso pelo estado. Por outro lado, a entrada de Anísio no governo Góes Calmon constituiu em um fato político importante para sua família, principalmente para o seu pai, o coronel Deocleciano Teixeira, cuja autoridade política havia sido diminuída pela sua oposição aos governadores anteriores. Dessa forma, ter um membro da família em um cargo de chefia junto ao governo estadual significava ter de volta a influência e o prestígio de outrora, recolocando-o no cenário político; para Caetité, significava investimentos importantes

¹³⁰ Anísio Spínola Teixeira era filho de Deocleciano Pires Teixeira e Anna Spínola Teixeira, nasceu em Caetité em 12 de julho de 1900. Iniciou o curso primário na escola da Maria Teodolina das Neves Lobão. Os irmãos Anísio, Jayme e Nelson Teixeira estiveram entre os primeiros matriculados no Instituto São Luiz. Destacou-se logo Anísio pela sua produtividade. Do São Luiz seguiu para o internato do "Antônio Vieira" em Salvador para completar o secundário. Anísio chamou atenção do Padre Cabral (Luis Gonzaga Cabral) que o elegeu a maior recompensa da nova vinda dos Jesuítas à Bahia. Ainda no Antônio Vieira passou a almejar a vida vocacional, e co continuou durante todo o curso de direito, iniciado na Bahia, concluído no Rio, onde colou grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1922. Não tendo aprovação da sua família para ingressar na Companhia de Jesus. Anísio foi casado com Emília Teles Ferreira, de família baiana, com quem teve quatro filhos e morreu em 1970 no Rio de Janeiro. <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br>. Acesso em 04 de jan. de 2021

perdidos há mais de duas décadas na área da educação pública, isso tudo tinha a ver com a política. Rocha (2014) afirma que Anísio Teixeira,

[...] mesmo empenhado em concentrar-se na formação técnica, como administrador público na área de Educação [...] sua luta pela educação pública sempre esteve balizada na política, isto é, todo seu esforço foi para colocar a escola pública como ponto de maior destaque na agenda política brasileira (ROCHA, 2014, p. 13).

Aceito o convite do governador, inicia o jovem Anísio a caminhada na pasta da Instrução Pública na Bahia, terreno desconhecido para um bacharel em direito sem experiência alguma na área da educação. Isso foi estímulo para que ele começasse a estudar¹³¹ e se inteirar dos assuntos e problemas pertinentes à pasta, colocando-os na agenda política baiana.

Aos poucos, ele começou a visualizar as maiores necessidades e gargalos da instrução pública na Bahia. O que ele encontrou foi

[...] uma instrução primária ministrada em escolas mais de ler e contar que de educar, dotadas de precárias instalações e, ainda assim, insuficientes até para alfabetizar a população. Do ensino secundário ocupavam-se sobretudo os colégios particulares, que acolhiam os jovens cujas famílias, colocadas em situação financeira propícia, podiam pagar-lhes os estudos visando os cursos superiores, praticamente reservados às categorias abastadas da sociedade. A organização social baiana refletia a rotina de seu agrarismo elementar, a economia não se beneficiava de iniciativas industriais capazes de abrirem em seu conservadorismo uma visão mais ampla do ensino amarrado ao atraso e ao elitismo reinantes. A pauta de exportação de produtos extrativos do Estado incluía diversos deles, mas só o cacau e um pouco o fumo possuíam alguma significação. Estado realmente pobre, emparedado na rotina econômica, gravemente deficitário em transportes, a Bahia esperava por algum surto de renovação de sua riqueza humana e material (LIMA, 1978, s/p).

Essa realidade já havia sido apontada em outros momentos do texto: a falta de instituições educativas, principalmente no interior, refletia em números muito elevados de analfabetos no estado, e a crise econômica agravava ainda mais a condição.

¹³¹ Schaeffer (1988) afirma que o livro de Omer Buyse, *Méthodes Américaines d'Éducation Générale et Technique* (Etablissement Litho de Charleroi, 1908) revelou a Anísio Teixeira um novo olhar sobre educação, levando-o a uma revisão suas concepções filosóficas e pedagógicas. Anísio observou a partir de Buyse que, a forma de considerar a educação, integrada à sociedade, era o ponto de partida para a prosperidade norte-americana. Omer Buyse oferece, no seu relato, uma cuidadosa e pormenorizada observação de instituições de ensino norte-americanas. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br>>. Acesso em 10 de jan. 2021.

A partir dessa realidade, Anísio Teixeira começou a traçar o seu plano de trabalho para a educação pública no estado. Em 1924, ele expôs seu pensamento em relação à educação publicando na Revista do Ensino o artigo intitulado “A propósito da ‘Escola Única’¹³²”. Nele, Teixeira combateu esse tipo de escola, falou ainda sobre o isolamento da escola primária, sobre a necessidade de acesso amplo da população à educação e sobre os caminhos do ensino secundário na Bahia.

Possivelmente, essa foi a primeira vez que o executivo estadual se preocupou de fato em traçar um plano amplo de ações voltadas para a educação cujo foco era o ensino primário e a formação de professores de forma descentralizada.

Anísio Teixeira propunha, como diferencial e como inovação para a administração de Góes Calmon, a ideia do acesso em massa da população à educação, suggestionando, assim, a resolução de um dos principais problemas do país e do estado. Para tanto, ele sugeriu a disseminação de escolas primárias públicas por todo o território de modo a possibilitar o acesso.

O jornal A Penna acompanhava as atividades de Anísio Teixeira com entusiasmo e registrou, na edição de 23 de abril de 1925, uma viagem dele por doze cidades do Recôncavo e do interior do estado para verificar a situação da instrução pública em tais localidades. As visitas lhes serviram de base para um diagnóstico e posterior intervenção pública. A pesquisa pedagógica constituiu ponto básico para suas ações. No mesmo ano, ele elaborou um relatório¹³³ sobre a educação na Bahia, cuja influência do livro de Omer Buyse já podia ser observada, e o dirigiu ao executivo estadual.

No relatório, Anísio Teixeira chama a atenção do governador para o problema educacional no país como um todo, destacando algumas iniciativas de intervenção de outros estados. Ele fez uma análise detalhada das maiores necessidades da Bahia no que diz respeito à educação, traçou bem o perfil do analfabetismo no estado, além de mostrar os principais problemas das leis educacionais em vigor, ele também apontou o tamanho do investimento econômico necessário para intervir na instrução pública, combater o analfabetismo e o retorno social que essa ação poderia gerar. Ao falar da educação, Anísio Teixeira não se restringia à alfabetização, ao letramento; para ele, a educação estava extremamente ligada à construção da sociedade e da nação.

¹³² O artigo está no anexo L.

¹³³ O relatório está no anexo M.

O governador, por sua vez, apresentou alguns pontos do dito relatório na Assembleia Legislativa do estado:

1925 – Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco de Góes Calmon, governador do Estado, à Assembléia Geral Legislativa por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 18ª legislatura, em 07 de abril de 1925. Bahia, 1925, p. 292

Transcreve os capítulos principais do relatório apresentado pelo Inspetor Geral do Ensino Anísio Spínola Teixeira, os quais destacam: o problema do ensino na Bahia, estudando seus aspectos e defendendo as soluções apontadas na reforma apresentada (depois Lei n. 1846); estado do serviço escolar, informando sobre a situação material do ensino; as condições pedagógicas e as modificações que estavam aparecendo com as suas providências; e o movimento geral do professorado, com a relação dos professores existentes. Apresenta quadros e um organograma da instrução pública na Bahia (p. 54-96, 97, 99-100, 186-188 - IHGB in TAVARES, 2001, p.71).

De acordo com o documento, pela primeira vez, o governo, representado pela Inspeção de Ensino, realizou um estudo aprofundado e detalhado sobre os problemas educacionais da Bahia, apresentando-os por meio de relatório juntamente com soluções possíveis e exequíveis mediante reforma no regulamento da Instrução Pública no estado.

A Reforma da Instrução Pública do Estado da Bahia foi proposta em 1925 e se transformou na Lei 1.846 sancionada pelo governador Góes Calmon em 14 de agosto, seguida pelo Decreto n. 4.218 de 30 de dezembro do mesmo ano que aprovou o Regulamento do Ensino Primário e Normal.

Tal lei tinha sentido renovador da educação, vislumbrando uma aliança entre educação e progresso social. Ela definia a política educacional do governo em relação à administração do ensino primário, defendia o ensino público laico (já consagrado na Constituição de 1891) e gratuito, previa a parceria entre estado e município, descentralizando, assim, a responsabilidade sobre a instrução pública, também deliberava sobre o financiamento, gratuidade e obrigatoriedade da educação.

A descentralização foi uma das marcas da reforma. O documento adotou o sistema de Inspeções Regionais para acompanhar e fiscalizar o andamento das escolas públicas de cada localidade, criou ainda os Conselhos Escolares dos Municípios, responsáveis por estimular o desenvolvimento do ensino e também fiscalizá-lo. Em uma sessão específica, tratou sobre o provimento de professores e funcionários do setor administrativo, discriminando as várias categorias e classes, bem como seus direitos, deveres e vencimentos.

O regulamento ainda versava sobre a organização pedagógica das escolas primárias divididas em categorias que abrangiam escolas infantis, elementares e primárias superiores. Além disso, contemplava assuntos como matrícula e frequência, deveres dos alunos, festas e comemorações, exames e promoções. Esses são alguns, entre muitos outros assuntos, tratados e deliberados no documento elaborado por Anísio Teixeira.

De acordo com Rocha (2014), a concepção de Anísio Teixeira sobre educação era moderna, versava sobre o fato de a escola pública dever ser universal, nova e progressiva, preparada para abranger uma civilização em permanente mudança, envolvendo também seus aspectos culturais. Em sua gestão, ele quase dobrou o percentual do orçamento do estado para a educação e triplicou o número de matrículas oferecidas.

Nesse contexto, por meio da Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, ele recriou e, em 1926, reabriu em Caetité a Escola Normal, fechada desde 1903.

4.2 Reabertura da Escola Normal e escolas anexas em Caetité

A reabertura da Escola Normal e escolas anexas recolocou a cidade no rol das que formavam professores no Estado da Bahia, isso também representou a continuidade e o fortalecimento da tradição de Caetité no que se refere à educação e à presença de instituições escolares públicas.

O fato refletia a posição de Anísio Teixeira em relação à descentralização da formação de professores que daria subsídio à existência de novas escolas primárias no interior do estado e demonstrava a influência política de sua família no governo Góes Calmon. As fontes dão indícios de que a preparação para a reabertura começou no final de 1925, mas somente no início de 1926 ações concretas foram verificadas.

Em 04 de fevereiro de 1926, o jornal A Penna publicou matéria contendo informações sobre a instrução em Caetité, inclusive sobre os investimentos do governo do estado para a reabertura da Escola Normal:

A Eschola Normal de Caeteté uma realidade. Escolas elementares e complementares. A instrução publica vai ser um fato na Bahia e, especialmente no sertão, onde ela se acha descurada a muitos anos. Bahia, 29 – A Penna – O governo abriu crédito para despesas com a execução da lei do ensino que não foram previstas na Lei Orçamentária. Para a Escola de Caiteté, abriu-se os seguintes créditos: pessoal docente do curso

normal 47.000.\$000, pessoal docente do curso fundamental 12.000\$000, pessoal docente dos grupos escolares anexos 19.990\$000, aquisição do prédio, 100.000\$000, montagem e instalação e custeio 70.000\$000. Devem ir assistir a inauguração da Escola Normal daí o Dr. Anísio Teixeira, Diretor Geral do Ensino e o Dr. Alfredo Magalhães, chefe da sessão do Ensino Normal (JORNAL A PENNA, 04/02/1926, p. 01).

O crédito já estava pronto para ser executado com pagamento dos professores e com a manutenção do prédio. Chama atenção a existência de pessoal docente pronto para atuar no curso normal, no curso fundamental e nos grupos escolares anexos, atentando-nos para o fato de que a escola seria reaberta com o quadro completo de cursos, além dos grupos anexos que também era uma exigência do regulamento.

A presença do diretor e do chefe da Sessão de Ensino Normal tinha um significado para aquele momento. Anísio Teixeira voltava à sua terra natal no cargo mais importante da educação estadual para “devolver” à cidade a escola fechada pelos opositores políticos da sua família, tornando este um ato político. A matéria segue relembrando aos seus leitores exatamente o fato ocorrido em 1903 e as consequências do ato do governador:

Nota – Vai realizar-se uma das maiores aspirações do povo sertanejo com a reinstalação da nossa Escola Normal, que já tendo prestado serviços entre nós por espaço de cerca de sete anos foi inospitadamente supressa por um ato do Dr. Governador em 1903, acto que não se justificava e que tomou por pretexto a escassa matrícula [...] O que sucedeu? As escolas elementares do sertão não mais foram providas de professores [...] hoje porém acha-se convencido o Dr. Góes Calmon que o início prompto de combater o analfabetismo que por essas duas gerações vem avolumando entre nós como uma tremenda ameaça de estabelecer-se [...] (JORNAL A PENNA, 04/02/1926, p. 01).

Os editores retomam uma discussão já apresentada em torno da justificativa governamental para a paralisação da Escola Normal de Caetité e sugerem que a consequência do ato foi a carência de professores locais em detrimento daqueles que vinham de outras localidades, mas que não se adaptavam ou não tinham interesse de permanecer em terras sertanejas, tornando o ensino público muito escasso e o analfabetismo uma realidade muito dura entre a população do Sertão.

[...] Só por meio de escolas podemos constar um futuro com professores que nascidos entre nós conhecem do nosso meio, das nossas condições de vida, [...] preferirão exercer a nobre digna profissão de habilitar inteligências nessas altas regiões e submeter a viver em meio a que já estão acostumados. As famílias da mais humilde e à de mais modestos recursos poderá aproveitar mais facilmente a inteligência e a vocação dos seus filhos [...]. Quando por ventura um professor ou professora diplomada não queira exercer a profissão para qual se preparou, será um ótimo pai ou mãe de

família que muito concorrerá para a formação de famílias honestas que serão as componentes do meio social porque a família é a essência mater da sociedade, é a mesma sociedade em miniatura (JORNAL A PENNA, 04/02/1926, p. 01).

A matéria deposita, na formação de professores da própria terra, a esperança de melhorias para a educação local, bem como para sua universalização em que “as famílias da mais humilde à de mais modestos recursos” tivessem a oportunidade de educar seus filhos “aproveitando sua inteligência ou vocação”. Esta, infelizmente, não era uma realidade de muitas famílias sertanejas desprovidas de recursos, sobrando-lhes apenas, quando muito, a alfabetização dos filhos e, muito mais raramente, das filhas.

O texto ainda dá ênfase para a formação educacional mesmo daqueles que não tinham interesse de exercer o magistério, cabendo-lhe o exercício digno da vida em sociedade e em família, o que nos faz lembrar de muitos homens que se formavam, mas que se dedicavam a outras ocupações, e, principalmente, de muitas mulheres que também chegavam a se formar, mas que, ao deixar a tutela dos pais e passar à dos maridos, ocupavam-se apenas com a educação dos próprios filhos.

[...] Preparem-se pois todos os sertanejos baianos dessa rica e opulenta zona para receberem condignamente o grande benefício que o magnânimo Dr Góes Calmon nos dispensa e concorrente para uma frequente matrícula nas escolas normais e elementares que em breve vão ser instituídas entre nós com a certeza de que agora a cultura intelectual terão permanência. Ao Dr. Anísio Teixeira o jovem e progressista Director de Ensino devemos ser muito gratos pelo muito que tem colaborado para a realização desses melhoramentos esperando que será sempre um defensor dos interesses sertanejos contamos com seu talento, honestidade e laboriosidade com a confiança do Dr. Governador e com todos os colocados a frente da política bahiana (JORNAL A PENNA, 04/02/1926, p. 01).

O último trecho da matéria nos parece uma convocação da população para valorizar e usufruir do “grande benefício” que era o conjunto de escolas que deveria ser aberto e continuado. Diferentemente de outros tempos, havia no governo um sertanejo que certamente asseguraria isso.

Nessas palavras, vemos indícios do papel político que foi atribuído a Anísio Teixeira de “defensor dos interesses sertanejos” junto ao governador e aos outros que estavam à frente da política baiana. Ao mesmo tempo, percebe-se também um pouco das ideias progressistas do jovem diretor quando se fala em universalização do ensino, organização e estruturação das instituições educativas nos seus devidos contextos. Pela primeira vez, ouvimos falar sobre a

existência de grupos escolares na cidade, eles seriam anexos à Escola Normal e, juntamente com o curso elementar, formava um conjunto estruturado de educação na cidade.

Aos poucos, nos primeiros meses de 1926, tudo foi sendo organizado para a reabertura da escola. Em 11 de março, a primeira matéria do A Penna foi a convocação para as matrículas.

ESCHOLA NORMAL

Inscrições para matrícula

Os pretendentes não percam tempo.

A inscrição está aberta.

O Inspetor Regional recebeu o seguinte telegrama para o qual chamamos atenção das mocinhas e mancebos que se queiram matricular no primeiro anno da Eschola Normal. Delle verão também os paes de família que os cursos do ensino elementar infantil vão ser abertos e que a inscrição para a matrícula das creanças deve ser feita dentro do mesmo prazo (JORNAL A PENNA, 11/03/1926, p. 01).

Como se vê, nas primeiras semanas do mês de março, a matrícula foi aberta para todos os cursos oferecidos: elementar infantil, complementar e normal. Diferentemente da escola de 1898, a reaberta era mista, admitindo moças e rapazes por meio exames. Nessa mesma nota assinada por João Gumes, o editor reafirma a disponibilidade da matrícula nos cursos oferecidos, reforçando para os leitores a ideia de ser “muito conveniente” frequentá-los.

Na mesma página, o A Penna publicou um telegrama recebido, contendo as nomeações de professores e funcionários para a escola:

TELEGRAMMAS

Nomeações para a Escola Normal

Outras nomeações

Bahia, 10 – A Penna, para a Eschola Normal d’ahi foi nomeado para o corpo docente e administrativo: Antônio Neves, secretário, Anna Rita dos Santos Gomes, analista, Jacinta Borba Silva, Julinda Cardoso censoras, Angélica Públio Bispo e Izolina Emília Silva zeladoras, João Lacerda porteiro, Joaquim Manoel Domingues censor. Corpo docente do primeiro ano da Escola Normal: Professor Alfredo José da Silva, Portuguez. Cirurgião dentista: Francisco Joaquim Bastos: Francez. Professora Helena Lima: Geografia. Professora Zelinda Teixeira Rodrigues Lima: Prendas. Maria Constança Paranhos Cardoso: Dezenho e Caligrafia. Curso Complementar: Professora Maria Celina Teixeira Rodrigues Lima, Geografia e História, Professora Dulce da silva Araujo: Portuguez, Ciências Naturaes e Matemática. Grupo da Escola Anexa os professores Salvador Passos: Eschola Elementar Masculina, Professora Maria José da Silva: Eschola Feminina, Professor Antônio Sant’Anna Pereira: adjunto da Escola Masculina. Com excessão desta última nomeação, todas para o corpo

docente são interinas. Ainda não foi nomeado o professor de matemática. Foi designado o professor em disponibilidade Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior para reger a cadeira de História do Brasil ao primeiro ano normal. Foi nomeada a professora Alice Moreira da Cunha professora adjunta da Eschola Elementar Feminina desta cidade (JORNAL A PENNA, 11/03/1926, p. 01).

O quadro de pessoal foi então apresentado, chamando atenção nomes conhecidos da educação caetiteense, como Lima Júnior, que já havia sido citado em bancas examinadoras e como intendente municipal. Outros, porém, são novos, como Alfredo José da Silva e Helena Lima Santos, que fizeram parte do quadro por muitos anos e, também por outros motivos¹³⁴, ainda hoje são muito conhecidos entre os caetiteenses. Para além dos professores da Escola Normal, também foram nomeados docentes para as escolas complementar e elementar, masculina e feminina. Isso nos leva a redesenhar o cenário escolar caetiteense daquele momento.

Ainda nos chama atenção o fato de os cargos terem sido ocupados de forma interina por meio de nomeações feitas pelo diretor de Instrução (sem concurso), como previa o Regulamento do Ensino, Cap. II, art. 563, podendo tal processo ter ocorrido depois. Diante disso, observamos que, apesar de suas ideias progressistas e democráticas, a estrutura burocrática de contratações ainda levou algum tempo para se adaptar às novas regras.

Na edição em questão do jornal, foi publicada uma pequena nota sobre a desapropriação do prédio onde havia funcionado o Instituto São Luiz Gonzaga para a abertura da Escola Normal. A construção havia sido muito melhorada no tempo dos jesuítas e

¹³⁴ Alfredo José da Silva nasceu em Baixão de Nossa Senhora d'Ajuda, em Santo Amaro da Purificação, filho de D. Maria Afra da Costa. Vindo morar em Caetité, como professor da recém-criada Escola Normal, em 1926. Foi nomeado através do decreto de 10 de março de 1926, lente catedrático interino de língua portuguesa da Escola Normal de Caetité. E, através do decreto de 19 de março de 1930, foi nomeado diretor, também, dessa Escola, exercendo esse cargo até 12 de novembro de 1935, quando foi exonerado a pedido. O professor Alfredo foi, também, diretor do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT). Foi prefeito da cidade, por dois anos (1947 e 1948). Foi um intelectual de primeira, que organizou uma biblioteca volumosa, particular, rica e eclética, à qual dedicava todo o seu tempo lendo e zelando. O professor Alfredo faleceu em Caetité no dia 7 de outubro de 1985.

Helena Lima Santos Filha de Manuel Pedro de Lima e de Leonídia Maria de Lima, era irmã do Primeiro-ministro do Brasil Hermes Lima. Desde criança foi estudar na cidade de Caetité onde, mais tarde, voltaria como professora da Escola Normal, nomeada pelo professor Anísio Teixeira (1926) e depois Diretora. Já nos anos 1950 publica artigos e folhetos sobre a história local que, em 1976 resultam no livro "Caetité, "Pequenina e Ilustre"", reeditado vinte anos depois, pela Gráfica e Editora Tribuna do Sertão, de seu filho, Maurício Lima Santos, em Brumado. Em Caetité a professora Helena desempenhou importante papel na vida sócio cultural, especialmente junto à Associação das Senhoras de Caridade e no Clube da Amizade. Disponível em: <academiacaetiteense.fandom.com/>. Acesso em 24 dez. 2020.

possivelmente acomodaria as necessidades da escola com salas, salões, gabinetes, entre outros.

Em 01 de abril, outra nota sobre as nomeações da escola foi publicada pelo A Penna:

TELEGRAMMAS

Do correspondente de A Penna na Bahia

Bahia, 25 – A Penna – Foi nomeado interinamente para reger a cadeira de Educação Phisica da Eschola Normal d’ahi o Professor Antônio Sant’Anna Pereira, sendo declarada sem efeito, sua nomeação para adjunto da cadeira elementar. O Director de Ensino designou as seguintes bancas examinadoras para a Eschola d’ahi: para admissão no curso complementar o Mons. Luiz Bastos presidente; Beatriz Rodrigues Lima Hoffman e Maria Celina Teixeira Rodrigues Lima examinadoras; para admissão no primeiro anno do curso normal, Deoclecio Silva presidente; Eng. Jaime Teixeira e prof. Helena Lima examinadores (JORNAL A PENNA, 01/04/1926, p. 01).

De posse dessas informações, constatamos que a estrutura para o funcionamento da escola estava pronta. As bancas examinadoras para os cursos complementar e normal estavam montadas. O diretor de Instrução parece ter supervisionado o processo e informou ao A Penna sobre ele por meio de telegramas. As bancas examinadoras eram parte das escolas públicas no período, eram muito usadas na admissão de alunos e também na avaliação final do ano letivo, representavam a “garantia” do aprendizado escolar e o avanço nos estudos.

Em 08 de abril, o jornal destaca na primeira página vários assuntos, mas todos interligados. Foi publicada uma homenagem a Anísio Teixeira, uma notícia relacionada aos preparativos para a reabertura da escola e outra sobre os “brilhantes resultados da administração do governador Góes Calmon”.

Figura 28: A Penna, 08 de abril de 1926

A REPUBLICA

Organ dos Interesses Comunitarios, Agrarios e Civildades do Alto Sertão

GERENTE—JOÃO GUMES

PROPRIETARIOS—GUMES & FILHOS

RNNO XV — ASSIGNATURA POR ANNO—123000 — BAHA — COLÓC. 8 de Abril de 1926 — BRASIL — APEDIÇOS 2200 POR LINHA — NUMERO 373

Tristes d'aquelles que se levantam contra a concordia e a paz. No seu pensar fazem mal a outros, mas em realidade fazem mal a si, porque a causa do bem do Jasio e a causa de Deus.

DR. ANISIO S. TEIXEIRA



Exmo. Sr. Dr. Anísio Spilina Teles. Sr. D. Dr. Anísio S. Teixeira

Seu favor, e como homenagem merecidíssima, aqui achta estampa-mos o retrato do nosso jovem e ilustre conferencista Dr. Anísio Spilina Teles, digno Director do Centro do Estado da Bahia.

Com moral, para enfim, a nossa felicidade colectiva. Não vai em nossas palavras honra nem interesse pessoal, a não ser a honra e o interesse de todos os que se interessam por esta causa. Não vai em nossas palavras honra nem interesse pessoal, a não ser a honra e o interesse de todos os que se interessam por esta causa.

Escola Normal

Fim de Instalar-se a Escola Normal desta Cidade com todos os seus anexos, chegam da Bahia no dia 4 de Exmo. Sr. Dr. Anísio Spilina Teles, Director Geral do Estado e Sr. Dr. Edgar da Silva como Director em comissão da Escola.

O nosso jovem conferencista Dr. Anísio Teles, activo e zeloso, trata de pôr tudo em ordem e vai deixar ali instalado o centro de estudos, para que todos os que se interessam por esta causa possam usufruir dos seus serviços.

Juizo de Direito da Comarca

Instaurada em 29 de Junho de 1924, a Juizaria do Estado da Bahia, no dia 4 de Exmo. Sr. Dr. Anísio Spilina Teles, Director Geral do Estado e Sr. Dr. Edgar da Silva como Director em comissão da Escola.

CACULÉ

Felicitamos por uma avança que conseguiu um interessante trabalho de investigação e de experimentação, o Sr. Dr. Anísio Spilina Teles, Director do Centro do Estado da Bahia.

DESCARCOADORES DE ALGODÃO. Temos de 18 serras, manual ou a motor, de 20 serras, e motor, exigindo respectivamente a força de 3, 7 e 8 HP, com produção de 25, 120 e 160 arrobas por dia, respectivamente. Pequeno catalogo e detalhes a...

BRILHANTES RESULTADOS DA ADMINISTRAÇÃO DO DR. GÓES CALMON

Alma inclita na Capital do Estado, em princípios de Setembro, ao serviço exclusivo do Exmo. Sr. Dr. Governador, para que se realizasse a reforma da administração municipal, para que se realizasse a reforma da administração municipal, para que se realizasse a reforma da administração municipal.

Table with columns: TITULOS DO RAZÃO, Em 20 Março 1924, Em 31 Dez. 1924, Em 31 Dez. 1925. Rows include Divida externa, Divida interna, Divida Flutuante, Banco do Brasil, Banco da Bahia, Banco de Pernambuco, etc.

Contadoria Central do Estado da Bahia. 15 de Março de 1926. João Urcelino Figueiredo, Contador Central.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetitê

As notícias citadas se complementam. Uma homenagem a Anísio Teixeira naquela circunstância, para o jornal, era justa. O homenageado era um caetiteense importante, diretor da Instrução Pública, culto, zeloso para com o progresso da cidade, advindo de família com os mesmos princípios. Logo abaixo, um dos motivos aparentes da homenagem feita aparece: os

esforços empenhados por Anísio para a reabertura da Escola Normal, que chegou a Caetité acompanhado do diretor nomeado para a instituição. A data para a inauguração já estava marcada e o prédio passava pelos últimos preparativos para o referido ato.

Esses dois fatos estavam ligados à administração do governador Góes Calmon que vinha apresentando, de acordo com o jornal, “brilhantes resultados” verificados através da saúde financeira do estado.

No nosso entendimento, esse trio de reportagens publicadas marca a posição do jornal em relação ao governo e a suas ações na cidade e dão destaque à figura de Anísio Teixeira, representando a posição política da sua família.

Para além desse conjunto de notícias e nessa conjuntura política, merece destaque a nota sobre a Escola Normal:

Eschola Normal

Afim de instalarem a Eschola Normal desta cidade com todas as aulas anexas, chegaram da Bahia no dia 4 o Exmo. Dr. Anísio Spínola Teixeira, Director Geral do Ensino e o Sr. Dr. Edgard da Silva Travassos Pitangueira que vem como Director em comissão da eschola. A inauguração da Eschola dar-se-a quarta feira 22 do corrente como estamos informando já se estando em movimento no edifficio pondo em ordem as mobílias e fazendo-se uma limpeza ligeira que o prédio está bem conservado. É o maior edifficio conhecido nestes sertões, de tal vastidão que comporta todas as aulas, que infantil, elementares e complementares, secretaria, biblioteca, vasto salão para reunião da agremiação, uma capela com todas as dependências, pátio para o recreio, jardim, etc, de modo que accomoda folgadoamente todos os serviços, ainda sobrando espaço. Além disso o mobiliário deixado pelos padres jesuítas, que chegaram a ter ali acomodados mais de noventa internos, dez padres, diversos leigos e serventes havendo sobra de commodos são de grande valor

O nosso jovem conterrâneo ilustre Dr. Anísio Teixeira [...] trata de por tudo em ordem e vae deixar ali instalados todos os serviços de instrucção, inclusive o jardim da infância para o qual já se acham arroladas muitas criancinhas. No futuro número daremos minuctosa notícia do que ocorrer (JORNAL A PENNA, 08/04/1926, p. 01).

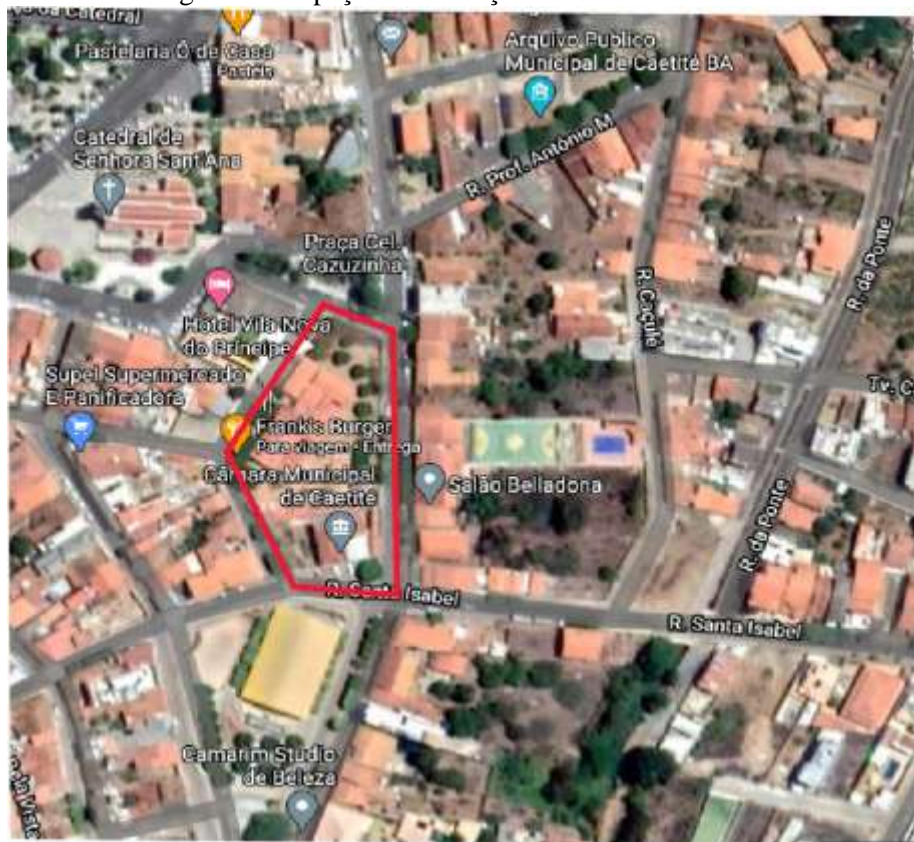
O jornal A Penna esclarece o andamento dos preparativos para instalação da escola, especifica a data em que ocorrerá, além de detalhar as condições físicas do prédio anteriormente ocupado pelos jesuítas, reportando-nos a todos os investimentos em melhorias e adaptações feitas por eles para comportar os internos, os padres e demais trabalhadores do Instituto São Luiz, apresentadas no segundo capítulo.

Acerca disso, ainda restam incertezas sobre os motivos que os teriam levado a fazer tantos investimentos e pouco mais de uma década depois se retirarem da cidade, abrindo mão de tudo o que havia sido conseguido, até mesmo da mobília e da capela.

As cartas dos padres do São Luiz relataram a ampliação do prédio com salas de estudo, dormitório e refeitório. Em pouco tempo, o estado não teria tido condição de fazer tudo isso para reativar a Escola Normal, por isso entendemos que essa construção corresponde ao que foi deixado pelos jesuítas sem muitas modificações.

Pela descrição anterior dos padres e também de acordo com o jornal, em 1926, a Escola Normal recebeu um prédio muito amplo e conservado. Ao analisar esse espaço atualmente, mesmo sem uma parte das estruturas originais, observamos uma área de mais de 3.000 metros quadrados que dizia respeito a um quarteirão inteiro localizado no centro da cidade, entre a Praça da Matriz e o Mercado Público Municipal. Esse espaço nos dias hodiernos é ocupado por uma escola municipal e pela Câmara Municipal de Vereadores.

Figura 29: Espaço e localização da Escola Normal de Caetité



Fonte: Imagem de satélite disponível no Google Maps

Ainda sobre a estrutura física, as considerações de Louro (2004) esclarecem:

As Escolas Normais, plantadas inicialmente nas principais cidades do país buscam desde suas fachadas, frequentemente solenes, indicar a todas as pessoas que por ali passam que são distintos dos demais prédios, que tem um objetivo especial. Seu espaço interno tem também uma organização plena de significados, seus corredores e salas, a capela ou o crucifixo, as bandeiras e os retratos das autoridades [...] estão afirmando ou ocultando saberes, apontando valores e exemplos, sugerindo destinos (LOURO, 2004, p. 455).

A sequência de fotografia a seguir, sem data específica, converge com os comentários de Louro (2004) quanto à imponência da estrutura física do prédio escolar.

Figura 30: Fachada externa da Escola Normal de Caetité, s/d



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Figura 31: Jardins internos da Escola Normal de Caetité, s/d



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Figura 32: Salas e Gabinete Dentário da Escola Normal de Caetité, s/d



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

As fotografias, ainda que sem uma data exata, revelam um pouco da estrutura e das dependências do prédio adquirido pelo estado para sediar a Escola Normal. Era um conjunto arquitetônico condizente com o que ela representava para a cidade.

Entretanto, para além das grossas paredes, do largo portão de entrada, das imensas janelas e dos beirais decorados, a imponência não se restringia à fachada, aos jardins, às salas e aos gabinetes existentes, mas ao conjunto formado pela estrutura física, pelos valores e pelo conhecimento a ser adquirido ali. Havia uma grande expectativa em torno do seu funcionamento e maior ainda em torno dos resultados. A instituição era genuinamente um “lugar importante” e muito respeitado pelos frequentadores ou não daquele espaço.

Voltando à última parte da nota do jornal, não podemos deixar de falar sobre a implantação do jardim de infância, outra inovação educacional para Caetité. Ao longo da documentação estudada, não se tinha visto falar sobre esse segmento de ensino nas instituições de educação públicas da cidade, dando a entender que ele não existia. Por algum tempo, o segmento pode ter sido contemplado pela Escola Americana, mas, na falta de documentos específicos sobre o assunto, não tivemos a condição de estudá-lo melhor.

Depois de todos os itens apresentados devidamente preparados, a Escola Normal foi reaberta em 21 de abril de 1926 por meio de uma sessão solene registrada na íntegra e publicada na primeira página da edição do jornal A Penna de 29 de abril.

Figura 33: A Penna, 29 de abril de 1926, p. 01

A PENA

Órgão dos interesses comunitários, agrícolas e civis das cidades do Alto Nordeste

GERENTE—JOÃO GOMES

PROPRIETARIOS—GOMES & FILHOS

Imprensa em machina rotativa Marzani

ANO XV

ASSISTENTE POR ANNO—123000

BAHIA — CAHETE, 29 de Abril de 1926 — BRASIL

APRECIDOS 2200 POR LINHA

NUMERO 374

ESCHOLA NORMAL DE CAHETE

SUA SOLEMNE INAUGURAÇÃO

No dia 21 do corrente mez assistiu esta Cidade com o maior regozijo a solemne inauguração da nossa Eschola Normal. Uma das mais ardentes aspirações da nossa sociedade, era a volla desse estabelecimento de instrução que, havendo sido, ainda incipiente, mas promettedor, já produziu resultados benéficos em favor da instrução da vasta região alto-nordestina. —foi festejada por um simpes decreto do Dr. Severiano Vieira em um momento de enfado politico contra a nossa cidade, a pretexto de que não havia numero de alumnos que compensasse a enorme despesa de quarenta contos de reis annuaes.

Si é certo que era pequeno o numero de candidatas a nome professoras de ensinar, como elegamos a conceder, uma justa razão existia para que assim succedesse. E' que, logo após a inauguração da antiga Eschola, começou o zunzum dos pessimistas e dos malfezentes, que pouco se importam jána progressão intelectual n'esta região malimada, a propagação da ideia de que o nosso Instituto não perduraria, que de tudo para outro seria fecho; e que, desde não resultariam as vantagens esperadas que o professorado era incompetente e que nada das falsas apreciações desses que esperam despojar o fructo alheio da flor, o german antes da fructificação.

D'ahi a desconfiança que lavrou no seio do nosso povo, o seu retraimento e, até, uma certa má vontade contra aquelle centro de instrução que, estamos certos, teria progredido e concorrido para que a instrução se difundisse na população deses alto-nordestes. Professores fomos em copia e compuzemos na Capital do Estado; mas qual delles se abaloiaria a penetrar estes ignorados rincões tão cumalhões de gente, com a sua cultura e com a palavra o Inalenois Ciriaco-gio-Denis Hibelmont Baptista, que leu um bom esboço do curso, sendo antes muito conhecido.

Encerrado a sessão, foi franqueado o edificio á visita de todos os presentes, que se espalharam por todos os recantos d'elle no maior regozijo e facilidade. Durante a sollemnidade a philarmonia executava, a linter-valios, eschollidos lachos não havia a menor hesitação de desfillo que depois se levantou contra nós e o antipathetismo era combatido insistentemente havia escholas por toda a parte.

A Eschola Normal a ser inaugurada ninguém poderá contestar com fundamento; são o meio de melhorar a situação de atraso e ignorancia desta região. Ora: o Collegio S. Luiz e o Dom Pastor, já pouco fechados por causa das exigencias do novo regulamento do ensino, e am concordados satisfactormente, apesar de ser o ensino, ali ministrado, pago pelos interessados; e vinham de todas as partes de alumnos a sua matrícula e frequência; como admittir-se que o ensino gratuito que se ministra na Eschola Normal não seja procurado por maior numero de discipulos? Si no primeiro anno o numero de matriculados é pequeno, a razão justissima é não termos sido escholas primarias e fundametas que habilitassem a nossa sociedade a receber a sua admisso; que sabemos de grande numero de candidatas á matricula que, desistindo-nos não conseguiram por impossibilidades. D'ahi concluem-se que, no futuro, a matricula de normalistas será augmentada de modo que compensará o sacrificio pecuniario do governo estadual.

O que resta é dar-se combate aos levianos que tudo malimam sem calcular os prejuizos que causamos que tudo desvirtuam tendenciosamente, por polifitico pyrrhonicos, por não serem consultados em tudo quanto se emprende e se faz; e que, em sua curfuzza de com-

trahido, trabalham pelo status quo geral em seu provelto individual.

Começou a cerimonia da inauguração por um missa solemne celebrada pelo Exmo. Monsenhor Vigarito Capitular. A huda capella construida pelos padres Jesuitas no antigo corpo do edificio edificado pelo Governo, achava-se ornamentada a capricho, enlourada e iluminada. Compareceu a huda flor da nossa modesta sociedade representada por cavalleiros e sepiotas dilaçantes, todas as autoridades, os corpos docente e discente da Eschola Normal, das complementares e complementares annexas, das demais da Cidade; os funcionarios da Insphilito, o Delegado escholar, os epistipes do antigo corpo do edificio edificado pelo Governo, e representantes de todas as classes e da imprensa daqui.

Depois do meio dia, no amplo salão destinado ás sessões da congregação, reunida a mesma numerosa assistencia grande numero de passaos do povo, tomou assento no topo da mesa o Director Geral da Insphilito, o Sr. Edgardo Pitaqueira, e o Sr. Edgardo Pitaqueira e pelo Secretario, occupando os assentos lateraes todo o professorado presente e os Insphilitos Eschollares Mons. Basilio e Professor Deodacio Silva.

Aberta a sessão, leu Dr. Anísio Teixeira, Director Geral da Insphilito, um lindo discurso que abaxio do leitor, terminando sob uma profusa chuva de palmas, não sem o tom de um trecho musical executado pela philarmonia.

Em seguida fez uma curia, mais belidissima alocução, o Dr. Edgardo Pitaqueira, seguindo-o de cont a palavra o Inalenois Ciriaco-gio-Denis Hibelmont Baptista, que leu um bom esboço do curso, sendo antes muito conhecido.

Encerrado a sessão, foi franqueado o edificio á visita de todos os presentes, que se espalharam por todos os recantos d'elle no maior regozijo e facilidade. Durante a sollemnidade a philarmonia executava, a linter-valios, eschollidos lachos não havia a menor hesitação de desfillo que depois se levantou contra nós e o antipathetismo era combatido insistentemente havia escholas por toda a parte.

A Eschola Normal a ser inaugurada ninguém poderá contestar com fundamento; são o meio de melhorar a situação de atraso e ignorancia desta região. Ora: o Collegio S. Luiz e o Dom Pastor, já pouco fechados por causa das exigencias do novo regulamento do ensino, e am concordados satisfactormente, apesar de ser o ensino, ali ministrado, pago pelos interessados; e vinham de todas as partes de alumnos a sua matrícula e frequência; como admittir-se que o ensino gratuito que se ministra na Eschola Normal não seja procurado por maior numero de discipulos? Si no primeiro anno o numero de matriculados é pequeno, a razão justissima é não termos sido escholas primarias e fundametas que habilitassem a nossa sociedade a receber a sua admisso; que sabemos de grande numero de candidatas á matricula que, desistindo-nos não conseguiram por impossibilidades. D'ahi concluem-se que, no futuro, a matricula de normalistas será augmentada de modo que compensará o sacrificio pecuniario do governo estadual.

O que resta é dar-se combate aos levianos que tudo malimam sem calcular os prejuizos que causamos que tudo desvirtuam tendenciosamente, por polifitico pyrrhonicos, por não serem consultados em tudo quanto se emprende e se faz; e que, em sua curfuzza de com-

trahido, trabalham pelo status quo geral em seu provelto individual.

Começou a cerimonia da inauguração por um missa solemne celebrada pelo Exmo. Monsenhor Vigarito Capitular. A huda capella construida pelos padres Jesuitas no antigo corpo do edificio edificado pelo Governo, achava-se ornamentada a capricho, enlourada e iluminada. Compareceu a huda flor da nossa modesta sociedade representada por cavalleiros e sepiotas dilaçantes, todas as autoridades, os corpos docente e discente da Eschola Normal, das complementares e complementares annexas, das demais da Cidade; os funcionarios da Insphilito, o Delegado escholar, os epistipes do antigo corpo do edificio edificado pelo Governo, e representantes de todas as classes e da imprensa daqui.

Depois do meio dia, no amplo salão destinado ás sessões da congregação, reunida a mesma numerosa assistencia grande numero de passaos do povo, tomou assento no topo da mesa o Director Geral da Insphilito, o Sr. Edgardo Pitaqueira, e o Sr. Edgardo Pitaqueira e pelo Secretario, occupando os assentos lateraes todo o professorado presente e os Insphilitos Eschollares Mons. Basilio e Professor Deodacio Silva.

Aberta a sessão, leu Dr. Anísio Teixeira, Director Geral da Insphilito, um lindo discurso que abaxio do leitor, terminando sob uma profusa chuva de palmas, não sem o tom de um trecho musical executado pela philarmonia.

Em seguida fez uma curia, mais belidissima alocução, o Dr. Edgardo Pitaqueira, seguindo-o de cont a palavra o Inalenois Ciriaco-gio-Denis Hibelmont Baptista, que leu um bom esboço do curso, sendo antes muito conhecido.

Encerrado a sessão, foi franqueado o edificio á visita de todos os presentes, que se espalharam por todos os recantos d'elle no maior regozijo e facilidade. Durante a sollemnidade a philarmonia executava, a linter-valios, eschollidos lachos não havia a menor hesitação de desfillo que depois se levantou contra nós e o antipathetismo era combatido insistentemente havia escholas por toda a parte.

A Eschola Normal a ser inaugurada ninguém poderá contestar com fundamento; são o meio de melhorar a situação de atraso e ignorancia desta região. Ora: o Collegio S. Luiz e o Dom Pastor, já pouco fechados por causa das exigencias do novo regulamento do ensino, e am concordados satisfactormente, apesar de ser o ensino, ali ministrado, pago pelos interessados; e vinham de todas as partes de alumnos a sua matrícula e frequência; como admittir-se que o ensino gratuito que se ministra na Eschola Normal não seja procurado por maior numero de discipulos? Si no primeiro anno o numero de matriculados é pequeno, a razão justissima é não termos sido escholas primarias e fundametas que habilitassem a nossa sociedade a receber a sua admisso; que sabemos de grande numero de candidatas á matricula que, desistindo-nos não conseguiram por impossibilidades. D'ahi concluem-se que, no futuro, a matricula de normalistas será augmentada de modo que compensará o sacrificio pecuniario do governo estadual.

O que resta é dar-se combate aos levianos que tudo malimam sem calcular os prejuizos que causamos que tudo desvirtuam tendenciosamente, por polifitico pyrrhonicos, por não serem consultados em tudo quanto se emprende e se faz; e que, em sua curfuzza de com-

trahido, trabalham pelo status quo geral em seu provelto individual.

Começou a cerimonia da inauguração por um missa solemne celebrada pelo Exmo. Monsenhor Vigarito Capitular. A huda capella construida pelos padres Jesuitas no antigo corpo do edificio edificado pelo Governo, achava-se ornamentada a capricho, enlourada e iluminada. Compareceu a huda flor da nossa modesta sociedade representada por cavalleiros e sepiotas dilaçantes, todas as autoridades, os corpos docente e discente da Eschola Normal, das complementares e complementares annexas, das demais da Cidade; os funcionarios da Insphilito, o Delegado escholar, os epistipes do antigo corpo do edificio edificado pelo Governo, e representantes de todas as classes e da imprensa daqui.

Depois do meio dia, no amplo salão destinado ás sessões da congregação, reunida a mesma numerosa assistencia grande numero de passaos do povo, tomou assento no topo da mesa o Director Geral da Insphilito, o Sr. Edgardo Pitaqueira, e o Sr. Edgardo Pitaqueira e pelo Secretario, occupando os assentos lateraes todo o professorado presente e os Insphilitos Eschollares Mons. Basilio e Professor Deodacio Silva.

Aberta a sessão, leu Dr. Anísio Teixeira, Director Geral da Insphilito, um lindo discurso que abaxio do leitor, terminando sob uma profusa chuva de palmas, não sem o tom de um trecho musical executado pela philarmonia.

Em seguida fez uma curia, mais belidissima alocução, o Dr. Edgardo Pitaqueira, seguindo-o de cont a palavra o Inalenois Ciriaco-gio-Denis Hibelmont Baptista, que leu um bom esboço do curso, sendo antes muito conhecido.

Encerrado a sessão, foi franqueado o edificio á visita de todos os presentes, que se espalharam por todos os recantos d'elle no maior regozijo e facilidade. Durante a sollemnidade a philarmonia executava, a linter-valios, eschollidos lachos não havia a menor hesitação de desfillo que depois se levantou contra nós e o antipathetismo era combatido insistentemente havia escholas por toda a parte.

A Eschola Normal a ser inaugurada ninguém poderá contestar com fundamento; são o meio de melhorar a situação de atraso e ignorancia desta região. Ora: o Collegio S. Luiz e o Dom Pastor, já pouco fechados por causa das exigencias do novo regulamento do ensino, e am concordados satisfactormente, apesar de ser o ensino, ali ministrado, pago pelos interessados; e vinham de todas as partes de alumnos a sua matrícula e frequência; como admittir-se que o ensino gratuito que se ministra na Eschola Normal não seja procurado por maior numero de discipulos? Si no primeiro anno o numero de matriculados é pequeno, a razão justissima é não termos sido escholas primarias e fundametas que habilitassem a nossa sociedade a receber a sua admisso; que sabemos de grande numero de candidatas á matricula que, desistindo-nos não conseguiram por impossibilidades. D'ahi concluem-se que, no futuro, a matricula de normalistas será augmentada de modo que compensará o sacrificio pecuniario do governo estadual.

O que resta é dar-se combate aos levianos que tudo malimam sem calcular os prejuizos que causamos que tudo desvirtuam tendenciosamente, por polifitico pyrrhonicos, por não serem consultados em tudo quanto se emprende e se faz; e que, em sua curfuzza de com-

Na escola a criança adquire educação, conforto e vigor, criando em torno de si uma atmosfera san de benevolencia e affetto, fortalecendo o corpo e o espirito num desenvolvimento harmonico de vontades, no sentimento de independencia e responsabilidade pessoal, sem detrimento das qualidades individuais.

MOENDAS PARA USINAS

Tipos "Bahia", "Camplata" e "Brasil" para canna. O primeiro com 3 cylinders, o segundo com 5 e o terceiro com 8, dots dos quaes são quebradores. Capacidade até 100 toneladas. PEGAM CATALOGOS ILUSTRADOS E INFORMACOES A Martins Barros & Cia. Ltda. Rua Friburgo de Alencar, 23 - Caixa, 6 - S. Paulo

na escola a criança adquire educação, conforto e vigor, criando em torno de si uma atmosfera san de benevolencia e affetto, fortalecendo o corpo e o espirito num desenvolvimento harmonico de vontades, no sentimento de independencia e responsabilidade pessoal, sem detrimento das qualidades individuais.

MOENDAS PARA USINAS

Tipos "Bahia", "Camplata" e "Brasil" para canna. O primeiro com 3 cylinders, o segundo com 5 e o terceiro com 8, dots dos quaes são quebradores. Capacidade até 100 toneladas. PEGAM CATALOGOS ILUSTRADOS E INFORMACOES A Martins Barros & Cia. Ltda. Rua Friburgo de Alencar, 23 - Caixa, 6 - S. Paulo

na escola a criança adquire educação, conforto e vigor, criando em torno de si uma atmosfera san de benevolencia e affetto, fortalecendo o corpo e o espirito num desenvolvimento harmonico de vontades, no sentimento de independencia e responsabilidade pessoal, sem detrimento das qualidades individuais.

MOENDAS PARA USINAS

Tipos "Bahia", "Camplata" e "Brasil" para canna. O primeiro com 3 cylinders, o segundo com 5 e o terceiro com 8, dots dos quaes são quebradores. Capacidade até 100 toneladas. PEGAM CATALOGOS ILUSTRADOS E INFORMACOES A Martins Barros & Cia. Ltda. Rua Friburgo de Alencar, 23 - Caixa, 6 - S. Paulo

Antes de falar especificamente do ato ocorrido, o A Penna, mais uma vez, retoma o fechamento da Escola em 1903, analisando as justificativas apontadas para tal e o resultado negativo que o fato causou à população sertaneja que viu crescer o analfabetismo na região.

Depois disso, os autores da matéria descreveram com detalhes¹³⁵ os atos ocorridos durante a solenidade, as autoridades presentes e o discurso proferido pela maior delas naquele momento, Anísio Teixeira. Trouxemos a página do A Penna que discorre sobre o evento, mas como a parte do discurso está praticamente ilegível, optamos por transcrever alguns trechos, como se verifica a seguir, e deixá-lo, na íntegra, no anexo N deste trabalho.

Discurso pronunciado pelo Dr. Anísio Teixeira:

Minhas senhoras

Meus senhores

A festa que ora nos congrega deve ter para o sertão um significado alto e nobre.

Vimos instalar a Eschola Normal de Caiteté, um noviciado de professores e de mestres, que, mais tarde, sahirão pela terra sertaneja a ensinar e a educar. Há muitos annos, neste mesmo local, se erguia o edificio de uma outra escola da mesma natureza, que a decisão dos governos anteriores julgou dever supprimir. Se não nos cabe no momento fazer o processo desse acto publico, compete-nos, antes de qualquer outro passo, levantar o legado dessa lembrança e nos deter no dever piedoso de saudar aquelles que, antes de nós, aqui trabalharam pelo mesmo fim.

Muitos delles já morreram, mas, uns e outros nos acompanham hoje applaudindo o nosso acto. E nós os acompanhamos, tambem, no pensamento e no coração, ligando o nosso emprehendimento ao antigo emprehendimento desses antecessores, afim de que a nascente escola normal se enriqueça com os brilhos e as penas desse passado (JORNAL A PENNA, 29/04/1926, p. 01).

Anísio Teixeira demonstrou inicialmente o que pretendia atingir a partir da reabertura daquela escola: uma série de professores, formados ali, teriam como destino muitas cidades e vilas da região, sendo eles, talvez, os primeiros em muitos desses lugares. Promover a formação de professores em seus locais de moradia ou proximidades e subsidiar a educação primária na região seriam dois dos seus maiores objetivos ao reativar a dita escola no Sertão. Apesar disso, ele não deixou passar despercebido o movimento político em torno do fechamento da escola de 1903, ligando o fato a uma certa retomada representada pela reabertura naquele momento. Ao que parece, aquele fato não havia caído no esquecimento, ao contrário, permaneceu à espera de uma ocasião adequada para ser lembrado ou desocultado,

¹³⁵ As publicações do A Penna, no que diz respeito aos eventos realizados pelas instituições educativas da cidade, sempre consideravam os detalhes. Provavelmente, esse procedimento costumeiro era apreciado pelos seus leitores.

como diria Pollak¹³⁶ (1989). Com isso, percebe-se que a memória de um grupo de caetiteenses em torno daquele episódio ainda era muito forte e presente, havia por parte dele um certo ressentimento, este seria o meio de tornar a memória ativa acerca do fechamento em si e do que isso representou para o grupo político de Deocleciano e para a educação caetiteense.

Anísio Teixeira continua o longo discurso situando os presentes sobre o que representava a abertura da escola no interior do estado no âmbito do programa de descentralização do governo de Góes Calmon. Segundo ele,

[...] A escola, como é entendida modernamente, para fallarmos em linguagem mathematica deve ser funcção do meio onde se vae installar. [...] Os objectivos do ensino variam em cada região e o olhar vigilante da administração central a todos deve reconhecer e a todos satisfazer, contrabalançando a centralização administrativa pela perfeita descentralização pedagogica. Por isto, servir, não somente á zona do reconcavo, mas, á zona sertaneja e servil a adequadamente é essa a preocupação do governo, que, hoje, vamos satisfazer, em uma grande parte, com a installação da primeira escola normal official do interior do estado. Caiteté foi escolhido para constituir o centro de uma vasta zona sertaneja em materia do ensino público (JORNAL A PENNA, 29/04/1926, p. 01).

Com isso, o educador reafirma a sua política descentralizadora em relação às instituições escolares, bem como seu respeito às particularidades de cada região do estado e a autonomia delas sem perder de vista a unidade administrativa, fazendo-nos ver, pela primeira vez, o *corpus* de um sistema de educação organizado e articulado para todo o estado. Dentro dele, Caetité tornou-se sede da Inspeção Regional de Ensino da 9ª Região, de acordo com o Decreto nº 4.218 de 30 de dezembro de 1925.

Além de pensar na estrutura do sistema, como exposto, Anísio Teixeira não se restringiu a ela e deu à escola de Caetité um papel importante e inovador também no que se refere aos aspectos pedagógicos:

Aqui, é que, se vão processar os novos methodos e os novos emthusiasmos com que não somente se há de diffundir a instrucção, mas, reformar a escola. A escola normal vae ser o centro irradiador de novos professores e de uma nova mentalidade pedagogica. Em volta desse centro, se agruparão todas as obras escolares tendentes a dar ao ensino o rigor scientifico moderno e o criterio nitidamente regional, que devemos exigir. Centro de estudos e centro de entusiasmo, a nossa escola normal deverá ser um verdadeiro organ de propulsão pedagogica. Casa de formação dos mestres das crianças sertanejas,

¹³⁶ Em “Memória, esquecimento, silêncio”, Pollak (1989) alerta para os processos de submissão das diversas memórias, apontando para a fragmentação entre a memória oficial e as “memórias subterrâneas”, caracterizada pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento.

será nesta casa que se elaborará a escola sertaneja. E isto me leva a dizer-vos o que me parece deve ser a escola primaria e o professor entre nós (JORNAL A PENNA, 29/04/1926, p. 01).

Com essas palavras, a Escola Normal, não seria o lugar de formação de qualquer tipo de professor. Anísio Teixeira atribuiu à essa escola a concepção de professores com “nova mentalidade pedagógica” e “rigor científico moderno”; a essa instituição foi dada a responsabilidade de nortear a elaboração da escola primária sertaneja por meio dos professores formados por ela.

A essa altura, o educador já estava convencido de que a escola precisava se atualizar, principalmente no que dizia respeito aos métodos e aos objetivos de ensino. Ele já tinha conhecimento das várias correntes educativas inovadoras que circulavam pelo mundo, pregando a autonomia e a liberdade, e já defendia a educação para a vida.

[...] E o que desejam os innovadores? O mesmo, por que luctavam ha velhos annos os velhos educadores de todos os tempos, os Pestalozzi, os Rousseau, os Froebel. Uma escola que seja, antes de tudo, de preparação real para a vida, de concordancia com o espírito infantil, alegre e viçosa como são viçosos e alegres os pequeninos que ella agasalha e educa. O erro antigo da nossa escola é proceder com a creança como com um ser passivo e julgar que é possível educal-a enchendo-lhe a cabecita de noções.

A criança não é um adulto incompleto, o homunculo, como queriam alguns, mas um ser sui-generis, um primitivo, um selvagem, como quer a psychologia, mais ou menos completo em cada epocha e que em cada epocha exige methodos especiaes de educação. E a velha verdade, é que a educação deve modelar de dentro para fóra, fazendo vibrar e trabalhar os proprios recursos infantis, desenvolvendo-lhe pelo exercicio de suas actividades expontaneas as virtualidades extraordinarias que se escondem no seu organismo.

Toda educação que não visar este alto fim, que não tiver em conta que a criança se desenvolve como uma pequena planta, segundo as leis que lhe são proprias; que ella não possui verdadeiramente sinão o que assimilou por um trabalho pessoal de digestão, faz obra má. [...] Actividade e liberdade do alumno são os dois grandes polos que constituirão o eixo da escola de hoje e por que sempre se bateram todos os velhos pedagogos (JORNAL A PENNA, 29/04/1926, p. 01).

Anísio Teixeira esclarece a sua concepção de criança, já bem diferente das ideias tradicionais de miniadultos, por isso defende um outro ideal de ensino a ser destinado a elas, considerando todas as suas particularidades. Grande parte dessas ideias certamente era embasada nos seus estudos acerca da escola nova, ativa, moderna, de autores clássicos e

também de vanguarda¹³⁷. Vale destacar a inspiração liberal e laica que alicerçava o seu pensamento, como também o de muitos intelectuais brasileiros da educação nesse momento.

Para ele, as bases lançadas em Caetité dariam o tom do processo de escolarização no interior da Bahia, uma vez que, apesar de conhecer as ideias e os métodos mais inovadores que circulavam por muitos lugares do mundo e absorver uma série conceitos e princípios ligados a eles, Teixeira não os considerava um modelo a ser seguido na íntegra, vislumbrava uma educação tecida a partir dos princípios e das demanda locais e depositava, nos professores formados na casa, a esperança da existência da nova e moderna escola local nos anos seguintes.

Como vedes, meus senhores, estou longe de aconselhar que installemos, entre nós, um desses methodos pedagogicos modernos ainda quentes da mão que os formou. Nada disto. A escola hoje não pode supportar taes transformações. Aqui, é que se tem de processar, de accordo com os principios adoptados, a escola bahiana e a escola sertaneja. Temos algumas verdades positivas, que eram houtem advinhadas pelos grandes pedagogos e que são hoje demonstradas pela psychologia experimental e que devemos procurar realizar. A vossa intelligencia, o vosso esforço, a clarividencia e a lucidez com que formardes os professores desta casa nos garantirão a escola rasoavel e alegre, que, amanhã, havemos de ter (JORNAL A PENNA, 29/04/1926, p. 01).

Para isso, ele investia na ideia de uma escola diferente, ativa e prática, sem deixar de lado o desenvolvimento das qualidades individuais, morais, intelectuais e físicas dos alunos para que pudessem exercê-las em sua vida futura.

O educando foi trazido para o centro do debate educacional, pois, para Teixeira, era necessária uma formação ampla para a vida na sociedade republicana “civilizada”, sem perder de vista as características e as necessidades regionais. Nesse processo de formação educacional de cidadãos era, antes, preciso professores e outros que pudessem formá-los:

[...] Formal-o intellectualmente e formal-o moralmente, e esta é a missão que vos entrego, meus caros professores. Lietz, um ardoroso pedagogo allemão desejava que o mestre fosse um homem completo - o que não significa um homem perfeito, mas, um homem que, segundo os seus recursos, tendo à perfeição com paciencia, humildade e coragem. [...] E queria, afinal, que

¹³⁷ Entre os intelectuais contemporâneos a Anísio Teixeira que podem ser citados enquanto autores de vanguardas estão Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima, entre outros. Eles foram responsáveis pelo “Manifesto dos Pioneiros da educação Nova” de 1932 que significou o início de um projeto de renovação educacional do país. Esse conteúdo pode ser encontrado em: Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 Fernando de Azevedo... [et al.]. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. – (Coleção Educadores)

fosse fiel a seu dever, nas pequenas cousas da vida quotidiana, como nas grandes, obedecendo a voz de sua consciencia, afim de que os seus alumnos aprendessem a obedecer à voz da razão que falla em todos elles. [...] Amae as creanças, de um amor profundo, real, comprehensivo e sereis mestres. [...] Nenhum collaborador desta casa deve pois esquecer que tão altas e tão nobres devem ser os seus ideaes, quanto nobre e alto é o ideal desta casa.

Da formação moral é que provirá o exito dos mestres que partirem deste estabelecimento. Só educadores podem formar educadores. Ha um segredo de entusiasmo e de amor a transmittir nesta casa e eu conto comvosco para essa obra.

[...] Trabalhareis afim de que o espirito da escola seja um só e unidos em uma mesma orientação sejaes verdadeiramente formadores de mestres (A Penna, 29/04/1926, p. 01).

E com esses votos, esses desejos e essas esperanças, eu declaro solememente installada a Escola Normal de Caeté (A Penna, 29/04/1926, p. 04).

A última parte do discurso de Anísio foi direcionada aos professores da casa. A eles foi atribuído o compromisso de trabalhar de forma unificada, sob as mesmas orientações, com entusiasmo e dedicação para a formação de outros educadores. A eles foi dada a responsabilidade de formar professores para atuarem na disseminação do conhecimento pelo Sertão.

Com esse espírito inovador e diferenciado, a Escola Normal de Caeté foi reaberta em abril de 1926. O ato de abertura teve um caráter prático e também muito simbólico. Pela estrutura montada em torno da escola, percebe-se o rompimento de uma composição pouco organizada do ponto de vista do funcionamento em rede/sistema para uma nova forma de arranjo educacional proporcionada pelas reformas implementadas em 1925 e também pela existência de articulação entre os níveis de ensino que até então funcionaram em Caeté de forma autônoma para não dizer isolada.

A implantação de uma Escola Normal em conjunto com as escolas anexas proporcionava aos seus professores trabalhar em “um só espírito” e sob as mesmas orientações, como recomendou Anísio Teixeira¹³⁸, a fim de que o trabalho desenvolvido ali fosse diferenciado e exitoso para a formação das gerações futuras.

¹³⁸ Essa foi apenas uma das ações de Anísio Teixeira no exercício do cargo, além disso, realizou viagem à Europa e Estados Unidos, onde realizou estudos sobre organização escolar, lá conheceu as ideias de John Dewey, de quem fora aluno, discípulo e tradutor. Dewey defendia a educação pública como um ideal de democracia. Seguindo esses princípios, Teixeira escreveu ao longo das suas atividades na vida pública, o “Ideário pedagógico municipalista”. Ao término do governo de Góes Calmon, Anísio Teixeira elaborou suas sugestões para reorganização progressiva do Sistema Educacional Baiano. Entretanto, nenhuma delas foi aceita pelo novo governador Vital Soares, por isso, em 1929, pediu exoneração do cargo de inspetor geral do ensino da Bahia e assumiu outros cargos relacionados à educação no Distrito Federal.

Com esse entusiasmo, as atividades escolares foram retomadas em Caetité. Aos poucos, os alunos foram se matriculando. Ao longo do ano, foram verificadas muitas reportagens do A Penna sobre os alunos admitidos para o curso normal (cerca de onze, inicialmente), a regularidade das aulas e das faltas desses alunos. Sobre os outros cursos, uma nota merece destaque:

Eschola Normal de Caetité

Além dos alunos do 1º ano do curso normal e do 1º e 2º anos do curso fundamental [...] acham-se matriculados nas escolas elementares anexas e no jardim da infância, nas escolas reunidas mixtas e na escola noturna 308 alunos de ambos os sexos a saber:

Eschola Anexa do sexo masculino 32

Eschola Anexa do sexo feminino 54

No jardim de infância 36

Na 1ª das Escolas Reunidas 68

Na 2ª das Escolas Reunidas 45

Na 3ª das Escolas Reunidas 37

Na Eschola Noturna (sexo masculino) 36

Total = 308 (JORNAL A PENNA, 27/05/1926, p. 01).

Se observarmos a quantidade dos alunos matriculados no curso normal em 1926 (11 alunos) em comparação com os demais oferecidos (308 alunos), vamos perceber uma diferença considerável. É muito provável que ela seja o resultado da pouca oferta de educação pública dos anos anteriores, também atrelada à falta de professores para isso. Com o pequeno número de professores e, conseqüentemente, de escolas elementares públicas, não seria possível existir um grande número de alunos preparados para a admissão no curso normal. Essa era uma questão para ser resolvida a médio e longo prazo.

Foi isso o que ocorreu, durante de 1926, no primeiro ano da escola reaberta: foram publicadas muitas matérias e notícias sobre o andamento dos trabalhos escolares que ocorriam de acordo com as orientações do estado indicadas no Regimento da Instrução Pública reformulado por Anísio no ano anterior.

As aulas eram rigorosamente contabilizadas, assim como as faltas dos alunos; muitas visitas de instrução foram realizadas pelas turmas de todos os cursos e registradas pelo A Penna, esse tipo de registro demonstra um pouco das práticas pedagógicas utilizadas pela instituição.

Como de costume, o A Penna também registrou festas de encerramento de ano letivo que ocorria geralmente no mês de novembro.

É interessante observar como a cidade foi caminhando para o final da década de 1920 em um movimento bem diferente do que iniciou, caracterizado pela existência de poucas escolas, predominantemente confessionais, com um sistema público desarticulado e pouco eficiente do ponto de vista da universalização/democratização.

Muito disso, não pode ser desvinculado da atuação de Anísio Teixeira, que a essa altura já estava completamente envolvido e absorvido pelo trabalho na educação.

A bordo do "Alcântara"

nov. 18, 1927

Papai

No Rio recebi o afetuoso telegrama com que me vieram ao encontro apenas cheguei ao Brasil. Hoje estou a bordo do "Alcântara" em caminho da Bahia. Infelizmente esta Bahia não é Caetitê e eu não posso identificar a chegada do meu estado, com a chegada à "Casa". Demorei-me nos Estados Unidos cerca de seis meses. Durante esse tempo estudei, visitei escolas, fiz boas relações e acredito que aprendi um pouco. A nomeação com que me surpreendeu o Dr. Calmon no princípio de seu governo, marcou a minha carreira. E hoje, por gosto e pela orientação que têm os meus estudos, pretendo não me afastar mais do campo da educação onde comecei a minha vida. São essas as disposições que trago da América e quero crer que o Brasil e a Bahia, apesar de todos os aborrecimentos dos jornais e de todas as flutuações da política, me ajudarão, ou pelo menos não me impedirão esse desejo. Nenhum trabalho poderia me apaixonar, que fosse mais vasto ou mais necessário do que este. E sobretudo, irredutivelmente idealista como me parece que sou, nenhum outro me será tão querido ao coração e à inteligência. Dentre as vantagens da minha excursão à América, aponto como uma das principais a renovação desse entusiasmo que me ia gastando no atrito da vida baiana e a segurança com que me vou dedicar ao trabalho que, em circunstâncias tão excepcionais, veio a cair-me sobre os ombros.

Anísio¹³⁹

Através das palavras de Anísio Teixeira, observamos que o “fardo” que lhe caíra nos ombros em “circunstâncias excepcionais” fez dele um verdadeiro educador e intelectual da educação baiana e brasileira. É perceptível que, depois sua inserção inesperada no meio da educação, ele se interessa e dedica à questão a ponto de mudar a direção da sua vida profissional. É interessante observar o registro das experiências vividas por ele, ou seja, da sua memória acerca do assunto. Seria o diálogo entre a memória individual e a memória

¹³⁹ TEIXEIRA, Anísio. Carta a Deocleciano Pires Teixeira, Bahia, 18 nov. 1927. Localização do documento: FGV/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira - ATc22.03.06.

coletiva no processo de constituição – formação daquele indivíduo que viria trazer inovações e mudanças para o grupo em que ele estava inserido.

Não por acaso, a professora Teresa Guanais¹⁴⁰ dizia que a Escola Normal era a “menina dos olhos de Anísio”. O educador acreditava firmemente na importância da educação para o desenvolvimento do país e no professor como o mediador desse processo. Tal entusiasmo foi repassado e compartilhado pelos professores da Escola Normal de Caetité e aos seus alunos.

Em 1929, a primeira turma de normalistas foi entregue à comunidade, ainda pequena, mas simbolizando a nova fase na qual entrava a educação na cidade.

Figura 34: Quadro de formandos da Escola Normal – 1929



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Como o funcionamento da escola ultrapassa muito o tempo estimado para esta pesquisa, não aprofundamos no levantamento de fontes sobre ela, para isso seria necessário um outro trabalho ou, quem sabe, uma outra tese¹⁴¹. Mas, para não deixar o assunto sem uma

¹⁴⁰ A professora Tereza Guanais Aguiar era egressa da Escola Normal de Caetité e escreveu um texto intitulado “Escola Normal de Caetité: menina dos olhos de Anísio Teixeira” por ocasião das comemorações do seu centenário de nascimento. O texto encontra-se disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/aguiar.html>>. Acesso em 24 dez. 2020.

¹⁴¹ Existem também trabalhos publicados sobre essa instituição ou sobre aspectos relacionados a ela, como o artigo da professora Joseni Reis, que será visto adiante, a dissertação de mestrado da professora Adriana de Oliveira Rocha, “Anísio Teixeira e a Escola Normal de Caetité/BA: um projeto de formação de professores primários (1926/1941)”, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (2005), a dissertação da prof. Fabrícia Oliveira de Araújo sobre “Saberes na formação matemática dos discentes da segunda Escola Normal de Caetité-Bahia (1926-1961)” e o levantamento

conclusão, é importante dizer que a escola funcionou regularmente até a década de 1950. Nesse período, Anísio Teixeira volta ao cargo de Secretário de Educação no governo de Octávio Mangabeira. Por meio dele, o estado adquiriu um terreno de mais de 5.000 m² nos arredores do centro da cidade com a intenção de implantar, também em Caetité, o projeto de educação integral, no modelo da "Escola Parque" da capital. Nessa conjuntura, a Escola Normal mudou de sede e de nome para "Instituto de Educação Anísio Teixeira", que ainda se encontra em funcionamento, oferecendo educação básica.

Figura 35: Instituto de Educação Anísio Teixeira



Fonte: <<https://www.sudoestebahia.com/noticias/26187>>. Acesso em 03 fev. 2021

O prédio antigo caiu em desuso, o que causou a ruína de boa parte dele. As fotografias a seguir mostram o lado posterior (os fundos). Elas apresentam o outro lado da construção, possivelmente ampliada pelos jesuítas para comportar os dormitórios e o refeitório do internato e utilizada pela Escola Normal como salas de aula, gabinetes, biblioteca etc.

Figura 36: Parte de trás do prédio da Escola Normal



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Figura 37: Parte de trás do Instituto São Luiz em ruínas



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Figura 38: Parte de trás do Instituto São Luiz em ruínas



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Com o tempo, com a transferência da escola e com a falta de manutenção, parte do prédio foi se deteriorando até ruir completamente. As duas últimas fotografias anteriores não apresentam data, mas, como ao lado ainda existia o Theatro Centenário e ele foi demolido na década de 1960, estimamos que elas tenham sido da década de 50, depois da mudança da escola para a nova sede.

Atualmente, não existe praticamente nada da parte da construção que comportou o internato do Instituto São Luiz e, depois, os gabinetes da Escola Normal. Como se vê a seguir, há apenas o muro da Escola Municipal Senador Ovídio Teixeira, que ocupou uma parte do terreno.

Figura 39: Vista atual do espaço da Escola Normal pela Praça Coronel Cazuzinha



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Da parte da construção citada por último, sobraram apenas os vestígios que ficam no quintal da Escola Ovídio Teixeira. Tais vestígios se constituem um autêntico sítio arqueológico de interesse histórico. Nele ainda podemos encontrar alguns sinais dos alicerces de pedras das grossas paredes de adobão¹⁴² edificadas ali, além de pequenos espaços revestidos de cerâmica que indicam terem sido os sanitários da escola.

Como a Escola Ovídio Teixeira foi construída e depois ampliada sobre esses vestígios, não é possível traçar, ainda que minimamente, as posições de todos os cômodos da antiga construção, mas, de todo modo, sobraram alguns resquícios que nunca foram pesquisados por arqueólogos e certamente estão disponíveis para isso.

Figura 40: Vestígios (01) do Instituto São Luiz e da Escola Normal ao fundo da Escola Ovídio Teixeira construída no mesmo terreno¹⁴³



Fonte: Acervo pessoal da autora.

¹⁴² ADOBO (OU ADOBE): Tijolo cru ou paralelepípedo feito com uma mistura de barro cru, areia em pequena quantidade, estrume e fibra vegetal ou ainda crina de animais. Possui em geral grandes dimensões e é seco à sombra e, depois, ao sol, que difere do tijolo por não ser cozido ao forno. Deve ser revestido com massa de cal e areia e podem ser argamassados com barro. O termo adobe vem do árabe attobi e designa, também, seixos rolados dos leitos de rios. Disponível em: <https://www.dictech.com.br/dicionario/termos-tecnicos/arquitetura/significado-de/adobo-ou-adobe%3E>. Acesso em 04 de jan de 2021.

¹⁴³ Essa sequência de fotografias dos fundos da Escola Ovídio Teixeira faz parte do meu arquivo pessoal utilizado originalmente em dissertação de mestrado sobre o Instituto São Luiz Gonzaga (UNEB – 2016)

Figura 41: Vestígios (02) do Instituto São Luiz e da Escola Normal ao fundo da Escola Ovídio Teixeira construída no mesmo terreno



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 42: Vestígios (03) do Instituto São Luiz e da Escola Normal atualmente no fundo da Escola Ovídio Teixeira construída no mesmo terreno.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Da fachada da escola, um dos pavilhões também não existe mais, restando o Pavilhão Ruy Barbosa, que atualmente se encontra bem preservado e passou a ser sede do poder legislativo local. Para isso, alguns gabinetes foram construídos, obedecendo os mesmos

padrões arquitetônico da antiga construção. O espaço foi ressignificado, isso garantiu a conservação do salão de encontros do Instituto e da Escola Normal que funcionaram ali.

Figura 43: Câmara Municipal de Vereadores de Caetité (01) antigo Salão Nobre da Escola Normal



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Para além das mudanças ocorridas com a estrutura física e administrativa da Escola Normal e das escolas anexas, a reabertura em 1926 representou início de um outro patamar da educação caetiteense. Ela contribuiu de forma significativa para que a cidade construísse uma memória em torno desse tema.

4.3 Caetité: educação, memória e identidade

Os últimos anos da década de 1920 foram muito importantes para a constituição da memória da cidade em torno da educação e, assim, sua identidade.

Verificamos que, ao longo do período estudado, a educação foi ganhando contornos diferenciados, mas que não perderam de vista a sua valorização. Inicialmente, podemos falar de uma educação seletiva, para aqueles que pudessem pagar um professor ou frequentar uma escola particular. O estudo era muito utilizado para a distinção entre as pessoas, entre cultas e civilizadas, que geralmente estavam em famílias prestigiadas financeiramente e tinham o interesse em manter os filhos no mesmo nível financeiro e cultural.

Com o advento da República e a transferência de muitos homens de negócios para a política, assistimos à chegada das primeiras obras públicas em Caetité, entre as quais uma escola, a única existente em uma região sertaneja que em termos atualizados corresponderia à região Sudoeste do estado da Bahia.

Apesar do pequeno público assistido e da sua breve existência, a Escola Normal foi responsável pelo despontar de uma memória educacional, ainda muito entrelaçada às questões políticas, mas com uma perspectiva interessante de no mínimo chamar atenção da população sertaneja para a falta dela e para todos os agravantes decorrentes disso. Nesse processo, o jornal A Penna teve um papel fundamental de divulgador das ações educacionais em execução na cidade, como também da inexistência delas e suas consequências em muitos momentos.

A falta de instituições educativas de níveis mais elevados chamou a atenção das entidades religiosas que, por muitos motivos e circunstâncias, se instalaram na cidade e viram na possibilidade de oferta de educação formal um meio de atingir mais pessoas, popularizar seus credos e adquirir adeptos. Assim, escolas confessionais foram abertas e atenderam muitas famílias de Caetité e de toda a região que buscavam a educação formal para seus filhos.

Apesar da qualidade apresentada por essas escolas confessionais e de serem elas as únicas alternativas encontradas na cidade por mais de uma década, pudemos observar, por parte de muitos, inclusive da imprensa local, um ressentimento em torno do fechamento da Escola Normal e do que isso significou para a cidade: o desabastecimento de professores e a falta de investimentos na educação pública, o que desencadeou gerações de analfabetos em plena República, momento em que um dos pré-requisitos para o voto era a alfabetização.

Essa foi a condição da cidade até meados da década de 1920, quando a Escola Normal foi reaberta e com ela as escolas anexas que lhes garantiam a existência de alunos preparados para serem admitidos no curso normal.

A sensação é de que esse fato colocou fim em um ciclo educacional de escolas confessionais e deu início a outro sob outras condições políticas e administrativas. A presença e a atuação de Anísio Teixeira na Inspeção de Ensino Público levaram a educação para o centro das discussões importantes e urgentes do governo estadual.

A partir da década de 1930, a rede de instituições educativas de Caetité já havia se consolidado. A Escola Normal começou a entregar à comunidade regularmente turmas de

normalistas, que, por sua vez, teriam a possibilidade de levar educação formal a muitos lugares desassistidos.¹⁴⁴

Caetité, que já tinha uma tradição de receber estudantes, passou a contar com um maior número deles, que vinham em busca de ensino complementar ou normal não existente nas suas localidades. Ao final do ciclo de estudos, a maioria deles voltava às suas localidades, levando consigo a formação intelectual e os valores aprendidos na Escola Normal de Caetité.

Essa movimentação de estudantes (e depois de professores formados) provavelmente contribuiu para a construção de uma memória local e regional em torno da educação oferecidas pelas instituições locais. A oralidade também subsidia essa memória que identificou ou ainda identifica a cidade, entretanto foi opção nossa não trabalhar com a história oral nesta pesquisa, deixando a possibilidade para futuros estudos.

Ao longo do século XX, a educação foi se universalizando, a legislação educacional foi mudando e com ela muitos aspectos pedagógicos e administrativos que envolvem as instituições educativas. O curso normal deu lugar à pedagogia e às tantas licenciaturas necessárias para o exercício do magistério atualmente, mas, para muitos sertanejos de Caetité e região, os tempos de outrora, momento em que se iniciou esse movimento em torno da educação, ainda refletem no presente.

Em 2010, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão que desenvolve pesquisas sobre temas estratégicos que visam subsidiar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do estado da Bahia, realizou um estudo¹⁴⁵ sobre a pobreza no estado e identificou a marca dos processos educativos em conjunto com outros aspectos, no nível de desenvolvimento de alguns municípios dessa região.

O dito estudo, desenvolvido sob ótica multidimensional, elencou cinco dimensões a serem analisadas: renda, moradia, educação, saúde e demografia. Com base nelas, verificou-se a existência de sete municípios (exceções) com melhores condições relativas de pobreza, em um total de quarenta e seis classificados.

¹⁴⁴ Não é do nosso conhecimento a existência de estudos acadêmicos sobre a disseminação dos professores oriundos da Escola Normal de Caetité pela região, resta-nos os memorialistas e artigos, como os da professora Joseni Reis, que será apresentado adiante.

¹⁴⁵ Todos os dados dessa pesquisa estão disponíveis na publicação: “Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia” – Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2014. 193 p. (Série estudos e pesquisas, 97). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=284>. Acesso em 20 dez. 2020.

A pesquisa buscava identificar os processos estruturantes que fizeram com que esses municípios baianos estivessem entre os menos pobres e despertou a atenção dos pesquisadores o fato de cinco (Caculé, Ibiassucê, Rio de Contas, Abaíra e Jussiape) dos sete municípios identificados estarem localizados em um mesmo território geográfico, a região Sudoeste do estado, chamado pelo estudo de “Mancha Azul”¹⁴⁶.

Surgiu, então, a necessidade de se verificar e buscar compreender possíveis relações entre fatores históricos e estruturantes do desenvolvimento da Mancha Azul Sudoeste que se desdobrou em outra ação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, o projeto “Sete Municípios”¹⁴⁷. A partir dele, a instituição passou a considerar pesquisas já existentes em várias áreas conhecimento e detectou a existência de quatro fatores com potencial interferência nas condições históricas e sociais desses municípios: lideranças políticas, religiosidade, cultura e educação.

Quando falamos da formação educacional do território em questão, a referência ao longo de quase todo o século XX foi Caetité, considerando ainda que tanto Ibiassucê quanto Caculé foram seus distritos. Nesse sentido, a memória ganha mais sentido e força não só para a cidade, mas para toda a região que de alguma forma foi atendida pelas instituições de Caetité ou de alguma forma tiveram sua influência.

Ainda em torno da memória constituída sobre educação na cidade, outras iniciativas podem ser citadas, como o Clube da Amizade formado pelas egressas da Escola Normal e professoras do Instituto de educação Anísio Teixeira aposentadas, criado em março de 1992, em Caetité, com o objetivo de reestabelecer o convívio entre os colegas e, assim, suas memórias, além de outros intentos que passam pelos aspectos social, cultural, educacional e recreativo.

Em outras cidades dessa região, podem ser encontradas egressas da Escola Normal que também guardam a memória da sua formação educacional em Caetité. Em 2007, a

¹⁴⁶ De acordo com a publicação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o termo “mancha” designa aglomerações espaciais significativas, muito embora de extensões territoriais e contingentes demográficos variados, que indicam maior ou menor incidência das referidas dimensões de pobreza. O trabalho, entretanto, não se restringiu à elaboração de representações com os diversos espaços em que a pobreza se manifesta em suas nuances multidimensionais. Estes últimos, por seu turno, foram formados por unidades municipais com características razoavelmente similares no que se refere às diversas dimensões. Nesse sentido, os municípios inseridos nos diferentes agrupamentos territorialmente delimitados constituíram-se em objeto de uma caracterização demográfica e econômica (SEI, 2014, p. 09). Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=284>. Acesso em 24 dez. 2020.

¹⁴⁷ Todos os dados referentes ao projeto estão disponíveis na plataforma <<http://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/7municipios/>>. Acesso em 20 dez. 2020.

professora Joseni Pereira Meira Reis da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII/Guanambi, publicou um artigo¹⁴⁸ na Revista Consciência, falando exatamente sobre a memória das professoras guanambienses que estudaram na Escola Normal de Caetité.

O referido artigo vem ao encontro do que dissemos ao longo deste texto. Existe por parte das professoras um reconhecimento histórico do município enquanto referência educacional que se firma a partir do trabalho realizado pela Escola Normal reaberta em 1926, onde elas estudaram. A professora Dulce Meira relatou que estudar em Caetité “Não foi opção. Foi uma imposição. Porque na época não havia uma outra escola nem mesmo, em Caetité, um outro curso; então a região todinha ia para Caetité, né?” (REIS, 2007, p. 68). Além disso, elas também reconhecem o valor da escola, como contou a professora Niuza Fernandes:

A escola representava para a comunidade um templo sagrado de instrução e educação. Força capaz de promover a aproximação entre as comunidades vizinhas e elevar a cultura o econômico e o social da cidade pois esta vivia quase em função daquilo pensionatos, lojas, e aquela ocorrência de famílias [...] né? (REIS, 2007, p. 68).

Além dos que foram apresentados, o artigo traz outros depoimentos que refletem memórias individuais que ao se reunirem passam a pertencer ao grupo, como diria Halbwachs (1990), daquelas e de tantos outros que, naquela escola, adquiriram conhecimentos intelectuais e também valores que carregaram para a vida.

O mesmo artigo relembra as comemorações ocorridas na cidade pela passagem dos oitenta anos da inauguração da referida escola, elas se deram por meio de sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores e publicações de periódicos locais sobre o assunto.

A memória em torno da educação não se restringe às antigas normalistas, nem a comemorações, ela também está nos lugares e nas coisas. Nesse sentido, é válido destacar os ensinamentos de Le Goff (1990), quando diz que a memória vai se apropriando de diversos suportes materiais como monumentos, placas de paredes, placas comemorativas, entre outros instrumentos que podem ser utilizados para lembrar de alguém ou de uma coisa tida como importante.

Há na cidade uma série de escolas municipais cujos patronos são professoras e professores egressos da Escola Normal, a saber Escola Municipal Eponina Zita dos Santos

¹⁴⁸ Artigo: A Escola Normal de Caetité na memória de professoras guanambienses. Revista Consciência, 2007. Disponível em: <docplayer.com.br/82858525-A-escola-normal-de-caetite-ba-na-memoria-de-professoras-guanambienses.html>. Acesso em 24 dez. 2020.

Gumes, Escola Municipal Maria Neves Lobão, Escola Municipal Prof. Almir Públio de Castro, Escola Municipal Prof. Manoel Teixeira Ladeia, Escola Municipal Prof. Waldir Cardozo, Escola Municipal Prof^a. Emiliania Nogueira Pita, Escola Municipal Prof^a. Nunila Ivo Frota, Escola Municipal Therezinha Bomfim da Silva e Escola Municipal Zelinda de Carvalho Teixeira. Frequentemente, esses(as) professores(as) são estudados(as) e lembrados(as) pelos alunos das instituições.

Entendemos que ações como essas compõem um conjunto de indícios que contribuem para manter viva a memória da educação representada pelos professores que por muito tempo alfabetizaram e letraram os caetiteenses da cidade e da zona rural.

Além de nomes em unidades escolares e ruas da cidade, o patrimônio edificado preservado até aqui também ajudam a testemunhar e resguardar a memória da educação do lugar. Podemos citar pelo menos três deles: 1) o prédio da Escola Municipal Monsenhor Luiz Pinto Bastos, cuja construção data da década de 1940 e foi a primeira edificada para sediar um grupo escolar, 2) a Igreja Presbiteriana (e salões anexos), onde funcionou a Escola Americana, e 3) a parte do prédio no qual funcionou a primeira Escola Normal, o Instituto São Luiz Gonzaga e novamente a Escola Normal reaberta em 1926.

Desses três, o mais antigo e o mais preservado em suas características originais é o da Escola Normal. Como já foi dito, era uma construção grande, vistosa e imponente, entretanto, com a mudança da Escola Normal para o Instituto de Educação Anísio Teixeira na década de 1950, o antigo prédio caiu no esquecimento por algum tempo e isso significou a perda de uma parte considerável dele. No final da década de 1980, o que restou da construção, o Pavilhão Ruy Barbosa (Salão Nobre da escola), passou por uma reforma, restauração e adaptação para sediar o legislativo municipal.

A ressignificação do espaço garantiu ao prédio a sobrevivência e preservação. Atualmente, ele se encontra bem conservado e cuidado e serve à população por meio das muitas atividades públicas ali realizadas, mas isso não apagou a memória do que existiu anteriormente naquele lugar. Lembranças estão por todo edifício, desde a fachada, com nome e data, até a parte interior do salão com fotografias, placas e símbolos que lembram a educação e os que, de alguma forma, estiveram envolvidos nela.

Figura 44: Câmara Municipal de Vereadores de Caetité (02), antigo Salão Nobre da Escola Normal



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 45: Câmara Municipal de Vereadores de Caetité – parte interna, antigo Salão Nobre da Escola Normal



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Ainda em relação ao imóvel, é interessante lembrar que ele está localizado na parte mais antiga da cidade e é cercado por outras edificações que, juntas, contam uma boa parte da sua história. A área foi definida pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultura do Estado da Bahia (IPAC) como “Poligonal de interesse de preservação” e isso implica não só na conservação, mas também na indicação do tombamento histórico do prédio e o seu reconhecimento estadual enquanto patrimônio edificado da cidade.

Além do patrimônio edificado, ainda encontramos referências à educação em símbolos oficiais de Caetité como o brasão e o hino do município.

O brasão foi criado pela Lei Municipal Nº 522 de 2001, sendo um dos símbolos oficiais da cidade, conforme o Art. 6º da sua Lei Orgânica. Nele, representada pelo livro e pela pena (caneta), a educação é referência juntamente com as riquezas minerais (o urânio e a ametista¹⁴⁹) e agrícolas (mandioca e a cana de açúcar) mais produzidas no território. Enquanto isso, a data refere-se à elevação da cidade à categoria de vila¹⁵⁰.

¹⁴⁹ As minas de ametistas se localizam no distrito de Brejinho das Ametistas, distante 28 km desta cidade. De acordo Cotrim (2015), o início da exploração desse minério na região é bastante controverso. Para alguns viajantes e memorialistas, as atividades de mineração em Brejinho tiveram início por volta de 1870, para outros ocorreu antes disso. Controvérsias à parte, a exploração e o comércio das pedras ganharam vulto a partir dos trabalhos de exploração desenvolvidos pelo alemão Otto Petry, que residia na vila de Brejinho e o comerciante Deocleciano Pires Teixeira. Atualmente, a exploração ainda acontece no distrito por meio de cooperativa de garimpeiros e exploradores individuais. Em relação ao urânio, de acordo às Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Caetité, está implantada a única mineração de urânio em atividade no país. Nela são realizadas as duas primeiras

Figura 46: Brasão oficial do município de Caetité



Por André Koehne (draw) - My draw (over desc. in respective law)¹⁵¹.

Quanto à referência feita à educação no hino, já abordamos no início deste trabalho. De todo modo, não poderíamos deixar de mencioná-lo aqui por estar entre os símbolos oficiais citados.

Também há, em muitas instituições da cidade, um grande acervo documental acerca da educação no município. Uma parte dele foi utilizado nesta pesquisa. São livros oficiais, datados da segunda metade do século XIX e início do século XX, referentes a registros de matrícula, frequência e intendência municipal que versam sobre o tema e atualmente estão sob guarda do Arquivo Público.

Além disso, existe o rico acervo da Escola Normal resguardado pelo Instituto de Educação Anísio Teixeira, seu herdeiro direto, que está sendo organizado para disponibilização à pesquisa. Outros itens, que pertenceram a mesma escola ou que fazem alguma referência a ela, podem ser encontrados no Arquivo de Caetité, como quadros de

etapas do ciclo do combustível nuclear: a mineração e o beneficiamento do minério, que resulta no produto chamado *concentrado de urânio* ou *yellowcake*. A unidade ocupa uma área de 1.700 hectares, localizada em uma província mineral com recursos que chegam a 99,1 mil toneladas de urânio e onde estão identificados 17 depósitos minerais. De 2000 a 2015, a INB Caetité produziu 3.750 toneladas de concentrado de urânio a partir da extração a céu aberto de uma dessas jazidas – a mina Cachoeira. Está em curso o processo de licenciamento para a lavra, também a céu aberto, de uma nova jazida – a mina do Engenho. Disponível em: <<http://www.inb.gov.br/A-INB/Onde-estamos/Caetite>>. Acesso em 24 dez. 2020.

¹⁵⁰ Caetité foi elevada à categoria de vila oficialmente em 05 de abril de 1810 com o nome de Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité. Esse fato foi de tanta relevância política que, em 2008, uma lei aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores transferiu a data do aniversário da cidade de 12 de outubro (data da elevação à categoria de cidade) para 05 de abril.

¹⁵¹ Domínio público. Disponível em:

<<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=10251585>>. Acesso em 24 dez. 2020.

turmas, fotografias, o jornal A Penna, revistas editadas pelos professores da Escola Normal, acervo do professor Alfredo Silva, além de relatórios elaborados por Anísio Teixeira.

Ainda podem ser citados os arquivos mais recentes de escolas municipais e estaduais sob a guarda da Secretaria Municipal de Educação, do Núcleo Territorial de Educação¹⁵² (NTE 13) e das próprias escolas. A organização e conservação desses arquivos é subsidiada por ações do Arquivo Público de Caetité que já desenvolveu e desenvolve projetos voltados para a preservação e a utilização deles em pesquisas.

Esses acervos são genuínas fontes de pesquisas sobre a educação, estas que vêm crescendo ultimamente, fazendo com que se amplie o conhecimento sobre o assunto. Isso é resultado das muitas atividades desenvolvidas pela Universidade do Estado da Bahia – Campus VI.

Tal campus da universidade em Caetité é o herdeiro da primeira escola de nível superior dessa região, a Escola de Nível Superior de Caetité, criada em 1962. Em 1983, ela foi incorporada pela Universidade do Estado da Bahia, passando a se chamar Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité; com a reestruturação das Universidades Estaduais da Bahia, em 1997, passou a ser o Departamento Ciências Humanas – Campus VI da Universidade do Estado da Bahia.

Atualmente, o Departamento de Ciências Humanas (DCH) oferece principalmente cursos de licenciaturas (Ciências Biológicas, Geografia, Matemática, História, Letras com Língua Portuguesa e Literaturas, Letras com Língua Inglesa e Literaturas), reforçando a identidade da cidade no que diz respeito à formação de professores. Ou seja, se no passado a cidade recebeu muitos alunos que saíram daí normalistas responsáveis por educação primária/elementar em muitos lugares da região, atualmente vão à Caetité estudantes que por algum motivo se interessam pelos cursos de licenciatura e retornam para suas localidades professores de alguma disciplina da educação básica. Caetité, atualmente, mesmo com todas as implicações e dificuldades pelas quais passam a carreira do magistério, continua formando professores por meio dos cursos de licenciatura oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – Campus VI.

Aos elementos apontados, somam-se as instituições museológicas cujo objetivo primeiro é a valorização do patrimônio e da identidade local. Nesse sentido, os processos

¹⁵² O NTE 13 é o órgão do governo estadual, sediado em Caetité, responsável pela educação no território que elenca os municípios de Brumado, Caculé, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi.

educativos se tornam fundamentais e a memória contida neles é viva e dinâmica. Entre elas, estão o Museu do Alto Sertão¹⁵³, Espaço INB¹⁵⁴ e a Casa Anísio Teixeira¹⁵⁵.

Figura 47: Museu do Alto Sertão da Bahia



Fonte: Acervo pessoal da autora

¹⁵³ O Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB) é um museu de território voltado para a preservação do patrimônio material e imaterial do Alto Sertão da Bahia a partir de ações educativas. As primeiras ideias surgiram em 2011 em torno do acervo arqueológico gerado pelos empreendimentos de energia eólica na região. Ele possui onze núcleos museológicos localizados em Caetité, Guanambi e Igarorã e sediados em comunidades rurais quilombolas, movimentos sociais, escolas e entidades culturais. A sede fica na Casa da Chácara em Caetité, tem a Prefeitura Municipal como mantenedora e funciona em parceria com Universidade do Estado da Bahia – Campus VI e a Associação dos Amigos do Museu.

¹⁵⁴ O Espaço INB de Ciência, Tecnologia e Cultura foi inaugurado em maio de 2010, para difundir informações sobre questões ligadas às atividades da empresa, além de despertar o interesse pelo estudo das ciências e das tecnologias e valorizar a cultura da região. O espaço também recebe mostras temporárias sobre diversas áreas do conhecimento em parceria com renomadas instituições de ensino e pesquisa, como o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o Museu Geológico da Bahia e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Disponível: <<http://espaco.inb.gov.br/Sobre-o-Espa%C3%A7o>>. Acesso 24 dez. 2020.

¹⁵⁵ A Casa Anísio Teixeira foi a casa onde nasceu e onde morou a família Teixeira, hoje encontra-se tombada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Há duas décadas atende a população de Caetité e região com biblioteca pública, biblioteca móvel, oficinas de arte, sala de inclusão digital, cine teatro, núcleo de contação de história e de teatro, além do centro de memória. Disponível em: <<http://casaanisioiteixeira.com.br/>>. Acesso em 24 dez. 2020.

Figura 48: Espaço INB



Fonte: <<https://www.caetfest.com.br/noticias/1054-caetite-espaco-inb-e-sucesso-de-publico>>. Acesso em 10 dez. 2020.

Figura 49: Casa Anísio Teixeira



Fonte: Acervo pessoal da autora

Essas instituições, em parceria com escolas de toda a região, promovem diversas atividades com a finalidade de amplificar o potencial dos seus acervos em prol daquela educação integral pensada por Anísio Teixeira na década de 1920 e 1930 e que hoje ainda é um desafio. A última, em particular, além do potencial museológico e educativo, por carregar

consigo parte da história de vida e a força de um dos maiores intelectuais da educação que o país já teve, acaba agregando ainda mais valor à memória da educação em Caetité.

É comum grupos de visitantes de muitos lugares do Brasil e do mundo que vão a Caetité ou aproveitam sua passagem pelo lugar para visitarem e conhecerem a casa e o lugar onde Anísio Teixeira nasceu e cresceu. Acreditamos que a Casa Anísio Teixeira, juntamente com a Catedral de Senhora Santana, sejam os patrimônios edificados da cidade que mais recebem visitantes.

Diante do exposto, ao pensar a abrangência dos processos educativos na cidade de Caetité, deparamo-nos com uma série de argumentos, símbolos, instituições que referenciam a sua trajetória histórica educacional. A memória de tudo isso, como buscamos mostrar, está nos lugares, nos objetos, nos documentos oficiais ou não, está em muitas pessoas que viveram e que ainda vivem na região, nas instituições que existiram e deixaram sua marca e nas que existem e atuam na localidade. Esse conjunto, ainda hoje, particulariza e identifica Caetité no que se refere à educação.

5 CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto sobre a educação em Caetité nas primeiras décadas do século XX e sobre a memória existente em torno da temática, muito ainda poderia ser escrito, mas, diante dos nossos limites, precisamos parar, o que não significa o fim da pesquisa.

Ao olhar para tudo o que foi dito, reafirmamos que o tema deste estudo partiu de interesses pessoais e da curiosidade de uma professora, moradora, pesquisadora de Caetité. Aos poucos, esses interesses e curiosidades ganharam contornos que se transformaram em trabalhos acadêmicos que foram o ponto de partida para esta tese de doutorado.

Inicialmente, o incômodo em torno da falta de pesquisas sobre a educação na chamada “terra da educação” despertou muita atenção ao mesmo tempo em que abriu diversas possibilidades de estudos. Aqui, buscamos conhecer e entender como ocorreu o processo de escolarização em Caetité nas primeiras três décadas do século XX e, ao nos debruçar sobre isso, observamos um contexto político e religioso que interviu significativamente na oferta de educação, marcando, também, os usos que a ela foram dados neste lugar.

Para executar essa pesquisa, escolhemos trabalhar com fontes documentais¹⁵⁶, fazendo uso da memória coletiva constituída em torno do tema como o fio condutor, pautada na Nova História Social e na História da Educação.

Seguindo essa linha de pensamento, nenhuma fonte encontrada foi descartada. Em algum momento, todas elas serviram de alguma forma para embasar os nossos estudos, fazendo-nos avançar nos usos dados à educação/escolarização em Caetité no início do século XX.

Utilizamos esse recorte temporal, mas as fontes nos expuseram que muitos processos educativos ocorridos durante o período em estudo tiveram como referência períodos anteriores; ao retomá-los, conseguimos entender melhor o movimento em torno da educação em Caetité.

Observamos que a trajetória histórica, econômica e política desse pedaço de Sertão implicou, inicialmente, na oferta de educação para uma pequena parte da população local que a via como meio de distinção social. Este aspecto revela um primeiro uso da educação na cidade.

¹⁵⁶ Ao falar sobre as fontes documentais utilizadas na composição deste trabalho, não podemos deixar passar despercebido o potencial das cartas pessoais, apesar de terem sido olhadas com um enfoque específico, elas se contituem elementos vastos de análise no que se refere à expressão da memória de uma cidade sertaneja e as relações que ali se davam.

Uma elite letrada, nascida ou chegada ainda no século XIX, implantou no lugar uma forma de viver em que a civilidade era sinônimo de educação formal e vice-versa. Esse processo ganhou força com a implantação do Sistema Republicano no Brasil, liberal e laico, cuja premissa, entre muitas, era a utilização da educação pelo Estado brasileiro como meio para se atingir o progresso, a civilidade, a construção do Estado-Nação e atender o mundo do trabalho.

O cruzamento de documentos particulares, periódicos e documentos oficiais indicou que, com o caminhar da República, em Caetité, muitos homens de negócios tornaram-se da política. Eles se articulavam em alianças que cobriam um vasto território, sem perder de vista as características mandonistas e coronelistas que, em muitos momentos, beneficiavam e, em outros, prejudicavam a vida dos cidadãos sertanejos em muitos aspectos; a educação foi um deles.

Tais práticas também ficaram registradas nos diversos documentos estudados, e a memória delas ainda é viva na localidade. Como exemplo, podemos citar as alianças e os embates políticos que desencadearam a abertura e o fechamento da única Escola Normal da região. Por décadas, esse fato foi lembrado como um episódio causado pelo “dedo mal da política”, como disse a professora Helena Lima Santos e muitas vezes repetiu João Gumes no jornal *A Penna*, ambos citados no texto.

Nesse sentido, foi constatado a utilização da educação para promoção de uns poucos territórios, representados pelos aliados do governo, em detrimento de muitos outros e de sua população que não se encaixava nessa dinâmica. Com isso, observamos o emprego da educação formal para separar e distinguir quem a tinha de quem não a tinha e, dessa forma, promover a continuidade de alguns grupos sociais no poder.

Entretanto, apesar da situação verificada, uma outra nos chamou atenção: a existência de certo interesse dos políticos caetiteenses pela abertura e manutenção de escolas elementares no território. Isso nos fez constatar que instituir escolas era demonstração de poder e vitalidade política em Caetité.

A documentação apontou a existência de várias escolas elementares funcionando na sede e em alguns distritos do município. Foram encontrados e analisados livros de matrícula e frequência escolar, notas sobre nomeação de professores, aluguel de imóveis e visitas de delegados escolares, que indicaram não só a existência e o funcionamento, mas também, minimamente, os seus modos operantes.

A essa altura, precisamos destacar a denúncia da literatura utilizada neste estudo sobre a desobrigação do governo federal em relação à educação elementar que foi colocada sob a tutela de províncias e municípios. Isso causou ao sistema educativo uma deficiência que desencadeou a oferta de educação por instituições particulares e entidades religiosas, que por muitos motivos, se interessaram por ela.

A documentação nos possibilitou observar a existência dos dois tipos na cidade. O jornal *A Penna* publicou anúncios do *Atheneu Caetiteense* e do *Internato do Professor Santana*. Escolas desse tipo foram, em alguns momentos, a alternativa encontrada pelas famílias que podiam pagar para escolarizar seus filhos.

Em plena República e educação laica, em Caetité, o embate religioso causado pela chegada de uma missão protestante em 1911 para a instalação da Igreja Presbiteriana e depois da Escola Americana refletia outros: os políticos. Isso gerou uma reação da Igreja Católica e do grupo político de oposição que determinou a vinda dos padres jesuítas para a abertura do Instituto São Luiz Gonzaga e depois, com a implantação do bispado, a abertura do Seminário Diocesano e do Colégio de Freiras para moças.

Com isso, pudemos constatar outros usos atribuídos à educação e às instituições educativas na cidade entre a década de 1910 e meados da década de 1920. Constatamos como a presença de grupos políticos e religiosos antagônicos refletiram na oferta de educação em um lugar que, há algum tempo, estava praticamente desassistido pelo poder público estadual no que se refere ao ensino complementar. Ao mesmo tempo, não poderíamos deixar passar despercebidas a cultura escolar dessas instituições.

A Escola Americana trazia a marca dos seus idealizadores com características diferenciadas. Ela apresentou à Caetité uma educação dita moderna, pautada no método intuitivo/“prático”, como ressaltou Celsina Teixeira sobre a Escola da Dona Margarida; nela o ensino era misto e as professoras traziam consigo outras experiências educacionais.

Enquanto isso, os jesuítas portugueses dispersos instalaram em Caetité um instituto para oferecer educação aos meninos sertanejos, não perdendo de vista os princípios cristãos católicos que eram mesclados aos científicos. Entre os padres que trabalharam no São Luiz, estiveram intelectuais voltados para o conhecimento em várias áreas; o padre Dialer, por exemplo, foi citado pela professora Helena Lima Santos (1995) pelos trabalhos cartográficos desenvolvidos enquanto fazia viagens missionárias pelo Sertão.

Para nós, ficou claro que ambas as escolas confessionais desempenharam um papel importante na educação local e regional ao mesmo tempo que potencializaram e

popularizaram a doutrina dos seus mantenedores entre os sertanejos desassistidos espiritualmente devido a todo tipo de fatores, começando pela falta de ministros ordenados e pelas grandes distâncias entre esse território e os centros urbanos maiores.

As informações sobre a Escola Americana, principalmente, foram poucas e estavam muito dispersas, mas – relacionando a instituição a outras análogas e analisando todas as fontes encontradas – tivemos a oportunidade de descrever e analisar, ainda que sucintamente, as atividades educativas desenvolvidas em Caetité pelos missionários americanos. Já em relação ao Instituto São Luiz, dispusemos de mais fontes, porque sobre este já se tinha um acervo documental constituído anteriormente que foi o ponto de partida para este estudo.

Nesse sentido, podemos dizer que este trabalho preenche um espaço vazio sobre essas e outras instituições educativas caetiteenses que se encontravam “escondidas” em fragmentos de fontes remotos, dispersos e de difícil acesso, essa é uma das suas principais contribuições para a história e a memória da educação caetiteense.

Apesar da restrição de fontes, em alguns casos, esta pesquisa explicitou um cenário educacional interessante e particular naquele pedaço de Sertão. A historiografia aponta embates religiosos pelo território brasileiro, mas, nessa região, até então não havia sido registrado esse tipo de ocorrência e nem os respingos dela na oferta de educação.

A pesquisa também mostrou que a memória desse período e desses embates não ficou restrita à documentação das ordens religiosas envolvidas; ao contrário: circulou e circula pelos impressos locais, pelos relatos orais dos descendentes de envolvidos e em publicações de memorialistas que os viram como algo interessante a ser registrado e lembrado.

Para nós, ele também foi interessante por muitos motivos, mas principalmente por trazer Caetité para o rol das cidades nas quais a educação foi usada como porta de entrada e depois como meio de subsistência, de ampliação e perpetuação da presença das respectivas entidades religiosas.

Entre 1911 e 1925, sertanejos de Caetité e região que procuraram educação de qualidade para seus filhos a tiveram por meio das duas instituições em questão. A presença delas, apesar de curta e pontual, delineada pelos embates religiosos, marcou a história da educação de Caetité. Elas foram responsáveis por dar início à formação intelectual de muitos alunos que aprenderam com os jesuítas e com os presbiterianos o que era estudar. Com eles, muitos pequenos sertanejos tiveram acesso aos clássicos de muitas ciências e da literatura de várias línguas. Neste sentido, é impossível não citar uma dessas crianças, Anísio Teixeira, iniciado na sua formação intelectual, com o rigor e a disciplina dos jesuítas, em Caetité, de onde

saiu e despontou para o Brasil e para o mundo. Assim como Anísio Teixeira, muitos sertanejos passaram por essas instituições em um momento caracterizado pela quase ausência do estado no que se refere à educação na região.

Não podemos falar somente na falta de assistência por parte do poder público. A bibliografia estudada e as fontes elencadas expuseram ora a ausência, ora a deficiência do sistema público de ensino na Bahia, agravado por inúmeras crises econômicas e pela falta de gestão e estruturação do sistema de ensino, apesar das iniciativas dos governos republicanos.

Muitas dessas iniciativas foram promovidas em forma de leis de reforma dos regulamentos da instrução no estado durante o período republicano, entretanto a maioria delas não significaram melhorias no ensino público. As dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional e pelos professores na Bahia refletiam a situação de crise muito atrelada à falta de investimentos de todas as ordens.

As fontes indicaram que esse cenário começou a ser alterado com a posse de Góes Calmon no executivo estadual em 1924 e com a nomeação de Anísio Teixeira para a Inspeção do Ensino do Estado. Como dito, essa nomeação teve muitos significados – entre eles, o retorno da família Teixeira à política estadual e certa mudança de postura do governo em relação à educação.

O jovem e inexperiente Anísio Teixeira foi buscar, em muitos lugares do mundo, projetos educacionais exitosos para lhe servir de inspiração, ao mesmo tempo em que traçou o perfil dos problemas da educação baiana, expôs tais resultados ao governo por meio de relatórios e apresentou alternativas de mudanças e melhorias. Entre elas, pode ser citada a descentralização do ensino, bem como a formação de professores para a ampliação da quantidade das escolas primárias e vagas de matrícula principalmente no interior do estado.

Isso ocorre ao mesmo tempo em que as escolas confessionais deixam de funcionar em Caetité por muitos motivos. O “ciclo” de existência delas na cidade chega ao fim. Para além de um simples fechamento, precisamos considerar todo o contexto político e social em que isso ocorreu.

Nem o mundo nem o país eram mais os mesmos depois da Primeira Guerra Mundial. Como disse Luz (2009), as mudanças apontavam para a democratização do ensino e para a implantação da escola pública, universal, gratuita e obrigatória. Era preciso escolarizar a população, e Anísio Teixeira foi responsável por colocar esse assunto no grupo das discussões mais importantes do governo Calmon.

Nesse sentido, reconhecemos a importância da década de 1920 para a educação caetiteense. Acompanhando as mudanças citadas, conferimos que ela foi ganhando novos contornos, apesar de ainda atrelada à presença de um caetiteense nas instâncias maiores do governo estadual. Dessa vez, havia um planejamento, uma sequência de ações que desencadeariam um projeto educacional para a cidade e para a região. A educação se tornava, enfim, o centro do debate e, diferentemente de outros momentos, a educação sertaneja não seria simplesmente mais uma cópia da educação oferecida na capital.

Analisando o discurso de Anísio Teixeira, observamos que sua preocupação era formar professores para que subsidiassem a abertura de novas escolas e, no mínimo, a alfabetização da população. Ele dá um novo significado para a educação na Bahia e em Caetité. Uma de suas ações foi reabrir a Escola Normal da cidade e, com ela, escolas anexas que serviam para subsidiar a preparação de alunos para o curso normal e para serem utilizadas como laboratório para aqueles que já estivessem em curso.

A reabertura de tal escola teve amplo significado para a educação caetiteense: representava a formação de professores sertanejos que conheciam as particularidades e especificidades da região, sob um novo olhar, sob uma visão atualizada de educação e de ensino, aptos a atuarem na escola elementar em lugares onde, até então, provavelmente nunca havia tido um professor e muito menos uma escola¹⁵⁷. Esse fato nos traz a sensação de que, ao se fechar o ciclo da educação confessional, um novo se abria, tendo como base a escola pública, gratuita e de qualidade, como dizia Anísio Teixeira.

A identidade educacional historicamente constituída da cidade em torno das cadeiras de latim e línguas no século XIX, da primeira Escola Normal, das elementares e confessionais no início do século XX, ganhou uma nova roupagem depois da segunda metade da década de 1920. A partir daí, Caetité, que recebia muitos alunos, passou a exportar os professores formados na Escola Normal e com eles toda uma formação intelectual e moral que se disseminou por muitos lugares daquela região.

A educação que em Caetité teve usos muito restritos e pontuais, durante os primeiros anos do século, encerrou a década de 1920 em um outro patamar. Pela primeira vez, a cidade assistiu à implantação de um sistema que abrangia todos os níveis de ensino de forma mais articulada (baseada nos princípios democráticos e laicos) que beneficiava uma parcela maior da população. Com isso, verificamos certo deslocamento da posição que a educação ocupou

¹⁵⁷ Não tivemos condição de fazer um levantamento detalhado sobre como se deu a dispersão dos professores formados pela Escola Normal pela região e sobre os lugares que passaram a ser atendidos por eles, ficando o assunto aberto para futuras pesquisas.

durante esse período em meio a diferentes embates e para onde ela foi caminhando, passando a ocupar um lugar de destaque.

Ao processo educativo exposto, em meio a inferências políticas e religiosas, atribuímos a construção gradativa de uma memória local em torno da educação que foi ampliada e valorizada ao longo do século XX.

A identidade constituída em torno dessa memória foi o que nos moveu até aqui e o que certamente moverá a muitos outros que, ao ler este trabalho, farão outros questionamentos, verão outros potenciais e seguirão estudando a história e a memória constituída em torno da educação na terra de Anísio Teixeira e tantos outros educadores que fizeram e ainda fazem deste um tema de debate e discussão em um lugar chamado por muitos de Terra da Educação.

LISTA DE FONTES

Atas do Conselho e da Assembleia da Igreja Presbiteriana de Caetité – Presbitério do Vale do Rio São Francisco - 1919 (Arquivo da Igreja Presbiteriana de Caetité).

Cartas Edificantes da Província de Portugal: Vol.04 a 08:

Carta do Padre Sallustio ao P. Antunes, Caetité, 03 de maio de 1912.

Carta do Padre Justino ao R. P. Superior do Col. de Caetité, 05 de maio de 1917.

Carta do Padre Francisco dos Santos ao P. Le Thiec, Caetité, 04 de junho de 1919.

Carta de Bráulio Lima para Quincas (Coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior).
Bahia, 04 de abril de 1910.

Carta de Alzira Teixeira para Celsina Teixeira. Caetité, 30 de março de 1912.

Carta de Osório Fagundes Lima para Lima Junior (Coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior). Caetité, 30 de novembro de 1916.

Carta de A.L. de Figueiredo para Quincas (Coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior).
Monte Alto, 16 de setembro de 1895.

Carta de A.L. de Figueiredo para Quincas (Coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior).
Monte Alto, 23 de abril de 1912.

Carta de Flávio da Silva Leão para Deocleciano Pires Teixeira. Marahu, 4 de dezembro de 1914.

Carta de Pedro Moura para Lima Junior (Coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior).
Bahia, 11 de fevereiro de 1912.

Carta de Mario Spínola para Quincas (Coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior). 29
de dezembro de 1907.

Carta de Salustiano Reis para Cel. Lima Junior (Coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior).
Gameleira dos Machados, 24 de novembro de 1916.

Carta de Salustiano Reis para Cel. Lima Junior (Coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior).
Gameleira dos Machado, 1º de fevereiro de 1917.

Carta de Salustiano Reis para Cel. Lima Junior (Coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior).
Gameleira dos Machado, 18 de junho de 1917.

CATALOGUS: Missionis Brasiliae Septentrionalis: Provinciae Lusitanae dispersae.
Societatis Jesu. Bahiea, 1912, 1916, 1920, 1924, 1926

HENRIQUES, L. J. Livro-Tombo da Diocese de Caetité, 1915-1925. Manuscrito, Arquivo da
Cúria Diocesana.

- Jornal A Penna, Caetité, 07 de junho de 1912, nº12.
- Jornal A Penna, Caetité, 06 de setembro de 1912, nº 18.
- Jornal A Penna, Caetité, 28 de fevereiro de 1913, nº30.
- Jornal A Penna, Caetité, 09 de agosto de 1913, nº 41.
- Jornal A Penna, Caetité, 25 de fevereiro de 1915, nº 78.
- Jornal A Penna, Caetité, 31 de julho de 1916, nº 142.
- Jornal A Penna, Caetité, 19 de dezembro de 1916, nº120.
- Jornal A Penna, Caetité, 02 de fevereiro de 1917, nº 129.
- Jornal A Penna, Caetité, 17 de novembro de 1917, nº 159.
- Jornal A Penna Caetité, 29 de novembro de 1917. Nº 151.
- Jornal A Penna, Caetité, 24 de outubro de 1918, nº 175.
- Jornal A Penna, Caetité, 11 de março de 1926, nº 369.
- Jornal A Penna, Caetité, 01 de abril de 1926, nº 372.
- Jornal A Penna, Caetité, 08 de abril de 1926. nº 373.
- Jornal A Penna, Caetité, 29 de abril de 1926, nº 374.
- Jornal A Penna, Caetité, 06 de maio de 1926, nº 375.
- Jornal A Penna, Caetité, 29 de abril de 1926, nº 374.
- Jornal A Penna, Caetité, 27 de maio de 1926, nº 377.
- Jornal A Penna, Caetité, 03 de junho de 1926, nº 378.
- Jornal A Penna, Caetité, 10 de fevereiro de 1927, nº n. 409.
- Jornal A Penna, Caetité, 06 de junho de 1929, nº 466.
- Jornal A Penna, Caetité, 20 de março, 1930, nº 485.

Livro de Ata de exames para seleção de professores.
Fundo: Secretaria da Intendência
Grupo: Ensino Público
Data Limite: 1898 – 1900

Livro: Educação Pública (receitas e despesas).
Fundo: Instrução Pública
Grupo: Ensino Público
Data Limite: 1896 – 1908

Livro: Ensino Público
Série: Registros de Frequência.
Fundo: Instrução Pública
Grupo: Ensino Público
Data Limite: 1896 – 1911

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Lielva Azevedo. **Agora um pouco da política sertaneja: A trajetória da família Teixeira no Alto Sertão Da Bahia (Caetité, 1885-1924)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - Universidade do Estado da Bahia, Campus de Santo Antônio de Jesus, 2011.
- AGUIAR, Rosângela Alves. **Ensinando a viver a fé: A experiência Educacional no Colégio de Freitas em Caetité**. Caetité – Bahia. Orientadora: Antonieta Miguel. Monografia (Universidade do Estado da Bahia) Caetité, 2014.
- AQUINO, Maurício de. **DOSSIÊ: Igreja e Estado: Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930)** **Rev. Bras. Hist.** vol.32 n.63 São Paulo, 2012.
- ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins de infância**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- AZEVEDO, Ferdinand. **A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste (1911 – 1936)**. Recife, Fundação Antonio dos Santos Abranches–FASA, 1986.
- AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura: parte 3**. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.
- AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia. Período Imperial e Republicano**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BARROS, José D’Assunção. **A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos**. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.
- BARROS, José D’Assunção. **A História Social: seus significados e seus caminhos**. **Revista de História da UFOP**. n° 15, 2005
- BARROS, José D’assunção. **História Cultural: um panorama teórico e historiográfico**. **Textos de História**, vol. 11, ne 1/2, 2003.
- BARROS, José D’Assunção. **História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço**. **MOUSEION**, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009.
- BLOCH, Marc. “Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente”. In: BLOCH, Marc. **História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História – O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. Volume 3. Edições Loyola, 1974.

BURKE, Peter (org). **A Escrita da História**; Novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**; tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAMPOS, Margarida de Moraes. Ir. **A Congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil: Pinceladas Históricas**. São Paulo: Editora da Congregação, 1981.

CARDEAL MARIANO RAMPOLLA DEL TINDARO. **Instruções da Santa Sé ao Internúncio Apostólico para as conferencias dos bispos brasileiros**. Roma, 14 jun. 1890. In: CALAZANS, 1997, p.453-45

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS Ronaldo (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Giane Araujo Pimentel. **As práticas educativas familiares no processo de distinção geracional criança/adulto (Caeté-ba, 1910-1930)**. 2011. Orientadora: Ana Maria de Oliveira Galvão. Dissertação (Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação). Belo Horizonte, 2011.

CARNEIRO, Giane Araújo Pimentel. REIS, Joseni Pereira Meira. Caeté em Progresso: Os ideais de modernidade expressos no jornal A Penna (1900-1930). **VI Encontro Estadual de História**. ANPUH Bahia, 2013.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Estado, sociedade e Igreja Católica: a instrução pública na república velha (1902-1930). In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SAVIANI, Demeval (Orgs). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Histedber, 2006.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 40 nº. 2 Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Marta Maria C. **A Escola e A República**. Bragança Paulista: EDUSF, 1989.

CAVALCANTI, H. B. O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista. **Revista de Estudos da Religião**. N. 4, 2001, pp. 61-93.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**; entre Práticas e Representações. Lisboa, Difel, 1990.

COSTA. D. Antonio de Macedo. **Alguns pontos de reforma da Igreja do Brasil** – Memória para servir às discussões e resoluções nas Conferencias dos Snrs. Bispos. Rio de Janeiro, 2 ago. 1890.

COTRIM, Carla Graciela Chaves de Castro. **As bellas amethystas**: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas (Alto Sertão da Bahia, 1870-1930)1. São Paulo: Edição Dois, pp. 25-46, 2015.

COUTO, Edilece Souza. **O retorno dos jesuítas ao Brasil e a fundação do colégio Antônio Vieira na Bahia**. V Congresso Internacional de História, Anais de trabalhos completos. 21 a 23 de setembro de 2011. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/174.pdf> Acesso em 04 de jan. de 2021.

EDUCAÇÃO S. J. Subsídios. **Características da Educação da Companhia de Jesus**. São Paulo: Loyola, 1987.

ESTRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros**. São Paulo: Fapesb, 2003.

FENTRESS, James. WICKHAM, Chris. **Memória Social**: Novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Editora Teorema, 1992.

FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil) Araucaria. **Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, año 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. P. 119–145.

FOULQUIER, Joseph H. S. J. **Jesuítas no Norte**. Segunda entrada da Companhia de Jesus 1911 – 1940. Baía: s/e, 1940.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. VEIGA, Cyntia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. **Revista IEB**, nº 49, 2009 mar/set, 2009.

GAMA, Alexandra Valéria Flora. **Militarizar e Dominar: as relações de poder em Caetité no Império**. III Encontro Estadual de História: poder, cultura e diversidade, 2006. Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/27460093/alexandra-valeria-flora-gama-uesb>. Acesso em 02 de março de 2021.

GATTI, Bernadete. A.(coord.); BARRETO, Elba. S. de S. **Professores do Brasil**. Brasília: UNESCO, 2009.

GUIMARÃES. Eudes M. B. SILVA. Arnaldo J. , MATOS. Fernanda de Oliveira. Notas sobre as congregações católicas in: MARQUES, Zélia Malheiro (org). **Cem anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão**. 1ª ed. Caetité, Bahia: Eduneb, 2013.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Edgar da Silva. A Reaproximação Estado–Igreja no Brasil durante a República Velha (1889-1930). **Revista de Cultura Teológica** - v. 16 - n. 62 - jan/mar 2008

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990

HAHNER, June E. **Escolas Mistas, Escolas Normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.19, nº2, maio-agosto/2011 https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2011000200010&script=sci_abstract&tlng=pt

HOORNAERT, Eduardo. (Et alii). História da Igreja no Brasil – ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, in Coleção **História Geral da Igreja na América Latina, tomo II**. Petrópolis, Vozes: 1977.

LACOMBE, Américo Jacobina. **A Igreja no início do século XX in Brasil 1900 – 1910**. Rio de Janeiro: Biblioteca nacional, 1980. Vol. II.

LE GOFF, Jacques. **Raízes medievais da Europa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira: estadista da educação**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978. 212p.

LOMBARDI, José. **História, cultura e educação**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. In DEL PRIORE, Mary. (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LUZ, José Augusto Ramos da. Um olhar sobre a Educação na Bahia: A salvação pelo Ensino Primário (1924-1928). Tese de Doutorado. UFBA: 2009.

MACKENZIE. **Tradição e pioneirismo na educação**. SANCHEZ, Petra Sanchez; STEFANI, Daniela Juqueira (Orgs.). São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

MADUREIRA, J. M. A. **Liberdade dos índios e a Companhia de Jesus: sua pedagogia e seus resultados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (2004). Tecendo Nexos: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco.

MATOS, Alderi Souza de. **Os Pioneiros: Presbiterianos no Brasil (1859 – 1900)**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004

MARQUES, Zélia Malheiro. FERNANDES, Marinalva Nunes. PIRES, Maria de Fátima Novaes (Organizadoras). Cem anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão. Caetité, BA: Eduneb, 2013.

MATOS, Fernanda de Oliveira. **A presença Jesuíta no sertão da Bahia: Instituto São Luiz Gonzaga – Caetité 1912 -1926**. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/60170876-Presenca-jesuista-no-sertao-da-bahia-instituto-sao-luizgonzaga-caetite-a.html>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MATOS, Fernanda de Oliveira. FRAGA, Estefânia Knotz Canguçu. MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. Escola Americana de Caetité (Bahia) no contexto da Educação Protestante no Brasil

Republicano 1911 – 1926. RIAEE – **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 2, p. 631-649, abr./jun. 2020.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. **O retorno dos jesuítas ao Brasil: A República e a Educação na Bahia**. VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá, MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07>

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de e SANTANA, Elizabete Conceição. O retorno dos Jesuítas ao Brasil: a República e a Educação na Bahia. In: CAVALCANTE, Maria Juraci, HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho (orgs). **História da Educação: República, Escola e Religião**. Ed. UFC, Fortaleza, 2012. p. 245 a 292.

MONENY, Helena. **A educação na primeira República**. Disponível em: <digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35867/7/A%20experie%CC%82ncia%20da%20Primeira%20República%20no%20Brasil%20e%20em%20Portugal.pdf>. Acesso em 10 dez. 2020.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas Bôas Carvalho do. **Fontes para a história da educação: documentos da missão presbiteriana dos Estados Unidos do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**, São Paulo: EPU, 1974.

NETO, Vítor. Igreja Católica e Anticlericalismo (1858-1910). In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAIA, Artur Cesar (Org.). **Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 165-191.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: Da sesmaria ao minifúndio** (Um estudo de História Regional e Local). Feira de Santana - Bahia: EDUFBA, 1998.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Yara Aun Khouru (trad). Proj. História: São Paulo, 1993.

PAIVA, Vanilda. **Um Século de Educação Republicana**. Campinas, SP, Pro-Posições: Cortez Editora/Unicamp. n. 2, julho, 1990.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica**. Arquivos da memória: Antropologia, Escala e Memória. Nº 02 (Nova Série), Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio [et al.]. **O Brasil Republicano**, v. 9: Sociedade e Instituições (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira, t. 3. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006

PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1898)**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas (Tradutor). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS, Carlos Eduardo dos. **História Social do Ensino**. São Paulo: Argos, 2001.

REIS, Joseni Pereira Meira. GALVÃO, Ana Maria Oliveira. **O espiritismo como instância de participação nas culturas do escrito em Caetité, Bahia, Brasil (1905-1930)**: o caso de um sujeito. CFH/UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 25 a 29 de julho de 2016.

RIBEIRO, Marcos Profeta. Mulheres: poderes herdados, poderes inventados. **Pol. Hist. Soc.**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 1, p. 65-76, maio 2018.

ROCHA, João Augusto de Lima. **Anísio Teixeira e a cultura**: subsídios para o conhecimento da atuação de Anísio Teixeira no campo da cultura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SCHAEFFER, Maria Lúcia Garcia Pallares. **Anísio Teixeira**: formação e primeiras realizações. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 1988. (Dissertação de Mestrado).

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**: uma política de acomodação. Salvador: Centro Editorial e didático da UFBA, 1975, p.165.

SAMPAIO, Consuelo Novais e SARMENTO, Silvia Noronha. **Rodrigues Lima. gov. BA 1892-1896**. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Rodrigues.pdf>

SAMPAIO, Teodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas, 1905.

SAMPAIO, Teodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**: trechos de um diário de viagem (1879-80). São Paulo: Companhia das Letras, 2002

SANTANA, Elizabete Conceição. (org) **A construção da Escola Primária na Bahia** – Leis de Reforma e Regulamentos da Instrução 1890 – 1930. Salvador BA: EDFBA, 2011.

SANTANA, Danilo. **Horácio de Matos**: o coronel que bateu a “invicta” Coluna Prestes. Disponível em: <bahia320102myblog.wordpress.com/horacio-de-matos-o-coronel-que-bateu-a-invicta-coluna-prestes-4/>. Acesso em 10 dez. 2020.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. Manifestações modernizadoras no alto sertão baiano–Caetité (1910-1920). Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Universidade Federal de Sergipe-UFS, Aracaju (SE), 2010.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo** (Aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité**. Pequeninina e Ilustre. 2ª ed. Brumado- BA: ED. Da Tribuna do Sertão, 1995.

SANTOS, Israel Silva dos. A Igreja Católica na Bahia da Primeira República (1890-1930). **Dossiê Religião**, N.4 – abril 2007/julho 2007 Organização: Karina K. Bellotti e Mairon Escorsi Valério Jorge Uilson Clark

SANTOS, João Marcos Leitão. Religião e Educação contribuição protestante à Educação Brasileira 1860-1911. **Tóp. Educ.**, Recife, v. 17, n. 1-3, p. 113-151, 2007.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. **O movimento republicano na Bahia**. Série História do Nordeste. Recife, vol. 1, nº 13, 1990.

SANTOS, Regina Rodrigues dos. História Cultural e História da Educação: Um Diálogo Profícuo. **VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar** Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI ISBN: 978-85-98711-10-2. Disponível em <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Sandra%20Regina%20Rodrigues%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em 10 dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Demerval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

SEABRA, J. J. **Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1914, p. 60-61.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Armando Malheiros. ISAIÁS, Artur Cesar (coordenadores). **Progresso e Religião**. A República no Brasil e em Portugal 1889 – 1910. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

SILVA, Daniele Húngaro da. **Considerações sobre a escrita em História da Educação na atualidade, em pauta**: Novos objetos, fontes e novos problemas. 2002. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em 10 dez. 2020.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 103-128 – 2003

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. Cartas Edificantes: Olhares dos Jesuítas Portugueses Exilados sobre a Educação e o Brasil no início do século XX. **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**- "História da Educação: matrizes interpretativas e internacionalização" realizado em Maringá-PR, no período de 29 de Junho a 02 de Julho de 2015.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. Cartas e Educação Jesuíticas: Memórias da Segunda Vinda dos Jesuítas Portugueses ao Nordeste do Brasil. In: Anais do VII. **Congresso Brasileiro de História da Educação**. UFMT, Cuiabá, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03>>. Acesso em 10 dez. 2020.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. MATOS Sheila Cristina Monteiro (Orgs.) **Os jesuítas e as ciências no Brasil e Portugal: quando a história se (re)faz**. Brasília: Cidade Gráfica, 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SPIX, Johann Batist von. MARTIUS, Carl F. P. von. **Através da Bahia**. 3 ed. Assembleia Legislativa da Bahia: Salvador, 2016.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de e MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, 2009, vol. 13, nº26. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 03 de jan. de 2021

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP. Salvador, BA: UDFBFA, 2001.

VALDEMARIN, Vera T. **Estudando as lições de coisas**. Campinas: Autores Associados, 2004.

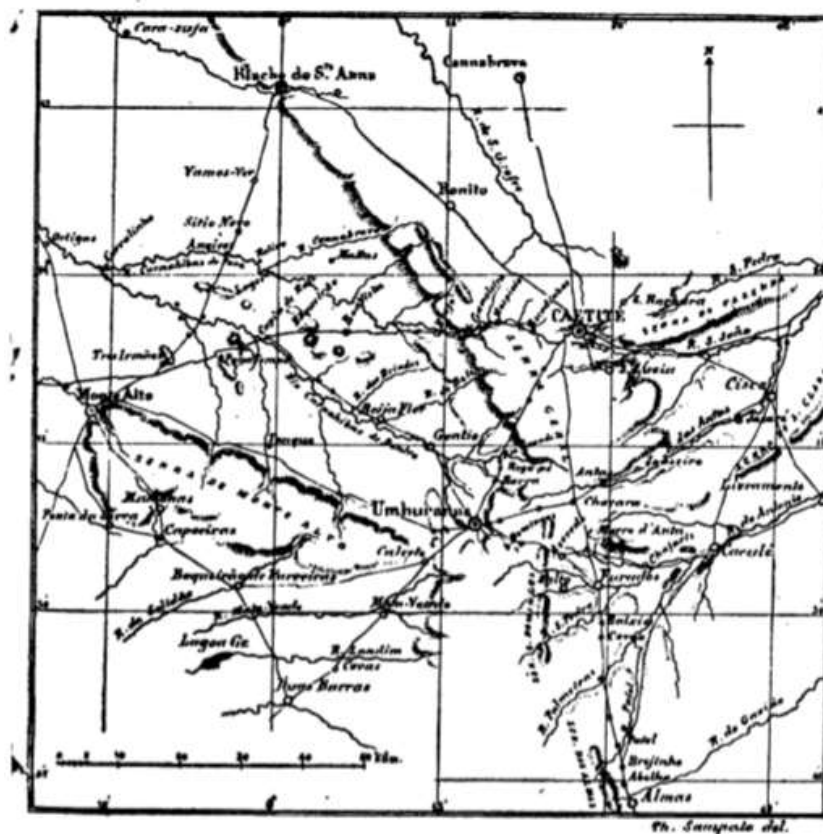
ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS** [online]. 2nd. ed. rev. and enl. Salvador: EDUFBA, 2010. 221 p.

WARDE, Mirian Jorge. **Questões Teóricas e de Método: a História da Educação nos Marcos de uma História das Disciplinas**. In: História e História da Educação. São Paulo, Editora. Autores Associados, 2000.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX: a reforma de Dom Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

ANEXOS

ANEXO A: Mapa desenhado por Teodoro Sampaio em sua passagem por Caetité em janeiro de 1880.



SAMPAIO, Teodoro. O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina. Escolas Profissionais Salesianas: São Paulo, 1905, p. 103

É seu director-gerente o Sr. Manoel Pinares e é collaborado por diversos.

O *Correio-Mão*, publicação mensal do Club Silva Jardim, que surgiu há pouco em Curitiba-Mão, d'este Estado.

O Liberto, organo do partido Republicano do Paraná, e do Estado. É seu gerente o Sr. Manoel Pinares. Está no 3º. anno de existencia.

O Trabalho, importante periódico que se publica no Estado de Amazonas sob a direcção e propriedade do Antonio Ruy Barbosa.

O Trabalho, pequeno e interessante periódico que sahe á luz em Curitiba, Estado de Minas.

O Arco da Lua, importante periódico que sahe no dia 4 de corrente noz na Cidade de Marabá, do Maranhão. É dirigido a um rico de interessante materia.

Relatorio da Procuradoria Fiscal relativo ao movimento de 1899, apresentado pelo Ilustre Sr. Dr. Manoel Luiz de Rêgo ao Excm. Sr. Dr. Secretario de Thezouro e Fazenda.

Municípios em attenção pelo patrocínio de um documento de real valor e distincto interesse a sua importancia para o importante cargo que lhe interinamente occupa.

Os Clubes Recreativos e Literarios do Estado do Estado do Rio Grande do Sul, para a qual tem a honra de ser a Penna o que mais satisfazer.

Uma copiar da lista de matriculas de alunos e fazenda de tal modo, que satisfazer.

Prova corrente do Excm. Sr. João de Deus, em 15 de Agosto de 1900.

As obras de um livro de grande importancia, em 15 de Agosto de 1900.

As obras de um livro de grande importancia, em 15 de Agosto de 1900.

As obras de um livro de grande importancia, em 15 de Agosto de 1900.

As obras de um livro de grande importancia, em 15 de Agosto de 1900.

As obras de um livro de grande importancia, em 15 de Agosto de 1900.

As obras de um livro de grande importancia, em 15 de Agosto de 1900.

As obras de um livro de grande importancia, em 15 de Agosto de 1900.

As obras de um livro de grande importancia, em 15 de Agosto de 1900.

As obras de um livro de grande importancia, em 15 de Agosto de 1900.

Despedida.—A 18 do corrente veio trazer-nos sua despedida, por ter de seguir para Curitiba, o Ilustre Alferes João de Oliveira Gomes. No dia seguinte seguiu do facto deixando aqui entre nos muita sympathia, não só pelas suas qualidades pessoais como pelo seu modo de proceder como autoridade.

Visita.—Tivemos a honra de receber em nossas officinas a visita do Sr. Belmonte Portella, representante de importante casa commercial da praça da Bahia, o que aqui chegou ha dias. Vêjo visitar-nos em companhia do Sr. Major Manoel Fernandes da Cunha, acreditado negociante retalhista n'esta Cidade.

Confessandarias.—Muito pombozinhos, muito angelinhos e com que é tão bem representada.

Professura.—Chegando a esta Cidade na semana passada a Excm. Sr. D. Joana Trindade Moraes, honrada Professora Estadual da cadeira da sexo feminino d'apoi, assunção e exereção. Visitamos a muito esperando da sua competencia em geral do desenvolvimento intelectual e moral da nossa sociedade e futuro da familia carioca.

Particimento.—No Bella-Flor, no mez passado falleou a Excm. Sr. Dr. Tenente Nazareno dos Santos, notoriamente estabelecido n'aquella praça. Ao inextinguivel vivo accoentamos as nossas visitas de condolencia.

Tinta.—Este numero do nosso periodico e o passado são impressos em tinta fabricada em nossas officinas. Ha muito fabricamos massa para rolos e a gerenciamos e a fabrica de fabrica a tinta, desta a nossa excepcional colligação em max zona remota onde tudo é mais difficil.

Participação.—Do Ilust. Sr. Coronel Pedro Marques Leão e a Excm. Sr. D. Mar a José de Seixas Leão resolveu nos devida participação de teres o assunto em Marabá a 20 do Outubro corrente.

Despedida.—Tivemos a honra de receber em nossas officinas a visita do Sr. Belmonte Portella, representante de importante casa commercial da praça da Bahia, o que aqui chegou ha dias. Vêjo visitar-nos em companhia do Sr. Major Manoel Fernandes da Cunha, acreditado negociante retalhista n'esta Cidade.

Confessandarias.—Muito pombozinhos, muito angelinhos e com que é tão bem representada.

Professura.—Chegando a esta Cidade na semana passada a Excm. Sr. D. Joana Trindade Moraes, honrada Professora Estadual da cadeira da sexo feminino d'apoi, assunção e exereção. Visitamos a muito esperando da sua competencia em geral do desenvolvimento intelectual e moral da nossa sociedade e futuro da familia carioca.

Particimento.—No Bella-Flor, no mez passado falleou a Excm. Sr. Dr. Tenente Nazareno dos Santos, notoriamente estabelecido n'aquella praça. Ao inextinguivel vivo accoentamos as nossas visitas de condolencia.

Tinta.—Este numero do nosso periodico e o passado são impressos em tinta fabricada em nossas officinas. Ha muito fabricamos massa para rolos e a gerenciamos e a fabrica de fabrica a tinta, desta a nossa excepcional colligação em max zona remota onde tudo é mais difficil.

Participação.—Do Ilust. Sr. Coronel Pedro Marques Leão e a Excm. Sr. D. Mar a José de Seixas Leão resolveu nos devida participação de teres o assunto em Marabá a 20 do Outubro corrente.

Despedida.—Tivemos a honra de receber em nossas officinas a visita do Sr. Belmonte Portella, representante de importante casa commercial da praça da Bahia, o que aqui chegou ha dias. Vêjo visitar-nos em companhia do Sr. Major Manoel Fernandes da Cunha, acreditado negociante retalhista n'esta Cidade.

Confessandarias.—Muito pombozinhos, muito angelinhos e com que é tão bem representada.

Professura.—Chegando a esta Cidade na semana passada a Excm. Sr. D. Joana Trindade Moraes, honrada Professora Estadual da cadeira da sexo feminino d'apoi, assunção e exereção. Visitamos a muito esperando da sua competencia em geral do desenvolvimento intelectual e moral da nossa sociedade e futuro da familia carioca.

Particimento.—No Bella-Flor, no mez passado falleou a Excm. Sr. Dr. Tenente Nazareno dos Santos, notoriamente estabelecido n'aquella praça. Ao inextinguivel vivo accoentamos as nossas visitas de condolencia.

Tinta.—Este numero do nosso periodico e o passado são impressos em tinta fabricada em nossas officinas. Ha muito fabricamos massa para rolos e a gerenciamos e a fabrica de fabrica a tinta, desta a nossa excepcional colligação em max zona remota onde tudo é mais difficil.

Participação.—Do Ilust. Sr. Coronel Pedro Marques Leão e a Excm. Sr. D. Mar a José de Seixas Leão resolveu nos devida participação de teres o assunto em Marabá a 20 do Outubro corrente.

Despedida.—Tivemos a honra de receber em nossas officinas a visita do Sr. Belmonte Portella, representante de importante casa commercial da praça da Bahia, o que aqui chegou ha dias. Vêjo visitar-nos em companhia do Sr. Major Manoel Fernandes da Cunha, acreditado negociante retalhista n'esta Cidade.

18. assefiança do Conselho Municipal Tenente Coronel Octavio Rodrigues Lima, Capitão João Antonio dos Santos Gomes, Tenente Francisco Pinto Montenegro Tenente José Teodoro Joaquim da Silveira Lima.

20. assefiança da Escola Municipal Major Octavio Xavier Cutrim, Tenente Coronel Cícero Antão Araujo, Cap. Francisco José do Sant'Anna, Alferes Casimiro Dantas Castro Cap. Gustavo Teixeira de Lacerda.

22. assefiança da Escola Estadual do sexo masculino Cap. José Antonio Ladela Lima Coronel José Antonio Rodrigues Lima Professor Antonymo Soares Publico Major José Bernardo Fagundes de Brito Tenente Cesar Giaroz Domingues.

24. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente José Evangelista de Souza Tenente Coronel Bartolomeu Gabriel de Araujo Capitão Teodoro Emilio Elycio da Silva Major Manoel Fernandes da Cunha Major Silveiro Antonio da Silveira.

26. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

28. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

30. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

32. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

34. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

36. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

38. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

40. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

42. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

44. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

46. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

48. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

50. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

52. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

54. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

56. assefiança da Escola Estadual do sexo feminino Tenente Leonino Gomes do Azevedo Cap. Derivaldo José das Neves Cidadão Custodio Brazillo do Moraes Manoel Custodio do Magalhães Gasparino Pereira do Castro.

Historia do Brazil Lima Junior, Gonçalves da Cruz, João Osorio.

Historia Universal Lima Junior, Gonçalves da Cruz, João Osorio.

Desenho Deoclecio Silva, D. D. Alzira S. Teixeira Rodrigues Lima, e Elisa Pinchemel Rodrigues.

3º. anno Portuguez Pedro Moura, Lima Junior, João Osorio.

Pedagogia Marcellino Neves, Gonçalves da Cruz, João Osorio.

Mathematica Pedro Moura, João Osorio, Lima Junior.

Physica e Chimica João Osorio, Marcellino Neves, Gonçalves da Cruz.

Biologia João Osorio, Pedro Moura, Lima Junior.

Historia do Brazil Pedro Moura, João Osorio, Lima Junior.

Desenho D. Elisa Pinchemel, Deoclecio Silva, Aristides Borba.

3º. anno Portuguez Pedro Ramos Lindgren de Moura, Marcellino Neves, João Osorio.

Mathematica João Osorio, Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves.

Historia Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior, Pedro Moura, Marcellino Neves.

Geographia Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves, Lima Junior.

Desenho D. Elisa Pinchemel Rodrigues, Deoclecio Ramiro da Silva, Aristides Pereira de Borba.

3º. anno Portuguez Pedro Moura, Marcellino Neves, João Osorio.

Francuez Gonçalves da Cruz, Lima Junior, Marcellino Neves.

Mathematica João Osorio, Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves.

Pedagogia Marcellino Neves, Pedro Moura, João Osorio.

Geographia Lima Junior, Pedro Moura, João Osorio.

A PENNAS

Escola Normal de Curitiba

São estas as mesas examinadoras que tem de funcionar em novembro p. v. — na Escola Normal.

1º. anno Portuguez Pedro Ramos Lindgren de Moura, Marcellino Neves, João Osorio.

Francuez João Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves, João Osorio.

Mathematica João Osorio, Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves.

Historia Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior, Pedro Moura, Marcellino Neves.

Geographia Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves, Lima Junior.

Desenho D. Elisa Pinchemel Rodrigues, Deoclecio Ramiro da Silva, Aristides Pereira de Borba.

3º. anno Portuguez Pedro Moura, Marcellino Neves, João Osorio.

Francuez Gonçalves da Cruz, Lima Junior, Marcellino Neves.

Mathematica João Osorio, Gonçalves da Cruz, Marcellino Neves.

Pedagogia Marcellino Neves, Pedro Moura, João Osorio.

Table with 2 columns: Name and Position. Includes names like Anna presida, Maria Inês Ottilia, Josepha de Sant, Anna Marcellino, etc.

Despedida

Retirando-me para a Cidade de Curitiba para onde fui despedido e sahido as pressas, não pude, como era meu dever, despedir-me pessoalmente de todos as pessoas que, em tão curto prazo que aqui estive, me di pensaram tantas finexas. Peço, portanto a todos que accedem as minhas como se eu proprio fora. Alli offerço os meus prestimos.

Curitiba, 18 de Outubro de 1900 João de Oliveira Guerra.

Eleição de 4 de novembro

Para Senador Estadual, O illustre e honrado bahiano João Moreira de Linho.

Muitos electores.

Declaração

João do Carmo Vieira declara ao publico que de ora avante assina-se João do Carmo. Curitiba, 20 de Outubro de 1900. João do Carmo.

-Enfletos das nossas frentes Da vida no alvorecer, Symbolicamos o quanto, Nesta suprema alegria, O coração balbuciar. Só o que a alma quer dizer...

Doucelcio Silva.

Recomendados

A 22 do corrente, ás 8 e 1/4 horas da manhã desposou no lar do nosso distinto amigo o Exm. Sr. Dr. Deceleciano Pires Teixeira mais uma vida, que veio encetar da jubilo o coração de seus felizes paes.

Felicitando os pelo nascimento do innocente Jayme, fazemos votos por que tenha uma brilhante carreira, reflexo da de seus dignos progenitores.

-Na Capital, conforme gentilmente communicaram-nos a Exm. Sr. D. Almerinda da Silva Almeida a seu esposo o Capitão Vitalino Candido de Almeida, teve esse digno par a ventura de ver a si do corrente enriquecida com o innocente Vitalmíro, a quem desejamos um futuro feliz.

Neurologio

Em S. Sebastião, d'este Municipio a 7 do passado, succumbiu a Exm. Sr. D. Maria Joaquina de Brito, mulher de Zeferino da Rocha Pinto, que se achava ha 7 annos em S. Paulo.

A infeliz Senhora que é irmã do Sr. Capm. João Cassiano de Oliveira e cunhada do Major Marcelino Llanu de Sousa, foi victima do tuber-

culose pulmonar e deixou dois filhos menores. Passamos.

-Em sua Fazenda Chacara, com idade de 92 annos, falleceu o Sr. Tenente Coronel João Pereira da Costa, homem mui conciliado e gentil do grande prole, que figura com lustre nos Municipios de Caetité, Monte Alto e Umburanas. O illustre morto deixou um nome sem mancha.

A sua viúva e mais parentes apresentamos nossas condolencias. -Nesta Cidade foi hontem inhumado o Cabo reformado da Policia Antonio Joaquim Rodrigues, Piaubynense. Tendo estado aqui destacado por muitos annos, desde 1872 ate aposentar-se, sempre se revelou homem pacifico e ordeiro.

Precedia soldo pelos cofres do Estado, e recebia-os na Estação Fiscal desta Cidade.

O morto deixa viúva e dois orphãos em extrema penuria.

-A 12 do passado, do febre typhoide, falleceu nos Lanchões do Rio Verde a Exm. ex-sorte do nosso amigo o Sr. Antonio Antunes Junior.

Nossas condolencias. -16 do corrente, no Arraial do Bonito, succumbiu do bronchite a innocente Aninha filhinha dilecta do nosso conterraneo o Sr. Alferes João Ivo. Nossas sentimenos.

Musica

Chamamos a attenção da nossos leitores para a gravura que exhibimos no presente numero, da musica de um hymno escolar, a qual foi realisada pelo nosso acaá admirado Alfredo Costa, nosso intelligente conterraneo.

Corrigenda Tendo sido omitidas na publicação que firmes do demonstrativo das entradas e despesas com a canalisação das aguas d'esta Cidade, duas parcelas sendo: \$207\$100 de frete á Estrada do ferro Central por 1272 volumes e 453\$85 com o transporte de M. Portella a esta Cidade, publicamos do novo o demonstrativo.

Biblioteca da Escola Normal de Caetité

Recebeu agora copias dos importantes quadros:

«A Ventania», de Antonio Parroiras, offerta pelo distincto bahiano Major Theocleto Pires Teixeira;

«O Descobrimento do Brazil» Centenario, offerta pelo illustre poet. Guimarães Passos, brilhante collaborador da «Gazeta de Noticias», do Rio.

Communicado

Ill. Cidade João Gomes, Digno Garante d'A Penna. Senhor redactor.

Venho pela presente scientificar-vos das occorrencias ultimamente havidas n'esta Villa. No dia 6 do corrente meza, pelas 5 horas da tarde debrá entrada nesta Villa o Exm. Sr. Dr. José Vicente Tanajura Guimarães, e sua digna consorte Exm. D. Angelina Cazanova Guimarães e o Promotor Adjuncto Olympio Rodrigues Vianna, tendo ido ao encontro da illustre comitiva diversas pessoas gradas desta Villa, salutando-se d'entre ellas o Hm. Sr. T. Coronel Intendente Municipal, o Advogado da Intendencia, Escrivas,

representantes do commercio, etc. O Exm. Sr. Dr. José Vicente veio no caracter de Juiz de Direito da Comarca, abrir a segunda sessão periodica do Grande Jury, que effectivamente funcionou, sendo submettidos a julgamento dois réos, absolvendo um e condemnando outro a trinta annos de prisão celular, os quaes foram defendidos pelo Ill. advogado Tonceto Elpidio d'Oliveira Martins, Terminada a sessão, o Dr. Presidente do Tribunal, proferiu uma brilhante allocução agradecendo aos jurados e aos habitantes desta Villa, o que commoveu immanensamente o auditorio. Não devo Sr. Redactor, deixar de salientar a digno e leal proceder do Integro Doutor Juiz de Direito José Vicente, em tão boa hora escolhido para presidir os destinos desta Comarca, quer no caracter de Magistrado, quer no de homem particular, possuidor de maneiras illmas, affaveis e captivantes.

No dia 11 pelas 7 horas da manhã partiram para a Cidade do Minas do Rio de Cortes sêda da Comarca os illustres hospedes, deixando saudades a todos aquelles que com elles conviverão tão curtos dias. Terminando, Sr. Redactor, desejo longa vida e felicito-vos pelo vivo interesse que tendes tomado pelo bem estar das zonas sertanejas, e publicando estas linhas muito obrigados ao vosso constante leitor e admirador.

Jussupe 12 de Outubro de 1901 Antonio de Souza Guimarães

A PEDIDOS

Eleições de Umburanas

O abate abalizado, nimbamente penhorado a seus amigos e ao independente electorado d'este Municipio, vem a imprensa em seu nome e do Directorio politico d'esta Villa agradecer ao crioso electorado a mais publica prova de solidariedade com o dito Directorio e seu programma, os mais nobres e elevados sentimentos pelo interesse e garantia do direito individual e liberdade de votos, dando a nossos vizinhos o grandioso exemplo de verdadeiro patriotismo e civismo, no ultimo pleito electoral que hontem teve lugar nos quatro Districtos que compõem este Municipio, sufragando os tres Candidatos apresentados pelo Directorio para preenchimento de tres vagas no respectivo Conselho Municipal, com 178 votos contra 8 que teve outro nosso amigo e dedicado correligionario—o Capitão Marcelino Garcia Leal.

Parecendo um tanto resumido o numero de 136 electores que concorreram ás urnas, elle foi muito maior do que se esperava, pelos seguintes motivos: Alem do ser reabtecido o antigo systema da verdade eleitoral abolido a tão longos annos pelo systema torpe e já inveterado da hedonista fraude recuperadora da liberdade e da honra do povo; alem de pequeno numero de electores adversarios possimistas indifferentes ou incoescentes; alem do ultimo alistamento electoral ter sido procedido em 1895 e todo inquinado de defeitos, em cujo periodo de 6 annos, consideravel numero de electores foram mortos e mudados para fora do Municipio; occorreu que, todo sido pelo Conselho Municipal designado o dia para a dita eleição, o Directorio apresentou seus

HYMNO ESCOLAR

A'S PROFESSORANDAS CAETITENSES DE 1901.

Poesia de Theodoro Silva.

Musica de Alfredo Costa.

Musical score for the hymn with lyrics: Quem qui zer ces co hrit o sa... lar - Ve nha ou vir a lin gua gem mo... de lo, A quo o mes-tro nos sa bo fa... lar. Ve nha ou vir a lin gua gem mo... do lo, A quo o mes tro nos sa bo fa... lar. Com pa nhel, rus! tas lu - etas da... vi da A vi eto wa on gran do cu o pa... iz. do rá as silu o lira sil por vin... dou ro U ma pa tria o pu les ta e fo...

ly. Não ha nada que mais nobilita A criança que quer aprender Do que a lotta d'aria, constante, Em proença da luz do saber.

Companheiros, etc.

O operario que bato á bigorna O martello, em permuta do pão, Como o sabio escrevendo em silencio Auxilia tambem á instrucção.

Companheiros, etc.

Elevemos nos hymnos da escola Homensagens ao dever juvenil... Combatamos em nome da gloria. -A esperança do nosso Brazil

Companheiros, etc.

Caetité, 1901.

Arquivo Municipal de Caetité
ANEXO F: Bula Maius animarum bonum:

Maius bonum animorum ac religionis cristianae incrementum profecto intendens, hodiernus Archiepiscopus Sanctissimi Salvatoris de Bahia in Brasiliana republica nuper Nos suppliciter exoravit ut amplissima et frequentissima sua diocesis arctioribus circumscriberetur limitibus indique tres aliae novae origerentur dioceses. Nos vero, cui nihil antiquius est, quam spiritualia subsidia aut adiumenta christifidelibus per orbem dispersis magis magisque adaugere, suffragantibus tum Apostolico Nuntio in Brasilia, cum Venerabilibus Fratribus de Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalibus, rebus consistorialibus praepositis, huiusmodi preces benigne excipiendas statuimus. Quapropter, de Apostolicae potestatis plenitudine atque utentes etiam facultate Sanctae Sede expresse reservata in Apostolicis litteris sub plumbo, quarum initium “Ad universas orbis excelsias”, die vigesima septima mensis Aprilis anno millesimo octingentesimo nonagesimo secundo datis, libere ineundi novam diocesum circumscriptionem, quandocumque in Domino expedire visum fuerit, suppleto praeterea, quatenus opussit, quorum intersit, vel sua interesse praesumant, consensu, universum territorium, quod ad diocesim Sanctissimi Salvatoris de Bahia praesens pertinet, in quatuor partes perpetuo dividimus ac sciungimus, in quarum prima ipsum Sanctissimi Salvatoris diocesim circumscribimus et definimus, in ceteris vero partibus tres novas ac distinctas dioceses, Barrensem, Caetitensem atque Ilhoesensem denominandas perpetuo constituimus et erigimos in eum, qui sequitur modum. [...] Praeterea memoratas Barrensem, Caetitensem et Ilhoesensem dioceses, quemadmodum et coeterae iam exstantituimus metropolitanae sedi Sanctissimi Salvatoris de Bahia, uti superius novis finibus circumscriptae; earumque idcirco Episcopos ac in eodem munere sucessores metropolitico iuri ipsius Archiepiscopi Sanctissimi Salvatoris de Bahia subiicimus.

(TRADUÇÃO) Tendo em mente o bem maior das almas e o incremento da religião cristã, o atual Arcebispo de São Salvador da Bahia, na república brasileira, recentemente Nos enviou solicitação, suplicantemente, de que sua amplíssima e populosíssima diocese seja circunscrita a limites mais estreitos, de onde se originem três novas dioceses. De fato, Nós – para quem nada é mais urgente que aumentar cada vez mais os reforços e auxílios espirituais para a cristandade dispersa pelo mundo –, e ouvido o Núncio Apostólico do Brasil e os veneráveis irmãos Cardeais na de Santa Romana Igreja, mandatários nos assuntos sinodais, decidimos

acolher com benevolência este pedido. Por esta razão, na plenitude dos poderes apostólicos e amparado, ainda, nas faculdades expressamente reservadas na Constituição Apostólica oficial *Ad universas orbis excelsias*, lavrada e datada em 27 de abril de 1802 – que permite reconsiderar uma nova delimitação das dioceses sempre que útil, diante de Deus, ou também, quando necessária, ao consentimento dos interessados ou dos que o julgam ser –, dividimos e cingimos perpetuamente todo o território hoje pertencente à diocese de São Salvador em quatro partes, a primeira das quais a própria diocese de São Salvador, e dela, nas outras partes, constituímos perpetuamente as três novas dioceses, denominadas de Barra, Caetité e Ilhéus, e assim as constituímos. [...] Além disso, conferimos às dioceses acima desmembradas, bem como às já existentes de Alagoas e Aracaju, a condição de igrejas sufragâneas da Sede Metropolitana de São Salvador da Bahia dentro dos novos limites acima indicados; por esta razão, confiamos os bispos delas e seus sucessores no mesmo cargo à autoridade metropolitana do mesmo Arcebispo de São Salvador da Bahia. (MARQUES, 2013, p. 285)

ANEXO G: Jornal A Penna, 29 de abril de 1915

ACEITAM-SE APEDIÇOS A \$200
RÉIS A LÂMINA CORIVO &
ANNUNCIOS MEDIANTE CONTRATO

A PENNA

Correntes: João Gomes Proprietários: Gomes & Filhos

ANNUALIDADE
ANNO..... 74000
MESES..... 28000
PAGAMENTOS ADIANTADOS

ORGAN DOS INTERESSES COMMERCIAES, AGRICOLAS E CIVILISADORES DO ALTO SERTÃO
FUNDADO EM 5 DE MARÇO DE 1897 E RESTAURADO EM 19 DE DEZEMBRO DE 1911

ANNO IV BAHIA Caetité—Quinta-feira 29 de Abril de 1915 BRAZIL NUMERO 87

HOMENAGEM AO 1.º BISPO DE CAETITÉ



D. Marcel Raymundo de Mello
1.º BISPO DE CAETITÉ

Dedicatória

A vós, laurentímbolos Senhor Bispo de Caetité, preclara turba de acedridas virtudes e reverendis saber,—saber e virtudes que revereram a glória da Summa Autoridade da Igreja Catholica:—a vós que, na tremulante ousada do christão, condheis por um magno e illustre exemplo, throtosa confissão da vossa bondade, candura e mansidão, sublimas pedradas que, como o alvo symbolico, exaliam santos e adherentes perfumes;—a vós que, pela vossa fortaleza de animo, clarividencia e rectidão, fostes luz do lucido do comuado e a cathedra do sagrado

magisterio;—vós, os humildes admiradores de vossa alma asperior, vossa offerecer esta puzurubia.
E a Caetité que aqui vive, Senhor, em-felando, nos expressões do caridos que nãsegura, ascerções de todos que este-merem esta terra. E todas vossas corações, emanando em uma única vibração de est-fuldoso e amor, conselheira, em unânime, unsei consócio,—a certidões e soberanas opinião do povo d'esta terra—o qual vem exprimir:—GRATIAS, porque, abençoado accellato em exilio voluntario e vobros, na angustia do mardido a que vos ex- huetestes,—a fiação de Jesus, que desera das retancas do paraiz eterno a humilde-za: esta a homenagem da terra,—establar vossuero sobre as vossas sanctas e parra, como puzise auctos do as vossas

Intenções;—estregio e vestrãção porque sabe d'isso da auct-ardite que vobros ex- cer, ebits por Deus, que attende aos heitos accellatois da vossa alma ben- formada, a qual, na fultidão d' Aquelle que É VITA, ET VERITAS, ET VITA comente cura do letu e da fidelidade d'aque lica que foram mandados ao vossas que vobros d'interio.
Accellato, pois, Reverendissimo Senhor, esta humilde offereida, que é a abrida conselle de das fides de Jesus, alma abrida,—o vobros do que de mais parvitas parvitas colher no intio das vossas corações, gulos e jubilação.
A reverência, que expremos da vossa generosidade, será sempre instante que nos confidre, a vós que, como slavo parvito de vobros, heigamos o vossu auct.
G.

ACEITAM-SE APÊDIDOS A \$2000
 RÉIS A LINHA CORPO 8
 ANUNCIOS MEDIANTE CONTRACTO

A PENNA

ASSIGNATURAS
 ANNO.....7\$000
 MEZES.....\$600
 PAGAMENTOS ADIANTADOS

Gerente: João Gumes Proprietários: Gumes & Filhos

ORGAN DOS INTERESSES COMERCIAES, AGRICOLAS E CIVILISADORES DO ALTO SERTÃO

FUNDADO EM 5 DE MARÇO DE 1897 E RESTAURADO EM 19 DE DEZEMBRO DE 1911

ANNO IV BAHIA Caeteté—Quinta-feira 6 de Maio de 1915 BRAZIL NÚMERO 81

Festas em honra do primeiro BISPO DE CAETETE

Ha mezes aguardava Caeteté a chegada do seu primeiro bispo, desde muito tempo nomeado. A Commissão lucubrida de organizar donativos para as festas que deviam illustrar um facto tão auspicioso, lucidamente, trabalhava de bom vontade, sendo auxiliada quanto possível por todos aquelles que comprehendem o alcance de um facto tão notavel como é a elevação da nossa cidadezinha a um lugar de destaque. Infelizmente a crise financeira que assolhera todo o paiz, as difficuldades com que arram as classes, que têm os seus interesses entrançados como a entrosa de um mechanismo, bastando que uma das mais importantes soffra, para que as outras resistam-se tambem,—foram empecos que muito embarçaram e ainda embarçam a nossa acção e boa vontade. Nem assim, porém, deixaram de ser levados a effecto os planos e o programma traçados de antemão.

Ornamentação

Desde o dia 27 foi começado o serviço de ornamentação das ruas e no dia 28 em todas as praças, travessas, ruas, vielas e recantos os mais preciosos da Cidade ergueram-se arcos de folhagens, muitas fructas acanhavam-se ornadas de palmas e grinaldas e tremulavam correntes de papalotes multicores que se intercruzavam. Merecem especial menção a rua «Barão de Caeteté» e a Praça da Cathedral. N'aquelle, alem da multiplicidade de arcos de folhagens naturaes e muitos enfeites de papalotes palmas naturaes, ostentavam-se tres arcações feitas com apuro, cobertas de telas coloridas e reboando sobre lindas colunas, sendo uma na entrada da rua pelo lado do poente, outra em meio percurso e a terceira no desembocar da praça—essa erguia-se em frente á residencia destinada a S. Excia. um lindo arco de telas sobre lindas columnas e lindando das armas adoptadas pelo Prelado, um coreto destinado á philarmonica e, em diversos pontos, altos mastros ostentando estandartes e servindo de pontos de partida para uma infilhadade de correntes multicores que, em seu conjunto tinham o aspecto de vastos parthões conicos. A rua Saldanha Maranhão merece tambem especial menção pelo modo por que foi ornamentada. Por todos os lados da Cidade vlam-se humitar e rebrilhar as mais vivas cores.

O Palácio

A residencia particular que a commissão transformou em palacio para a recepção do Exmo. Sr. D. Manoel Raymundo de Mello, foi pravelmente assediada e mobilhada com esmero, sendo prohibida de tudo quanto necessario fosse ao nonchege e bem estar do illustre hospede. Das antes já haviam chegado aquil muitas cargas conduzindo objectos pertencentes a S. Excia., os quizes foram guardados ali, nada, pois, faltava até as minutas para que o illustre Prelado fosse acolhido magnificamente.

O Collegio

Propostalmente mencionamos em

separado o Collegio dos Padres Jesuitas, o qual esmerou-se na ornamentação das suas fachadas, erigendo lindas arcações feitas a capricho e engalanando-se de accordo com os mecenamentos do illustre hospede que aguçava os olhos e a boa vontade e entusiasmo dos bons e dignos sacerdotas que tanto concorreram para o brilho das festas que foram realisadas.

«O povo»

Apezar da apprehensão a que somos fatalmente arrastados pela crise geral que nos assolhera, nem por isso deixou o nosso bom povo, deixaram os habitantes das circumvizinhanças da Cidade e muitos distinctos cavalleiros deste e de muitos outros municípios da diocese de vir, com o mais bello interesse e enthusiasmo, tomar parte nas nossas alegras. Assim é que, desde o dia 27 chegavam pessoas de destaque de Monte Alto, Paramirim, Macalhães, Jacaracy, Emburanas e outros lugares e os Rivinos, Alzarias de Rio de Contas, Paramirim, Villa Vella, Bom Jesus dos Meirins, Emburanas; Caeteté, Bom Jesus do Rio de Contas e Jacaracy deixando de vir outros por doença ou por outra justa razão, sendo, entretanto, aqui representados. Chegavam grupos e grupos de fazendeiros obnoscidos e de empolhos, com as suas familias. No dia 29 a Cidade recegia, as casas não comportavam o povo que affluira, a ponto de pobres familias acolectarem no rebento da calçada-se apressadamente que affluir, sem á cidade sete a oito mil almas. Trabalhavam pelas ruas, empastando-lhe um despojado movimento, grupos de mulheres, familias, crianças, cavalleiros, representantes de todas as classes, necessariamente, que durante o dia e a noite em procura dos templos, que até pela madrugada. Todos aguardavam ansiosamente a

Chegada

Em duas horas da tarde do dia 29, quando já percorriam as ruas da Cidade muitos grupos de cavalleiros, reuniam-se familias na praça ou encaminhavam-se para a rua Barão ao encontro, apresentavam-se a Irmandade do S. S. Coração, a philarmonica Lyra Caetetense, as corporações, as classes, as escolas publicas e as do Collegio S. Luiz Gonzaga. As quatro e meia horas da tarde chegaria S. Excia. Revma. o Sr. D. Manoel Raymundo de Mello.

Já ás 4 horas era intransitavel a bella rua «Barão de Caeteté» tal a agglomeração de povo. Na praça em frente ao desambocor da rua achavam-se assentados apparelhos photographicos pelo Sr. Manoel Ramos Neco e pelo talentoso Sr. Francisco David de Sousa, que dispunha de um moderadissimo instantâneo *littu rapido* que poderia apunhar doze instantaneos.

O Exmo. Sr. Bispo pernoitara na fazenda do nosso amigo o Sr. Major Manoel Belmino de Britto Costa, onde por este fornhe dispensada fidelis hospitalidade. D'ali, por diversos pessoas que fazem parte da Commissão, foi guiado pelo alto da serra, fazendo descer em Tucano onde fez a sua refeição. D'ali seguiu por Tabão onde já em grande numero de cavalleiros encorporou-se á comitiva. No alto do

geraes já em imponente e envidrada. Ah! o sr. Quibaud estampou na objectiva photographica diversas poses. Ao descer para a Cidade já o numero de cavalleiros subia a 700.

Foi uma entrada verdadeiramente triumphal, solenne, imponente, nunca vista n'estas paragens. Todas as classes, as escolas, o clero, irmandades, corporações, philarmonica e grande massa de povo a pé desfilarão festiva e entusiasmada pela principal artéria da Cidade em meio de delirantes acclamações a S. Excia., aos sons da musica, no intuito de expor de milhares de fogos, tudo sob o tremular dos estandartes, firmilhas, gallardetes e vistosa ornamentação. Ao desembocar na praça da Cathedral era realmente grandioso o espectáculo.

Ainda não tinham se encerrado a multidão que encheo fictivamente a avenida «Barão de Caeteté» e já a praça parecia não mais comportar o povo. Vinos em meio de todo esse movimento e rumor, ao chegar em frente á sua residencia, S. Excia. o Sr. D. Manoel Raymundo de Mello, sympathico, sorridente, caridoso e agradecendo a todos, de chapéo na mão a saudar para um e outro lado enquanto a multidão delirante acceyva-se de solista, acclamando por vel-o de perto enquanto uma nuvem de petallos e confetti, como chuva amoravel de benções cahia sobre a sax veneranda e sympathica fronte. A Commissão, da qual era presidente o Meritissimo Sr. Dr. Luiz de Direito Angelo Henrique Martelli e faziam parte os vultos mais proeminentes da nossa sociedade, aguçava S. Excia. caridosamente. E a nossa P. Bispo por entre altas respeitosa, foi recebido pela Commissão, pelo clero secular e pelo Collegio dos Jesuitas e conduzido para o interior da casa sempre victoriosa, no tempo que os sons da «Lyra» enchiam o ambiente de sons doces e aliciosos harmonias.

Com S. Excia. chegavam o Rivino Monsenhor Mantredo Lima, talento de escó e nome lido nos nossos melhores centros e duas pessoas de sua familia.

A Penna

A nossa modesta folha, que sempre procurou interpretar os sentimentos do nosso bom povo, não pôde deixar de manifestar a sua inteira solidariedade com elle em momento tão solenne e promissor. Por isso demos um numero especial n'esse dia—uma polyarchia em homenagem ao Exmo. e Revmo. Sr. D. Manoel Raymundo de Mello. Collaboraram n'essa obra, que era um sincero preito de veneração e carinho ao illustre Prelado, acamestrados penmas de sacerdotas distinctos e cultos belletristas que muito honram Caeteté. A tiragem foi augmentada e, em grande parte, impressa em papel superior, e, no um numero especial impresso em uma tela e, guardado em estofa, entregue a S. Excia. pelo nosso director pessoalmente.

Te Deum

No dia 30 ás 4 horas da tarde foi cantado solenne Te Deum bandados com a assistencia de numerozo clero, de todas as altas autoridades judicarias e administrativas, do funcionamento publico, escolas, commissão, associações. Apoiado na oração e o povo que, em massa, encheu a nave da Cathedral, derramavam-se pelos corredores e extravasava pelos contornos do templo e, em frente delle, erguendo-se numa enorme extenção, S. Excia. o Sr. D. Manoel Raymundo de Mello, ricamente paramentado, fez a sua entrada solenne na cathedral em meio das mais expressivas demonstrações de

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.
ANEXO I: Jornal A Penna, 31 de outubro de 1918

Assinaturas e Anúncios
PAGAMENTO ANTES

A PENNA

Assinaturas por
R\$ 100,00
PAGAMENTO ANTES

ORGAN DOS INTERESSES COMMERCIAES, AGRICOLAS E CIVILISADORES DO ALTO SERTÃO

HARENTH—John Gama—PROPRIETARIO—Gama & Filho

ANNO VII | BAHIA — Caetité—Quinta-feira, 31 de Outubro de 1918 — BRASIL | NÚMERO 174

COACÇÃO

INJUSTA AGRESSÃO

Para edificação dos nossos leitores e assinantes, damos aqui abaixo, na integra, uma carta dirigida á nossa redacção:

Caetité, 22 de Outubro de 1918

Sr. João Gomes Bastante magoado pela propaganda systematica e indigna do seu jornal em favor dos PORTUGUEZES, por devida razão, alojados nesta cidade episcopal, e que andam quasi todos de arribado, não só com o intuito de derrubar a sua heresia como principalmente de prepararem o espirito de massa para, na sua maioria inconsciente, serem mais tarde entrada á America do Norte que vira unicamente acambarcar os productos nossos, como café, cacão, fava, amendoim, e a sua exclusão das zonas mineiras, com foga demonstrado em Cuba e Ilhas Philippinas; em protesto como filio, e em nome do povo catholico desta Diocese contra tal propaganda que considero vil, diabólica e torpe; e Deus permita que este nosso protesto não seja o inicio de uma revolta em desaffronto. Deixo de deozer-lhe o ultimo numero do referido jornal para postal de uma decapada! Não obstante, devesse o Sr. suspender a remessa do mesmo para o nosso Paiz até que tome juizo o pessoal responsavel da redacção, e renuncie a infernal systema. De V. S.º attento servido Senhor J.º Gama, Bispo Diocesano.

A missiva acima se refere a A Penna e, quando se offerecessem duvidas a respeito, isso foi esclarecido, duas dias depois, na missa conventual, sendo lida, por ordem do ministro, uma injunctoria contra este magoado e infelizativo periodico, cujo sumo foi enunciado em publico e raso, em face da opinião da Caetité, que A Penna representa ha 21 annos e quasi 8 meses, a contento do publico honesto e sensato, com os seus applausos.

E não pense o leitor que esse apoio incondicional e confiante, que a sympathia conquistada pela A Penna no largo espaço de tempo em que ella vem contribuindo, com o melhor dos seus esforços, para o progresso d'este alto sertão, se restringam a uma classe unica; esse periodico tem sido sempre accedido por gregos e trojanos, por todos sempre foi querido, acariado, amparado e respeitado.

A presentegeração caetitéense, esta mocidade generosa e fidalga que é o fulcro da grandexa e prosperidade da Caetité, foi acalentada, no nacer, por A Penna, que accou-se do seu berço apontando-lhe o auro destino que o futuro lhe reservava. Foi A Penna que naciou a sua chegada a esta vida, foi ella que acompanhou-lhes os primeiros passos, áquelles que tomaram o caminho do exilio voluntario, quando foram lá fora, nos centros cultos, abeberar-se na luz da instrução superior; foi ella que levou-lhes o lenitivo quando a saudade do torrão natal, dos carinhosos paes ausentes, dos parentes queridos, alacava-lhes o coração; foi ella que levou-lhes o conforto, a animação, a coragem nas fainas do difficil tirocinio; foi ella ainda que recebeu os victoriosos na luta pelo saber, estreitou-os ao seu coração e depositou-lhes na face o sorriso maternal, como o expoente da terra amada que todos

nos desajamnos feiz e engrandocim. Os outros, aquelles que aqui foram empregando em seus esforços em labores não menos dignos e sagrados, sempre encontraram na Penna a animação, o conselho, a estíma, a meiga caricia.

Por isso A Penna tornou-se lendaria entre nós.

Os velhos, aquelles que viram A Penna descerrar os laios nos seus primeiros e frageis vagidos; que são testemunhas dos ingentes esforços do velho Gama para crear n'estes sertões o primeiro organ de publicidade que a elles despostou, foram os seus paranympthos, accoraram-se pressurosos do seu humilde berço, deram-lhe a mão benfazeja, encaminharam-lhe os primeiros e vacillantes passos e apontaram-lhe o largo caminho que devia percorrer, caminho juncado de urzes que insuata vezes se occitam entre as flores perfilas com que o mal se mascara para mais seguramente conseguir os seus fins.

Assim amparada, assim querida, assim festejada, A Penna pairou sempre acima das mesquinhas controversias; jamais se imiscuou nas miseraveis luctas individuais que têm por origem baixos interesses; jamais se collocou ao lado ou ao serviço de prepotentes que se apolrem no direito da força, que explorem a ingenuidade do povo á sombra de falsos principios, que abusen da autoridade em má hora confiada ao seu grande.

Como o lepidoptero, A Penna deixou no seu berço os restos da crytallida que a estojava,—o humilde que a engendrou com as suas impurezas, os seus interesses e idéas individuais,—e ascendeu á pura região da luz de que se impregnou, para constituir-se, individualisar-se, conquistar essa força moral que a tornou digna de respeito, que lhe deu vitalidade, que a sagrou inviolavel e veneranda das paixões.

E depois de tantas luctas em

prol do bem, depois de tantos sacrificios, A Penna, sagrada como o expoente da virtude caetitéense, como a propria Caetité; A Penna é desacatada grosseira e injustamente, quem tal-a ao Cisceo da inação; procuram anodação; impo-se-lhe nova directiva a seguir, de modo de luz para as trevas; da pura região da justiça intererata para os esconderijos onde a injustica, acuada, pôe-se ao serviço dos exclusivismos prepotentes e inconfessaveis.

Porque? Historiemos os factos. Em 1912, antes que esta Cidade tivesse sido elevada á categoria de episcopal, foi aqui fundada uma escola de instrução primaria e complementar, na qual eram adoptados os aperfeiçoados methodos pedagogicos norte-americanos. A directora, D. Margarida Mc. Call, de origem americana, mas subdita britannica segundo as leis da U. S. A., por ter contrahido nupcias com o ministro evangelico Henry Mc. Call, escocsez, é uma excellente professora formada em New York. Pondo em evidencia, com grande proveito nosso, a sua competencia intellectual, de par revelou-se uma virtuosa senhora, carinhosa, amoravel sympathica para as crianças que foram confiadas ao seu ensino e educação e dos demais.

A escola progrediu, grande numero de discipulos de ambos os sexos, lá foram receber o pão do espirito e embeber os seus corações nos principios de virtude christã que a boa mestra puz sempre em pratica. Entretanto não se cogitou n'aquella cachola de ensinarelle-gio ou seita alguma.

Que importa que a Professora não fosse catholica romana, si respeitou sempre a confissão de cada um de seus discipulos e, como senhora culta e inteligente que é, deixou aos paes o encargo de enca-

POR NÓS

Recebemos e guardamos como preciosos documentos nos quaes nos garantem inteira solidariedade contra o acto injusto que nos alveja procurando prejudicar-nos e atirando-nos em face um ultraje insolito e reprovavel, cartas e telegrammas de illustres amigos nossos de pontos diversos. E o julgamento que pedimos constituindo um tribunal de honra.

Uma carta do nosso illustre e velho amigo o Professor Francisco José de S. Anna na qual, depois de informarnos de ter sciencia do desato de que fomos victimas diz: — sinto profundamente e lanço-to que haja quem queira supplantar a liberdade de idéas ou perscrutatórias, da imprensa, &c. Por todo e qualquer principio sou solidario e convusco.

Carta do Sr. Sebastião Custoso de Souza que, pedindo desculpas por ter vindo talvez tarde, porque se dias depois de editada leu no vosso encrocitamento periódico A Penna a nossa resposta a carta ultrajante que recebiamos, termina com estas palavras: «Eu não só protesto contra este acto de prescencia, como tambem lavo a digna sociedade caetité use por saber cumprir um dever de gratidão. Termino esta pedindo que accedeis a minha inteira solidariedade».

Uma carta do Sr. Maurício Frisco da Silva, nosso conterraneo e amigo, na qual mostra seuprehendido com a insolita agressão de que fomos victimas e satisficissimo com o modo por que nos exprimimos sobre o caso. Termina offerecendo a todo o pessoal da A Penna, a sua solidariedade.

Uma carta do nosso velho amigo o Sr. Major Leonel Urbano, em resposta a que lhe dirigimos muito e amaraente e criteriosa, na qual elogia A Penna, que conhece desde a sua fundação e que sabe ter sempre pagado pelo progresso do Serião e pelo bem geral do povo seriano. Confessa conhecer pessoalmente desde a sua mocidade, o fundador d'A Penna, comosciu velho que o Professor João Antonio, cuja memoria jamais se extinguirá, como preceptor da antiga mocidade de Caetité, que lhe conserva saudades. Termina reconhecendo que nãocorre da injustiça que contra nós se levantou, mais tarde reconhecerá a sua serm razão e dáenos o seu apêdo coral com o velho amigo affectuoso.

Um telegramma de Moçogé, datado de 24 do passado, subscripto pelos Illmos. Srs. Coronéis Prospero Antunes dos Santos, José Alexandre da Silva, Urbano Aguiar, Synphronio dos Santos, Majores Luiz Aguiar, Synesio Aguiar e Excmos. Sras. Dls. Leonor Silva,

Dejanira Aguiar e Dulce Aguiar, nos seguintes termos:

João Gomes. Aceitae protestos solidariedade altivo povo Caetité, contra coacção promovida ultramaritana Bispo Caetité. Os parentes Prospero Santos, José Alexandre, Leonor Silva, Urbano Aguiar, Dejanira Aguiar, Luiz Aguiar, Dulce Aguiar, Synesio Aguiar, Synphronio Santos.

Um telegramma da Italia, datado de 19 do passado, dos Excmos. Srs. Drs. Bráulio Lima e Clóvis Spinola, nestes termos: «Professor João Gomes, Caetité. Admiradores vosso critério direcção brilhante jornal A Penna, vimos apresentarmos nossa solidariedade n'este momento, applaudindo vossa attitude calma, desapaixonada, sem velhos na brilhante defesa que acabamos de ler n'A Penna de 31. Bráulio Lima, Clóvis Spinola.»

Um telegramma de Jabá, Estado de S. Paulo, datado de 26 do passado assignado pelo Sr. Alvaro Moreira, nestes termos:

«Professor João Gomes. Acabo de receber A Penna. Congratulações pelo artigo «Coacção». Como filho desse torrado que muito amo e adoro, desde tenras idades, do vosso impoluto caracter, lastimo que tenham sido tão acintosamente desconsiderado pelo Bispo d'Alil, que, não tendo comprehensão nítida do Christianismo, procure e traya-se consciencias, amargurando, por actos reprovaveis, existencias alegrias e cheias de serviços á causa publica. Lavo vossa attitude e, embora illustre, manifesto-me integramente solidario convusco. Abraceis. Alvaro Fraga Moreira.»

Telegramma de 2 do corrente, de Lima do Rio de Contas conciliado nestas palavras:

João Gomes, Caetité. Felicitações e agradecimentos magnificas deca liberdade imprensa e consciencia sãl. Bravos a A Penna. Alexander Reese.»

Apresentaram nos pessoalmente a sua solidariedade dando-nos o seu abraço de amigos carinhosos os nossos amigos os Illmos. Srs.—Arthur Revenster Costa, talentosissimo litterato e nosso amigo desde a sua infancia, o qual trouxe em sua companhia seu querido filhinho—e o joven José Carlos, subiecto filho do nosso amigo e assignante de Bella Flor o Illmo. Sr. Major Alípio Carlos.

Sentimo-nos commovidos diante d'estas sinceras demonstrações de interesse pela nossa causa e, como prova da nossa immensa gratidão, hypothecamos a todos esses nossos distinctos amigos, que trectam isocção de minimo bastante para virem trazer á nossa humidade o conforto que tanto nos e necessario em hora tão amarga.

Do illustre Sr. Dr. Antonio Freire Hughes, Digno Juiz Municipal de Jacaracé recebemos penho-

radus a seguinte carta na qual, generoso em demasia para com o nosso inmerecimento, denuncia-se através da sua modestia, um espirito lúcido, um caracter illibado, um coração de ouro:

«Jacaracé, 7 de Novembro de 1918. Illustre e distincto Sr. João Gomes, D. Gerente d'A Penna» Caetité. Fraternas saudações.

Solicitando-vos a honra e o conforto que me proporcionarais e, pelo que, ficat-vos-ei intimamente grato, em accedirdes o meu sincero amplexo pela superioridade moral do vosso evoluído espirito, inclusa remetto-vos a quantia de sete mil reis (7\$000), importancia da assignatura d'A Penna», esse organ de publicidade que, verdadeira e criteriosamente pugna pelos reais interesses moraes, intellectuaes e materiaes e, portanto, pelo progresso integral da humanidade, em summa, pela causa do Bem.

Que a Santa Paz da Suprema Inteligencia, d'esse Divino e Misericordioso Poder Creator, sempre vos naime, fortaleza, prospere e conforte, assim como a todas as creaturas e, com imbalvel fénese Omnipotente e Inconceivavel Poder, e sem tensor alguma, marche imperturbavel que as forças reunidas das silenciosas vibrações dos pensamentos polarizalos para o Bem vos auxiliados na jornada, á vencer os obstáculos e, com sincera resignação, á implorar sempre, de coração, ao Creator o Divino Perdão para os que erram.

Com fraternal estimo e elevada consideração, sempre ao vosso dispor. Do humilde servo—Antonio Freire Hughes.—Contas, 2ª pagina.

Mãe de família, cuida de vossos filhos, applicando-lhes a Saúde da Mulher



Incommodos de senhoras-todas as doenças do utero-curam-se com A'Saude da Mulher

DAUD & OLIVEIRA - Rio

O SAMPAULEIRO

(Continuação)

Nel que é a vida, meus filhos, porque, nãos depois da sua morte, mas que tem vida como des-nos eminar-me. Hei, a minha consciencia e a certeza de uma outra vida melhor do que esta. Mesmo assim, porém, a minha dor e profunda quando me lembro da minha grande falta, servilidade de sempre a imprudencia que por tantos teus me amargurando o estômago.

Escrevo-vos constantemente ao pé do meu velho amigo até ao meu ultimo momento. Fico-lhe lull reconhecendo, de vossos conselhos salutares e accetiv como um justo, com a fronte atturada pela minha esperanga e consoladora certeza da vida de Almeida-Filho.

Esses dias lacerados gozo muito com vobras, mas comos mecos, terminos que ativerdes ás grandes responsabilidades da vida e, no trabalho constante e afanoso, conseguisdes diminuir a ansiedade que tenho-me dos vossos lãos velhos. O meu velho amigo e seu espelho tinham razão em não mostrar disposições de ultima vontade, que Carlos teve na hora quãndo de se despedir, igual para os que elle abraçava em vida de seus dias, de se regular adequadamente.

Commos depois alguns minutos, Carlos pedimos a Deus, meus meus familiares e em vobras e não nos vimos constantemente de sorte que as crianças da nossa amada família se afibrissem.

O primeiro filho do meu amigo foi por mim levado á pia baptisma e nomeado em honra de Carlos e sua esposa. Ecos delectos, muito me inspirou, pelo lull prohibido a parentesco parafallos do meu casal.

Quanto ao meu estomago, lull inflado. Embora nãos estivesse fosse um modelo de criança, em culmã e inflexão, chãno meior dos meus depois do meu casamento. Além de chorar que se partilhava com vossa, pedis, muito soffria e achava porque não queria e seus filhos, delectando de minha bondade, que-l queriam em deca contra mim por meos da lãmpa, achando-me porca dos meus dias que estivesse em partilha ao brãdo.

Mãe, soffria eu e o meu filho e a parte de Carlos, que muito me serviu em lão amigãdo e amargurando.

Um grupo muito travoso estava-me descrendo. Dois nomes depois de desmentados meus, Carlos assumiu a sua descreto. Andando pelo campo em raquias, mal do cavallo em um pedregal e meior horas depois. Poderia bem avaliar até que ponto chegou a dor de seu sapo e quanto soffria de descreto de sua esposa. Além do meu trabalho, tinha o seu lãido amigo meu, pedregal.

Os paes de minha amada pediram em lugar delectos, mas sem lãmpa de carãno em campo nãos de se pôem em ordem os negócios do casal como lãos competia em primeiro lugar. O que de Carlos e eu assumimos de novo e, como me descreto com lãmpa em lãmpa, pediram-me que administrasse a lãmpa de vobras e descreto, ao que me pedi de lãmpa gentis.

Passados dois meses minha amada lãmpa lã pedida em momento. O descreto assumido de lãmpa e purpão lãmpa de lãmpa em lãmpa, pediram-me que administrasse a lãmpa de vobras e descreto, ao que me pedi de lãmpa gentis.

Passados dois meses minha amada lãmpa lã pedida em momento. O descreto assumido de lãmpa e purpão lãmpa de lãmpa em lãmpa, pediram-me que administrasse a lãmpa de vobras e descreto, ao que me pedi de lãmpa gentis.

...Marin era um soldado. A todos os dias...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Longo tempo a hesitação do novo...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

ATENÇÃO

João Antonio das Bantas...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

MARCELLINO NEVES

Como prometeremos...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...quero que seja inserido...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...apressada, que se...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...assim nos traz o seu...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Ainda depois de receber...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

POBROS

...Não encontramos palavras...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

Que se devia ensinar na escola:

O melhor remedio para tosse, coqueluche, bronchite, para todas as doencas do peito.

Bromil



BAIÃO & OLIVEIRA - RIO

CONTRA NÓS

...Agradecemos...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

...Agradecemos...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...
 ...a vida de guerra...

ANEXO L: A propósito da "Escola Única

TEIXEIRA, Anísio. **A propósito da "Escola Única"**. *Revista do Ensino*. Salvador, v.1, n.3, 1924.

A PROPÓSITO DA "ESCOLA ÚNICA"

Carneiro Leão em seu último notável livro, sobre a educação nacional, afirma que a "escola unica" é uma aspiração universal. E neste momento, a França faz da implantação do regimen da "escola unica", um dos pontos do seu programma de governo.

Realmente, a idéa tem o seu aspecto seductor, justificam-n'a dois formosos principios: todo homem tem direito a que a sociedade lhe forneça os meios de desenvolver plenamente as suas faculdades; este direito do individuo é, por outro lado, o interesse natural da sociedade.

Uma "escola unica" obrigatoria para todos, ministrando ensino de um modo integral e uniforme, seria o aparelho magico destinado a dar a todos os homens o pleno desenvolvimento de suas faculdades.

A perfeita unidade da cultura e o seu perfeito desenvolvimento criariam a perfeita unidade e a perfeita grandeza nacionaes.

Tal edificio grandioso e simples de instrucção abriria para esse paiz privilegiado o maior caminho de todos os tempos para a republica, para a democracia e para a felicidade nacional.

A simplicidade, entretanto, do projecto trae a sua inexequibilidade.

O seu perigoso ideologismo leva-o a desprezar os mais triviaes elementos da complexa realidade humana.

Se é verdade, que o homem, na sociedade, tem direito ao desenvolvimento da intelligencia em sua plenitude, dahi se não segue que a organização de um instrumento unico, identico para todos e a todos accessivel a "escola unica", venha abrir para todos os homens a possibilidade de um pleno desenvolvimento de suas faculdades.

Um desenvolvimento absolutamente igual de natureza desiguaes, desenvolve-as plenamente? Antes pelo contrario, semelhante aparelho de ensino não irá produzir o nivelamento intellectual e moral de um paiz, com a criação de um "typo médio", sem grandes defeitos, porém sem grandes virtudes, typo abstracto de cidadão, em que desaparecessem todas as qualidades e particularidades individuaes?

Como pensar em desenvolvimento identico para todas as intelligencias de um paiz, se uma dellas vae constituir a intelligencia de um paiz, se uma dellas vae constituir a intelligencia do campones, outra a do industrial, outra a do letrado, a do profissional, a do artista?...

A intelligencia de um dos nossos vaqueiros, por exemplo, de um daquelles sertanejos tão admiravelmente descriptos por Euclides da Cunha, conhecedor da sua terra e das cousas da sua terra, sabio na arte de pastorear o seu gado e na equitação barbara das caatingas, não tem a intelligencia altamente desenvolvida para a melhor adaptação ao seu meio e à sua actividade?

Dar-lhe, dentro das condições desse meio, a educação e a instrucção necessaria ao melhor aproveitamento de suas energias, é completar-lhe a formação.

Mas, atiral-o à educação integral onde elle e o intellectual requintado recebem num mesmo methodo um identico ensino, é desenraizal-o e inutilizal-o.

No seu aspecto fundamental a escola unica se apresenta, assim, em sua simplista uniformidade, desadequada para attender a variedade complicado da especie humana e a sua applicação como um possivel e sempre desastroso nivelamento da intelligencia de um paiz.

* * *

O projecto da "escola unica" retirado da pura theoria, reveste-se entretanto, de uma feição diversa.

Anatole France, em *La Vie en Fleur*, resume, muito bem, o que é o problema da escola unica na sua feição actual, ou, si queremos, na sua feição politica.

"Não convem mais à nossa sociedade, diz Anatole, que o filho do povo vá à escola primaria e ao filho do rico esteja reservado o Lyceu, onde aliás elle nada aprende.

Depois dessa guerra monstruosa que em cinco annos tornou caducas todas as instituições, é preciso reconstruir o edificio da instrucção sobre um plano novo e de uma magestosa simplicidade.

Igual instrucção para creanças ricas e pobres. Todas irão à escola primaria. Dentre ellas as que mostrarem mais aptidão para os estudos serão admittidas ao curso secundario, o qual, dado gratuitamente, reunirá sobre os mesmos bancos a elite da juventude burgueza e a elite da juventude proletaria. Essa elite enviará então, a sua elite às grandes escolas de sciencias e de arte. Assim a democracia será governada pelos melhores".()

Nada mais bonito. A escola primaria é a casa de ensino do pobre. O rico vae para o Lyceu. Tornemos obrigatoria a primeira para o rico e para pobre, e descerremos a este, com a absoluta gratuidade, a porta do Lyceu.

O ensino primario obligatorio, limiar do ensino secundario; e este, gratuito, preparatorio das especializações de curso superior: está ahí a "escola unica", como a prevêm os desejos de justiça e equaldade de nossas democraticas sensibilidades.

Entretanto, em paizes de perfeita organização intellectual essas tres fórmulas de ensino não se sobrepõem, de modo a poder constituir um só edificio educacional, como à primeira vista fazem supôr as proprias designações: primario, secundario, superior.

O primario é completamente independente e isolado. Em sete e oito annos fornece à creança uma instrucção geral e positiva, directamente orientada para a immediata applicação dos conhecimentos.

Da escola primaria ascende o alumno à escola primaria superior, que se destina a desenvolver-lhe a instrucção recebida e dar-lhe, embora sem um ensino propriamente technico, a necessaria formação professional para ganhar a vida. Seguem-se os cursos technicos.

O ensino secundario, quando bem comprehendido, se distancia do ensino primario desde as suas classes preparatorias ou elementares.

Não se destinando, immediatamente, a formar o homem para a vida economica, o ensino secundario, já naquellas classes, preparatorias, vae recebendo a orientação especifica de um ensino de cultura.

E a cultura desenvolve o homem, sobretudo, em profundidade.

Muito differente da accumulção numerosa de conhecimentos e da instrucção experimental e concreta, a cultura, propriamente dita, nos põe em contacto com o enigma humano e entreabre esse horizontes interiores, eternamente inexplorados, onde o espirito encontra assumpto para as magnificencias sombrias das reflexões e das meditações para sempre insolúveis.

Máo grado a fórmula paradoxal, que apenas salienta o esclarecimento que desejo trazer, a cultura nos ensina, sobretudo, que bem pouco podemos saber...

Assim, enquanto uma educação puramente scientifica ou empirica produz esses espiritos positivos, que têm dentro da alma formulas e etiquetas para tudo; a cultura, no sentido humanista e classico fórmula essas intelligencias ornadas e amadurecidas, com vistas profundas sobre as cousas e os homens, sem formulas nem soluções feitas para nenhum problema, mas com uma noção exacta da realidade e que sabem que concluir é, muitas vezes, dizer que se não póde concluir...

As classes elementares do ensino secundario se devem inspirar, pois, nesse espirito de profundidade e acabamento, que o ensino primario não requer e não supporta.

A escola primaria não prepara, deste modo, a entrada no Lyceu.

De accôrdo com a nossa analyse, dois ensinos elementares se destacam em uma bôa organização intellectual de um paiz: um, destinando-se a formar o espirito para as necessidades immediatas da vida-primario; outro, destinando-se a preparal-o para a cultura amadurecida do curso secundario.

Em França, com os programmas de 1902 era muito nitida essa differença.

Em 1923, Leon Bérard, para facilitar que alumnos da escola primaria passassem para o curso secundario estabeleceu um exame na escola primaria que daria entrada no Lyceu. Entretanto, não se confundia esse exame com o certificado escolar, que o alumno recebia no final do curso primario, e, apezar da determinação expressa de que se adoptassem os mesmos programmas nas duas classes de escolas, a distincção se mantinha apezar de tudo, e o desenvolvimento das cadeiras em uma e outra, não era de nenhum modo o mesmo.

De sorte que o problema se torna complexo.

A escola unica na sua concepção theorica contraria a grande e invencivel desuniformidade das intelligencias e dos seus immediatos destinos.

A "escola unica" como a quer a democracia, vem ferir uma concepção pedagogica justa e razoavel.

Tornar o ensino primario unico e natural limiar do ensino secundario é unifical-os, o que, de certo modo, fere a essencia de um e de outro.

Ou se irá primarizar o Lyceu ou secundarizar o ensino primario.

Nenhuma das duas cousas é acertada.

Acompanhem-me em distincções que vale muito apontar o que demonstram a minha affirmação.

O ensino primario, já o dissemos, deve sempre ter as suas características proprias. Gratuito e generalizado formará a creança economicamente para a vida. O primario superior completará e aperfeiçoará esse ensino, conservando-lhe as mesmas directrizes positivas e praticas.

O Lyceu desenvolve o espirito, em todas as grandes possibilidades especulativas. Amadurece a intelligencia, dá-lhe musculos, torna-a agil, fecunda, audaciosa. Treina em um alto gráo as faculdades do pensamento.

Naturalmente longo, para ser completo este curso secundario se desdobra em dois cursos – classico e moderno, – conforme se destina a uma cultura humanista integral ou ao estudo preferencial das sciencias e linguas vivas.

A "escola unica" transformando o Lyceu na continuação do curso primario deve logicamente evitar essa bifurcação, que ainda permite o curso secundario conserve o seu valor pedagogico.

O Lyceu será, igualmente, unico, como a escola primaria.

Unico, as preferencias democraticas, hoje são todas pelo ensino moderno.

Ora, o que se chama ensino moderno no curso secundario, não é nada mais que ensino primario superior.

E deste geito se iria primarizar o ensino secundario quando os que se dedicam, com orientação mais intellectual do que utilitaria ao problema do ensino, pensam em supprimir o espirito primario, com a suppressão das proprias escolas normaes, que se transformariam em cursos novos, com um ensino secundario integral, seguidos da indispensavel especialização.

Não preciso apontar os perigos dessa primarização integral da cultura.

A reciproca tambem é desastrosa.

Se, para maior harmonia do curso, dessemos ao primario uma organização secundaria, perderia aquelle ensino a sua razão de ser.

* * *

A "escola unica" encerra ainda uma tyrannia inexplicavel em paizes verdadeiramente democraticos.

Effectivamente, tal projecto não póde ser levado a effeito sem a monopolização do ensino pelo Estado. Esta face politica da monopolização é muito grave, porque entregando ao Estado, exclusivamente a educação de um paiz, virtualmente se desconhecem os direitos da Familia. A Familia passa a existir para o Estado, não este para aquella. E todos sabemos de quantos erros é fonte unica, essa inversão perigosa e fatal.

De sorte que, em conclusão, devemos manter a liberdade de ensino e a sua variada e natural organização. Para satisfazer as aspirações de justiça e de egualdade é bastante, aos paizes que o poderem, que se torne gratuito em toda sua extensão o serviço do ensino.

Todos os grandes problemas democraticos confinam com essa barreira do dinheiro. Aos outros Estados, para quem essa gratuidade é impossivel, resta somente distrair-se das formosas illusões equalitarias e não se deixar tentar pela "escola unica".

Que o paiz se desenvolva pelas suas forças vivas e naturaes. A educação do homem dentro do seu meio e da determinação de suas inclinações. Formemos o camponez, um bom camponez. O intellectual, um bom intellectual.

A identidade de programmas e de cursos é um desastroso nivelamento.

A "escola unica" é uma organização artificial. Impossibilita o ensino particular que, desobrigado da rigidez das leis e programmas officiaes é mais ductil, mais maleavel, satisfaz

mais completamente as necessidades sociaes e nos fornece uma variedade maior de ensino, para a organização, intellectual do Estado.

* * *

São idéas as que ahi ficam que ferem, pelo menos, uma face, do problema da "escola unica". O assumpto é opportuno para nós desde que pensamos em organizar a educação do Estado e não o poderemos fazer sem o exame desses debatidos problemas. O ensino secundario que possuímos não permite certamente as considerações que apresentamos. Mas, para o exame do problema não me cabia cogitar sinão do ensino secundario, como deve elle ser e não como o imaginaram os nossos legisladores.

Bahia, Novembro de 1924.

ANISIO TEIXEIRA.

ANEXO M: Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia

TEIXEIRA, Anísio. **Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia.**

Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 7 abr. 1925.

Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia

O problema do ensino, na Bahia, prende-se, no seu condicionamento geral, ao problema do ensino no Brasil.

A mesma vastidão da terra, o mesmo disseminado da população diversa e disassimilada, o mesmo número vertiginoso de analfabetos, colocam a solução científica do problema em uma inexorável dependência da sua solução econômica.

O aparelhamento completo do serviço de educação popular, atingindo a cifras inacreditáveis, romperia com os mais sólidos orçamentos. A luta contra o analfabetismo está, assim, jungida a esse embaraço invencível.

Empenhadas nesta árdua solução do problema, duas correntes se destacam, entretanto, no Brasil.

Uma delas sacrifica as linhas essenciais do problema, fixando-o dentro nas condições brasileiras, para uma solução, que chamarei econômica, forçadamente incompleta e deficiente nos resultados do ensino que ministra, mas completa na disseminação desse ensino.

A outra aceita o problema na sua integridade e resolve-o parcialmente, para uma fração da população escolar.

Solução extensiva ou intensiva, ensino primário incompleto para todos ou ensino primário integral para alguns, esse o dilema atirado ao administrador e ao legislador pelas condições brasileiras do problema.

São Paulo escolheu a primeira solução. Empreendeu uma organização econômica do ensino primário.

Curso de dois anos, idade escolar de 9 a 10 anos e escolas multiplicadas por toda a extensão do território paulista.

A educação popular reduzida a uma alfabetização trepidante de dois anos, mas assegurada a difusão completa do ensino.

A corajosa solução paulista valerá, pelo menos, por uma experiência utilíssima.

Com a outra corrente, compreendidas soluções de ordem intermediária, está, ainda, a maioria dos estados brasileiros. Busca-se, então, menos que uma difusão impossível, uma

educação popular eficiente, capaz de reerguer o nível do país, tornando cada cidadão um valor novo da produção nacional.

Em São Paulo, onde circunstâncias especiais criaram um ambiente de progresso geral, é possível que uma simples alfabetização seja o degrau indispensável, mas, eficaz para um desenvolvimento intelectual que marchará, daí em diante, continuamente, auxiliado por mil e uma forças circundantes. É possível.

No meio brasileiro do norte, porém, a iniciação de um homem no jogo, mais ou menos complicado, das vinte e seis letras do alfabeto e o conhecimento rudimentar da aritmética, da geografia e da história fornecem-lhe, apenas, um instrumento cujo uso lhe não foi ensinado. Armado dele, esse homem inculto e primitivo será, na sociedade, mais frágil e mais desadaptado às condições de vida.

A instrução parcialíssima que lhe deram, revelou-lhe, certo, um mundo novo de aspirações e conquistas, mas, sob o ângulo limitado de sua visão esse novo mundo é, apenas, uma oportunidade de inquietação e de perturbação.

O novo alfabetizado será um brasileiro mais infeliz e menos adaptado do que o ignorante anterior.

Retirado do seu mundo elementar e sem asas seguras para atingir o progresso que o fizeram antever, será um elemento de desequilíbrio social, presa de todas as utopias e de todos os erros que inquietam a sociedade de hoje e que os fascinarão irremissivelmente.

Será, ao que julgo, essa instrução incompleta, o modo de mais eficientemente nos prepararmos um ambiente propício à explosão bolchevista ou socialista.

O analfabetismo merece mais alongado tratamento.

Já que a isso nos obrigam as condições materiais de nossa vida pública, seja o problema resolvido parcialmente.

O escol cultivado de nosso povo, tenha, porém, nas suas qualidades cívicas o traço profundo da nacionalidade; nas suas qualidades de ação a têmpera de uma vontade a que um treinamento intensivo ensinou dirigir-se e fazer-se valer; nas qualidades morais e intelectuais esse aprimorado equilíbrio da civilização.

Inteligência esclarecida, sentido nacional desenvolvido, vontade cultivada e robusta: e mais nítido se erguerá dentro no país, definitivamente consolidado, esse tipo brasileiro que a raça, o clima e o meio já modelaram e já talharam.

A lei baiana orientou-se para essa corrente.

Entretanto, o serviço escolar na Bahia sofreu de um longo período de abandono, abandono que emprestou ao nosso ensino primário uma atmosfera de desânimo.

O educador baiano de entusiasmo arrefecido, vivia num ambiente subalterno de servidor inferior do estado.

Diminuiu-lhe a sede de progresso e de avanço, mas, ficou-lhe a tenacidade esforçada e paciente. Trabalhou sempre.

Já não há razões para nos atermos a esse passado, próximo no tempo, mas, distante na imaginação dos baianos confortados com o amanhecer de uma administração nova, que abriu para a Bahia, um dia novo de trabalho e de patriotismo.

Restabelecida a ordem nos serviços públicos, o problema do ensino logo avultou, como um dos problemas centrais da administração.

A atitude do Governo foi um rebate de entusiasmo que percorreu todo o estado, como uma nota de muito tempo esperada. Das mais afastadas localidades do interior, eu recebo, hoje, pedidos de escolas e de professores. E o interesse pela instrução se generaliza e se fortalece promissoramente.

Entretanto o Governo, cumprindo o seu programa, lançava as bases de uma reforma de ensino, que não visava inovações, mas aperfeiçoar o aparelho escolar segundo moldes já vitoriosos em outros estados.

Discutida e estudada amplamente, como convinha ao assunto, em uma grande comissão de membros do Congresso estadual, autoridades superiores do ensino e pessoas de reconhecida competência, presidida pelo Dr. Governador do Estado, foi, afinal, depois de numerosas e sucessivas reuniões, enviada ao Congresso a proposta de lei do ensino, que, no parecer da comissão, preenchia as necessidades imediatas da instrução do estado.

Não logrou o Congresso de então, dada a exigüidade de tempo e ao critério de uma limitada minoria oposicionista que timbrava em se mostrar digna do Governo a que tinha servido, ser aprovada a proposta de lei.

Acentuamos, aqui, o sentido dessa reforma e os motivos que a tornam necessária e adequada à Bahia.

O problema da educação da criança reúne os mais complexos e variados aspectos.

Em redor da escola primária enxameiam, ruidosas e inquietas, questões de psicologia, pedagogia e sociologia.

A lei vigente organizou o ensino primário sem a preocupação desses problemas.

A Bahia que temos a nossa frente e que a escola primária se propõe a educar é, além da Bahia mais ou menos civilizada de algumas cidades, a Bahia rudimentar e sertaneja, de pequenos agricultores elementares, de vaqueiros e criadores primitivos, de pescadores e operários rurais aventureiros e nômades.

Ilustre professor e pedagogo baiano dizia-me, certa vez, que o seu primeiro passo para a organização de uma reforma de ensino na Bahia seria o levantamento rigoroso das diferenças zonais geográficas do estado.

Caracterizadas tais zonas, indicadas a sua produção, a natureza de seu trabalho e da sua gente, daria ele, na sua reforma, a cada região a escola adequada para educar e civilizar o seu elemento humano.

A lei vigente, além de organizar administrativamente mal o serviço de ensino, limitava-o, pedagogicamente, à escola elementar e complementar, ambas absolutamente universais, que poderiam existir aqui ou no Afeganistão e onde se ministra uma instrução livresca e teórica.

Tais escolas floresciam, isto é, funcionavam pelo estado mastigando uma alfabetização enfadonha e monótona, desprovidas de prédios e de material didático, sem fiscalização, sem estímulo e impulso administrativo, na mais absoluta das autonomias, a autonomia do abandono.

O mecanismo da instrução pública servido por tal lei; relegado pela incúria administrativa a um plano subalterno,urgia por se restaurar em bases novas e adequadas à terra e à gente baianas.

Foi o que visou o projeto de reforma. Restabelecendo o ensino em uma organização administrativa forte e eficiente, criando um organismo de ensino primário baiano com o curso elementar e um curso primário superior, curso que à sua cor determinadamente regional ajunta a expressão técnica de uma escola de ensino profissional generalizado, regulamentando a obrigatoriedade escolar e o ensino particular, unificando o ensino estadual e municipal, o projeto de reforma é uma promessa de reorganização de serviço que vale a pena ser experimentada.

Analisemos mais demoradamente os seus diversos capítulos. (...)

OBS: Este relatório (incompleto) consta do Arquivo Anísio Teixeira, FGV/CPDOC, sob o código ATpi 24/25.00.00 (filme 03).

ANEXO N: Discurso pronunciado pelo Dr. Anisio Teixeira na reabertura da Escola Normal de Caetité

Minhas senhoras

Meus senhores

A festa que ora nos congrega deve ter para o sertão um significado alto e nobre.

Vimos instalar a Eschola Normal de Caiteté, um noviciado de professores e de mestres, que, mais tarde, sahirão pela terra sertaneja a ensinar e a educar.

Há muitos annos, neste mesmo local, se erguia o edificio de uma outra escola da mesma natureza, que a decisão dos governos anteriores julgou dever supprimir.

Se não nos cabe no momento fazer o processo desse acto publico, compete-nos, antes de qualquer outro passo, levantar o legado dessa lembrança e nos deter no dever piedoso de saudar aquelles que, antes de nós, aqui trabalharam pelo mesmo fim.

Muitos delles já morreram, mas, uns e outros nos acompanham hoje applaudindo o nosso acto.

E nós os acompanhamos, tambem, no pensamento e no coração, ligando o nosso emprehendimento ao antigo emprehendimento desses antecessores, afim de que a nascente escola normal se enriqueça com os brilhos e as penas desse passado.

Vamos, pois, os que intentamos dar nossos esforços a esta fundação, continuar uma obra, que largos annos interromperam.

A experiencia feita, como alicerce poderoso, sustentará o edificio que o nosso trabalho e a nossa tenacidade há de erguer no sertão.

A Escola Normal de Caiteté, não é na actividade que percorre, hoje, todos os serviços publicos do estado, um facto isolado e sem alcance.

Quem se demorar no estudo da orientação do actual Governo, logo perceberá que é mais uma peça que se monta, no organismo do publico serviço, que se adapta e se prende ao programma geral.

Na complexidade dos problemas administrativos bahianos a demasiada convergencia para a Capital do Estado, das energias de todos os Governos, estava a exigir de uma administração consciente a decentralisação de seus objectivos.

Se, entre nós a unidade administrativa deve existir como condição de força e de superioridade técnica do órgão propulsor de qualquer serviço, essa unidade não deve impedir a variedade do modo por que devemos satisfazer às diferentes zonas do nosso estado. Sob o ponto de vista do serviço escolar, mais accentuadamente se percebe o fito dessa preocupação descentralisadora.

A escola, como é entendida modernamente, para fallarmos em linguagem mathematica deve ser função do meio onde se vae installar.

A centralização administrativa desse serviço, laço imprescindivel à fortaleza de sua acção, deve ser amplo e agil para permitir todas as modificações que as circunstancias da região exigirem. Os objectivos do ensino variam em cada região e o olhar vigilante da administração central a todos deve reconhecer e a todos satisfazer, contrabalançando a centralização administrativa pela perfeita descentralização pedagogica.

Por isto, servir, não somente à zona do reconcavo, mas, á zona sertaneja e servil a adequadamente é essa a preocupação do governo, que, hoje, vamos satisfazer, em uma grande parte, com a installação da primeira escola normal official do interior do estado.

Caiteté foi escolhido para constituir o centro de uma vasta zona sertaneja em materia do ensino público.

Aqui, é que, se vão processar os novos methodos e os novos emthusiasmos com que não somente se há de diffundir a instrucção, mas, reformar a escola.

A escola normal vae ser o centro irradiador de novos professores e de uma nova mentalidade pedagogica.

Em volta desse centro, se aggruparão todas as obras escolares tendentes a dar ao ensino o rigor scientifico moderno e o criterio nitidamente regional, que devemos exigir. Centro de estudos e centro de entusiasmo, a nossa escola normal deverá ser um verdadeiro órgão de propulsão pedagógica.

Casa de formação dos mestres das crianças sertanejas, será nesta casa que se elaborará a escola sertaneja. E isto me leva a dizer-vos o que me parece deve ser a escola primaria e o professor entre nós.

Os actuaes meios pedagógicos do mundo estão agitados por várias correntes innovadoras e faz-se com ardor o processo da escola antiga e tradicional.

Os pioneiros da escola nova, em toda parte accentuam a sua propaganda por muitos lados cheia de razões.

Sem querer assumir a responsabilidade grave de transformar a escola fundamentalmente, como querem alguns, não devemos, nem podemos desprezar as conquistas positivas da moderna actividade pedagogica.

Si quisermos, aqui fazer o processo da nossa escola primária, não encontramos, igualmente, talvez, accentuadas, as faltas, geraes de que a accusam?

Não é ella, tanta vez, o pezadello de nossas crianças, a sua grande afflicção, nessa epocha, em que o desejo de actividade e de liberdade que as domina se oppõe com violencia aos processos convencionaes, à rotina, à sedentariedade, a tudo o que nega a plena expansão da vida?

O formalismo, os processos mechanicos do ensino, a radical incompreensão da alma infantil não florescem, infelizmente, em nossas escolas, mais commumente do que desejariamos?

E alguns de nós pode negar que a nossa escola, quasi sempre se põe á margem da vida e que esse periodo escolar, raramente risonho, por que todos passamos, corresponde muitas vezes a uma segregação em um meio facticio, de actividade puramente formal em que aprendemos mil e uma cousas, mas não aprendemos a viver?

E o que desejam os innovadores? O mesmo, por que luctavam ha velhos annos os velhos educadores de todos os tempos, os Pestalozzi, os Rousseau, os Froebel. Uma escola que seja, antes de tudo, de preparação real para a vida, de concordancia com o espírito infantil, alegre e viçosa como são viçosos e alegres os pequeninos que ella agasalha e educa.

O erro antigo da nossa escola é proceder com a creança como com um ser passivo e julgar que é possível educal-a enchendo-lhe a cabecita de noções.

A criança não é um adulto incompleto, o homunculo, como queriam alguns, mas um ser sui-generis, um primitivo, um selvagem, como quer a psychologia, mais ou menos completo em cada epocha e que em cada epocha exige methodos especiaes de educação.

E a velha verdade, é que a educação deve modelar de dentro para fóra, fazendo vibrar e trabalhar os proprios recursos infantis, desenvolvendo-lhe pelo exercicio de suas actividades expontaneas as virtualidades extraordinarias que se escondem no seu organismo.

Toda educação que não visar este alto fim, que não tiver em conta que a criança se desenvolve como uma pequena planta, segundo as leis que lhe são proprias; que ella não possui verdadeiramente sinão o que assimilou por um trabalho pessoal de digestão, faz obra má.

"O melhor dos adubos chimicos, diz um vivo apostolo da escola nova, espalhado a pincel no tronco de uma arvore não lhe faria nenhum bem. E se a casca não fizesse arrebenatar esse verniz, a arvore suffocaria. Assim procede muitas vezes a escola tradicional.

É necessário que ella aprenda a por o adubo no pé da planta, afim de que a chuva o arraste para as raízes, e então ver-se-á lentamente, mas seguramente, fazer-se esse trabalho de assimilação que enriquecerá a arvore com as suas mais formosas flores e mais bellos fructos."

A escola nova, a escola do trabalho, a escola activa, como é chamada hoje essa escola fundada nas recentes e positivas conclusões da psychologia infantil, não deseja, afinal, sinão o pleno desenvolvimento, pela espontanea actividade infantil, do que houver de melhor na sua propria natureza. Na inquieta actividade pedagogica moderna entretanto, não nos pode deixar de impressionar o facto de, por entre o tactear geral das melhores intelligencias, não persistir ainda sinão uma dolorosa investigação dos meios praticos de realizar esses velhos principios.

Actividade e liberdade do alumno são os dois grandes polos que constituirão o eixo da escola de hoje e por que sempre se bateram todos os velhos pedagogos.

Realizal-os no exercicio quotidiano do ensino, é porem a grande difficuldade.

Montessori na Italia, Decroly na Belgica, Kerchensteiner na Allemanha, O'Nell na Inglaterra, e tantos outros amontôam processos sobre processos, systemas sobre systemas, cada qual mais fascinante.

Esses systemas, alguns dos quaes tive oportunidade de vêr funcionar nos proprios estabelecimentos onde nasceram, exigem esforços que estão longe de se poderem generalisar. Para sua execução precisamos de mestres de qualidades superiores de intelligencia, de engenhosidade e de segurança de cultura.

A nossa attitude não pode ser sinão de prudencia ante esses inovadores. O ensino primario francêz é um modêlo nesta orientação. Emquanto os paizes visinhos se agitam na mais febril das actividades pedagogicas, o velho e sabio organismo do ensino primário francêz espera e aguarda paciente as conclusões definitivas.

O seu espírito de conservação e a excessiva complexidade da machina escolar garantem a esse organismo um vigor e uma segurança excepçionaes.

A sabedoria dos seus programmas, horarios e instrucções e a insistencia em se firmar somente no que a sciencia adquiriu definitivamente defende-lhe o ensino dessa instabilidade revolucionaria que caracteriza certos aparelhos escolares transformados em aparelhos de investigações pedagogicas. Não há duvida que é generoso e sympathico o movimento pedagogico, belga e suiso, por exemplo, mas há quem possa fugir á impressão de que são aquellas crianças que pagam a formosa curiosidade scientifica dos seus professores.

Como vedes, meus senhores, estou longe de aconselhar que installemos, entre nós, um desses methods pedagogicos modernos ainda quentes da mão que os formou. Nada disto. A escola hoje não pode supportar taes transformações. Aqui, é que se tem de processar, de accordo com os principios adoptados, a escola bahiana e a escola sertaneja.

Temos algumas verdades positivas, que eram houtem advinhadas pelos grandes pedagogos e que são hoje demonstradas pela psychologia experimental e que devemos procurar realizar.

A vossa intelligencia, o vosso esforço, a clarividencia e a lucidez com que formardes os professores desta casa nos garantirão a escola rasoavel e alegre, que, amanhã, havemos de ter.

Estas conclusões para que devemos trabalhar sem desfallecimento, eu as vou indicar, acompanhando Ferrière, uma organização de innovador consciente e um corajoso pioneiro da escola activa: A escola deve procurar cultivar, mais do que tudo, a espontaneidade constructora e creadora da criança. Dar sempre, em todo os exercícos o mais amplo logar á iniciativa, favorecel-a por todos os modos, afim de dar alegria ao trabalho infantil e multiplicar os resultados, permittindo a cada um desenvolver até ao máximo as suas qualidades individuaes, moraes, intellectuaes e phisicas.

A escola, assim, cultiva a pequenina personalidade infantil, armando o homem para a sua actividade futura.

2º- A escola será tanto quanto possível - sob medida - isto é, vigilante para com os differentes valores humanos que vae cultivar. Para isto faremos o trabalho dos diagnosticos dos typos psychologicos, postos hoje a altura de qualquer de nós, dada a vulgarisação dos processos de psychologia pedagogica.

Quando o rigoroso processo scientifico não for possivel, todos os mestres teem elementos de observação que permittem conhecer psychologicamente os seus alumnos.

O que é imperecindivel, é que, o professor tenha na intelligencia a idéia de que é o alumno quem o guia, que elle deve á criança toda obediente attenção ás suas qualidades e aos seus defeitos de sorte a existir uma perfeita resonancia entre o ensino que é ministrado e a creança que o recebe. Não são novidades. Trata-se apenas, de aproveitar esforços até hoje inuteis, de systematizar velhos processos, de organizar velhas observações, e de oriental-as com intelligencia, com espirito scientifico. Em muitos logares cada mestre tem um caderno de notas, onde aponta as falhas e as qualidades de character, de intelligencia e de memoria dos seus alumnos, afim de, pouco a pouco, com seus proprios recursos, organizar as fichas psychologicas pedagogicas de cada um.

3º- Ampliar a escola até a cogitação do futuro emprego da vida do alumno. A escola primaria não permittira a orientação profissional, mas não será difficil organizar uma certa selecção natural, que surgirá sem esforço da escola activa e da escola sob medida. O mestre de tudo lançará mão afim de que o seu alumno venha a ser um verdadeiro valôr economico na vida. Guial-o-á, acompanhal-o-a fora da escola, buscando fazer sentir a efficacia do arrimo escolar.

Alliemos a tudo isto a constante preocupação regional e saibamos sempre que formamos sertanejos, isto è, homens que irão lutar com uma natureza aspera e irregular e cujos meios de victoria ainda são primitivos.

Demos-lhes a consciencia de duas responsabilidades perante a terra a que vão servir e que, so elles, poderão um dia erguer ás elevações civilisadas dos paizes esclarecidos e fortes. Para essa escola, vedes bem que não é tão difficil obter o mestre, mas é necessario formal-o.

Formal-o intellectualmente e formal-o moralmente, e esta é a missão que vos entrego, meus caros professores. Lietz, um ardoroso pedagogo allemão desejava que o mestre fosse um homem completo - o que não significa um homem perfeito, mas, um homem que, segundo os seus recursos, tendo á perfeição com paciencia, humildade e coragem. Devia ser pobre, afim de para alem do minimo necessario para viver com decencia, lançasse o seu olhar, mais alto do que os laborosos materiaes. Puro, afim de que as suas energias intactas tivessem um vigôr fresco e sadio. Corajoso afim de antepôr sempre às asperezas da realidade o seu idealismo e o seu amôr, pelos homens. E queria, afinal, que fosse fiel a seu dever, nas pequenas cousas da vida quotidiana, como nas grandes, obedecendo a voz de sua consciencia, afim de que os seus alumnos aprendessem a obedecer á voz da razão que falla em todos elles.

E Montessori em certa parte diz: - que o mestre deve, em vez da palavra aprender o silêncio; em lugar de ensinar, observar; em vez de se revestir de uma actividade orgulhosa que quer parecer infallível, revestir-se de humildade.

Corajoso, puro, humilde e fiel eis as grandes qualidades do mestre, as que o farão verdadeiro educador e que o porão em constante contacto com esse fundo infantil onde se elabora o character e a verdadeira sciencia da vida.

A sua acção não terá porem efficacia, si sobre todas essas qualidades, dando-lhes sentido, não apparecer o amôr às creanças.

Amae as creanças, de um amor profundo, real, comprehensivo e sereis mestres. William Platt, um professor de coração e de intelligencia, não exige outro requisito, no mestre: amar as creanças sempre, passo por passo, dia por dia; porque só o amor permite comprehendel-as, e ellas delle tem necessidade como as flores de sol.

Nenhum collaborador desta casa deve pois esquecer que tão altas e tão nobres devem ser os seus ideaes, quanto nobre e alto é o ideal desta casa.

Da formação moral é que provirá o exito dos mestres que partirem deste estabelecimento. Só educadores podem formar educadores. Ha um segredo de entusiasmo e de amor a transmittir nesta casa e eu conto comvosco para essa obra.

A educação intellectual fria e impessoal, haveis de communicar-lhe a flamma capaz de milagres, completando a com a educação moral.

Trabalhareis afim de que o espirito da escola seja um só e unidos em uma mesma orientação sejaes verdadeiramente formadores de mestres.

E com esses votos, esses desejos e essas esperanças, eu declaro solememente installada a Escola Normal de Caiteté.